

NALÚ FARENZENA
NEUSA CHAVES BATISTA
[ORGANIZADORAS]

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

**EM FOCO NOS ESTUDOS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO
MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS NA REGIÃO SUL**

VOLUME 1

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2024.

1º edição - 2024

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

PROJETO GRÁFICO: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

REVISÃO DO ARQUIVO FINAL: Mauro Meirelles e Gustavo Duarte

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição digital.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

P769 Programa Dinheiro Direto na Escola em Foco nos estudos do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais na Região Sul / Nalú Farenzena, Neusa Chaves Batista, organizadoras; apresentação Andréa Barbosa Gouveia. – 1. ed. – Porto Alegre: CirKula, 2024.
2 v.: il.

ISBN: 978-85-7150-099-0 (v. 1)

978-85-7150-100-3 (v. 2)

1. Programa Dinheiro Direto na Escola – Brasil, Região Sul. 2. Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – Brasil, Região Sul. 3. Financiamento da educação. 4. Políticas públicas – Educação básica. 5. Políticas educacionais. 6. Gestão da educação. 7. Assistência financeira – Educação básica. I. Farenzena, Nalu. II. Batista, Neusa Chaves. III. Gouveia, Andréa Barbosa.

CDU: 37.014.543

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 444 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

Este livro foi submetido à revisão por pares, conforme exigem as regras do Qualis Livros da CAPES.

**PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA EM FOCO
NOS ESTUDOS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO
AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS
EDUCACIONAIS NA REGIÃO SUL**

(Volume 1)

Nalú Farenzena
Neusa Chaves Batista
(Organizadoras)


cirkula
Porto Alegre
2024

CONSELHO EDITORIAL

César Alessandro Sagrillo Figueiredo,
Jussara Reis Prá, Luciana Hoppe,
Marcelo Tadvald, Mauro Meirelles.

CONSELHO CIENTÍFICO

Alejandro Frigerio (Argentina) - Doutor em Antropologia pela Universidade da Califórnia, Pesquisador do CONICET e Professor da Universidade Católica Argentina (Buenos Aires).

André Luiz da Silva (Brasil) - Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

Antonio David Cattani (Brasil) - Doutor pela Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne e Professor Titular de Sociologia da UFRGS.

Arnaud Sales (Canadá) - Doutor d'État pela Universidade de Paris VII e Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal.

Cíntia Inês Boll (Brasil) - Doutora em Educação e professora no Departamento de Estudos Especializados na Faculdade de Educação da UFRGS.

Daniel Gustavo Mocelin (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dominique Maingueneau (França) - Doutor em Linguística e Professor na Universidade de Paris IV Paris-Sorbonne.

Estela Maris Giordani (Brasil) - Doutora em Educação, Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora da Antonio Meneghetti Faculdade (AMF).

Hilario Wynarczyk (Argentina) - Doutor em Sociologia e Professor Titular da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM).

Jorge Paulo de Araújo (Brasil) - Doutor em Economia e Professor da Faculdade de Economia da UFRGS

Leandro Raizer (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva (Brasil) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Ciências Humanas da UFFS.

Lygia Costa (Brasil) - Pós-Doutora pelo IPPUR/UFRJ e professora da EBAPE da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Maria Regina Momesso (Brasil) - Doutora em Letras e Linguística e Professora da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

Marie Jane Soares Carvalho (Brasil) - Doutora em Educação, Pós-Doutora pela UNED/Madrid e Professora Associada da UFRGS.

Mauro Meirelles (Brasil) - Doutor em Antropologia Social e Pesquisador do Laboratório Virtual e Interativo de Ciências Sociais (LAVIECS/UFRGS).

Stefania Capone (França) – Doutora em Etnologia pela Universidade de Paris X- Nanterre e Professora da Universidade de Paris X-Nanterre.

Thiago Ingrassia Pereira (Brasil) - Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFFS e do Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS.

Wrana Panizzi (Brasil) - Doutora em Urbanisme et Aménagement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne), em Science Sociale pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e Professora Titular da UFRGS.

Zilá Bernd (Brasil) - Doutora em Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle.

SUMÁRIO

- 09 **APRESENTAÇÃO**
Andréa Barbosa Gouveia
- 13 **INTRODUÇÃO**
Nalú Farenzena, Neusa Chaves Batista
- CAPÍTULO 1**
- 21 **METODOLOGIAS: CÁLCULO DO IDEGES E ENQUETE SOBRE O PDDE E A GESTÃO ESCOLAR**
Denise Lindstrom Bandeira, Lisiane Priscila Roldão Selau, Mariana Peleje Viana, Nalú Farenzena, Rodrigo Meleu das Neves
- CAPÍTULO 2**
- 103 **PANORAMA DO PDDE NA REGIÃO SUL (2016-2021)**
Denise Lindstrom Bandeira, Rodrigo Meleu das Neves, Nalú Farenzena
- CAPÍTULO 3**
- 209 **ESTRATÉGIAS PARA O MONITORAMENTO DO PDDE NA REGIÃO SUL: PAINEL DE INDICADORES E MODELO EXPLICATIVO DE EXECUÇÃO**
Lisiane Priscila Roldão Selau, Mariana Peleje Viana, Nalú Farenzena
- CAPÍTULO 4**
- 273 **MODELO LÓGICO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**
Valéria Viana Labrea, Cristiane Regina Dourado Compagnoni, Mariana Peleje Viana

- CAPÍTULO 5**
- 307 **O ÍNDICE DE DESEMPENHO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DA POLÍTICA PDDE (IDEGES): UMA ANÁLISE LONGITUDINAL E TRANSVERSAL**
Neusa Chaves Batista, Denise Lindstrom Bandeira, Iana Gomes de Lima, Rodrigo Meleu das Neves
- CAPÍTULO 6**
- 347 **CECAMPE-SUL: MAPEAMENTO SOBRE A FORMAÇÃO DE GESTORES NO EIXO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PDDE BÁSICO E AÇÕES INTEGRADAS**
Mariângela Bairros, Patrícia Souza Marchand, Talita Cristina Vieira, Alana dos Reis Lima, Cláudia Severo
- 391 **CONSIDERAÇÕES FINAIS: MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PDDE NA REGIÃO SUL**
Nalú Farenzena, Neusa Chaves Batista
- 401 **SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS**

APRESENTAÇÃO

Apresentar um livro é sempre uma forma de mergulhar no trabalho de colegas pesquisadores de maneira privilegiada, pois significa inaugurar a leitura de uma síntese de caminhadas teóricas e empíricas. Esta sensação de privilégio ficou mais intensa ao poder inaugurar a leitura do livro que apresenta uma síntese da potência do trabalho dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE), especialmente, na experiência do CECAMPE-Sul.

O Cecampe-Sul faz parte de uma política do Ministério da Educação (MEC) que coloca o pacto federativo em ação, como bem destacam os autores na introdução, mas também é exemplo primoroso da articulação entre pesquisa, ensino e extensão que se produz na universidade pública brasileira. O CECAMPE-Sul é uma ação implementada pelo Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação (NEPGE) vinculado à Faculdade de Educação (Faced) que congrega pesquisadores/as experientes e iniciantes e que tem uma contribuição rigorosa, consistente e comprometida com a educação pública de qualidade no país.

Nos quinze capítulos que compõem a obra passamos pelos processos formativos, pela pesquisa engajada sobre uma política pública, acompanhamos olhares que vão de macro análises a partir de dados quantitativos até microanálises da interlocução com os sujeitos que estão na base da execução da política, ou seja, os capítulos são uma rica narrativa do programa de apoio e monitoramento, ao

mesmo tempo que uma reflexão densa sobre a política pública. É absolutamente impressionante a amplitude do trabalho desenvolvido e apresentado em apenas dois anos de funcionamento do CECAMPE-Sul.

Partindo então desta visão privilegiada, cabe destacar que a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de ações de formação articulada ao monitoramento. O PDDE está em vigência no país desde 1995, ainda que inicialmente tenha causado dúvidas com os riscos de criar unidades executoras, em certa medida privadas dentro das escolas públicas; ao longo do tempo, mostrou-se constituir uma ação de autonomia de gestão financeira robusta com alto potencial de melhorar as condições materiais imediatas das escolas públicas. Tanto é que a incorporação das chamadas ações integradas ao PDDE básico tem permitido que dimensões das prioridades políticas nacionais se materializem nas escolas com rapidez e alguma fluidez, em que pese os desafios complexos das exigências específicas de cada uma das iniciativas.

Nestes quase 30 anos de vigência do Programa temos uma farta produção científica sobre o funcionamento, a eficácia e a efetividade do PDDE. Há um consenso geral na literatura sobre a pertinência de dotar a escola pública de recursos que permitam autonomia, mas também há um consenso no debate sobre financiamento da educação de que o investimento nacional em educação ainda é insuficiente e que para garantirmos condições de oferta que efetivem igualdade de acesso e de condições de permanência nas escolas, é fundamental a ampliação dos recursos.

O mesmo se pode considerar quando o foco está nos recursos que são transferidos de forma direta as escolas. Ao acompanhar os debates sobre os desafios, a burocracia, as

dificuldades na prestação de contas, é impossível não considerar que, além do esforço de acompanhar as instituições para que tais processos sejam mais fluídos, é fundamental o esforço que profissionais da educação e comunidade escolar fazem para utilizar bem os recursos públicos, mas, isso, precisa ser acompanhado por montantes de recursos que efetivem a possibilidade de projetos pedagógicos inovadores, autônomos, comprometidos com as comunidades escolares.

Os dados do panorama, apresentado no capítulo 3, nos dão uma dimensão da importância desta ação federal. Apenas na região Sul, foram mais de 18 mil escolas atendidas, o que significa que este Programa de alguma forma chegou a quase 5 milhões de estudantes da região. Entretanto, todo este processo garantiu pouco mais de 25 reais, em média, por estudante ao ano. Ao lado do reconhecimento da potência do programa em um contexto federativo desigual, é fundamental pensar que avanços em termos de autonomia de gestão financeira requerem investimento.

Os dados e as reflexões que este livro nos apresenta pode ajudar a refletirmos sobre a magnitude dos recursos alocados diretamente nas escolas. Além dos diferentes aspectos que estão tratados, analisados e que geram propostas importantes para a revisão do PDDE, apresentadas nas considerações finais desta obra, o mergulho nesta política junto com a equipe do CECAMPE-Sul reafirma as possibilidades de uma contribuição efetiva de uma ação redistributiva do governo federal para dotar a escola pública de condições materiais para a realização contínua do direito à educação.

Este livro certamente vai inspirar o debate sobre o PDDE, mas também potencializa os debates sobre a necessidade de efetivarmos no país um padrão de financiamento que atenda não apenas ao possível, frente às contingências

orçamentárias, mas atenda aos custos efetivos de uma escola de qualidade, conceito tão bem sintetizado na ideia do custo-aluno-qualidade. Assim, deixo aqui o convite a leitura desta obra potente, em termos de expressão do trabalho da universidade pública, e potente para descortinar desafios para o financiamento da educação pública brasileira.

Andréa Barbosa Gouveia
Novembro de 2023

INTRODUÇÃO

Nalú Farenzena
Neusa Chaves Batista

Este livro origina-se do projeto *Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais* (CECAMPE-SUL/UFRGS). O Objetivo central do Projeto foi o de desenvolver ações de Pesquisa, Ensino e Extensão no âmbito de programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas públicas, por meio do *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE) e suas Ações Integradas, para a Região Sul do país. O projeto foi elaborado mediante convênio envolvendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo como responsável pela sua implementação o Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação (NEPGE) vinculado à Faculdade de Educação (FACED), no período de 2020 a 2022.

O CECAMPE-Sul faz parte de uma política do Ministério da Educação (MEC) que coloca o Estado federativo em ação. O ordenamento constitucional e legal prevê a autonomia político-administrativa dos entes federados. Já a relação entre as diferentes instâncias da Federação para atender às necessidades da sociedade brasileira no setor da educação é balizada por políticas de cooperação federativa entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios e pelo regime

de colaboração entre os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, conforme indicam a Constituição de Federal de 1988 (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996). A educação é reconhecida como direito social no Art. 6º da Constituição Federal, ficando a responsabilidade de sua garantia – abrangendo, entre outros, a provisão e o financiamento – para os entes federados, mediante responsabilidades político-administrativas comuns, com definições de prioridades.

Conforme indica a LDB, a União, dentre outras, tem a atribuição de prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo função “redistributiva e supletiva”. O Ministério da Educação (MEC), com vistas a colocar em prática esta incumbência da União, propõe e coordena programas e ações educacionais em colaboração com os entes federados subnacionais, tendo em conta o objetivo de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, conforme indica o Art. 211, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988.

No bojo destas referências de ordem institucional-legal, a descentralização de recursos financeiros pela via de programas educacionais relaciona-se, ainda, com o ordenamento normativo de organização da escola pública brasileira por meio do princípio de “gestão democrática do ensino público”, do qual decorre a atribuição de graus de autonomia às unidades escolares, segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Reforçando tal autonomia, a LDB, nos Arts. 12 a 15, outorga aos estabelecimentos de ensino, den-

tre outras, atribuições referentes à proposta político-pedagógica, à administração de recursos materiais e financeiros, à promoção da participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Foi no contexto dessa elaboração normativa que o Governo Federal, por meio do MEC, criou, em 1995, o primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União para ser administrado diretamente pelas escolas públicas. Na época, o programa foi denominado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) e, posteriormente, foi nomeado de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sendo executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por força da Medida Provisória nº 1.714, de 14 de dezembro de 1998. A concepção do Programa baseou-se no princípio de descentralização dos recursos federais, de caráter suplementar, destinados, primeiramente, às escolas públicas estaduais, distritais e municipais de Ensino Fundamental, beneficiando também escolas de Educação Especial privadas sem fins lucrativos. Em 2004 foram implantadas modalidades dentro do Programa, chamadas num primeiro momento de ações agregadas e, atualmente, de ações integradas, com escopo de atuação mais focalizado. A partir de 2009 o PDDE se expande para todas as escolas públicas de educação básica, incluindo, então, a Educação Infantil e o Ensino Médio.

Os objetivos do Programa, desde a sua formulação em 1995, giram em torno de contribuir para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares, reforçando a sua autonomia e a autogestão escolar e financeira. Cabe destacar que o Programa não sofreu descontinuidades nos períodos de mudanças de governo (com diferen-

tes projetos políticos) desde a sua elaboração na década de 1990. A implementação e execução do programa, todavia, apresentam fragilidades as quais são reconhecidas tanto pelos atores educacionais diretamente envolvidos com a política no contexto escolar, quanto pelo próprio formulador, o FNDE. Alguns desafios a serem superados estão relacionados com: o monitoramento e a avaliação da execução; a capacidade técnica das gestoras e dos gestores escolares na execução do programa; os recursos financeiros que chegam não correspondem às reais necessidades das escolas e, ainda, falta de acesso aos recursos por parte de escolas; especialmente aquelas diferenciadas, tais como escolas do campo, escolas quilombolas, escolas indígenas, escolas de assentamentos.

Nessa trajetória, o PDDE passou recentemente por novas atualizações em termos de política educacional. Em 2018, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela execução de programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, tornou público um Edital¹ que convocou Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para apresentarem propostas de participação no processo de habilitação para as linhas de colaboração em pesquisa, ensino e extensão como Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampe), nos termos da Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 10/2013 e Decreto nº 6.170/2007.

1 Edital de Convocação para Habilitação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com vistas ao Estabelecimento de Parcerias para Suporte Técnico à Implementação de Programas de Apoio à Manutenção e Melhoria das Escolas, constituindo-se Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE).

No desenho institucional atual, resultante do Edital, foi constituído um Cecampe em cada região do Brasil, cada qual atendendo a todos os estados de sua região. Os CECAMPE passaram a constituir-se em unidades de referência e apoio ao FNDE com a finalidade de desenvolver ações e projetos no âmbito dos programas de apoio à manutenção e melhoria das escolas públicas, com ênfase no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas. Atuam com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas chamadas de interesse prioritário – formação de atores educacionais diretamente relacionados com o PDDE, gestão do conhecimento, monitoramento e avaliação de políticas educacionais, métodos, técnicas e instrumentos aplicados à gestão de política pública – nas formas de atuação previstas nos Planos de Trabalho (PTA).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação (NEPGE), vinculado à Faculdade de Educação, apresentou proposta ao Edital de 2018, sendo habilitada pelo FNDE como CECAMPE-Sul; desse modo, passando a atuar como unidade de referência do FNDE nas áreas de interesse prioritário à implementação e execução do PDDE nas escolas públicas da Região Sul do Brasil, a saber, Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), atendendo em torno de 20 mil escolas públicas municipais e estaduais.

De 2020 a 2022, no âmbito da assinatura do convênio e elaboração do Plano de Trabalho (PTA), foram realizadas diversas ações, considerando dois eixos de atuação do CECAMPE-Sul, quais sejam: Assistência Técnica e Monitoramento. Nesse escopo realizaram-se diversas ações: cursos de formação (presencial e a distância) para atores

educacionais envolvidos com a implementação e execução do PDDE nas escolas e nas redes de ensino; análise do monitoramento das ações do Programa; realização de levantamentos em bancos de dados; mapeamentos; pesquisas e estudos; desenvolvimento de soluções tecnológicas; elaboração de painéis de monitoramento; desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos.

Este livro, com dois volumes, expõe resultados dos primeiros dois anos de atuação do CECAMPE-Sul como unidade de referência do FNDE na Região Sul para a política PDDE. Os temas e conteúdos expressam a quantidade e qualidade do trabalho da equipe de pesquisadoras e pesquisadores que aceitaram o desafio de atuar numa política educacional que, por sua historicidade e abrangência, tem potencial para reduzir as desigualdades educacionais produzidas e reproduzidas pela escola pública brasileira.

Neste volume encontram-se seis capítulos, nos quais são analisados aspectos mais gerais das pesquisas desenvolvidas, enquanto, no volume 2, especificidades da implementação do PDDE ou do trabalho do CECAMPE-Sul são abordadas. O texto final é comum aos dois volumes e contém apontamentos conclusivos sobre o monitoramento do PDDE.

O Capítulo 1 trata da *metodologia* que deu base a grande parte dos estudos que são expostos ao longo do livro. Neste capítulo são apresentados dois procedimentos metodológicos que resultaram em informações relevantes para subsidiar as análises do CECAMPE-Sul: o (re)cálculo do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES) para a Região Sul e a elaboração de uma enquête sobre o PDDE e a Gestão Escolar encaminhada às escolas públicas estaduais e municipais da Região Sul.

O Capítulo 2, expõe um *panorama geral* da implementação do PDDE na Região Sul do Brasil. Ele oferece elementos de contexto do atendimento educacional e do PDDE que contribuíram com as diversas dimensões da análise do PDDE pela equipe do CECAMPE-Sul. Já o capítulo 3, traz duas ações voltadas para o desenvolvimento do monitoramento do PDDE tendo em vista qualificar a gestão e a avaliação do referido Programa. Trata-se do *Painel de dados e indicadores do PDDE* e do *Modelo Explicativo de Execução do PDDE*. Uma análise do *Modelo lógico* elaborado pelo FNDE para o PDDE é realizada no Capítulo 4. A análise integrada e aprofunda a pesquisa realizada no âmbito do CECAMPE-Sul, na fase em que foram realizados mapeamento e análises de relatórios de monitoramento da Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CGAME/FNDE). O exame do grupo de pesquisa abrangeu uma análise do Modelo Lógico (ML) do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) elaborado pelos formuladores da política.

O Capítulo 5 apresenta uma *análise longitudinal e transversal do Índice de Descentralização da Gestão do PDDE* (IdeGES); um índice criado pelo FNDE, que tem por finalidade aferir nota (0 a 10) para o processo de implementação de ações no âmbito das escolas públicas (e escolas privadas na modalidade educação especial e sem fins lucrativos), com base nos indicadores: adesão ao programa, execução dos recursos, prestação de contas. O IdeGES pode influenciar na transferência de recursos adicionais de escolas que apresentam as maiores médias ou maior evolução no índice. No caso do Capítulo 6, o enfoque se dá no processo de formação, que diz respeito ao primeiro eixo de atuação do Cecampe-Sul, a Assistência Técnica. Ele traz

uma reflexão-análise sobre a *formação técnica* nos três estados do Sul e seus municípios e escolas públicas. Aborda, ainda, as estratégias de monitoramento da qualidade da assistência técnica prestada pelo CECAMPE-Sul aos estados, municípios e escolas.

METODOLOGIAS: CÁLCULO DO IDEGES E ENQUETE SOBRE O PDDE E A GESTÃO ESCOLAR

Denise Lindstrom Bandeira
Lisiane Priscila Roldão Selau
Mariana Peleje Viana
Nalú Farenzena
Rodrigo Meleu das Neves

No desenvolvimento do trabalho do CECAMPE-Sul, foram desenvolvidas duas ações que resultaram em informações relevantes para análises que são objeto de diversos capítulos da presente obra: o cálculo do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES) e a enquete sobre o PDDE e a Gestão Escolar em escolas públicas estaduais e municipais da Região Sul. No que diz respeito ao cálculo do IdeGES, o produto resultante subsidiou a caracterização do IdeGES, bem como a disponibilização de dados para olhares mais específicos, referentes, por exemplo, à prestação de contas e à execução do PDDE. Informações obtidas na Enquete constituíram acervo complementar para as análises referentes ao modelo explicativo de execução do PDDE, ao uso do cartão do PDDE, a problemas na execução do PDDE, a prestações de contas do PDDE e ao tema das escolas que não receberam recursos do PDDE. Processos e procedimentos metodológicos das duas ações são descritos na sequência.

O Cálculo do IdeGES no Cecampe-Sul

Cientes da importância do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES) para a análise da evolução da Política, a equipe de Bancos de Dados¹ do CECAMPE-Sul esteve, entre os anos de 2021 e 2022, em permanente comunicação com os formuladores – FNDE, e demais equipes de bancos de dados do Brasil, a fim de compartilhar dúvidas e trocar experiências sobre a forma de cálculo do Índice e de seus componentes.

O CECAMPE-Sul optou por realizar seus cálculos localmente porque a unidade de análise utilizada para a construção dos bancos de dados e respectivas consultas foi a partir de cada **Escola**, ou CO-ENTIDADE, conforme o dicionário dos Microdados INEP. A interligação com os dados do FNDE foi em consequência desse ponto de partida, e não a sua origem, como inicialmente havíamos previsto. Ainda que os dados do FNDE apontem para uma chave única CNPJ, o objetivo do Projeto em tela foi, a seu tempo, a análise da Política PDDE nas escolas. Nessa direção, a partir dos dados de Adesão, toda a integração seguinte – repasse, execução, saldo e prestação de contas – desdobrou-se em combinação de escolas, com suas unidades executoras (UEX) e suas secretarias municipais e estaduais na figura de entidades executoras (EEX).

Nesse sentido, este capítulo metodológico pretende apresentar sucintamente o modo como o IdeGES foi calculado pelo CECAMPE-Sul, com algumas dificuldades encontradas e possibilidades de melhoria e de trabalhos futuros.

1 Composta por dois dos autores deste capítulo: Denise Lindstrom Bandeira e Rodrigo Meleu das Neves

Ainda haveria espaço para destacar as dificuldades encontradas na construção de um modelo lógico capaz de explicar o comportamento dos consórcios na Região Sul, pois esse fenômeno de aglutinação para o recebimento de repasses do PDDE foi de especial complexidade, e não caberia explicitá-lo neste capítulo metodológico. O leitor interessado apenas nos resultados sumarizados pode consultar o Panorama do PDDE na Região Sul, um dos capítulos deste livro. Entre as maiores dificuldades, podemos salientar as alterações de quantidades de escolas de um ano para o outro, bem como de situação de funcionamento, incluindo fenômenos como o uso de CNPJ de UEx de escola extinta para fins de recebimento de repasse por um determinado consórcio.

O ponto de partida para o cálculo do IdeGES foram os Microdados INEP de escolas estaduais, municipais e privadas, em funcionamento, paralisadas e/ou extintas, entre os anos de 2017 e 2021. Os anos analisados foram 2018 a 2021, e o ano de 2017 foi considerado para fins de apuração do percentual de execução do ano de 2018. Partindo da unidade nuclear escola, pudemos verificar cada estabelecimento com Unidade Executora (UEx) e repasses por sua UEx, ou que tenha recebido repasses pela sua Entidade Executora (EEx), ou que tenha aderido ao Programa por Consórcio, ou, ainda, que não tenha feito adesão.

De posse dos Microdados para todos os anos, unimos os dados de adesão, repasses, saldos e prestação de contas para os anos de 2017 a 2021, disponibilizados pelo FNDE. Para incluir os dados de 2021 e fazer as devidas atualizações, a Base de Dados precisou ser dividida por unidade federativa (UF), pois estava muito complexo trabalhar com todas as escolas de todas as UF para todos os anos,

e a execução ficava muito pesada, com atualização muito demorada a cada alteração.

Cabe destacar que os formatos dos arquivos disponibilizados pelo FNDE para 2021 dispunham de mais informações e estavam bem mais acessíveis (fáceis de entender) do que os dos anos anteriores, disponibilizados posteriormente no mesmo formato. Por exemplo, é possível identificar todas as escolas que fizeram adesão pela sua EEx bem como a quantidade de alunos computada para o repasse e a respectiva parcela, assim como para os Consórcios. Entretanto, resolvemos seguir o padrão que já tínhamos, num primeiro momento, pois essa lógica já foi desenvolvida durante vários meses no ano de 2020. Posteriormente, foi possível adaptar os anos anteriores à estrutura atual.

O ano de 2017 permaneceu na Base de Dados apenas devido à informação de saldo, para podermos calcular o percentual de execução do ano de 2018, cuja fórmula inclui o valor do saldo anterior. Ou seja, com os dados que tínhamos, apenas a partir de 2018 foi possível calcular o percentual de execução, parcela componente do cálculo do IdeGES. Todas as fórmulas para cálculo do percentual de execução foram revisadas, para excluir testes com o ano de 2016, ajustar cálculos com o ano de 2017, e incluir cálculos com o ano de 2021.

Todas as escolas estaduais e municipais de 2021 foram incluídas na Base de Dados, juntamente com seus atributos: município, microrregião, macrorregião, código INEP, nome, tipo dependência (estadual/municipal), situação de funcionamento (ativa, paralisada ou extinta), tipo de localização (urbana/rural) e localização diferenciada (área de assentamento, área remanescente de quilombos e terra indígena).

Tratamento dos dados de origem: microdados escolas

A primeira tabela, oriunda do FNDE, utilizada como fonte de integração, foi “PDDE_Adesao_Atualizacao_2021”, e contém os seguintes campos:

Tabela 1 – PDDE_Adesao_Atualizacao_2021

An_exercicio	2021
Sg_uf	RS
No_municipio	PORTO ALEGRE
Co_municipio_ibge	4314902
Co_escola	43107583
No_escola	INST EST EDUC GENERAL FLORES DA CUNHA
Tp_localizacao	U
Qt_alunos	1142
St_alunado	>50
Nu_cgc_entidade	91227140000152
No_razao_social	CPM INST EDUC GEN FLORES DA CUNHA ESC EST DE 1 E 2 GRAU
Nu_ddd_entidade	51
Nu_telefone	33110956
Esfera	ESTADUAL
Dt_atualizacao	26/10/2021
Nu_uex	1
St_atualizado	SIM

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Observações: 1) Esta tabela contém 19.669 escolas: 7.219 do RS, 5.120 de SC e 7.330 do PR; 2) Todas possuem Nu_uex = 1; 3) 17.833 possuem St_atualizado = “SIM”, todas com CNPJ cadastrado; 4) 1.836 possuem St_atualizado = “NÃO”. 433 têm CNPJ cadastrado, 1.403 estão com CNPJ = 00000000000000 e No_razao_social = null (campo vazio); e, 5) 1.697 têm menos de 50 alunos (St_alunado <50) e possuem UEx.

Da tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021, buscamos para a Base de Dados, a partir do código INEP, os dados de nome da escola (para conferência), Qt_alunos (o valor do repasse do FNDE foi calculado sobre esta quantidade), CNPJ da entidade executora (que pode ser a UEx da escola ou a sua EEx, quando o recebimento é pela EEx), e razão social da EEx.

A comparação do nome da escola dos Microdados com os nomes oriundos da tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021 (utilizando o código INEP), trouxe 14 inconsistências no RS:

Tabela 2 – Inconsistência Microdados RS x PDDE_Adesao_Atualizacao_2021.

MUNICÍPIO	CO_ENTIDADE	NO_ENTIDADE	No_escola	TIPO DE PENDÊNCIA	SITUAÇÃO FUNCIONAMENTO	Qt_alunos	CNPJ_entidade	No_razao_social	ADESÃO ESCOLA	SITUAÇÃO	VL_PAGO
Camdelária	43002315	EMEI DONA TEREZA	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL CECYTHE REZINHA SECKLE	MUNICIPAL	1	166	13889848000165	CIRCULO DE PAISE MESTRES DA EMEI DA EMEI CECYTHE REZINHA SECKLER	SIM	UEx	4.320,00
Dois Lajeados	43051413	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CONSTRUINDO O SABER	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORNETALIO MATTEI	MUNICIPAL	1	87	02963967000102	CIRCULO DE PAISE MESTRES DA EMEI CONS-TRUINDO O SABER	SIM	UEx	3.740,00

Imbé	43187048	ESCOLA MUNICI- PAL DE EDUCA- CAO INFANTIL PROFESSORA IARA MARTINS	EMEI MARI- SOL	MUNICI- PAL	1	174	11194129000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEI MARSOL	SIM	UEX	4.480,00
Jaboti- caba	43201679	ESCOLA MUNICI- PAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PEDRO DE BEM AIRES	ESC MUN DE ENS FUND 30 DE NO- VEMBRO	MUNICI- PAL	1	239	05390080000152	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PEDRO DE BEM AIRES	SIM	UEX	5.780,00
Rodeio Bonito	43115730	ESCOLA MUNICI- PAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EVALDO ANTO- NIO NICKHORN	ESC MUN ENS FUN OLAVO BILAC	MUNICI- PAL	1	268	04642580000171	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF EVALDO ROBER- TO NI- CKHORN	SIM	UEX	6.360,00
Santa Cruz do Sul	43117549	EMEI PROGRESSO	EMEI SANTO ANTONIO	MUNICI- PAL	1	88	03261289000190	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEI SANTO ANTO- NIO	SIM	UEX	2.760,00

Santa Rosa	43184537	EMEI VOVO SHEN	EMEIES- PACO DA CRIANCA	MUNICI- PAL	1	131	10960959000122	ASSOCIA- CAO DE PAIS E MESTRES DA EMEI VOVO SHEN	SIM	UEx	3.620,00
São Gabriel	43183840	EMEI PROF MYR- TA LUZA GARCIA DIAS RIETH	EMEI SANTA CLARA	MUNICI- PAL	1	54	11053607000156	CPM ESCOLA MUNI- CIPAL EDUCA- CAO IN- FANTIL SANTA CLARA	SIM	UEx	2.080,00
São Gabriel	43183867	EMEI TIA SUSANA	ESC MUN DE EDUC IN- FANTIL CASA DA CRIANCA TRINDADE	MUNICI- PAL	1	73	11117428000135	CPM ESCOLA MUNICI- PAL DE EDUCA- CAO IN- FANTIL TRINDA- DE	SIM	UEx	2.460,00

São Sebastião do Cat	43144110	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BENNO SEIDEL	ESC MUN ENS FUN PADRE LUIZ MULLER	MUNICIPAL	1	24	90874223000170	CIRCULO DE PAIS, MESTRES E AMIGOS DA EM PROF BENNO SEIDEL	SIM	UEX	2.480,00
Três de Maio	43171311	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INTEGRAL CAMINHOS NOVOS VADORES	ESC EST ENS FUN PROFESSORA GLORIA VERONESE CIEP	MUNICIPAL	1	178	01698811000170	ASSOC DO CIRCULO DE PAISES MESTRES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUC	SIM	UEX	4.560,00
Tupanciretã	43161545	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CIVICO MILITAR CORONEL MARCIAL GONCALVES TERRA	ESC EST ENS FUN TUPANCIRETã	MUNICIPAL	2	138	89753198000198	CPM DA ESC ESTADUAL DE 1 GRAU INCONPLETO TUPANCIRETã	SIM	UEX	3.760,00

Carlos Gomes	43166490	EMEI JOAO PAULO II	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL B	MUNICIPAL	1	41	09213579000145	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEI JOAO PAULO II	SIM	EEx	2.460,00
Charqueadas	43213030	NUCLEO EJA E CP SUELI RODRIGUES DA SILVA	NUCLEO EJA E CP JULIETA VILLAMIL BALESTRO NA PENITENCIARIO DO JACUI	ESTADUAL	1	151	0000000000000000	null	NÃO	SR	0,00

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações:** 1) A unidade executora às vezes possui parte do nome da escola constante nos Microdados, e às vezes parte do nome constante na tabela de Adesão do FNDE; 2) Uma das escolas aparece como paralisada nos Microdados; 3) Uma das escolas fez adesão pela sua UEx, mas recebeu pela sua EEx; 4) Uma das escolas não fez adesão (CNPJ = 0000000000000000), mas também possui nomes distintos nas duas fontes. Sem repasse; e, 5) 1.197 escolas não foram encontradas na tabela Adesão, sendo 62 em atividade, 965 paralisadas e 170 extintas.

Para SC, foram 12 inconsistências no nome da escola dos Microdados com os nomes oriundos da tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021:

Tabela 3 – Inconsistência Microdados SC x PDDE_Adesao_Atualizacao_2021.

MUNI-CIPIO	CO_EN-TIDADE	NO_ENTIDA-DE	No_escola	TIPO_DE-PEN-DENCIA	SITUA-CAO_FUN-CIONALMENTO	Qt_alunos	CNPJ_entidade	No_razao_social	ADE-SÃO-CO-LA	SI-TUA-ÇÃO	VL_PAGO
Curitiba-nos	42074002	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL CORACY PIRES DE ALMEIDA	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INEAN-TIL OSCAR FERREIRA	MUNI-CIPAL	1	127	18897464000108	APP - APP CEI CORACY PIRES DE ALMEIDA	SIM	UEx	3.540,00
Florianopolis	42135710	NEIM PROFES-SORA SUELI GADOTTI RODRIGUES	NEIM IN-GLESES II	MUNI-CIPAL	1	487	09655153000141	ASSOCIACAO DE PAIS E PRO-FESSORES DO NEE INGLESES	SIM	UEx	10.740,00
Garopaba	42094976	E.M.E.F.MA-RIA DA SILVA ABREU	E.M.E.F ISIDRO MANOEL DE AMORIM	MUNI-CIPAL	1	314	80988009000191	ASSOCIACAO DE PAIS E PRO-FESSORES	SIM	UEx	8.280,00
Garopaba	42095000	C.E.M.VICE-PREFEITO CE-CILIO COULTO SILVEIRA	CEI - CEN-TRO EDUCACIONAL IBIRAQUERA	MUNI-CIPAL	1	370	796880369000142	ASSOCIACAO DE PAIS E PRO-FESSORES DA ESCOLA ISOLADA DE I	SIM	UEx	8.400,00

Garopaba	42099293	CEIMPROFª MARIA DAS GRACAS ABREU DOS SANTOS	CEI MUN GAROPABA	MUNI- CIPAL	1	339	18410221000101	APP (APP) DO CENTRO EDUCACIO- NAL INFANTIL MUNICIPAL GAROPABA	SIM	UEx	7.780,00
Ibirama	42024277	ESCOLA MUNI- CIPAL PAULO ANDRE MI- GUEL	ESCOLA MUNICIPAL NOVA STE- TTIN	MUNI- CIPAL	1	153	83485979000162	ASSOCIACAO DE PAIS E PROFESSORES DA EM NOVA STETTIN	SIM	UEx	5.060,00
Ouro Verde	42131774	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SONIA MENTA BARRETA	ESCOLA MUNICIPAL BENVENU- TO TACCA	MUNI- CIPAL	1	146	03791179000130	ASSOCIACAO DE PAIS E PRO- FESSORES DA EM BENVENU- TO TACCA	SIM	UEx	1.960,00
São Joaquim	42116856	EEL MARIA ELI- ZA MARTORA- NO BATHKE	CEI JARDIM MINUANO	MUNI- CIPAL	1	147	11155154000179	ASSOCIACAO DE PAIS E PRO- FESSORES DO CEI - CAIC	SIM	UEx	3.940,00
São Joaquim	42109736	EEL MARIA DA CONCEICAO MATOS NUNES	CEI SAO FRANCISCO XAVIER	MUNI- CIPAL	1	19	00000000000000	null	NÃO	EEx	780,00
São Joaquim	42116830	EEL MARIA DOS PRAZERES OLIVEIRA	CEI BOA VISTA	MUNI- CIPAL	1	24	00000000000000	null	NÃO	EEx	960,00

São Joaquim	42144558	EI MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA NUNES	GRECHE PERCO	MUNI-CIPAL	1	20	000000000000000	null	NÃO	Ex	1.200,00
Lontras	42118662	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL TURMINHA PARAISSO	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL CRIANCA FELIZ	MUNI-CIPAL	1	74	000000000000000	null	NÃO	SR	0,00

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações:** 1) A unidade executora às vezes possui parte do nome da escola constante nos Microdados, e às vezes parte do nome constante na tabela de Adesão do FNDE; 2) Três escolas fizeram adesão pela sua UEx, mas receberam pela sua EEEx; 3) Uma das escolas não fez adesão (CNPJ = 00000000000000), mas também possui nomes distintos nas duas fontes. Sem repasse; e, 4) 541 escolas não foram encontradas na tabela Adesão, sendo 88 em atividade, 392 paralisadas e 61 extintas.

Para o PR, foram 16 inconsistências no nome da escola dos Microdados com os nomes oriundos da tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021:

Tabela 4 – Inconsistência Microdados PR x PDDE_Adesao_Atualizacao_2021.

MUNICIPIO	CO_ENTIDADE	NO_ENTIDADE	No_escola	TIPO DEPENDENCIA	SITUAÇÃO FUNÇÃO-MEN-TO	Qt_ alunos	CNPJ_entidade	No_razao_social	ADESAO ESCOLA	SITUAÇÃO	VL_PAGO
Alto Piquiri	41367499	CMEI NONA GENI FANTIN	CRECHE MUNICIPAL BOM MENINO	MUNICIPAL	1	26	13354330000127	CMEI-NONA GENI FANTIN	SIM	UEx	1.520,00
Araucária	41366948	SONIA REGINA CORREIA DA SILVA CMEI PROFA	TUPY CMEI	MUNICIPAL	1	40	11036226000169	ASSOC DE PAIS, PROFES E FUN- CIONARIOS (APPF) DO CEMEI (CME	SIM	UEx	1.800,00
Araucária	41366956	MARIA ARLETE BRGENSKI VAZ CMEI DO C	GUAJUVIRA DE BAIXO CMEI	MUNICIPAL	1	79	10925904000181	ASSOC DE PAIS, PROFES E FUN- CIONARIOS (APPF) DO CEMEI (CME	SIM	UEx	3.580,00

Araucária	41602900	CELA BOMFIM BIALESKI C M E I PROFA	FAZENDA VELHA C M E I	MUNI-CIPAL	1	141	14563990000180	ASSOC DE PAIS,PROFES E FUNCIONARIOS(SAPPE)DO CEMEI (CMEI)FA	SIM	UEX	3.820,00
Bela Vista do Paraíso	41021517	VIOLETA DE M S RAM-PAZZO E M PROFA.EIEF	PARIGOT DE SOUZA E M E I E F	MUNI-CIPAL	1	217	01936240000165	ASSOC DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DA EM PARIGOT DE SOU	SIM	UEX	5.580,00
Douradina	41352947	CLEORACY APARECIDA GIL C E F E M	CEEJA DOURADINAE F M	ESTADUAL	1	351	02010830000125	ASSOC DE PAIS MESTRES E FUNCIONARIOS DO COL ESTADUAL CLEO	SIM	UEX	8.020,00
Guarapuava	41156625	NOEMIA HAUAGGETIA MEMEC M E I PROFA	JARDIM DAS AMERICAS C M E I	MUNI-CIPAL	1	94	30500047000185	ASSOC DE PAIS, PROFES E AMIGOS DO CEMEI JD DAS AMERICAS (SIM	UEX	2.880,00
Ponta Grossa	41369947	LIVIO BOSETTI C M E I PTE	GLACY CAMARGO SECCO C M E I PROFA	MUNI-CIPAL	1	78	05618983000148	ASSOC DE PAIS E FUNCIONARIOS DO CEMEI PADRE LIVIO BOSETTI	SIM	UEX	2.560,00

Ponta Grossa	41369998	LINDAMARA PACIESNY C MEI PROFA	NUCLEO SANTA MARTA C MEI DO	MUNI- CIPAL	1	92	05618967000155	ASSOC DE PAIS E FUNCIONARIOS DO CEMEI PROFA LINDAMARA PAC	SIM	UEx	2.840,00
Ponta Grossa	41370007	SALETE DO ROCIO DIM- BARRE C MEI PROFA	JARDIM NOSSA SRA DAS GRACAS C MEI	MUNI- CIPAL	1	63	05611062000153	ASSOC DE PAIS E FUNCIONARIOS DO CEMEI PROFA SALETE DO ROC	SIM	UEx	2.260,00
Almirante Tamandaré	41154762	OSNI PHILIPPS CMEI VER	TANGUA C MEI	MUNI- CIPAL	1	7	000000000000000	null	NÃO	EEx	280,00
Guaratuva	41139666	ELVIRA DETROZ AMORIM E R M PROFA	LIMEIRA E R M DA EI EF	MUNI- CIPAL	1	21	000000000000000	null	NÃO	EEx	1.260,00
Rio Branco do Sul	41137051	SEZINANDO PEREIRA E M DO EF	RIBEIRL NHA DA PIEDADE E R M DE EF	MUNI- CIPAL	1	10	000000000000000	null	NÃO	EEx	600,00
Rio Branco do Sul	41137183	SALVADOR MARIANO DOS SANTOS E M C DO EF	TRES BAR- RAS E R M DE EF	MUNI- CIPAL	1	9	000000000000000	null	NÃO	EEx	540,00

Curitiba	41162633	MATRIZ C M E I	CMEI BE- ZERRA DE MENEZES	MUNI- CIPAL	1	93	0000000000000000	null	NÃO	SR	0,00
Curitiba	41162641	ISABEL PIMENTEL C M E I JORN	BRILHO DO SOL C M E I	MUNI- CIPAL	1	21	0000000000000000	null	NÃO	SR	0,00

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CEGCAMPE-Sul (2022). **Observações:** 1) A unidade executora às vezes possui parte do nome da escola constante nos Microdados, e às vezes parte do nome constante na tabela de Adesão do FNDE; 2) Quatro escolas fizeram adesão pela sua UEx, mas receberam pela sua EEx; 3) Duas escolas não fizeram adesão (CNPJ = 0000000000000000), mas também possuem nomes distintos nas duas fontes. Sem repasse; e, 4) 321 escolas não foram encontradas na tabela Adesão, sendo 51 em atividade, 219 paralisadas e 51 extintas.

A seguir, passamos à análise da tabela “PDDE - todos os repasses - SAE – 2021”. Isolamos apenas os lançamentos do PDDE básico, que são pagos em duas parcelas. A tabela de repasses contém os seguintes campos:

Tabela 5 – PDDE - todos os repasses - SAE – 2021.

SGUF	NO-MUNICIPIO	CNPJPROPO-NENTE	CNPJEXECUTORA	EXECUTORA	SGDESTINACAO	COESCOLA	NOESCOLA	QTALUNOS	VL-TOTAL	ESFERA	LOCALIZACAO	ANO
RS	PORTO ALEGRE	92941681000100	91227140000152	CPM INST EDUC GEN FLORES DA CUNHA ESC EST DE 1 E 2 GRAU	Basico - 1 parcela	43107583	INST EST EDUC GENERAL FLORES DA CUNHA	1142	11920	ESTADUAL	URBANA	2021
RS	PORTO ALEGRE	92941681000100	91227140000152	CPM INST EDUC GEN FLORES DA CUNHA ESC EST DE 1 E 2 GRAU	Basico - 2 parcela	43107583	INST EST EDUC GENERAL FLORES DA CUNHA	1142	11920	ESTADUAL	URBANA	2021

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). No exemplo, a escola “INST EST EDUC GENERAL FLORES DA CUNHA” recebeu, através de sua UEx, duas parcelas de R\$ 11.920,00, sendo o total de repasse no ano de 2021 igual a R\$ 23.840,00. **Observações:** 1) O total de repasses do PDDE básico para a Região Sul foi R\$ 121.234.940,00, onde R\$ 40.303.290,00 foram transferidos ao RS, R\$ 31.648.470,00 à SC e R\$ 49.283.180,00 ao PR; 2) A maioria das escolas recebeu duas parcelas. Mas há escolas que receberam apenas a primeira parcela e outras que receberam apenas a segunda; e, 3) Os lançamentos foram repassados para UEx, para UEx de consórcios e, também, para EEx.

Na sequência, totalizamos as parcelas por escola, independentemente se os repasses foram para UEx, consórcio ou EEx. Para o RS, identificamos 6.501 escolas; para SC, 4.828 escolas; para o PR, 7.049 escolas. No total da Região Sul foram 18.378 escolas.

Para identificar a forma de repasse, foram comparados os CNPJ da Proponente e da Executora. Quando são iguais, o repasse é pela EEx, quando são diferentes, é pela UEx. Se há mais de uma escola com o CNPJ da Executora, é um Consórcio.

No RS, identificamos duas escolas que tiveram a primeira parcela repassada para a sua EEx e, a segunda, para a sua UEx.

Tabela 6 – Escolas do RS cujos valores do PDDE básico foram repassados à EEx e UEx.

SGUF	NOMUNICIPIO	CNPJPROPO-NENTE	CNPJEXECUTORA	EXECUTORA	COESCOLA	NOESCOLA	QTA-LULUNOS	ESFERA	TOTAL ESCOLA	OBS
RS	CA-CHOEIRA DO SUL	87530978000143	87530978000143	PREF MUN DE CA-CHOEIRA DO SUL	43029230	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR HONORATO DE SOUZA	25	MUNICIPAL	750,00	1ª EEx
RS	CA-CHOEIRA DO SUL	87530978000143	91093112000190	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF DR HONORATO DE SOUZA STOS	43029230	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR HONORATO DE SOUZA	25	MUNICIPAL	750,00	2ª UEx
RS	SARANDI	97320030000117	97320030000117	PREF MUN DE SARANDI	43147062	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RAIMUNDO LOPES DA CUN	21	MUNICIPAL	630,00	1ª EEx
RS	SARANDI	97320030000117	42656562000138	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF RAIMUNDO LOPES DA CUNHA	43147062	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RAIMUNDO LOPES DA CUN	21	MUNICIPAL	630,00	2ª UEx

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). Observação: Para não contarem em duplicidade, essas duas escolas foram computadas apenas no recebimento por UEx, uma vez que suas segundas parcelas já foram repassadas para a sua UEx.

Em SC, identificamos três escolas que tiveram a primeira parcela repassada para a sua EEx e, a segunda, para a sua UEx.

Tabela 7 – Escolas de SC cujos valores do PDDE básico foram repassados à EEx e UEx.

SGUF	NOMUNICIPIO	CNPJPROPO-NENTE	CNPJEXECUTORA	EXECUTORA	COES-COLA	NOESCOLA	QTA-LULUNOS	ESFERA	TOTAL ESCOLA	OBS
SC	JAGUARUNA	82928698000174	82928698000174	PREF MUN DE JAGUARUNA	42010209	ER PROF ^o CECILIA AVILA SCHMITZ	45	MUNI-CIPAL	900,00	1ª EEx
SC	JAGUARUNA	82928698000174	83723189000178	ASSOC PAIS E PROF DA EE RR PROF CECILIA AVILA SCHMITZ	42010209	ER PROF ^o CECILIA AVILA SCHMITZ	45	MUNI-CIPAL	900,00	2ª UEx
SC	SALTINHO	01612844000156	01612844000156	PREF MUN DE SALTINHO	42066239	NUCLEO ESCOLAR MUNI-CIPAL VACUM	31	MUNI-CIPAL	930,00	1ª EEx
SC	SALTINHO	01612844000156	22331513000118	APP DO NUCLEO ESCOLAR MUNICIPAL LINHA VACUM	42066239	NUCLEO ESCOLAR MUNI-CIPAL VACUM	31	MUNI-CIPAL	930,00	2ª UEx

SC	SCHROEDER	83102491000109	83102491000109	PREF MUN DE SCHROEDER	42151945	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS	50	MUNI-CIPAL	1.000,00	1ª EEx
SC	SCHROEDER	83102491000109	42424674000163	APP DO CEI MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS	42151945	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS	50	MUNI-CIPAL	1.000,00	2ª UEx

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observação:** Para não contarem em duplicidade, essas três escolas foram computadas apenas no recebimento por UEx, uma vez que suas segundas parcelas já foram repassadas para a sua UEx.

Método de identificação das escolas Microdados x CNPJ

Identificamos, então, todas as escolas que receberam pela sua UEx.

Tabela 8 – Escolas que receberam pela sua UEx.

RS	39.909.220,00	6.165
SC	31.131.230,00	4.430
PR	48.911.880,00	6.792
	119.952.330,00	17.387

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 9 – Escolas que receberam a primeira parcela pela EEx e a segunda pela UEx.

RS	2.760,00	2
SC	5.660,00	3
PR	-	-
	8.420,00	5

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 10 – Escolas que receberam por consórcio.

RS	24.920,00	8
SC	80.280,00	28
PR	109.580,00	41
	214.780,00	77

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 11 – Escolas que receberam por sua EEx.

RS	366.390,00	326
SC	431.300,00	367
PR	261.720,00	216
	1.059.410,00	909

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 12 – Totalização por tipo de repasse.

UEx	119.952.330,00	17.387
EEx/UEx	8.420,00	5
Consórcio	214.780,00	77
EEx	1.059.410,00	909
	121.234.940,00	18.378

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 13 – Totalização por UF.

RS	40.303.290,00	6.501	2 escolas duplas UEx/EEx
SC	31.648.470,00	4.828	3 escolas duplas UEx/EEx
PR	49.283.180,00	7.049	
	121.234.940,00	18.378	

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 14 – Totalização por tipo de repasse x UF.

	UEx	EEx/ UEx	Consórcio	EEx	
RS	6.165	2	8	326	6.501
SC	4.430	3	28	367	4.828
PR	6.792	-	41	216	7.049
	17.387	5	77	909	18.378

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Na sequência, para cada escola constante na Base de Dados, buscamos os valores de repasse na tabela de pagamentos do PDDE, conforme o caso (UEx, EEx/UEx, Consórcio ou EEx), conferindo todos os subtotais e seus atributos. Também identificamos todas as escolas que não tiveram repasse em 2021.

A seguir, analisamos fenômenos relacionados à Região Sul e a cada UF, procurando explicitar dificuldades encontradas e possibilidades de melhoria. Importante destacar que estes dados estão sumarizados no capítulo do Panorama do PDDE na Região Sul deste relatório.

Microdados: RS

Seguindo com a conferência na Base de Dados, realizamos vários cruzamentos entre as 8.416 escolas do RS que foram retiradas dos Microdados em 2021, para que fosse possível observar todas as situações diferentes do convencional.

Tabela 15 – Síntese Microdados RS.

	Total microdados	1	2	3	ADEÇÃO	NÃO	não enc	CNPJ	NÃO	não enc
8.416	Total microdados	1	2	3	ADEÇÃO	NÃO	não enc	CNPJ	NÃO	não enc
6.165	Pela UEx	6.158	7	0	6.164	1	0	6.164	1	0
2	Por EEx/UEx	2	0	0	2	0	0	2	0	0
8	Por consórcio	8	0	0	8	0	0	8	0	0
326	Pela EEx	315	9	2	8	318	0	12	314	0
6.501		6.483	16	2	6.182	319	0	6.186	315	0
8.416	RS	7.224	1.016	176	6.414	805	1.197	6.666	553	1.197
-6.501	UEx, EEx/UEx, EEx, CONS				7.219			7.219		
1.915	Sem repasse	741	1.000	174	232	486	1.197	480	238	1.197
					718			718		
480	UEx sem VR	447	30	3	232	248	0	480	0	0
238	Não têm UEx?	232	5	1	0	238	0	0	238	0

1.197	Não encontradas	62	965	170	0	0	1.197	0	0	1.197
1.915	Sem repasse	741	1.000	174	232	486	1.197	480	238	1.197
					718				718	
		7.224	1.016	176	6.414	805	1.197	6.666	553	1.197
					7.219				7.219	
			8.416			8.416			8.416	

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações específicas sobre o quadro:** 1) Há sete escolas paralisadas com repasse pela UEx; 2) Uma escola teve repasse pela sua UEx sem adesão e sem CNPJ, sua UEx (CNPJ) consta apenas na tabela de repasses do PDDE; 3) Há nove escolas paralisadas e duas extintas que teriam tido repasse pela sua EEx; 4) Oito escolas que tiveram repasse pela sua EEx fizeram adesão e possuem CNPJ de UEx cadastrado. Quatro escolas que receberam pela sua EEx não fizeram adesão, mas possuem UEx (CNPJ cadastrado); 5) Das 1.915 escolas sem repasse (que estão nos Microdados, mas não nas tabelas do PDDE Repasses), 741 estão cadastradas como ativas. Das ativas, 447 escolas possuem UEx, 232 estão sem CNPJ (não há como saber se possuem ou não UEx considerando apenas o ano de 2021) e 62 não foram encontradas nas tabelas do FNDE; 6) 480 escolas sem repasse e com UEx aparecem na tabela de adesão do FNDE, sendo que 232 fizeram adesão e 248, não. Ou seja, essas 480 escolas possuem CNPJ de UEx cadastrado, independentemente de terem feito adesão ou não; 7) 238 escolas estão sem CNPJ cadastrado nas tabelas do FNDE relativas ao ano de 2021. Nenhuma dessas fez adesão (aparecem na tabela Adesão com St_atualizado = "NÃO"). Não há como saber se possuem ou não UEx apenas pelos dados de 2021. 232 dessas escolas estão cadastradas como ativas nos Microdados; e, 8) Das 1.197 escolas dos Microdados não encontradas nas tabelas de Adesão ou na de repasses do PDDE, 62 são ativas.

Dentre as escolas que possuem UEx e tiveram repasse, identificamos uma situação especial.

Tabela 16 – Caso Especial RS.

MUNICIPIO	CO_ENTIDADE	NO_ENTIDADE
Pinto Bandeira	43022618	EMEF EMILIO MEYER

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Esta escola não fez adesão, tem CNPJ = 000000000000000 na tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021. Entretanto, recebeu duas parcelas de R\$ 1.410,00 (R\$ 2.820,00) através de sua UEx, o que foi verificado na tabela de repasses do PDDE).

Tabela 17 – Repasses à UEx Caso Especial RS.

CNP/EXECUTORA	EXECUTORA	SGDESTINACAO	COESCOLA	NOESCOLA	QTALUNOS	VLTOTAL	ESFERA	TOTAL
01162285000120	C.P.M DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EMILIO MEYER	Basico - 1 parcela	43022618	ESC MUN ENS FUN EMILIO MEYER	47	1410	MUNICIPAL	
01162285000120	C.P.M DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EMILIO MEYER	Basico - 2 parcela	43022618	ESC MUN ENS FUN EMILIO MEYER	47	1410	MUNICIPAL	2820

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Ou seja, não há UEx cadastrada na tabela Adesão, mas há UEx na tabela de repasses do PDDE para o mesmo ano (2021).

Isso indica que é importante criar uma tabela com todas as escolas e suas UEx, independentemente de terem feito adesão em um ano, de terem tido repasse ou não, ou de terem aderido pela sua EEx. O exemplo mostra que uma escola pode não ter feito Adesão e aparecer com CNPJ=00000000000000 na tabela Adesão e com crédito na tabela de repasses do PDDE. Da mesma forma, uma escola pode ter UEx e optar por receber pela sua EEx, e o CNPJ de sua executora aparecer zerado na tabela Adesão.

Microdados: SC

Seguindo com a conferência na Base de Dados, realizamos vários cruzamentos com as 5.661 escolas de SC que foram retiradas dos Microdados de 2021, para que fosse possível observar todas as situações diferentes do convencional, a exemplo do RS.

Tabela 18 – Síntese Microdados RS.

	1	2	3	ADESÃO	NÃO	não enc	CNPJ	NÃO	não enc
5.661 Total microdados									
4.430 Pela UEx	4.420	9	1	4.427	3	0	4.427	3	0
3 Por EEx/UEx	3	0	0	3	0	0	3	0	0
28 Por consórcio	28	0	0	28	0	0	28	0	0
367 Pela EEx	349	18	0	11	356	0	12	355	0
4.828	4.800	27	1	4.469	359	0	4.470	358	0
5.661 SC	5.159	432	70	4.525	595	541	4.638	482	541
-4.828 UEx, EEx/UEx, EEx, CONS				5.120			5.120		
833 Sem repasse	359	405	69	56	236	541	168	124	541
				292			292		
168 UEx sem VR	152	10	6	56	112	0	168	0	0
124 Não têm UEx?	119	3	2	0	124	0	0	124	0

541	Não encontradas	88	392	61	0	0	541	0	0	541
833	Sem repasse	359	405	69	56	236	541	168	124	541
					292			292		
		5.159	432	70	4.525	595	541	4.638	482	541
					5.120			5.120		
					5.661		5.661		5.661	

Fonte: FNDE (2021), Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações específicas sobre o quadro:** 1) Há nove escolas paralisadas e uma escola extinta com repasse pela UEx; 2) Três escolas tiveram repasse pela sua UEx sem adesão e sem CNPJ, suas UEx (CNPJ) constam apenas na tabela de repasses do PDDE; 3) Há 18 escolas paralisadas que teriam tido repasse pela sua UEx; 4) Escolas que tiveram repasse pela sua UEx fizeram adesão e possuem CNPJ de UEx cadastrado. Uma escola que recebeu pela sua UEx não fez adesão, mas possui UEx (CNPJ cadastrado); 5) Das 833 escolas sem repasse (que estão nos Microdados, mas não nas tabelas do PDDE Repasses), 359 estão cadastradas como ativas. Das ativas, 152 escolas possuem UEx, 119 estão sem CNPJ (não há como saber se possuem ou não UEx considerando apenas o ano de 2021) e 88 não foram encontradas nas tabelas do FNDE; 6) 168 escolas sem repasse e com UEx aparecem na tabela de adesão do FNDE, sendo que 56 fizeram adesão e 112, não. Ou seja, essas 168 escolas possuem CNPJ de UEx cadastrado, independentemente de terem feito adesão ou não; 7) 124 escolas estão sem CNPJ cadastrado nas tabelas do FNDE relativas ao ano de 2021. Nenhuma dessas fez adesão (aparecem na tabela Adesão com St_atualizado = "NÃO"). Não há como identificar se possuem ou não UEx apenas pelos dados de 2021. 119 dessas escolas estão cadastradas como ativas nos Microdados; e, 8) Das 541 escolas dos Microdados não encontradas nas tabelas de Adesão ou na de repasses do PDDE, 88 são ativas.

Dentre as escolas que possuem UEx e tiveram repasse, foram identificadas três situações especiais.

Tabela 19 – Casos Especiais SC.

MUNICIPIO	CO_ENTIDADE	NO_ENTIDADE
Irineópolis	42150213	UD DE IRINEOPOLIS
Navegantes	42144264	CMEI PROF ^a LENITA DE SOUZA GAYA
Porto União	42149800	UD DE PORTO UNIAO

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Essas escolas não fizeram adesão, têm CNPJ = 00000000000000 na tabela PDDE_Adesao_Atualizacao_2021. Entretanto, receberam duas parcelas através de sua UEx, o que foi verificado na tabela de repasses do PDDE), conforme apresentado.

Tabela 20 – Repasses à UEx Casos Especiais SC.

CNP/EXECUTORA	EXECUTORA	SGDESTINACAO	COESCOLA	NOESCOLA	QTALUNOS	VLTOTAL	ESFERA	TOTAL
10950934000148	APP CEMEI PROFESSORA LENI-TA DE SOUZA GAVA	Basico - 1 parcela	42144264	CEMEI PROFª LENI-TA DE SOUZA GAVA	77	1270	MUNICIPAL	
10950934000148	APP CEMEI PROFESSORA LENI-TA DE SOUZA GAVA	Basico - 2 parcela	42144264	CEMEI PROFª LENI-TA DE SOUZA GAVA	77	1270	MUNICIPAL	2540
11004522000188	ASSOC DE FUNCIONARIOS, PROFES E ALUNOS DA UNID DESCENTRALI	Basico - 1 parcela	42149800	UD PORTO UNIAO	39	890	ESTADUAL	
11004522000188	ASSOC DE FUNCIONARIOS, PROFES E ALUNOS DA UNID DESCENTRALI	Basico - 2 parcela	42149800	UD PORTO UNIAO	39	890	ESTADUAL	1780
11003306000118	ASSOC DE FUNCIONARIOS, PROFES E ALUNOS DA UNID DESCENTRALI	Basico - 1 parcela	42150213	NAES DE IRL-NEOPOLIS	7	570	ESTADUAL	
11003306000118	ASSOC DE FUNCIONARIOS, PROFES E ALUNOS DA UNID DESCENTRALI	Basico - 2 parcela	42150213	NAES DE IRL-NEOPOLIS	7	570	ESTADUAL	1140

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Ou seja, não há UEx cadastrada na tabela Adesão, mas há UEx na tabela de repasses do PDDE para o mesmo ano (2021).

Confirmando o que identificamos no RS, isso indica a importância de uma tabela com todas as escolas e suas UEx, independentemente de terem feito adesão em um ano, de terem tido repasse ou não, ou de terem aderido pela sua EEx. O exemplo mostra que uma escola pode não ter feito Adesão e aparecer com CNPJ=0000000000000000 na tabela Adesão e com crédito na tabela de repasses do PDDE. Da mesma forma, uma escola pode ter UEx e optar por receber pela sua EEx, e o CNPJ de sua executora aparecer zerado na tabela Adesão.

Microdados: PR

Seguindo com a conferência na Base de Dados, realizamos os mesmos cruzamentos com as 7.651 escolas do PR que foram retiradas dos Microdados em 2021, para que fosse possível observar todas as situações diferentes do convencional, a exemplo do RS e de SC.

Tabela 21 – Síntese Microdados PR.

7.651	Total microdados	1	2	3	ADE-SÃO	NÃO	não enc	CNPJ	NÃO	não enc
		6,792	ReLa UEx	6,788	4	0	6,792	0	0	6,792
0	Por EEx/UEx	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	Por consórcio	38	3	0	41	0	0	41	0	0
216	Pela EEx	210	6	0	5	211	0	4	212	0
7.049		7.036	13	0	6.838	211	0	6.837	212	0
7.651	PR	7.338	254	59	6.894	436	321	6.961	369	321
-7.049	UEx, EEx/UEx, EEx, CONS				7.330			7.330		
602	Sem repasse	302	241	59	56	225	321	124	157	321
					281			281		
124	UEx sem VR	96	22	6	56	68	0	124	0	0
157	Não têm UEx?	155	0	2	0	157	0	0	157	0

321	Não encontradas	51	219	51	0	0	321	0	0	321
602	Sem repasse	302	241	59	56	225	321	124	157	321
					281			281		
		7.338	254	59	6.894	436	321	6.961	369	321
					7.330			7.330		
		7.651				7.651			7.651	

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações específicas sobre o quadro:** 1) Há quatro escolas paralisadas com repasse pela UEx; 2) Há três escolas paralisadas que teriam tido repasse através de consórcio; 3) Há seis escolas paralisadas que teriam tido repasse pela sua EEx; 4) Quatro escolas que tiveram repasse pela sua EEx fizeram adesão e possuem CNPJ de UEx cadastrado. Uma das escolas que recebeu pela EEx fez adesão utilizando o CNPJ da EEx, não da sua UEx, nem igual a zeros, como seria o usual. Com isso, são quatro CNPJ de escolas que receberam pela EEx; 5) Das 602 escolas sem repasse (que estão nos Microdados, mas não nas tabelas do PDDE Repasses), 302 estão cadastradas como ativas. Das ativas, 96 escolas possuem UEx, 155 estão sem CNPJ (não há como saber se possuem ou não UEx considerando apenas o ano de 2021) e 51 não foram encontradas nas tabelas do FNDE; 6) 124 escolas sem repasse e com UEx aparecem na tabela de adesão do FNDE, sendo que 56 fizeram adesão e 68, não. Ou seja, essas 124 escolas possuem CNPJ de UEx cadastrado, independentemente de terem feito adesão ou não; 7) 157 escolas estão sem CNPJ cadastrado nas tabelas do FNDE relativas ao ano de 2021. Nenhuma dessas fez adesão (aparecem na tabela Adesão com St_atualizado = "NÃO"). Não há como saber se possuem ou não UEx apenas pelos dados de 2021. 155 dessas escolas estão cadastradas como ativas nos Microdados; e, 8) Das 321 escolas dos Microdados não encontradas nas tabelas de Adesão ou na de repasses do PDDE, 51 são ativas.

Microdados: Região Sul

Ao final, foram computadas 21.728 escolas na Região Sul em 2021, a partir dos Microdados, com a seguinte distribuição.

Tabela 22 – Síntese Microdados Região Sul.

21.728	Total microdados	1	2	3	ADE-SÃO	NÃO	não enc	CNPJ	NÃO	não enc
		17.387	Rela UEx	17.366	20	1	17.383	4	0	17.383
5	Por EEx/UEx	5	0	0	5	0	0	5	0	0
77	Por consórcio	74	3	0	77	0	0	77	0	0
909	Para EEx	874	33	2	24	885	0	28	881	0
18.378		18.319	56	3	17.489	889	0	17.493	885	0
21.728		19.721	1.702	305	17.833	1.836	2.059	18.265	1.404	2.059

-18.378	UEEx, EEEx/UEEx, EEEx, CONS	1.402	1.646	302	344	947	19.669	772	519	2.059	19.669	2.059
3.350	Sem repasse	695	62	15	344	428	1.291	772	0	0	1.291	0
772	UEEx sem VR	506	8	5	0	519	0	0	519	0	0	0
519	Não têm UEEx?	201	1.576	282	0	0	2.059	0	0	2.059	0	2.059
2.059	Não encontradas	1.402	1.646	302	344	947	2.059	772	519	2.059	1.291	2.059
3.350	Sem repasse	19.721	1.702	305	17.833	1.836	1.291	18.265	1.404	2.059	19.669	2.059
		21.728			21.728		21.728				19.669	
												21.728

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Observações específicas sobre o quadro:** 1) Há 20 escolas paralisadas e uma escola extinta com repasse pela UEEx; 2) Quatro escolas tiveram repasse pela sua UEEx sem adesão e sem CNPJ, suas UEEx (CNPJ) constam apenas na tabela de repasses do PDDE; 3) Há três escolas paralisadas que teriam tido repasse através de Consórcio; 4) Há 33 escolas paralisadas e duas extintas que teriam tido repasse pela sua EEEx; 5) 23 escolas que tiveram repasse pela sua EEEx fizeram adesão e possuem CNPJ de UEEx cadastrado. Uma das escolas que recebeu pela EEEx fez adesão utilizando o CNPJ da EEEx, não da sua UEEx, nem igual a zeros, como seria o usual. Com isso, 24 escolas fizeram adesão. Cinco escolas

que receberam pela sua EEx não fizeram adesão, mas possuem UEx (CNPJ cadastrado). Independentemente da adesão, são 28 CNPJ de escolas que receberam pela EEx (23 + 5); 6) Das 3.350 escolas sem repasse (que estão nos Microdados, mas não nas tabelas do PDDE Repasses), 1.402 estão cadastradas como ativas. Das ativas, 695 escolas possuem UEx, 506 estão sem CNPJ (não há como saber se possuem ou não UEx considerando apenas o ano de 2021) e 201 não foram encontradas nas tabelas do FNDE; 7) 772 escolas sem repasse e com UEx aparecem na tabela de adesão do FNDE, sendo que 344 fizeram adesão e 428, não. Ou seja, essas 772 escolas possuem CNPJ de UEx cadastrado, independentemente de terem feito adesão ou não; 8) 519 escolas estão sem CNPJ cadastrado nas tabelas do FNDE relativas ao ano de 2021. Nenhuma dessas fez adesão (aparecem na tabela Adesão com St_atualizado = “NÃO”). Não há como saber se possuem ou não UEx apenas pelos dados de 2021. 119 dessas escolas estão cadastradas como ativas nos Microdados; e, 9) Das 2.059 escolas dos Microdados não encontradas nas tabelas de Adesão ou na de repasses do PDDE, 201 são ativas.

Vencidos os aspectos iniciais para a apuração do cálculo do IdeGES, cabe destacar que esses dados estão detalhadamente descritos para o interstício 2018 a 2021 no capítulo do Panorama PDDE e do IdeGES.

Cálculo do IdeGES

Conforme estabelecido pelo FNDE, o cálculo do IdeGES é composto pela média aritmética de três indicadores:

$$\text{IdeGES} = \text{MÉDIA} (\text{IAd} + \text{IEx} + \text{IrPC})$$

Onde:

IAd = Índice de Adesão

IEx = Índice de Execução

IrPC = Índice de Prestação de Contas

Em 7 de março de 2022 foi disponibilizada pelo FNDE a última versão da planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021”. Esta planilha contém CNPJ de todo o Brasil, com dados para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Os CNPJ constantes nesta planilha fizeram adesão (têm IAd = 10), em cada um dos quatro anos (101.049 em 2018, 100.737 em 2019, e 104.901 em 2020 e em 2021).

A planilha traz ano, CNPJ, razão social, saldo inicial, saldo final, valor recebido no ano, IAd, IEx, e IrPC. Adicionalmente, Quantidade OPC, Quantidade PC aprovadas e Quantidade PC aprovadas com ressalva, fatores que resultam no cálculo do IrPC. A última coluna traz o IdeGES calculado.

Lamentavelmente, havia diversas inconsistências nesta planilha, causadas desde a importação de dados, onde parte de valores ficaram emendados com o nome da escola ou deslocados no campo onde deveria estar o valor do saldo inicial, ocasionando problemas também nos valores de Total recebido e Quantidade PC aprovadas. Exemplos:

Tabela 23 – Algumas inconsistências verificadas.

CNPJ	Razão social	Saldo CC inicial	Saldo CC final	Total recebido	Quantidade PC aprovadas
01853601000100	ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES-CRESCENCO DE ABREU"	DA E"	4476,2	5692,1	10620
48801575000130	APM DA EMEF "ARGEMIRO DE ALMEIDA GONZAGA",3480"	0	6580	2	0
01877107000185	ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA EMEF "JOAQUIM MENDONCA",7978	3"	9748,23	16120	2
02641155000132	APM DA ESCOLA MUNIC 'DOLO GUASTALDI",2754	89"	4863,01	8960	2

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Além disso, foram verificados erros no cálculo do IEx quando o saldo anterior era negativo, resultando em valores maiores do que 10 e, conseqüentemente, no valor do IdeGES (também apresentando valores maiores do que 10). Por esses motivos, optamos por buscar os dados dos arquivos originais também disponibilizados pelo FNDE.

Para o cálculo do IAd, utilizamos as tabelas “PDDE_ADESAO_ATUALIZACAO”.

Para o cálculo do IEx, utilizamos as tabelas “PDDE – todos os repasses – SAE” (para os anos de 2018 a 2021), de onde retiramos os registros relativos ao PDDE básico, e as tabelas “SALDOS DE TODOS OS PROGRAMAS” (para os anos de 2017 a 2021).

Para o cálculo do IrPC, tínhamos como única fonte a planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021”. Entretanto, esta planilha possuía duas restrições: (1) continha apenas CNPJ, sem identificação de escola ou mesmo de UF, e (2) contemplava apenas as UEx que haviam feito adesão.

Ao final, foi possível recalcular o IdeGES para todas as UEx, embora apenas de UEx que tenham feito adesão em todos os anos.

IAd (Índice de Adesão)

O Índice de Adesão possui valor dez (10) ou zero (0), conforme, respectivamente, a UEx tenha feito sua adesão ou não. Obtivemos as tabelas originais de ADESÃO/ ATUALIZAÇÃO do FNDE, com a seguinte quantidade de registros:

Tabela 24 – Índice de Adesão.

ANO	REGISTROS*	ADESÃO = SIM	ADESÃO = NÃO
2018	20.519	17.575	2.944
2019	19.706	17.499	2.207
2020	20.325	17.712	2.613
2021	19.669	17.833	1.836

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

* Os registros podem contemplar, também, escolas particulares.

As tabelas contemplam os seguintes campos:

Tabela 25 – Campos contemplados.

An_exercicio	2021
Sg_uf	RS
No_municipio	PORTO ALEGRE
Co_escola	43189253
No_escola	EMEF TIMBAUVA
Tp_localizacao	U
Qt_alunos	727
St_alunado	>50
Nu_cgc_entidade	04982432000104
No_razao_social	CONSELHO ESCOLAR DA EMEF TIMBAUVA
Nu_ddd_entidade	51
Nu_telefone	32895869
Esfera	MUNICIPAL
Dt_atualizacao	16/03/2021
Nu_uex	1
St_atualizado	SIM

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Nessas tabelas, buscamos para a Base de Dados, através do código INEP de cada escola, o nome da escola no cadastro do FNDE (há vários nomes com divergência em relação aos Microdados), a quantidade de alunos (optou-se por armazenar a quantidade considerada pelo FNDE para o repasse do valor do PDDE Básico), o CNPJ e a razão social da UEx. Cabe lembrar, ainda, que os números de telefone foram disponibilizados para a equipe responsável pela formação das escolas.

O campo St_atualizado para cada escola na tabela Adesão pode estar preenchido com “SIM” ou “NÃO”, ou a escola pode não ser encontrada nesta tabela.

Apesar de ter não ter esta informação para todas as escolas, foi atribuído 10 ou 0 para este índice, conforme as possíveis combinações:

- Quando St_atualizado = SIM, IAd = 10
- Quando St_atualizado = NÃO, mas foi feito repasse por UEx ou por consórcio, IAd = 10
- Quando St_atualizado = NÃO, mas não houve repasse, ou o repasse foi feito para a EEx da escola, IAd = 0
- Quando a escola não foi encontrada na tabela Adesão, IAd = 0

Importante observar que as UEx podem ter seu CNPJ alterado, podendo ser criadas ou extintas de um ano para o outro. Inclusive uma escola pode ter mais de um CNPJ (UEx) associado, distinto ao da Adesão naquele exercício contábil.

IEx (Índice de Execução)

Partindo da fórmula estabelecida pela Normativa do IdeGES, utilizamos os cálculos computados pela equipe de Bancos de Dados do CECAMPE-Sul, pois temos todos os saldos de 2017 a 2021 (os de 2017 a 2020 já estavam na Base de Dados), e os valores repassados entre 2018 e 2021. Com esses dados foi possível calcular o IEx.

Por que recalculamos e não utilizamos os dados constantes na planilha enviada pelo FNDE?

- Havia problemas nos saldos, identificados e reportados ao FNDE.
- Encontramos índices de execução calculados incorretamente, pois, ao aplicar a fórmula, não foram analisados saldos negativos, fazendo com que estes fossem indevidamente somados, causando como consequência que alguns índices de execução ficassem incorretamente com valores acima de 10.
- Consequentemente, os respectivos valores do IdeGES também estavam incorretos.
- Havia saldos iniciais diferentes do saldo final do ano anterior.
- Havia saldos em anos incorretos, descontraídos.
- Havia cálculos realizados incorretamente para algumas UEx.

Valor de repasse

O valor de repasse utilizado para o cálculo do IEx foi: VR em 2021, 2020, 2019 e 2018. Contudo, em 2019, localizamos 4 lançamentos relativos a 2018 e, em 2018, 17 lançamentos relativos a 2017, que foram realocados aos seus respectivos anos, para facilitar a totalização do exercício contábil. Em 2017, havia 1.848 lançamentos de 2016 e 13 de 2015. Além disso, havia 25 lançamentos sem referência de ano, que foram ignorados.

Tabela 26 – Valores de repasse 2017-2021.

	2021	2020	2019	2018	2017	TOTAL
2021	36.605					36.605
	121.234.940,00					121.234.940,00
2020		36.106				36.106
		118.675.717,14				118.675.717,14
2019			35.694			35.694
			118.699.850,00			118.699.850,00
2018			4	36.732		36.736
			39.400,00	128.656.750,00		128.696.150,00
2017				17	35.199	35.216
				37.330,00	128.985.820,00	129.023.150,00
2016					1.848	1.848
					6.722.570,00	6.722.570,00
2015					13	13
					84.600,00	84.600,00
sem ano					25	25
					66.760,00	66.760,00
	36.605	36.106	35.698	36.749	37.085	182.243
	121.234.940,00	118.675.717,14	118.739.250,00	128.694.080,00	135.859.750,00	623.203.737,14

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Saldos

A tabela de saldos de 2021 teve o formato alterado com relação às dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, lembrando que para 2016 não haviam sido disponibilizadas quaisquer informações sobre saldos até março de 2022.

Nas tabelas de 2017 a 2020, foram disponibilizados os saldos nas diferentes modalidades: conta corrente, fundos, poupança e RDB, além do saldo total, para cada CNPJ.

Na tabela de saldos de 2021, além disso, aparecem as situações das contas, incluindo as inativas e as bloqueadas. Várias dessas contas possuem saldo. A seguir, apresentamos a distribuição dos valores por situação e tipo de conta em 2021. Não havia saldo de RDB em nenhuma conta.

Tabela 27 – Tabela saldos 2021.

Situação Conta	Saldo Conta	Saldo Fundos	Saldo Poupança	SALDO TOTAL
ATIVA	572.415,57	75.734.054,88	669.935,89	76.976.406,34
BLOQUEADA DEFINITIVA-MENTE	229.955,70	6.415.680,97	943.230,33	7.588.867,00
ANTIGO BLOQUEIO	72.581,00	456.380,76	356.250,97	885.212,73
BLOQUEADA PROVISORIA-MENTE	-	27.567,27	-	27.567,27
BLOQUEIO PARA INATIVAÇÃO	-	0,02	-	0,02
INATIVA	-	1,29	-	1,29
Total Geral	874.952,27	82.633.685,19	1.969.417,19	85.478.054,65

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Na sequência, somamos todos os saldos de todas as contas para todos os CNPJ para todos os anos, deixando apenas um valor total para cada CNPJ.

Antes de agregar os saldos de 2021 à Base de Dados, triangulamos as tabelas originais de saldos com a planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021”, para posterior consolidação. Utilizamos a seguinte UEx como exemplo:

Tabela 28 – UFX exemplo triangulação dados por CECAMPE.

UF	MUNICIPIO	CO_ENTI- DADE	NO_ENTI- DADE	TIPO_DE- PENDEN- CIA	TIPO_ LOCA- LIZA- CAO	CNPJ_entidade	No_razao_social
RS	Cachoeirinha	43029922	EMEF POR- TUGAL	MUNICI- PAL	URBA- NA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTU- GAL

Fonte: FNIDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 29 – Base de Dados – Elaborada por CECAMPE.

ANO CENSO	UF	MUNICIPIO	Qt_ alunos	CNPJ_entidade	No_razao_social	VL_PAGO	SALDO
2017	RS	Cachoeirinha	1.047	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	34.580,00	85.390,90
2018	RS	Cachoeirinha	989	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	22.820,00	109.944,94
2019	RS	Cachoeirinha	1.009	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	0,00	111.735,67
2020	RS	Cachoeirinha	1.039	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	21.780,00	133.934,79
2021	RS	Cachoeirinha	1.244	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	25.880,00	

Fonte: Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 30 – Saldos 2017 a 2021 – Tabelas originais.

ANO	SG_UF	NO_MUNICIPIO	NU_CNPJ	DS_RAZAO_SOCIAL	VL_SALDO_TOTAL
2017	RS	CACHOEIRINHA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	85.390,90
2018	RS	CACHOEIRINHA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	109.944,94
2019	RS	CACHOEIRINHA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	111.735,67
2020	RS	CACHOEIRINHA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	133.934,79
2021	RS	CACHOEIRINHA	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	163.128,92

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 31 – Planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021”.

Ano de exercício	CNPJ	Razão social	Saldo CC inicial	Saldo CC final	Total recebido
2018	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	48.423,38	34.827,56	22.820,00
2020	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	0,00	0,00	21.780,00
2021	74875196000102	CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EMEF PORTUGAL	0,00	45.256,50	21.780,00

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

É possível perceber que os saldos iniciais e finais não estavam coincidindo com os saldos das tabelas originais, motivo pelo qual optamos por não utilizar os dados da planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021”, mas os originais. Consequentemente, tanto o percentual de execução como o IdeGES foram recalculados.

Além disso, em vários casos, o saldo inicial de um ano não era igual ao saldo final do ano anterior. Por exemplo:

Tabela 32 – Exemplos saldos discrepantes.

Ano de exercício	CNPJ	Razão social	Saldo CC inicial	Saldo CC final	Total recebido
2018	22678874000135	PREF MUN DE MONTES CLAROS	93200,27	104672,27	0
2019	22678874000135	PREF MUN DE MONTES CLAROS	0	0	9240
Ano de exercício	CNPJ	Razão social	Saldo CC inicial	Saldo CC final	Total recebido
2018	01925828000113	CAIXA ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO	118723,4	109151,74	0
2019	01925828000113	CAIXA ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO	0	0	27200

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Cabe destacar que consolidamos os saldos de duas escolas do RS com membros da equipe CECAMPE-Sul, para fins de confirmação do cálculo adotado, sem encontrarmos divergências. Alguns desses exemplos foram enviados ao FNDE para conhecimento.

Devido a essas inconsistências, optamos por utilizar os arquivos originais para saldos, valor de repasse e adesão. Os únicos dados retirados da planilha “Base de cálculo IdeGES - 2018 a 2021” foram os relativos à prestação de contas, pois não haviam sido disponibilizados os arquivos originais até março de 2022.

Os saldos foram aglutinados por CNPJ, pois várias UEx possuíam mais de uma conta (mais de um saldo). Por exemplo, em 2021 havia 35.782 contas relativas ao PDDE. Todas essas contas eram relativas a apenas 19.796 CNPJ, sendo 19.254 de UEx e 542 de EEx (3 estaduais e 539 municipais). Os saldos totais foram conferidos a cada etapa, garantindo a integridade dos valores.

Tabela 33 – Saldos Totais 2017-2021.

		2021	2020	2019	2018	2017
RS	UEx	7.136	7.147	7.143	7.472	7.348
		36.184.829,59	29.648.145,10	24.885.622,31	28.096.922,50	32.742.808,83
	EEx	234	246	261	473	441
		963.835,74	1.527.796,63	1.536.124,58	1.505.887,60	1.249.675,58
	TOTAL	7.370	7.393	7.404	7.945	7.789
		37.148.665,33	31.175.941,73	26.421.746,89	29.602.810,10	33.992.484,41
SC	UEx	4.912	4.930	4.928	5.374	5.287
		21.572.786,12	20.123.521,70	15.334.159,25	17.464.124,45	20.817.412,78
	EEx	153	156	163	275	271
		1.058.174,56	978.312,51	831.971,64	892.283,21	635.551,14
	TOTAL	5.065	5.086	5.091	5.649	5.558
		22.630.960,68	21.101.834,21	16.166.130,89	18.356.407,66	21.452.963,92
PR	UEx	7.206	7.211	7.167	7.401	7.283
		24.884.744,14	22.366.005,98	18.929.912,64	20.909.162,27	30.418.995,94
	EEx	155	169	178	377	353
		813.684,50	696.722,72	764.928,98	733.923,35	575.938,72
	TOTAL	7.361	7.380	7.345	7.778	7.636
		25.698.428,64	23.062.728,70	19.694.841,62	21.643.085,62	30.994.934,66
	UEx	19.254	19.288	19.238	20.247	19.918
		82.642.359,85	72.137.672,78	59.149.694,20	66.470.209,22	83.979.217,55
	EEx	542	571	602	1.125	1.065
		2.835.694,80	3.202.831,86	3.133.025,20	3.132.094,16	2.461.165,44
	TOTAL	19.796	19.859	19.840	21.372	20.983
		85.478.054,65	75.340.504,64	62.282.719,40	69.602.303,38	86.440.382,99

Fonte: FNDE (2021). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Os saldos disponibilizados pelo FNDE estavam apresentados apenas por CNPJ, não havendo correlação alguma com escola, apenas com UF e Município. Então, a partir dos CNPJ obtidos das tabelas de ADESÃO/ATUALIZAÇÃO, onde há a vinculação entre escolas e CNPJ, buscamos os valores de saldos, para cada ano, para alimentar a Base de Dados.

Observações:

- Para as escolas vinculadas a um consórcio, o saldo foi individualizado proporcionalmente ao número de alunos da escola.
- Escolas que tiveram recebimento por sua EEx podem ter uma UEx e saldo remanescente.

- Para o ano de 2021, dos 19.796 CNPJ originais:
- Ao final, encontramos 19.286 CNPJ, sendo 18.744 de UEx e 542 de EEx.
- 510 CNPJ de UEx não foram encontrados no ano de 2021 (não aparecem na tabela de saldos disponibilizada pelo FNDE). Destes, 144 foram encontrados em anos anteriores, podendo ser de escolas extintas em 2021, e 366 não foram encontrados na nossa base, podendo ser de escolas extintas antes de 2017 ou de escolas privadas.
- Reproduzimos este procedimento para os demais anos.

Considerações para o cálculo do IEx:

- Se o ano for igual a 2017, não realizamos o cálculo.
- Se o ano inicial for diferente de 2017, computamos apenas $(VR - \text{saldo atual}) / VR$ (pois não há saldo anterior).
- Se $VR = 0$ ou VR menos saldo atual for negativo, o IEx será igual a zero.
- Se VR mais saldo anterior for igual a zero, OU VR mais saldo anterior menos saldo atual for negativo, arbitramos em zero.
- Se o saldo for negativo, o IEx pode ser 10, pois significa que a UEx/EEx aplicou todo o repasse.

IrPC (Índice de Prestação de Contas)

Cientes da fórmula indicada pela Normativa para o cálculo do IrPC, identificamos três colunas na planilha (base de cálculo do IdeGES 2018 a 2021) enviada pelo FNDE.

- Qtd PC
- Qtd PC aprovadas
- Qtd PC aprovadas com ressalvas

A fórmula utilizada é a soma de 100% das PC aprovadas mais 90% da quantidade de PC aprovadas com ressalvas dividida pela quantidade de PCs.

$$10 * (\text{qtd_PC_aprovadas} + 0,9 * \text{qtd_PC_aprovadas_com_ressalva}) / \text{qtd PC}$$

Recalculamos o IrPC para todas as UEx (apenas para teste e conferência) e encontramos os mesmos valores.

Entretanto, apontamos para a importância dos CECAMPE's terem acesso aos arquivos originais de prestação de contas das UEx e EEx, pelos seguintes motivos:

- Só obtivemos esses dados para as UEx que cumpriram todos os demais requisitos para os quatro anos, cerca de 90%. Cabe indagar se as demais 10% que ficaram de fora da análise não são exatamente as que precisam de orientação.
- Não dispomos dos motivos das ressalvas, o que teria sido fundamental para a equipe que analisou a prestação de contas do PDDE em diversas escolas da Região Sul.

- Todos os dados foram disponibilizados por CNPJ, não sendo possível associar todos os CNPJ disponibilizados às escolas constantes em nossa base de dados.
- Na planilha disponibilizada em março de 2022, no ano de 2021, 525 CNPJ não haviam feito PC, ou seja, não tiveram PC aprovadas nem aprovadas com ressalva, mas estavam com IrPC arbitrado em dez. Seria isso uma convenção ou um equívoco?

Possibilidades de melhoria e de trabalhos futuros

- Fazer novo cruzamento verificando todas as situações e excluir da Base de Dados todas as escolas paralisadas e/ou extintas que não aparecem nas tabelas Adesão, PDDE Repasses, Saldos e Prestação de Contas. Até aqui, optamos por mantê-las em função das possíveis inconsistências e alterações de um ano para o outro.
- Avançar nos cálculos do IdeGES para EEx, não realizado porque não havia prestação de contas para nenhuma delas e, também, porque não tínhamos o arquivo original de Adesão. Com isso, o IdeGES máximo calculado seria apenas 6,70. Então, optamos por utilizar apenas o IEx, na forma de percentual, para termos um elemento de comparação longitudinal e transversal.
- Criar um banco de dados relacional, utilizando a série histórica já calculada, e integrando os novos cálculos e informações disponibilizados pelo FNDE em setembro de 2022 e futuros exercícios.

A Enquete PDDE e a Gestão Escolar na Região Sul: procedimentos e caracterização da amostra

Com a finalidade de obter informações sobre aspectos da organização e gestão escolares e sobre a gestão do PDDE em escolas estaduais e municipais da Região Sul com UEx, parte da equipe do Eixo Monitoramento elaborou e aplicou um questionário enviado a todas as escolas que se enquadram nessa situação. Mais especificamente, o questionário foi enviado às escolas da Região Sul com UEx e com situação regular no banco de dados de escolas do CECAMPE-Sul, representando aproximadamente 81% das escolas, ou seja, em torno de 18 mil estabelecimentos de ensino. No ano de 2021, elaborou-se o questionário, realizou-se a testagem e o instrumento foi colocado no *Google Forms*. A equipe envolvida optou por efetivar o envio às escolas em março de 2022, após o período de férias ou recessos escolares. O questionário contém 64 questões e, como algumas são desdobradas, o número total de itens ficou em 124. O questionário foi antecedido de um termo de consentimento. Os estabelecimentos de ensino tiveram o período de 15 de março a 08 de abril de 2022 para respondê-lo.

Foram realizadas as ações a seguir pontuadas para a obtenção de respostas e para a sistematização delas após o preenchimento dos questionários, a saber:

- Envio, por e-mail, de mensagem às escolas estaduais e municipais com UEx, o que foi realizado com a colaboração do FNDE e com o envio direto pelo e-mail institucional do CECAMPE-Sul. Na mensagem, foi colocado o *link* para o ques-

tionário, além de informações sobre o CECAM-PE-Sul e sobre o levantamento.

- Envio, por e-mail, de mensagem às secretarias municipais e estaduais de educação da Região Sul, a fim de informar a realização da enquete e solicitar colaboração para o preenchimento por parte das escolas.
- Acompanhamento do preenchimento do questionário. Foram respondidas dúvidas e atendidas algumas necessidades, por meio de *WhatsApp*, e-mail e telefone.
- Verificação das respostas, a fim de eliminar instituições que não fizessem parte da amostra ou respostas duplicadas.
- Geração de arquivo *Excel* com as respostas e inserção dos dados na ferramenta SPSS.
- Criação de Painel das respostas ao questionário PDDE e a Gestão Escolar, para uso interno da equipe de pesquisa.

Cabe destacar que a obtenção de informações junto às/aos gestoras/es das escolas foi considerada, pelo grupo de pesquisadoras/es, como mais um modo de aproximação aos contextos de referência da “ponta” da política de transferência de recursos federais às escolas. As respostas ao questionário foram sistematizadas e analisadas no que concerne a várias ações do Monitoramento do PDDE.

O questionário foi respondido por 3.699 escolas estaduais e municipais com UEx da Região Sul, o que representa 20% das unidades de ensino com UEx em 2020 e 19% do total de escolas municipais e estaduais (considerando o número de escolas de 2020).

No próximo item, a amostra será caracterizada em seus aspectos básicos, sendo apontadas representatividades diante do universo, ou seja, frente ao total de escolas estaduais e municipais da Região Sul em 2020.

Características Básicas da Amostra de 3.699 Escolas

Os dados compilados são do ano de 2020 e oriundos de três fontes: Microdados do Censo Escolar (INEP), dados do PDDE (FNDE) e dados do CECAMPE-Sul referentes à enquete.

Na Tabela 34 é apresentado o quantitativo de escolas, população e amostra, no que concerne à existência ou não de UEx e, no caso das escolas com UEx, o número de unidades, em cada recorte, que recebeu e que não recebeu transferência de recursos do PDDE em 2020. Os dados sobre “População” se referem ao total de escolas públicas estaduais e municipais – 19.772; os dados na categoria “Enquete” abrangem somente as 3.699 escolas que responderam ao questionário, as quais também são chamadas aqui de “escolas da amostra”.

Tabela 34 – Escolas com/sem UEx e com/sem Repasse (número e percentual) – Escolas Municipais e Estaduais da Região Sul – 2020.

Características	População	Enquete
Escolas sem UEx	1.667 (8,4%)	37 (1,0%)
Escolas com UEx sem repasse	807 (4,1%)	61 (1,7%)
Escolas com UEx com repasse	17.298 (87,5%)	3.601 (97,3%)
Total	19.772	3.699

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP) e Arquivos CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Do total de 19.772 escolas, uma proporção de 8,4% (1.667) não possuía UEx, enquanto, dentre as 3.699 escolas que responderam à enquete, apenas 1,0% (37 escolas) estavam nessa situação em 2020. Nas escolas da amostra com UEx em 2020, a grande maioria teve transferência de recursos do PDDE – 3.601, representando 97,3% das 3.699; essa proporção é maior do que a do conjunto das escolas, em que 87,5% tinham UEx recebedora de recursos naquele ano. Mesmo que as escolas da amostra tenham respondido o questionário em 2022, os dados de 2020 permitem sinalizar que obtivemos respostas de um conjunto relevante, pois são, na maioria, estabelecimentos de ensino com unidade executora e que recebem regularmente recursos do Programa.

Nas Tabelas 35 e 36 é apresentado o número de escolas, respectivamente, no universo de 19.772 e na amostra de 3.699 unidades escolares, segundo alguns recortes de localização e jurisdição.

Tabela 35 – Total de Escolas, por Estado, Dependência Administrativa e Localização – Região Sul – 2020.

Categorias	Especificações	Região Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Total - População		19.772	7.341 (37,1%)	7.247 (36,7%)	5.184 (26,2%)
Dependência Administrativa					
	Estradual	5.830 (29,5%)	2.132 (29,0%)	2.410 (33,3%)	1.288 (24,8%)
	Municipal	13.942 (70,5%)	5.209 (71,0%)	4.837 (66,7%)	3.896 (75,2%)
	Localização				
	Rural	4.159 (21,0%)	1.228 (16,7%)	1.867 (25,8%)	1.064 (20,5%)
	Urbana	15.613 (79,0%)	6.113 (83,3%)	5.380 (74,2%)	4.120 (79,5%)
	Localização Diferenciada				
	Quilombos	71 (17,3%)	4 (3,1%)	61 (28,9%)	6 (8,7%)
	Assentamento	179 (43,7%)	87 (66,9%)	66 (31,3%)	26 (37,7%)
	Terra Indígena	160 (39%)	39 (30%)	84 (39,8%)	37 (53,6%)

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP). Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 36 – Escolas que Responderam à Enquete PDDE e a Gestão Escolar – Região Sul, por Estado, Dependência Administrativa e Localização – 2020.

Categorias	Especificações	Região Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Total - Enquete		3.699	1.225 (33,1%)	1.488 (40,2%)	986 (26,7%)
Dependência Administrativa					
	Estadual	982 (26,5%)	382 (31,2%)	298 (20,0%)	302 (30,6%)
	Municipal	2.717 (73,5%)	843 (68,8%)	1.190 (80,0%)	684 (69,4%)
Localização					
	Rural	710 (19,2%)	153 (12,5%)	389 (26,1%)	168 (17%)
	Urbana	2.989 (80,8%)	1.072 (87,5%)	1.099 (73,9%)	818 (83%)
Localização Diferenciada					
	Quilombos	8 (17,0%)	0 (0%)	8 (27,6%)	0 (0%)
	Assentamento	22 (46,8%)	7 (63,6%)	11 (37,9%)	4 (57,1%)
	Terra Indígena	17 (32,2%)	4 (36,4%)	10 (34,5%)	3 (42,9%)

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP) e Arquivos CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Como pode ser observado pelo contraste entre as Tabelas 35 e 36, os percentuais de escolas em cada categoria no universo de 19.772 escolas não diferem muito daqueles da amostra, na maioria dos casos. Cabe comentar, contudo, duas diferenças que podem ser consideradas mais marcantes: 1) em Santa Catarina, responderam à enquete 30,6% das escolas estaduais, proporção que é menor no universo – 24,8%; 2) no Rio Grande do Sul, a proporção de escolas estaduais que responderam à enquete é de 20%, portanto, bem menos do que a proporção de escolas estaduais gaúchas em 2020, que era de 33,3%.

Outra visão consta na Tabela 37, com os percentuais de cada categoria frente ao total (população).

Tabela 37 – Proporções das Escolas que Responderam à Enquete PDDE e a Gestão Escolar – Região Sul em Relação ao Total de Escolas, por Estado, Dependência Administrativa e Localização – 2020.

Categorias	Especificações	Região Sul			
		Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Santa
Total - Enquete		16,7%	18,7%	20,5%	19,0%
Dependência Administrativa					
	Estadual	17,9%	16,8%	12,4%	23,4%
	Municipal	16,2%	19,5%	24,6%	17,6%
Localização					
	Rural	12,5%	17,1%	20,8%	15,8%
	Urbana	17,5%	19,1%	20,4%	19,9%
Localização Diferenciada					
	Quilombos	0,0%	11,3%	13,1%	0,0%
	Assentamento	8,0%	12,3%	16,7%	15,4%
	Terra Indígena	10,3%	10,6%	11,9%	8,1%

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP) e Arquivos CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Nos recortes de dependência administrativa e localização, a maior parte das proporções fica entre 17 e 21%; percentuais maiores de participação na enquete encontram-se em escolas estaduais de Santa Catarina e escolas municipais do Rio Grande do Sul. Percentuais menores de participação ocorreram entre as escolas rurais do Paraná e estabelecimentos de ensino estaduais do Rio Grande do Sul. Nas três categorias de escolas em localização diferenciada, sobressai o fato de que nenhuma das unidades localizadas em comunidade de remanescente de quilombos do Paraná e Santa Catarina respondeu ao questionário (no total são 04 no Paraná e 06 em Santa Catarina), mas 13,1% das 61 escolas quilombolas do Rio Grande do Sul responderam. A participação das escolas de assentamento ficou em 12,3% na média e foi maior no Rio Grande do Sul (16,7%), enquanto a representatividade das escolas localizadas em terra indígena ficou mais próxima a 10%, variando de 11,9% no Rio Grande do Sul e 8,1% em Santa Catarina.

Também é oportuno chamar a atenção para a proporção de escolas das localizações urbana e rural, pois, no PDDE, escolas rurais com UEx recebem duas vezes o valor fixo das escolas urbanas, valores que, na atualidade são, respectivamente, R\$ 2.500,00 e R\$ 1.250,00. Contamos, na amostra, com proporções próximas, nessa categoria de diferenciação, na Região Sul e maiores para as escolas urbanas no Paraná e Santa Catarina.

Na Tabela 38 são apresentadas informações sobre o número de alunos, docentes e funcionários, além de médias de valores referentes ao PDDE na Região Sul em 2020.

Tabela 38 – Médias de Matrículas, Docentes, Funcionários e Valores de PDDE – Região Sul – 2020

Características	População	Enquete
Alunos	282,92	306,56
Docentes	77,89	84,68
Funcionários	10,31	10,89
Valor Recebido	R\$ 6.474	R\$ 6.723
VAA	R\$ 23,03	R\$ 23,79
Saldo	R\$ 3.795,00	R\$ 3.556,00
% Execução	63,7%	66,6%

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP), FNDE e arquivos do CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022). **Nota:** VAA – valor anual por aluno; valor recebido do PDDE dividido pelo número de matrículas.

Com relação às médias de matrículas, docentes, funcionários e valores do PDDE, pode-se observar que, no universo de escolas da Região Sul, há em média 283 alunos matriculados por escola, quantidade não muito distante daquela encontrada nas escolas participantes da enquête, que corresponde a 307 alunos matriculados por escola. Com relação ao número de docentes, o universo apresenta em média 78 docentes por escola, número que é de 85 na amostra. Já com relação ao número de funcionários, o universo apresenta uma média de 10 funcionários por escola, similarmente à amostra, que apresenta 11. Os valores do PDDE na amostra também seguem similares aos encontrados no universo da Região Sul, com o Valor Anual por Aluno (VAA) de R\$ 23,03 no universo e R\$ 23,70 na amostra, além de um percentual de execução de 63,7% no universo e 66,6% na amostra.

Na Tabela 39 são apresentados quantitativos que discriminam a oferta das etapas da Educação Básica por todas as escolas estaduais e municipais da Região Sul (População) e as escolas que responderam à enquête. No que diz respeito à Região Sul, a distribuição, na amostra, é próxima à da população, porém com uma proporção maior de escolas com oferta de Ensino Fundamental na amostra; também se verifica proporção de oferta de Ensino Médio com proporção em torno de 17% das unidades escolares nos dois recortes.

Tabela 39 – Escolas com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Região Sul – 2020.

	Etapas	Região Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
POPULAÇÃO	E. Infantil	11.581 (58,6%)	4.333 (59,0%)	4.162 (57,4%)	3.086 (59,5%)
	E. Fundamental	12.813 (64,8%)	4.965 (67,6%)	5.197 (71,7%)	2.651 (51,1%)
	E. Médio	3.404 (17,2%)	1.538 (21,0%)	1.135 (15,7%)	731 (14,1%)
	TOTAL	19.772	7.341	7.247	5.184
ENQUETE	E. Infantil	2.226 (60,2%)	693 (56,6%)	1.009 (67,8%)	524 (53,1%)
	E. Fundamental	2.611 (71,0%)	890 (73,0%)	1.103 (74,1%)	618 (62,7%)
	E. Médio	613 (16,6%)	264 (21,6%)	150 (10,1%)	199 (20,2%)
	TOTAL	3.699	1.225	1.488	986

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP) e arquivos do CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

No Paraná, há diferença maior nas proporções de escolas com oferta de Ensino Fundamental – são 67,6% na população e 73,0% dentre as escolas participantes da enquête. A diferença maior no Rio Grande do Sul se refere às escolas com oferta de Educação Infantil – 57,5% do total e 67,8% da amostra. No estado catarinense, destaca-se maior representatividade, na amostra, de escolas que ofertam Ensino Fundamental e Educação Infantil.

A Tabela 40 compara as faixas de quantidade de matrículas das escolas da população da Região Sul em relação às escolas participantes da enquête.

Tabela 40 – Escolas por Faixas de Quantidade de Matrículas – Região Sul – 2020.

Grupo	Alunos	Região Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
POPULAÇÃO	Até 50	2.658 (13,4%)	806 (11,0%)	1.030 (14,2%)	822 (15,9%)
	51 – 100	3.338 (16,9%)	1.148 (15,6%)	1.300 (17,9%)	890 (17,2%)
	101 – 200	5.129 (25,9%)	1.888 (25,7%)	1.912 (26,4%)	1.329 (25,6%)
	201 – 500	5.500 (27,8%)	2.266 (30,9%)	1.965 (27,1%)	1.269 (24,5%)
	Mais de 500	3.147 (15,9%)	1.233 (16,8%)	1.040 (14,4%)	874 (16,9%)
	TOTAL	19.772	7.341	7.247	5.184
ENQUETE	Até 50	273 (7,4%)	88 (7,2%)	141 (9,5%)	44 (4,5%)
	51 – 100	595 (16,1%)	160 (13,1%)	287 (19,3%)	148 (15,0%)
	101 – 200	1.074 (29,0%)	344 (28,1%)	464 (31,1%)	266 (27,0%)
	201 – 500	1.177 (31,8%)	409 (33,4%)	445 (29,9%)	323 (32,8%)
	Mais de 500	580 (15,7%)	224 (18,3%)	151 (10,2%)	205 (20,8%)
	TOTAL	3.699	1.225	1.488	986

Fonte: Microdados do Censo Escolar (INEP) e arquivos do CECAMPE-Sul. Elaboração CECAMPE-Sul (2022).

Pode-se notar que a maioria das escolas do universo da Região Sul possui entre 201-500 alunos (27,8% da população) e que esta também é a faixa de matrículas da maior parte das escolas participantes da enquete (31,8% da amostra). Essa é uma constatação importante no que tange à capacidade de a pesquisa corresponder a um panorama fidedigno e representativo da Região Sul, especialmente tendo em vista que o PDDE é transferido conforme o número de matrículas das escolas. Os dados ajudam a estimar o porte da maioria das escolas da Região Sul e, assim, o valor do PDDE recebido por elas, ressalvado o fato de que, como já comentado, existe um valor fixo por escola com UEx e que este é o dobro para as escolas rurais, nas quais, comumente, há menos matrículas.

Esse padrão, quanto à maioria das escolas possuem entre 201-500 alunos, ocorre especialmente no Estado do Paraná, com pequena diferença no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No universo da Região Sul, e também no Paraná e no Rio Grande do Sul, a maioria das escolas está na faixa de 201-500 matrículas (30,9% e 27,1%, respectivamente), enquanto, em Santa Catarina, a maioria das escolas da população possui porte um pouco menor, entre 101-200 matrículas (25,6%). Já na amostra, a faixa de 201-500 matrículas é maioria no Paraná e em Santa Catarina (33,4% e 32,8%, respectivamente), ao passo que, no Rio Grande do Sul, a maioria das escolas participantes da enquete é de porte um pouco menor, possuindo entre 101-200 matrículas (31,1%).

As escolas com menos de 50 alunos são minoria, tanto na população quanto na amostra, e, mesmo com diferenças em relação aos percentuais quantitativos, essa é uma característica que pouco influencia a pesquisa, já que a incidência de escolas sem UEx é maior nesse tipo de estabelecimento de ensino.

Comentário final sobre a enquete e sua amostra

Sublinha-se que os dados e comparações apresentados demonstram que a amostra referente à enquete sobre o PDDE e a Gestão Escolar na Região Sul se mostrou bastante representativa do universo das escolas da Região, considerando as proporcionalidades apontadas e os diferentes aspectos trazidos nesta caracterização. A análise de respostas ao questionário é realizada em vários capítulos do presente livro.

PANORAMA DO PDDE NA REGIÃO SUL (2016-2021)

Denise Lindstrom Bandeira
Rodrigo Meleu das Neves
Nalú Farenzena

O objetivo deste capítulo é expor uma visão geral da implementação do PDDE na Região Sul do Brasil, o que, embora sua singularidade, oferece elementos de contexto do atendimento educacional e do PDDE que contribuíram com diversas dimensões da análise do PDDE no Sul do Brasil pela equipe do CECAMPE-Sul.

Grandes Números: matrículas e escolas

O ponto de partida deste Panorama do PDDE na Região Sul do Brasil é o número de matrículas na Educação Básica, uma vez que as matrículas dos estabelecimentos escolares são determinantes para o repasse de recursos às Unidades Executoras (UEX), às Entidades Executoras (EEEX) e às Entidades Mantenedoras (EM)¹.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2021 (INEP, 2021a), o total de matrículas no

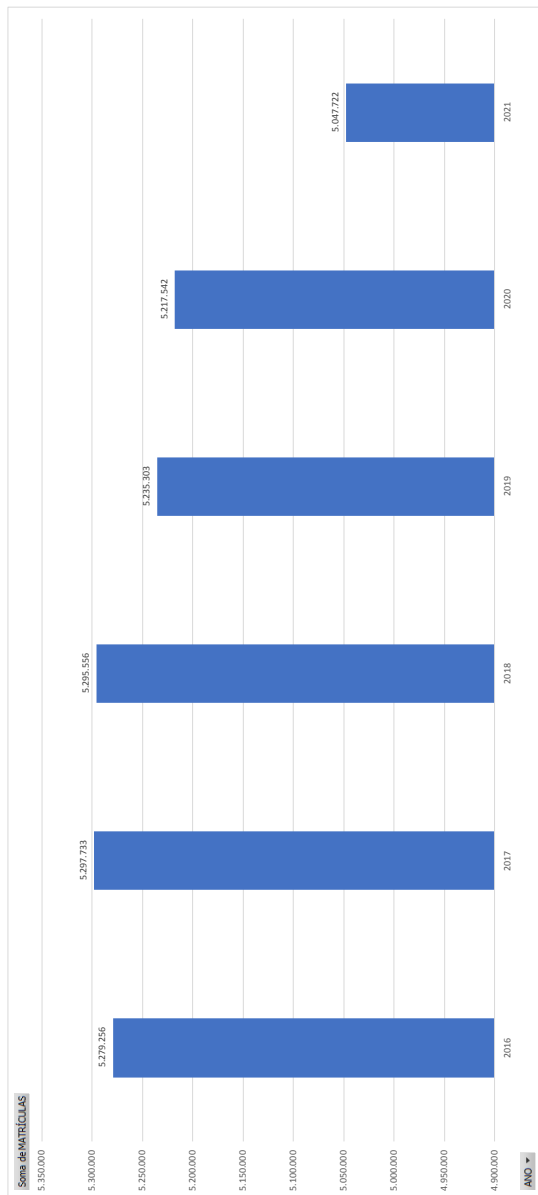
¹ As EM (Entidades Mantenedoras) dizem respeito a escolas de educação especial sem fins lucrativos conveniadas com prefeituras ou governos estaduais. Nesse Panorama, os recursos repassados às EM da Região Sul não serão abordados, uma vez que a opção foi a de focar as escolas públicas, dada a abrangência de seu atendimento.

Brasil foi 46.668.401, abrangendo as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e as modalidades Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Dessas matrículas, 6.213.513 (13,3%) foram registradas na Região Sul do Brasil.

Das 6.213.513 matrículas da Educação Básica da Região Sul, 5.047.722 (81,2%) pertencem às redes estaduais e municipais de ensino. A matrícula nas instituições federais que atendem Educação Básica foi de 65.614, o que eleva a participação da rede pública de Educação Básica na Região Sul para 82,3%. Das matrículas estaduais e municipais, 4.682.539 eram de escolas localizadas no meio urbano e 365.183 em escolas do campo (rural), ou seja, a matrícula urbana representa 92,8% das matrículas estaduais e municipais.

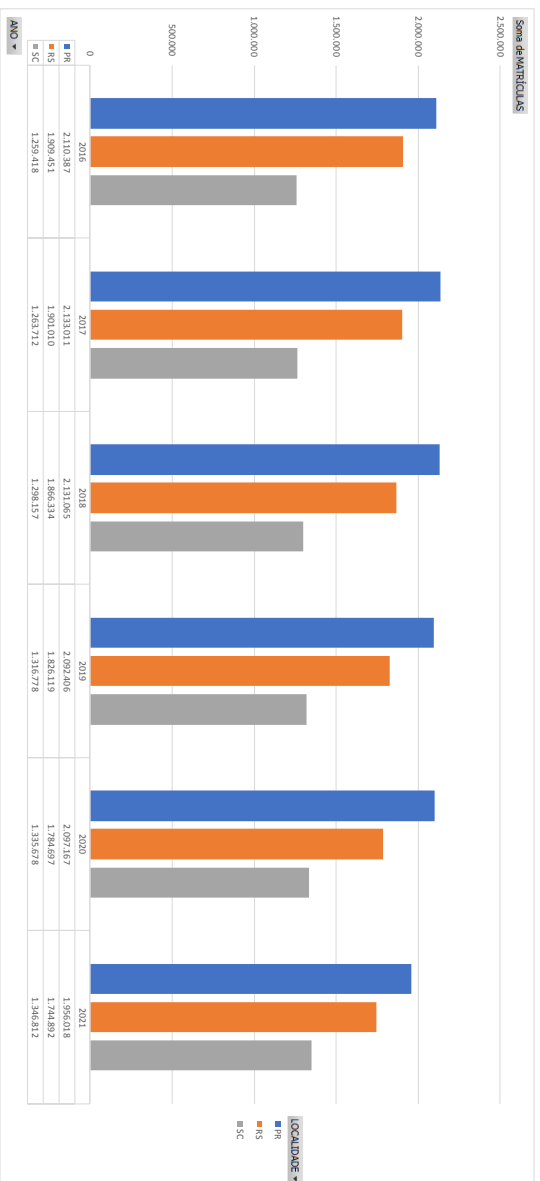
Nos Gráficos 1 e 2 estão registradas as matrículas da Educação Básica das escolas estaduais e municipais da Região Sul (Gráfico 1) e de cada um dos seus estados (Gráfico 2), nos anos de 2016 a 2021.

Gráfico 1 – Matrículas da Educação Básica nas redes estaduais e municipais – Região Sul – 2016-2021.



Fonte: INEP (2016a; 2017a; 2018a; 2019a; 2020a; 2021a).

Gráfico 2 – Matrículas da Educação Básica nas redes estaduais e municipais – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – 2016-2021.

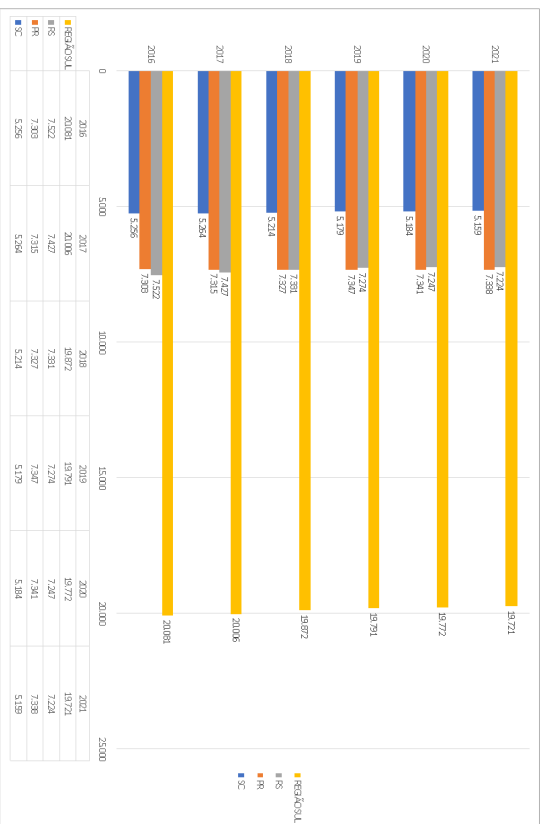


Fonte: INEP (2016a; 2017a; 2018a; 2019a; 2020a; 2021a).

No ano de 2021, o total de matrículas da Região Sul, nas redes aqui examinadas, foi 4,4% menor do que em 2016 (231.534 matrículas a menos); Santa Catarina (SC) registrou crescimento de 6,9%, enquanto no Paraná (PR) houve decréscimo de 7,3%, especialmente entre os anos de 2020 e 2021, em que o total de matrículas nas redes estadual e municipal teve uma diminuição de 141.149 registros; idem para o Rio Grande do Sul (RS), porém com decréscimo maior, de 8,6% (164.559 matrículas a menos em 2021 comparado a 2016). Na Região Sul, em 2018, 2019, 2020 e 2021 houve queda em relação aos respectivos anos anteriores; o mesmo movimento não ocorreu em Santa Catarina, em que houve aumento no número de matriculados em todos os anos da série. Como nesse período não houve alteração nos valores *per capita* do PDDE Básico, ocorreu a transferência de um volume menor de recursos para as redes estaduais e municipais dos estados do RS e PR, sendo mais acentuado no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe comentar que em todos os estados houve decréscimo no número de escolas e de matrículas na localização rural, sendo este um fator a mais a explicar a redução de recursos transferidos do PDDE, o que é tratado mais adiante neste texto.

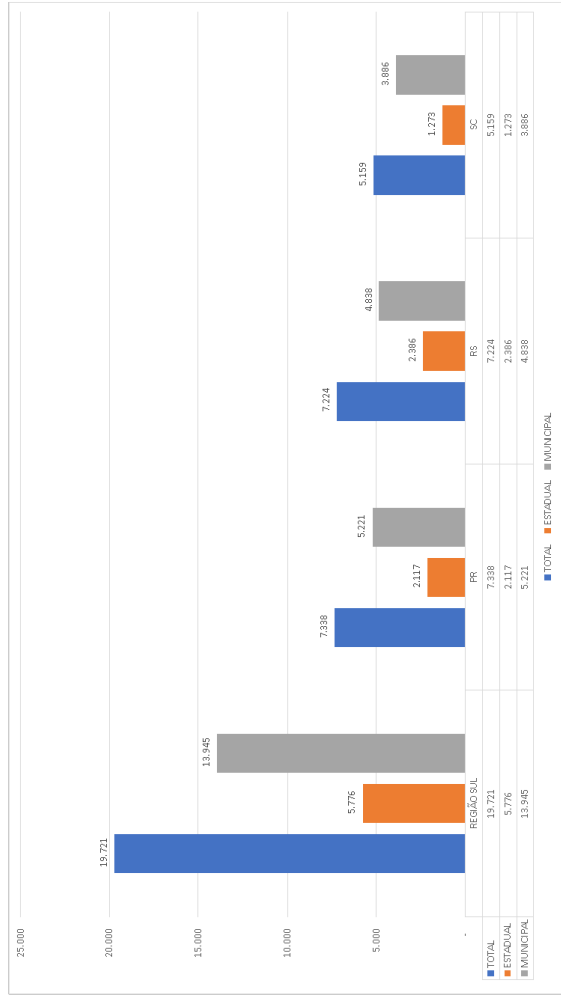
Em 2021, as redes estaduais e municipais de ensino da Região Sul estão dispostas da seguinte forma no que diz respeito ao número de estabelecimentos de ensino: as redes estaduais contavam com 5.776 escolas, enquanto as redes municipais eram integradas por 13.945 instituições, totalizando 19.721 unidades de ensino de Educação Básica entre os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (INEP, 2021b). A disposição por Estado está distribuída de acordo com o Gráfico 3, seguida de um detalhamento por rede, no ano de 2021, no Gráfico 4.

Gráfico 3 – Número de escolas em atividade nas redes estaduais e municipais – Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – 2016-2021.



Fonte: INEP (2016b; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

Gráfico 4 – Número de escolas municipais e estaduais de Educação Básica em atividade – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2021.

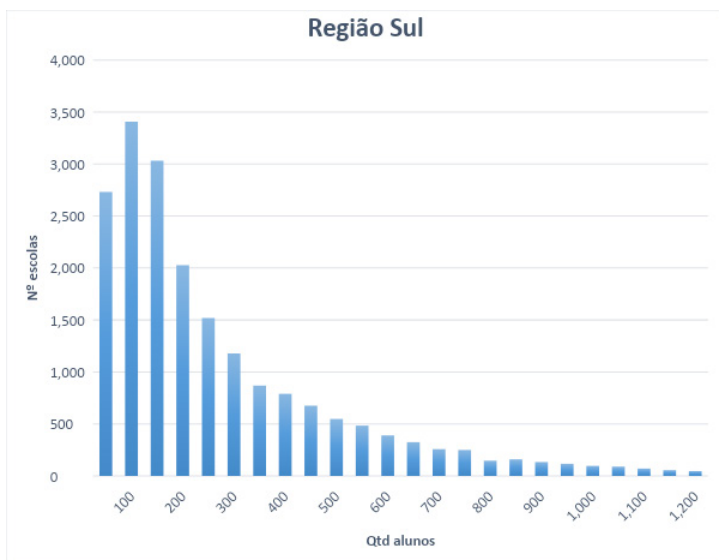


Fonte: INEP (2021b).

Das escolas em atividade em 2021, verifica-se que o Estado do Paraná possui o maior número de escolas estaduais e municipais – coerente com o maior número de matrículas –, embora o estado do Rio Grande do Sul tenha mais escolas estaduais que o Paraná. Destaca-se o maior número de escolas municipais nos três estados, mais do que o dobro em cada unidade federativa (UF). Além do fato de as proporções de matrículas, nos três estados, tenderem para a oferta mais municipalizada, as proporções do atendimento das prefeituras ao meio rural são ainda mais elevadas; no meio rural o mais comum é haver escolas menores, distribuídas por muitas comunidades rurais, ou seja, um quantitativo maior de escolas, embora com reduzido número de estudantes. A manutenção desse tipo de atendimento é da maior relevância para a garantia do acesso e da permanência na educação no meio rural, e a prioridade do PDDE às escolas do campo, com maior valor fixo de repasse, é por nós considerada como acertada.

Cruzando escolas e matrículas na Região Sul, elaboramos um histograma de distribuição de matrículas por escola, no ano de 2021, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de escolas e matrículas de Educação Básica em atividade na Região Sul – 2021



Fonte: INEP (2021b).

Para a construção do Gráfico 5, consideramos as 19.721 escolas em atividade. Contudo, ao analisar os microdados da Educação Básica em 2021 (INEP, 2021b), identificamos 135 escolas com matrícula igual a zero, que foram desconsideradas da amostra. Desse modo, trabalhamos aqui com 19.586 registros. De um modo geral, identificamos que a maior frequência de número de escolas é na faixa entre 50 e 100 matrículas, com média igual a 256 e mediana 164. É de sublinhar que há mais de 6.000 escolas (mais de 30%) com até 100 matrículas, e, com mais de 1.200 matrículas, apenas 185.

Explorando esses resultados por Estado, identificamos que, no RS, das 7.224 escolas ativas em 2021, 7.175

tinham informação de quantidade de alunos nos microdados, com média de matrículas de 241 e mediana 155. Em SC, das 5.159 escolas ativas, 5.102 tinham informação de quantidade de alunos, com média de 263 e mediana 155. No PR, das 7.338 escolas ativas, 7.309 tinham informação de quantidade de alunos, com média 265 e mediana 182.

No que concerne ao PDDE, reiteramos, a configuração do número de escolas e de matrículas é muito importante, pela existência de valor fixo para escolas com UEx e de valor variável, *per capita*, ou seja, de acordo com o número de estudantes. Nos três estados, predominam escolas com menos de 300 alunos, o que, no caso de escolas com UEx, tende a elevar o valor do PDDE por aluno.

Na próxima seção, analisaremos o PDDE no Brasil e na Região Sul em grandes números.

Situação do PDDE no Brasil e na Região Sul

A fim de contextualizar a situação atual do PDDE no Brasil e na Região Sul, respectivamente, consultamos o Relatório de Execução do Programa (FNDE, 2022a), atualizado em 31 de julho de 2022. A partir da Tabela 1, podemos constatar a série histórica de escolas e estudantes atendidos, bem como os repasses atualizados entre 2019 e 2022.

Tabela 1 – Escolas e estudantes atendidos, e recursos repassados (em R\$ 1,00), Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – 2019-2022.

		ESCOLAS ATENDIDAS			ESTUDANTES ATENDIDOS			RECURSOS REPASSADOS		
		ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2019	BRASIL	24.900	93.407	118.307	10.944.106	20.546.938	31.491.044	262.249.880,00	523.297.543,00	785.547.423,00
2020	BRASIL	24.996	93.711	118.707	12.659.570	20.996.323	33.655.893	277.237.920,00	531.523.202,00	808.761.122,00
2021	BRASIL	24.892	96.649	121.541	11.737.880	21.495.078	33.232.958	319.501.435,00	601.874.378,00	921.375.813,00
2022	BRASIL	21.471	96.166	117.637	-	-	-	229.277.990,00	551.597.515,00	780.875.505,00
2019	REGIÃO SUL	5.499	12.607	18.106	2.222.937	2.643.523	4.866.460	51.111.920,00	67.627.330,00	118.739.250,00
2020	REGIÃO SUL	5.429	12.739	18.168	2.186.918	2.701.642	4.888.560	49.878.080,00	68.797.637,00	118.675.717,00
2021	REGIÃO SUL	5.370	13.008	18.378	2.170.800	2.781.066	4.951.866	53.572.710,00	74.261.195,00	127.833.905,00
2022	REGIÃO SUL	4.979	13.071	18.050	-	-	-	45.207.745,00	70.964.860,00	116.172.605,00
2019	RS	2.200	4.277	6.477	716.594	898.847	1.615.441	17.294.840,00	23.064.390,00	40.359.230,00
2020	RS	2.137	4.334	6.471	704.436	923.371	1.627.807	16.646.760,00	23.555.290,00	40.202.050,00
2021	RS	2.060	4.441	6.501	641.376	959.272	1.600.648	18.499.650,00	26.116.475,00	44.616.125,00
2022	RS	1.673	4.478	6.151	-	-	-	13.213.645,00	24.787.235,00	38.000.880,00
2019	SC	1.218	3.507	4.725	508.591	728.715	1.237.306	11.479.810,00	18.524.620,00	30.004.430,00
2020	SC	1.219	3.545	4.764	512.607	754.425	1.267.032	11.543.160,00	19.051.980,00	30.595.140,00
2021	SC	1.228	3.600	4.828	529.136	778.538	1.307.674	12.140.840,00	20.552.500,00	32.693.340,00
2022	SC	1.215	3.614	4.829	-	-	-	11.443.970,00	19.592.290,00	31.036.260,00
2019	PR	2.081	4.823	6.904	997.752	1.015.961	2.013.713	22.337.270,00	26.038.320,00	48.375.590,00
2020	PR	2.073	4.860	6.933	969.875	1.023.846	1.993.721	21.688.160,00	26.190.367,00	47.878.527,00
2021	PR	2.082	4.967	7.049	1.000.288	1.043.236	2.043.524	22.932.220,00	27.592.220,00	50.524.440,00
2022	PR	2.091	4.979	7.070	-	-	-	20.550.130,00	26.585.335,00	47.135.465,00

Fonte: FNDE (2022a). **Notas:** 1) valores atualizados pela aplicação BI do PDDE, em 31 de julho de 2022; e, 2) os estudantes de 2022 não estavam computados até a data de escrita deste texto.

De acordo com a Tabela 1, observa-se que, entre 2019 e 2022, foram transferidos cerca de R\$ 3,3 bilhões ao PDDE no Brasil, atendendo cerca de 120 mil escolas e 32 milhões de alunos por ano. Desses resultados, a Região Sul responde por 14,6% dos repasses, e em torno de 14% dos estudantes e 15% das escolas em cada ano contemplado. Interessante observar também, no que tange aos repasses, que o ano de 2021, em qualquer cenário (Brasil, Região Sul ou estados) reserva-se um maior valor, principalmente no recorte nacional, com um incremento de R\$ 112,6 milhões (14,0%) em relação ao ano anterior, embora o número de estudantes atendidos tenha se mantido praticamente estável (decréscimo de 1,3%). Isso se

explica pelo pagamento da Parcela Desempenho do PDDE, destinada a 14.656 escolas, perfazendo um valor aproximado de R\$ 94,7 milhões (FNDE, 2018b; 2019; 2020c; 2021a). Na Região Sul, o ano de maior repasse também foi o de 2021, mas o número de alunos também. Entre os três estados abrangidos, o Paraná responde pelo maior repasse, justamente pelo maior número de estudantes.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao total de escolas no intervalo analisado: tanto no recorte brasileiro quanto no da Região Sul, verifica-se um número decrescente de unidades atendidas, ano a ano. No Paraná, contudo, esse número cresce, ao passo que, em Santa Catarina, segue estável. No Rio Grande do Sul, por sua vez, verifica-se que, entre 2021 e 2022, houve uma diminuição de 350 estabelecimentos atendidos, embora esse número ainda não possa ser relacionado com o de estudantes, pois este total ainda não foi disponibilizado para o ano corrente. Essa diminuição (5,4%) não guarda respaldo nos microdados do INEP: em 2020, o RS contava com 7.247 escolas estaduais e municipais ativas e, em 2021, 7.224.

De acordo com o Gráfico 3, é possível verificar que a Região Sul dispunha de 19.721 escolas estaduais e municipais em atividade em 2021. Neste ano, 93,2% dos estabelecimentos desse tipo foram contemplados com o PDDE. Se observados os anos anteriores, temos que, em 2020, dentre os 19.772 estabelecimentos ativos, foram atendidos 91,9% e, em 2019, das 19.791 escolas, 91,5% foram contempladas. Logo, podemos afirmar que o Programa tem permanecido estável nesses anos, sendo necessário ampliar o atendimento, afinal, foram mais de 1.500 unidades escolares não atendidas em 2019 e 2020 e mais de 1.300 na mesma situação em 2021.

A partir da próxima seção o Panorama contemplará a adesão ao PDDE, repasses realizados, saldos remanescentes, prestações de contas e valores por aluno, por ano, do PDDE. O CECAMPE-Sul trabalhou com os dados disponibilizados pelo FNDE, mais especificamente, o repositório *Sharepoint* do FNDE.

Região Sul: situação das escolas em relação ao PDDE

Outro ângulo deste Panorama é o das escolas com e sem unidades executoras, que receberam ou não benefícios do PDDE entre os anos de 2018 e 2021, em atividade, paralisadas ou extintas. Para melhor entendimento deste recorte, é preciso ter presente que, embora a maior parte dos repasses e saldos diga respeito a escolas em atividade, o CECAMPE-Sul identificou, através de análise aos dados do FNDE, quantias em escolas paralisadas e extintas.

Desse modo, para facilitar a leitura dos números das próximas exposições, organizamos um quadro informativo, com todas as escolas da Região Sul, por situação, entre os anos de 2018 e 2021.

Tabela 2 – Número de escolas de Educação Básica em atividade, paralisadas e extintas – Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – 2018-2021.

REGIÃO SUL	EM ATIVIDADE	PARALISADA	EXTINTA	TOTAL
2018	19.872	2.100	443	22.415
2019	19.791	1.962	359	22.112
2020	19.772	1.848	279	21.899
2021	19.721	1.702	305	21.728
RS	EM ATIVIDADE	PARALISADA	EXTINTA	TOTAL
2018	7.331	1.139	76	8.546
2019	7.274	1.210	32	8.516
2020	7.247	1.139	146	8.532
2021	7.224	1.016	176	8.416
SC	EM ATIVIDADE	PARALISADA	EXTINTA	TOTAL
2018	5.214	698	147	6.059
2019	5.179	498	272	5.949
2020	5.184	447	97	5.728
2021	5.159	432	70	5.661
PR	EM ATIVIDADE	PARALISADA	EXTINTA	TOTAL
2018	7.327	263	220	7.810
2019	7.338	254	55	7.647
2020	7.341	262	36	7.639
2021	7.338	254	59	7.651

Fonte: INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

De acordo com a Tabela 2, fica evidente o maior número de escolas paralisadas no RS (1.016 registros em 2021), quando comparado aos estados de SC e PR (432 e 154, respectivamente), o que explicará também os re-

sultados de adesão, repasses, saldos e prestação de contas, posteriormente. No que se refere às escolas extintas, o RS também registra bem mais instituições que as outras duas unidades da federação em 2021, o que termina por contrastar, por exemplo, que, embora tenha 765 escolas a mais que o PR, o RS conte com 114 em atividade a menos que o mesmo Estado.

Cientes dessa realidade, procuramos identificar então a situação das escolas junto ao FNDE, e suas diferentes formas de participação no PDDE. Para isso, organizamos uma série histórica que cotejou as diferentes situações que uma escola pode assumir, dispondo isso através da Tabela 3.

Tabela 3 – Número de escolas municipais e estaduais de Educação Básica, com Unidade Executora ou Entidade Executora, com ou sem repasse – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (Continua).

	ANO BASE					SC					PR					TOTAL					
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
	2018-2021					2018					2019					2020					
	TOTAL DE ESCOLAS - EM ATIVIDADE					7331	7274	7247	7224	5214	5179	5184	5159	7927	7338	7341	7338	19872	19791	19772	19721
	ESCOLAS COM UEX E COM REPASSE					6192	6122	6150	6168	4387	4388	4408	4451	6830	6660	6721	6826	17249	17150	17279	17445
X	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - com saldo					296	472	399	401	101	143	135	127	87	144	141	68	494	639	575	536
Y	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - sem saldo					43	20	24	19	50	41	25	8	45	19	17	5	138	80	66	33
Z	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - saldo (CNPJ) não encontrado					92	52	29	28	42	31	18	12	75	57	26	22	209	140	67	62
	ESCOLA com UEX com REPASSE para EEX					27	17	11	12	18	8	4	6	18	11	3	3	63	36	18	21
	ESCOLA com UEX com REPASSE para EEX - paralisada					0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	ESCOLA com UEX COM REPASSE - paralisada					10	10	10	7	7	7	3	9	10	10	5	7	27	18	23	20
	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - com saldo - paralisada					39	20	13	23	7	7	9	8	8	4	6	9	54	31	28	40
	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - sem saldo - paralisada					25	28	13	8	13	12	4	2	13	12	11	51	52	30	21	
	ESCOLA com UEX COM REPASSE - extinta					0	0	0	0	5	2	1	1	1	1	0	0	5	3	1	1
	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - com saldo - extinta					0	2	4	2	3	2	4	3	1	1	2	0	4	5	10	5
	ESCOLA com UEX SEM REPASSE - sem saldo - extinta					1	0	3	1	9	8	8	3	5	4	3	5	13	12	14	9
	ESCOLAS COM UEX EM QUALQUER SITUAÇÃO					6725	6683	6550	6570	4642	4630	4619	4630	6892	6929	6937	6997	16259	16236	16206	16257

Tabela 3 – Número de escolas municipais e estaduais de Educação Básica, com Unidade Executora ou Entidade Executora, com ou sem repasse – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (Final).

UNIDADES ADMINISTRATIVAS (ESTADO E MUNICÍPIOS)	498	498	498	498	296	296	296	296	400	400	400	400	1184	1184	1184	1184
EEs COM REPASSE (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO)	158	124	116	118	88	89	95	111	78	75	83	384	290	280	296	296
Escolas com repasse pela EEx - em atividade	337	319	283	315	402	333	349	263	219	198	210	1082	852	821	874	874
Escolas com repasse pela EEx - paralizada	55	24	20	9	35	29	17	18	27	14	7	5	117	67	44	33
Escolas com repasse pela EEx - extinta	1	2	1	2	3	5	2	0	8	0	0	0	12	7	3	2
ESCOLAS COM REPASSE PELA EEX EM QUALQUER SITUAÇÃO	453	345	310	328	440	348	387	298	233	208	216	1191	928	888	908	908
ESCOLAS EM ATIVIDADE QUE NÃO TIVERAM REPASSE DO PODE	742	633	598	741	425	487	445	359	454	421	302	1501	1783	1672	1482	1482

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

De acordo com a Tabela 3, podemos identificar que, ao longo dos últimos quatro anos, a participação de escolas junto ao PDDE esteve praticamente estável, com pequeno aumento em 2021. Das escolas em atividade, identificamos um percentual médio de repasses a escolas com UEx de 88,5%, ou seja, receberam repasses do PDDE pela sua Unidade Executora em 2021. Também é possível observar escolas com UEx sem repasse, porém com saldo, com especial atenção ao RS, nos quatro anos analisados. Outro fenômeno identificado foi o de escolas que, embora tendo UEx, receberam pela sua EEx, com mais incidência no ano de 2018, em que houve 63 casos. No que se refere aos repasses às EEx, identificamos que o total de EEx participantes vem caindo ao longo dos anos, mas o número de escolas que aderem por essa natureza diminuiu entre 2018 e 2019, seguindo estável desde então. Considerando as escolas que não tiveram repasse do PDDE, podemos observar que o maior registro da Região Sul está concentrado no ano de 2019, e o menor número ocorre em 2021. Também é de destacar uma cobertura maior no Paraná, onde, em 2021, apenas 4% das escolas não tiveram repasse, frente a uma média da Região Sul de 7%.

A fim de estudar com maior detalhamento as possíveis situações que uma escola pode assumir ao aderir ao PDDE, exploraremos melhor o ano de 2021, a partir da Tabela 4.

Tabela 4 – Número de escolas municipais e estaduais de Educação Básica em atividade, paralisadas e extintas, com ou sem repasse pela Unidade Executora ou pela Entidade Executora – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul, por esfera administrativa – 2021 (Continua).

	ANO BASE		RS		SC		PR		TOTAL			
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
	2021											
TOTAL DE ESCOLAS - EM ATIVIDADE	2.386	4.838	7.224	1.273	3.886	5.159	2.117	5.221	7.338	5.776	13.945	19.723
TOTAL DE ESCOLAS - PARALISADAS	149	867	1.016	95	337	432	36	218	254	280	1.422	1.702
TOTAL DE ESCOLAS - EXTINTAS	14	162	176	3	67	70	11	48	59	28	277	309
TOTAL DE ESCOLAS POR ESFERA X UF	2.549	5.867	8.416	1.371	4.290	5.661	2.164	5.487	7.651	6.084	15.644	21.728
ESCOLAS COM UEX E COM REPASSE	1.984	4.184	6.168	1.123	3.328	4.451	2.067	4.759	6.826	5.174	12.271	17.449
ESCOLA com UEX com REPASSE pela EEEx - em atividade	0	12	12	0	6	6	0	3	3	0	21	21
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo	264	137	401	9	118	127	138	50	68	291	305	596
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo	11	8	19	1	7	8	3	1	6	17	16	33
ESCOLA com UEX COM REPASSE - paralisada	0	7	7	1	3	4	9	7	7	1	22	23
ESCOLA com UEX com REPASSE pela EEEx - paralisada	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo - paralisada	12	11	23	2	6	8	8	1	9	22	18	40
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo - paralisada	6	2	8	2	0	2	3	5	14	16	8	24
ESCOLA com UEX COM REPASSE - extinta	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	1	1
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo - extinta	1	1	2	1	2	3	0	0	0	2	3	5
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo - extinta	0	1	1	0	3	3	1	4	5	1	8	9
ESCOLA com UEX SEM REPASSE saldo (CNPJ) não encontrado - em atividade	4	24	28	2	10	12	3	16	19	9	50	59
ESCOLAS COM UEX, EM QUALQUER SITUAÇÃO	2.282	4.388	6.670	1.141	3.489	4.630	2.111	4.846	6.957	5.534	12.723	18.257

Tabela 4 – Número de escolas municipais e estaduais de Educação Básica em atividade, paralisadas e extintas, com ou sem repasse pela Unidade Executora ou pela Entidade Executora – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul, por esfera administrativa – 2021 (Final).

ENTIDADES EXECUTORAS (Ex.)- ESCOLAS SEM UB.																						
UNIDADES ADMINISTRATIVAS (ESTADO E MUNICÍPIOS)	1	497	498	1	295	296	1	399	400	3	1.191	1.194										
EE COM REPASSE (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO)	1	117	118	1	94	95	1	82	83	3	296	297										
ESCOLAS COM REPASSE PELA EX - em atividade	68	247	315	92	257	349	15	195	210	175	699	874										
ESCOLAS COM REPASSE PELA EX - paralisada	0	9	9	12	6	18	0	6	6	12	21	33										
ESCOLAS COM REPASSE PELA EX - extinta	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2										
ESCOLAS COM REPASSE PELA EX EM QUALQUER SITUAÇÃO	68	258	328	104	263	367	15	201	216	187	722	909										
ESCOLAS SEM UB SEM REPASSE - em atividade	45	186	231	38	86	124	6	152	158	89	424	513										
ESCOLAS NÃO ENCONTRADAS NO FNDE - em atividade	10	52	62	8	83	89	3	48	51	21	180	201										
ESCOLAS EM ATIVIDADE QUE NÃO TIVERAM REPASSE DO PROE	334	407	741	59	301	359	35	267	302	427	975	1.402										

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b, 2022c); INEP (2021b).

Em 2021, das 19.721 escolas em atividade, 17.445 (88,5%) receberam pela sua UEx, enquanto 874 (4,4%) receberam os benefícios do PDDE pela sua Entidade Executora (EEx); e 1.402 instituições (7,1%) não tiveram repasse, mesmo em atividade. Entre os estados da Região Sul, o Rio Grande do Sul foi a Unidade da Federação que registrou o maior número de instituições sem repasse (741), entre as 7.224 escolas em atividade (10,3%).

Ao analisarmos o universo de escolas com UEx, identificamos que, entre as 18.257 instituições de ensino em qualquer situação com Unidade Executora, 17.445 (95,6%) tiveram repasse com êxito, 596 não tiveram repasse, mas tinham saldo, e 33 não tiveram repasse nem saldo. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que “[...] entidades [UEx que] ou se encontravam inadimplentes com a prestação de contas, ou não aderiram ao programa, ou não constituíram as suas UEx, fatos, esses, que as impediram de receber os recursos do PDDE” (FNDE, 2018a, p. 82).

No que tange ao repasse pela EEx, o Estado do Paraná é o que possui mais escolas ativas que aderiram ao Programa através das suas UEx, pois tem mais escolas (7.338) e o menor número de instituições com repasse pela EEx (210 ou 2,9%). Na outra ponta, temos Santa Catarina, em que 349 escolas ativas (6,8% de 5.159) tiveram a transferência efetuada para a respectiva Entidade Executora. Quando analisamos os repasses realizados às Entidades Executoras, é no Rio Grande do Sul que temos também o maior número de secretarias municipais de educação beneficiárias do PDDE, 117, enquanto o Estado do Paraná registra 82 EEx municipais, confirmando a maior adesão ao Programa via UEx neste Estado.

Explorados os aspectos relativos às escolas estaduais e municipais da Região Sul que aderiram ou não ao PDDE, faremos outro olhar agora, por tipo de localização (urbana ou rural), a partir da Tabela 5.

Tabela 5 – Número de escolas urbanas e rurais de Educação Básica em atividade, paralisadas e extintas, com ou sem repasse pela Unidade Executora ou pela Entidade Executora – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul, por esfera administrativa – 2021 (Continua).

	ANOBASE		RS		SC		PR		TOTAL			
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2021												
TOTAL DE ESCOLAS - EMATIVIDADE	5.397	1.827	7.224	4.107	1.062	5.159	6.126	1.212	7.338	15.630	4.081	19.721
TOTAL DE ESCOLAS - PARALISADAS	156	863	1.019	201	231	432	77	177	254	434	1.268	1.702
TOTAL DE ESCOLAS - EXTINTAS	28	148	176	24	46	70	29	30	59	81	224	305
TOTAL DE ESCOLAS POR ESFERA X UF	5.581	2.835	8.416	4.332	1.329	5.661	6.222	1.419	7.651	16.145	5.581	21.726
UNIDADES EXECUTORAS (UEX)												
ESCOLAS COM UEX E COM REPASSE	4.713	1.455	6.168	3.675	776	4.451	5.824	1.002	6.826	14.212	3.233	17.445
ESCOLA com UEX com REPASSE pelo UEX - em atividade	7	5	12	2	4	6	2	1	3	11	10	21
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo	320	81	401	87	40	127	57	11	68	464	132	596
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo	12	7	19	7	1	8	5	1	6	24	9	33
ESCOLA com UEX COM REPASSE - paralisada	2	5	7	8	1	9	3	4	7	13	10	23
ESCOLA com UEX com REPASSE pelo UEX - paralisada	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo - paralisada	8	15	23	4	4	8	5	4	9	17	23	40
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo - paralisada	3	5	8	2	0	2	8	6	14	13	11	24
ESCOLA com UEX COM REPASSE - extinta	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1
ESCOLA com UEX SEM REPASSE com saldo - extinta	0	2	2	1	2	3	0	0	0	1	4	5
ESCOLA com UEX SEM REPASSE sem saldo - extinta	0	1	1	2	1	3	5	0	5	7	2	9
ESCOLA com UEX SEM REPASSE e saldo de (D/P) não encontrado - em atividade	20	8	28	11	1	12	17	2	19	48	11	59
ESCOLAS COM UEX, EM QUALQUER SITUAÇÃO	5.086	1.584	6.670	3.758	881	4.630	5.926	1.081	6.957	14.811	3.446	18.257

Tabela 5 – Número de escolas urbanas e rurais de Educação Básica em atividade, paralisadas e extintas, com ou sem repasse pela Unidade Executora ou pela Entidade Executora – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul, por esfera administrativa – 2021 (Final).

ENTIDADES EXECUTORAS (ES) – ESCOLAS SEM UEX	ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - em atividade		ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - paralisada		ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - extinta		ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - EM QUALQUER SITUAÇÃO		ESCOLAS SEM UEX - SEM/REPASSSE - em atividade		ESCOLAS SEM UEX - SEM/REPASSSE - paralisada		ESCOLAS SEM UEX - SEM/REPASSSE - extinta		ESCOLAS SEM UEX - SEM/REPASSSE - EM QUALQUER SITUAÇÃO	
	88	276	315	151	194	346	54	154	210	294	574	874				
ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - paralisada	3	6	9	14	4	16	0	6	6	17	16	33				
ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - extinta	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2				
ESCOLAS COM/REPASSSE PELA ESU - EM QUALQUER SITUAÇÃO	90	294	326	165	202	367	55	161	216	312	597	909				
	188	43	231	99	25	124	120	38	158	407	513					
ESCOLAS NÃO COM/REPASSSE NO FNDE - em atividade	54	7	62	77	11	88	48	3	51	180	21	201				
ESCOLAS NÃO COM/REPASSSE NO FNDE - paralisada																
ESCOLAS NÃO COM/REPASSSE NO FNDE - extinta																
ESCOLAS NÃO COM/REPASSSE NO FNDE - EM QUALQUER SITUAÇÃO	54		62	77	11	88	48	3	51	180	21	201				
ESCOLAS BIVARIANTES QUE NÃO COM/REPASSSE NO FNDE	585	146	741	281	78	359	247	55	302	1.123	779	1.402				

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c); INEP (2021b).

De acordo com a Tabela 5, é possível observar que a Região Sul tem 15.630 (79,3%) escolas ativas localizadas na zona urbana e 4.091 (20,7%) na zona rural em 2021. No que se refere aos repasses por UEx, identificamos que 90,9% das escolas urbanas recebem dessa forma, enquanto 79,0% das escolas rurais têm o benefício recebido desse modo.

Outro fenômeno que chama a atenção refere-se ao número representativo de escolas rurais que aderiram ao PDDE por meio de suas EEx, a exemplo do RS, com 226 escolas ativas, das 315 que optaram por esse caminho (71,7%), e do PR, com 155 registros, dos 210 encontrados (73,8%). Quando observada a Região Sul como um todo, dentre as 874 escolas em atividade em 2021 que receberam pelas suas secretarias, observamos que, enquanto apenas 1,9% das escolas urbanas aderiram ao PDDE por meio de EEx, 14,2% das escolas rurais assim se enquadram. É de pontuar que, no meio rural, há maior concentração de escolas com menor número de alunos e, portanto, com mais propensão a não constituir UEx, o que indica ao CECAM-PE-Sul e ao FNDE a pertinência de priorizar essas escolas em ações de assistência técnica *in loco*.

Dentre as escolas paralisadas, é possível perceber que, no RS, 15 das 23 escolas sem repasse, mas com saldo, estão situadas na zona rural, o que merece atenção nesse sentido. Nos demais estados, esse quadro está em equilíbrio.

Na próxima seção analisaremos o processo de adesão das escolas ao PDDE.

Adesão ao PDDE na Região Sul

Outro ângulo que atende aos requisitos de análise do PDDE refere-se à adesão ao Programa. A partir da Tabela 6, podemos observar, de um modo geral, independentemente da condição de funcionamento da escola, a situação das adesões entre 2017 e 2021, por Estado, e na Região Sul.

Tabela 6 – Número de escolas que aderiram ou não ao PDDE, dentro o total de escolas – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

	ADESÃO - TOTAIS POR ANO E POR UF - ESCOLAS EM ATIVIDADE, PARALISADAS E EXTINTAS																
	RS					SC					PR					TOTAL REGIÃO SUL	
	ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL	ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL	ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL	ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL	
2017	6.529	845	112	7.486	4.561	572	168	5.301	6.721	525	102	7.348	17.811	1.942	382	20.135	
2018	6.350	1.015	1.181	8.546	4.490	697	872	6.059	6.735	543	532	7.810	17.575	2.255	2.585	22.415	
2019	6.305	968	1.243	8.516	4.452	689	808	5.909	6.742	549	356	7.647	17.499	2.206	2.407	22.112	
2020	6.410	811	1.311	8.532	4.487	623	618	5.728	6.815	483	341	7.639	17.712	1.917	2.270	21.899	
2021	6.414	805	1.197	8.416	4.525	595	541	5.661	6.894	436	321	7.651	17.833	1.836	2.059	21.728	
	32.008	4.444	5.044	41.496	22.515	3.176	3.007	28.698	33.907	2.536	1.652	38.095	88.480	10.156	9.703	108.289	

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022b); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

De acordo com a Tabela 6, observamos que o ano de maior adesão ao Programa foi 2021, confirmando os dados da seção anterior, com 17.833 adesões, entre as 21.728 escolas em qualquer condição (em atividade, paralisada ou extinta), perfazendo, assim, um percentual de adesão médio de 82,1%. Fazendo um olhar por Estado, observamos que o PR teve, em 2021, um percentual de adesão próximo a 90%, entre todas as escolas de seu universo, ante 76,2% do RS. Isso se deve, sobretudo, ao número de escolas paralisadas e/ou extintas que este Estado registra. Para uma visão mais detalhada, observaremos apenas as escolas em atividade, na Tabela 7.

Tabela 7 – Número de escolas em atividade que aderiram ou não ao PDDE – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

	ADESÃO - TOTAIS POR ANO E POR UF - ESCOLAS EM ATIVIDADE																			
	RS					SC					PR					TOTAL REGIÃO SUL				
	ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL		ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL		ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL		ADESÃO	NÃO	N/Enc	TOTAL	
2017	6.470	845	112	7.427	4.524	572	168	5.264	6.688	525	102	7.315	17.682	1.942	382	20.006				
2018	6.337	886	108	7.331	4.477	611	126	5.214	6.723	475	129	7.327	17.537	1.972	363	19.872				
2019	6.293	886	95	7.274	4.443	619	117	5.179	6.730	509	99	7.338	17.466	2.014	311	19.791				
2020	6.400	749	98	7.247	4.483	577	124	5.184	6.810	445	86	7.341	17.693	1.771	308	19.772				
2021	6.406	756	62	7.224	4.515	556	88	5.159	6.887	400	51	7.338	17.808	1.712	201	19.721				
	31.906	4.122	475	36.503	22.442	2.935	623	26.000	33.838	2.354	467	36.659	88.186	9.411	1.565	99.162				

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022b); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

A Tabela 7 nos dirige a uma análise mais apurada por Estado, quando observadas apenas escolas em atividade: tomando por base o ano de 2021, com maior adesão geral, é possível perceber que, entre as 19.721 escolas ativas, 17.808 (90,3%) aderiram ao Programa, 1.712 (8,7%) não aderiram, e 201 (1,0%) não foram encontradas. O maior percentual de adesão entre os três estados se encontra no PR, com 93,9% de adesões, seguido pelo Estado do RS, com 88,7%, e, por último, SC, com 87,5%. Observando a série histórica 2017-2021, é possível afirmar que o ano de 2017 foi o que registrou menor adesão, com 88,4%, frente ao ano de 2021, com 90,3%, revelando que a média geral segue praticamente estável no período. A seguir, analisaremos o comportamento de repasses e saldos de escolas nessas condições.

Recursos do PDDE na Região Sul

Os recursos do PDDE são analisados sob três aspectos, e diversas disposições: repasses, saldos e percentuais de execução, por escolas estaduais, municipais, urbanas e rurais, ativas, paralisadas ou extintas, de acordo com a sua condição, no intervalo entre 2018 e 2021 para os repasses, e 2017 e 2021 para os saldos.

Repasses

Descritos os aspectos mais gerais das matrículas e escolas da Região Sul, bem como suas condições de acesso ao PDDE, chegamos aos repasses realizados no período. Entre 2018 e 2021, por meio do PDDE foram transferidos à Região Sul R\$ 546.373.174,76, distribuídos, ano a ano, de acordo com o apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Repasses do PDDE, por tipo – Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00)

	Ufex	REPASSE	Fex/Ufex	REPASSE	Consórcio	REPASSE	Fex	REPASSE	TOTAL
2018	17.152	157.640.685,01	9	20.211,96	801	290.773,55	1.191	1.698.141,10	154.649.311,61
2019	17.103	136.561.950,12	1	2.722,73	76	262.964,04	926	1.286.487,57	138.114.124,46
2020	17.237	131.035.232,21	0	0,00	61	207.008,70	868	1.132.557,78	132.374.798,70
2021	17.387	119.952.330,00	5	8.420,00	77	214.780,00	909	1.059.410,00	121.234.940,00
TOTAL	68.879	540.190.197,34	15	31.354,68	294	975.026,29	3.894	5.176.596,45	546.373.174,76

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. 2021.

De acordo com a Tabela 8, observamos que 98,9% dos repasses realizados no período foram feitos a unidades executoras (mais de 17 mil UEx em todos os anos), enquanto os demais recursos foram transferidos a Entidades Executoras, Consórcios e, ainda, uma mescla, em que a primeira parcela foi paga à EEx e, a segunda, à UEx.

Abrindo um pouco mais esses recursos, tomamos por base as transferências realizadas por esfera administrativa (estadual e municipal), na Tabela 9, e por localização (urbana e rural), na Tabela 10.

Tabela 9 – Repasses do PDDE, por esfera administrativa – Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES POR ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2018	67.746.175,57	86.903.136,04	154.649.311,61
2019	59.445.464,76	78.668.659,70	138.114.124,46
2020	55.567.323,68	76.807.475,02	132.374.798,70
2021	50.023.470,00	71.211.470,00	121.234.940,00
TOTAL	232.782.434,00	313.590.740,76	546.373.174,76

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Tabela 10 – Repasses do PDDF, por localização – Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES POR ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
2018	136.244.844,09	18.404.467,52	154.649.311,61
2019	121.955.484,52	16.158.639,94	138.114.124,46
2020	117.018.106,26	15.356.692,43	132.374.798,70
2021	107.345.290,00	13.889.650,00	121.234.940,00
TOTAL	482.563.724,87	63.809.449,89	546.373.174,76

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

A partir das Tabelas 9 e 10, podemos observar que o maior repasse em todos os anos da análise foi feito a escolas municipais e a escolas urbanas, confirmando a distribuição de matrículas gerais. Observando o ano de 2021, temos que 58,7% dos R\$ 121.234.940,00 foram repassados a escolas municipais e 88,5% a escolas urbanas, na Região Sul. Cabe observar que, os valores corrigidos pelo IPCA indicam queda de repasses, ano após ano. Essa queda em parte é explicada pelo movimento de matrículas. Conforme o Gráfico 1 o total de matrículas em 2018 foi de 5,3 milhões, caindo para 5,0 milhões em 2021. Não obstante, a Tabela 1 registra o total de alunos atendidos pelo PDDE, de acordo com seu Relatório de Execução (FNDE, 2022a), o qual cresceu entre 2019 e 2021; haveria, contudo, exigências de maior cobertura se a matrícula tivesse crescido. O decréscimo no volume de transferências também é explicado pela queda no número de escolas (Gráfico 3). Outro fator é o congelamento dos valores fixo e *per capita* do Programa no período, valores que vão sendo depreciados pela inflação.

Explorando o mesmo cenário anterior, porém agora com detalhamento por Estado, temos as Tabela 11 e Tabela 12.

Tabela 11 – Repasses do PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2018	24.301.324,84	30.887.479,69	55.188.804,54	14.132.582,08	23.262.487,78	37.395.069,86	29.312.268,65	32.753.168,56	62.065.437,21	67.746.175,57	86.903.136,04	154.648.311,61
2019	20.123.544,25	26.817.107,73	46.940.651,98	13.357.421,32	21.554.464,24	34.911.885,56	25.964.499,19	30.297.087,73	56.261.586,92	59.445.464,76	78.668.659,70	138.114.124,46
2020	18.507.836,02	26.334.467,08	44.842.303,10	12.867.021,85	21.260.902,26	34.127.924,10	24.192.465,81	29.212.105,68	53.404.574,49	55.567.323,68	76.807.475,02	132.374.798,70
2021	15.619.350,00	24.683.940,00	40.303.290,00	11.977.480,00	19.720.990,00	31.698.470,00	22.476.640,00	26.806.540,00	49.283.180,00	50.023.470,00	71.211.470,00	121.234.940,00
TOTAL	78.532.055,11	108.722.994,50	187.275.049,62	52.284.505,24	85.798.844,28	138.083.349,52	101.945.873,65	119.068.901,98	221.014.775,62	232.782.484,00	313.590.740,76	546.373.174,76

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Tabela 12 – Repasses do PDDE, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2018	46.859.842,80	8.228.961,73	55.188.804,54	32.940.808,13	4.454.261,73	37.395.069,86	56.444.193,16	5.621.244,06	62.065.437,21	136.244.844,09	18.404.467,52	154.649.311,61
2019	39.859.053,65	7.081.598,33	46.940.651,98	30.914.110,74	3.997.774,82	34.911.885,56	51.182.320,12	5.079.266,79	56.261.586,92	121.955.404,52	16.138.639,94	138.114.124,46
2020	38.126.690,12	6.715.612,98	44.842.303,10	30.220.057,64	3.907.866,47	34.127.924,10	48.671.358,51	4.733.212,99	53.404.571,49	117.018.106,26	15.356.692,43	132.374.798,70
2021	34.300.910,00	6.012.380,00	40.313.290,00	28.102.830,00	3.545.640,00	31.648.470,00	44.941.550,00	4.341.630,00	49.283.180,00	107.345.290,00	13.889.650,00	121.234.940,00
TOTAL	159.146.496,57	28.128.553,05	187.275.049,62	122.177.806,51	15.905.549,01	138.083.349,52	201.239.421,79	19.775.353,83	221.014.775,62	482.583.724,87	63.809.449,89	546.373.174,76

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

De acordo com as Tabelas 11 e 12, podemos observar que os anos de maior e menor repasse foram, respectivamente, 2018 e 2021. Quando vistos por esfera administrativa e localização, a rede municipal/urbana sempre está à frente, em consonância com o número de matrículas e com o número de escolas no período. A observação mais importante a ser reiterada é a de que os valores transferidos pelo PDDE à Região Sul decresceram nos três últimos anos da série. O decréscimo, repetimos, está associado aos movimentos no número de matrículas e de escolas e ao congelamento dos valores fixo e *per capita* do PDDE no período analisado. Em relação ao peso deste último fator, é importante observar o fenômeno em SC: embora venha registrando constante aumento de matrículas gerais (Gráfico 1), houve evolução decrescente no número de escolas, ao mesmo ritmo que a Região Sul (Gráfico 4), e o valor real dos seus repasses diminui ano após ano. Isso é fruto do movimento no número de escolas e da corrosão nos valores fixo e *per capita* do PDDE.

Quando observado o aspecto localização (urbana e rural), a maior distância entre os repasses é registrada no PR, onde 91,1% dos recursos destinados ao Estado foram concentrados em escolas urbanas, ainda que o total de escolas rurais represente 16,5% dos assentos. Abrindo esse dado em matrículas, é possível explicar o motivo: 94,3% das matrículas do PR em 2021 são urbanas. A maior concentração de matrículas rurais está no RS, com 8,9% dos registros totais de 2021, e decrescendo, ano a ano. Em contrapartida, o Estado de SC registra matrículas rurais praticamente estáveis entre 2018 e 2021, o que corrobora certa invariabilidade nos repasses para essa localização.

Também coerente com o total de matrículas e de escolas em atividade, o Estado do Paraná é o que recebeu o

maior volume de transferências, com R\$ 221.014.775,62 (40,5%), seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Interessante observar que, no caso do Paraná, os repasses realizados à rede estadual são bem próximos aos da rede municipal, com uma diferença de cerca de R\$ 16 milhões. Isso porque, no Paraná, o atendimento à Educação Básica é praticamente “meio a meio” entre o Estado e os Municípios. Já em Santa Catarina, onde o estágio de municipalização é relativamente maior – somadas as matrículas estaduais e municipais, as redes municipais atendem 75,3% –, os recursos do PDDE para as escolas municipais foram R\$ 30 milhões a mais do que aqueles para as escolas estaduais.

Na próxima seção observaremos com mais detalhes os saldos e respectivos percentuais de execução do Programa PDDE.

Saldos e Percentual de Execução

Avançando nesta descrição geral do PDDE, foram apresentados os saldos da Região Sul no período 2018 a 2021 (Tabela 13).

Tabela 13 – Saldos do PDDE, por tipo – Região Sul – 2018 a 2021 (em R\$ 1,00).

	UFs	SAÍDO	FEZ/UFs	SAÍDO	Consórcio	SAÍDO	FEZ	SAÍDO	SEM REPASSE	SAÍDO	TOTAL
2018	17.152	73.899.700,53	9	9.469,15	80	201.994,22	1.191	1.419,76	3.983	2.877.777,07	76.990.360,73
2019	17.103	60.374.053,38	1	1.366,18	76	218.222,45	926	8.572,45	4.006	4.210.468,95	64.812.683,43
2020	17.237	72.079.020,88	0	0,00	61	217.256,40	868	5.305,07	3.733	4.078.948,72	76.380.571,07
2021	17.387	74.730.766,04	5	4.267,20	77	267.836,47	909	4.580,70	3.350	3.582.397,62	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

De acordo com a Tabela 13, observamos que 95,1% dos saldos pendentes em 2021 estão concentrados em 17.387 unidades executoras, enquanto os demais registros foram encontrados em Entidades Executoras, Consórcios e, ainda, uma mescla, onde a primeira parcela foi repassada à EEx e, a segunda, à UEx.

Desdobrando um pouco mais esses recursos, tomamos por base os saldos encontrados por esfera administrativa (estadual e municipal), na Tabela 14, e por localização (urbana e rural), na Tabela 15.

Tabela 14 – Saldos do PDDE, por esfera administrativa – Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS POR ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2017	47.639.552,44	55.031.174,67	102.670.727,11
2018	32.845.305,27	44.145.055,46	76.990.360,73
2019	28.931.461,43	35.881.222,00	64.812.683,43
2020	31.910.745,35	44.469.825,72	76.380.571,07
2021	33.956.574,30	44.633.273,73	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Tabela 15 – Saldos do PDDE, por localização – Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS POR ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
2017	91.396.169,92	11.274.557,19	102.670.727,11
2018	70.554.547,57	6.435.813,16	76.990.360,73
2019	57.444.567,23	7.368.116,20	64.812.683,43
2020	67.504.262,15	8.876.308,92	76.380.571,07
2021	69.588.061,41	9.001.786,62	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

A partir dos dados das Tabelas 14 e 15, temos que, em 2021, R\$ 78.589.848,03 milhões restaram em saldos de anos anteriores no PDDE. O ano com maior saldo foi 2017, com R\$ 102,7 milhões. Importante destacar que, diferentemente da análise de repasses realizados pelo PDDE, os saldos remanescentes guardam relação direta com o percentual de execução realizado pelas redes. Os recortes por esfera administrativa e por localização seguem os mesmos fenômenos dos repasses, com maior concentração de saldos entre escolas municipais e urbanas.

Nesse sentido, podemos observar que, em 2021, o repasse realizado à Região Sul foi de R\$ 121,2 milhões, e o saldo remanescente do mesmo ano foi de R\$ 78,5 milhões. De posse desses dados, é possível calcular o percentual de execução do PDDE, utilizando, como base, o indicador de execução de recursos. Tal cálculo já é proposto pelo FNDE desde 2018, quando foi criado o IdeGES, Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE. Para tanto, calculamos, para cada agrupamento, o percentual de execução do Programa na Região Sul, de acordo com a norma firmada em 2021 (FNDE, 2021b, p. 5-6). Importante destacar que o percentual de execução é calculado com os valores nominais de repasses e saldos. Nas Tabelas 16 e 17 são apresentados, respectivamente, os valores de repasse e saldo nas unidades executoras, ao que segue a Tabela 18, com percentuais de execução da Região Sul.

Tabela 16 – Repasses do PDDE às UEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES X ANO	RS	SC	PR	REGIÃO SUL
2018	45.927.050,00	31.119.450,00	51.649.650,00	128.696.150,00
2019	40.342.350,00	30.004.430,00	48.353.070,00	118.699.850,00
2020	40.200.410,00	30.595.140,00	47.876.347,14	118.671.897,14
2021	40.303.290,00	31.648.470,00	49.283.180,00	121.234.940,00
TOTAL	166.773.100,00	123.367.490,00	197.162.247,14	487.302.837,14

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores nominais.

Tabela 17 – Saldos do PDDE nas UEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS X ANO	RS	SC	PR	REGIÃO SUL
2017	32.213.195,39	20.373.188,31	29.531.783,81	82.118.167,51
2018	27.396.367,83	16.860.587,27	19.812.926,04	64.069.881,14
2019	24.045.743,53	14.619.217,72	17.037.204,13	55.702.165,38
2020	28.507.963,73	19.422.608,46	20.543.392,36	68.473.964,55
2021	35.021.641,08	21.112.647,50	22.455.559,45	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores nominais.

Tabela 18 – Percentual de Execução de Unidades Executoras no PDDE – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021.

	RS	SC	PR	REGIÃO SUL
2018	64,9%	67,3%	75,6%	69,6%
2019	64,5%	68,8%	75,0%	69,5%
2020	55,6%	57,0%	68,4%	60,7%
2021	49,1%	58,7%	67,8%	58,6%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

De acordo com a Tabela 18, podemos observar que o percentual de execução global do PDDE vem diminuindo a cada ano, com especial atenção ao RS, que registra 15,8 pontos percentuais a menos do primeiro para o último ano. A importante queda em 2020 e 2021, nos quatro cenários levantados, aponta para certa dificuldade das escolas em executar os repasses realizados frente ao contexto da Pandemia de Covid-19. A seguir, levaremos adiante essa análise, a partir de cenários por esfera administrativa e localização. Quanto aos montantes de saldos por esfera e por unidade federativa, temos a Tabela 19.

Tabela 19 – Saldos do PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2017	21.682.451,12	18.593.072,48	40.275.523,60	9.300.636,66	16.171.559,33	25.472.195,99	16.656.464,66	20.266.542,86	36.923.007,52	47.639.552,44	55.031.174,67	102.670.727,11
2018	17.248.055,90	15.673.086,48	32.921.142,38	63.515.114,31	13.745.617,77	20.260.732,08	9.082.095,07	14.726.351,20	23.808.446,27	32.845.305,27	44.145.055,46	76.990.360,73
2019	14.888.596,94	13.080.413,09	27.978.610,04	5.877.684,05	11.137.619,79	17.010.303,35	8.155.380,44	11.668.189,61	19.823.770,05	28.931.461,43	35.881.222,00	64.812.683,43
2020	16.396.233,83	15.403.490,27	31.799.744,09	7.218.116,41	14.447.197,35	21.665.313,75	8.296.375,12	14.619.138,10	22.915.513,22	31.910.745,35	44.469.825,72	76.380.571,07
2021	18.811.470,23	16.210.170,85	35.021.641,08	7.345.591,19	13.788.056,31	21.112.647,50	7.820.512,88	14.635.046,57	22.455.559,45	33.956.574,30	44.633.273,73	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Ao que indicam os dados, no Rio Grande do Sul há maior dificuldade de execução dentro do exercício anual, especialmente as escolas estaduais, que, embora em menor número, registram o maior saldo. Em contrapartida, o PR registra os menores saldos, principalmente nas escolas estaduais, embora a partição de esferas nesse Estado seja 46,4% (estaduais) e 53,6% (municipais). Isso parece coerente com os percentuais de execução apontados na Tabela 19, mas cabe uma observação mais apurada desse cenário, por esfera, a partir das Tabelas 20 e 21, que dão origem à Tabela 22, de percentual de execução por esfera.

Tabela 20 – Repasses do PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	TOTAL	
2018	20.223.090,00	25.703.960,00	45.927.050,00	11.760.860,00	19.338.590,00	31.119.450,00	24.393.100,00	27.255.550,00	51.649.650,00	56.377.050,00	72.319.100,00	128.696.150,00
2019	17.294.840,00	23.047.510,00	40.342.350,00	11.479.810,00	18.524.620,00	30.004.430,00	22.314.750,00	26.038.320,00	48.353.070,00	51.089.400,00	67.610.450,00	118.699.850,00
2020	16.591.980,00	23.608.430,00	40.200.410,00	11.535.080,00	19.060.060,00	30.595.140,00	21.688.160,00	26.188.187,14	47.876.347,14	49.815.220,00	68.856.677,14	118.671.897,14
2021	15.619.350,00	24.683.940,00	40.303.290,00	11.927.480,00	19.720.990,00	31.648.470,00	22.476.640,00	26.805.540,00	49.283.180,00	50.023.470,00	71.211.470,00	121.234.940,00
TOTAL	69.729.260,00	97.043.840,00	166.773.100,00	46.703.230,00	76.664.260,00	123.367.490,00	90.872.650,00	106.289.597,14	197.162.247,14	207.305.140,00	279.997.697,14	487.302.837,14

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores nominais.

Tabela 21 – Saldos do PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS - POR UF POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2017	17.342.072,11	14.871.123,28	32.213.195,39	7.438.841,24	12.934.347,07	20.373.188,31	13.322.184,36	16.209.599,45	29.531.783,81	38.103.097,71	44.015.069,80	82.118.167,51
2018	14.353.530,02	13.042.837,81	27.396.367,83	5.421.751,44	11.438.835,63	16.860.587,27	7.557.942,92	12.254.983,12	19.812.926,04	27.333.224,38	36.736.656,76	64.069.881,14
2019	12.804.003,57	11.241.739,96	24.045.743,53	5.051.476,22	9.567.741,50	14.619.217,72	7.009.175,77	10.028.028,36	17.037.204,13	24.864.655,56	30.837.509,82	55.702.165,38
2020	14.698.980,22	13.808.883,51	28.507.863,73	6.470.926,31	12.951.682,15	19.422.608,46	7.437.568,06	13.105.824,30	20.543.392,36	28.607.474,59	39.866.489,96	68.473.964,55
2021	18.811.470,23	16.210.170,85	35.021.641,08	7.324.591,19	13.788.056,31	21.112.647,50	7.820.512,88	14.635.046,57	22.455.559,45	33.956.574,30	44.633.273,73	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores nominais.

Tabela 22 – Percentual de Execução de Unidades Executoras no PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021.

	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
2018	61,8%	67,9%	64,9%	71,8%	64,6%	67,3%	80,0%	71,8%	75,6%	71,1%	68,4%	69,6%
2019	59,5%	68,9%	64,5%	70,1%	68,1%	68,8%	76,5%	73,8%	75,0%	68,3%	70,4%	69,5%
2020	50,0%	60,4%	55,6%	61,0%	54,8%	57,0%	74,1%	63,8%	68,4%	61,7%	60,0%	60,7%
2021	38,0%	57,9%	49,1%	60,2%	57,8%	58,7%	73,9%	63,3%	67,8%	56,8%	59,8%	58,6%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

A disposição das informações na Tabela 22 permite uma análise mais detalhada da execução dos repasses às escolas: se em 2018 as escolas estaduais registravam melhor percentual de execução na Região Sul, em 2021 esse cenário se inverteu, embora os percentuais sigam próximos. Entre os destaques, chama a atenção o percentual de execução das escolas estaduais gaúchas em 2021, com 38,0%, ante os 57,9% das escolas municipais. No PR, a configuração se inverte: enquanto as escolas estaduais executam em média 73,9% dos seus recursos, as municipais, por sua vez, chegaram a apenas 63,3%. Vejamos esse cenário sob a ótica da localização (urbana e rural), na Tabela 23.

Tabela 23 – Saldos do PDDE, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS - POR UFE POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2017	35.146.736,39	5.128.787,21	40.275.523,60	22.440.386,09	3.031.809,90	25.472.195,99	33.809.047,44	3.113.960,08	36.923.007,52	91.396.169,92	11.274.557,19	102.670.727,11
2018	29.841.438,50	3.079.743,88	37.921.182,38	18.387.677,65	1.873.054,42	20.260.732,08	22.325.431,41	1.483.014,86	23.808.446,27	70.554.547,57	6.435.813,16	76.990.360,73
2019	24.599.238,75	3.379.371,29	27.978.610,04	14.945.690,79	2.064.612,56	17.010.303,35	17.899.637,70	1.924.132,35	19.823.770,05	57.444.567,23	7.368.116,20	64.812.683,43
2020	27.877.984,13	3.921.759,96	31.799.744,09	19.055.767,30	2.609.546,45	21.665.313,75	20.570.510,72	2.345.002,51	22.915.513,22	67.504.262,15	8.876.308,92	76.380.571,07
2021	30.664.202,72	4.357.438,36	35.021.641,08	18.632.759,69	2.479.907,81	21.112.647,50	20.291.119,00	2.164.440,45	22.455.559,45	69.588.061,41	9.001.786,62	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

A Tabela 23 nos permite observar que as escolas urbanas da Região Sul acusam altos valores de saldos a executar, com R\$ 69,6 milhões em 2021. Consoante à análise anterior, o registro de saldos por valores absolutos não compõe uma informação completa e confiável a respeito da execução dos recursos transferidos, então cruzamos novamente os repasses realizados e os saldos remanescentes às escolas, discriminando-as por localização, a fim de apurar melhor essa situação. O extrato está disponível com repasses e saldos nas Tabelas 24 e 25 e percentual de execução na Tabela 26.

Tabela 24 – Repasses do PDDE, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

REPASSES - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2018	38.995.850,00	6.931.200,00	45.927.050,00	27.412.700,00	3.706.750,00	31.119.450,00	46.971.760,00	4.677.890,00	51.649.650,00	113.380.310,00	15.315.840,00	128.696.150,00
2019	34.256.190,00	6.086.160,00	40.342.350,00	26.568.610,00	3.435.820,00	30.004.430,00	43.987.780,00	4.365.290,00	48.353.070,00	104.812.590,00	13.887.270,00	118.699.850,00
2020	34.179.970,00	6.020.440,00	40.200.410,00	27.091.800,00	3.503.340,00	30.595.140,00	43.633.097,14	4.243.250,00	47.876.347,14	104.904.867,14	13.767.030,00	118.671.897,14
2021	34.300.910,00	6.002.380,00	40.303.290,00	28.102.830,00	3.545.640,00	31.648.470,00	44.941.550,00	4.341.630,00	49.283.180,00	107.345.290,00	13.889.650,00	121.234.940,00
TOTAL	141.732.920,00	25.040.180,00	166.773.100,00	109.175.940,00	14.191.550,00	123.367.490,00	179.534.187,14	17.628.060,00	197.162.247,14	430.443.047,14	56.859.790,00	487.302.837,14

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores nominais.

Tabela 25 – Saldos do PDDE, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00).

SALDOS - POR UF E POR ANO	RS			SC			PR			REGIÃO SUL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2017	28.111.085,48	4.102.109,91	32.213.195,39	17.948.284,15	2.424.904,16	20.373.188,31	27.044.174,24	2.490.609,57	29.531.783,81	73.100.543,87	9.017.623,64	82.118.167,51
2018	24.833.464,86	2.562.902,97	27.396.367,83	15.301.867,80	1.558.719,47	16.860.587,27	18.578.789,91	1.234.136,13	19.812.926,04	58.714.122,57	5.355.758,57	64.069.881,14
2019	21.141.399,99	2.904.343,54	24.045.743,53	12.844.821,35	1.774.396,37	14.619.217,72	15.388.541,10	1.653.663,03	17.037.204,13	49.369.762,44	6.332.402,94	55.702.165,38
2020	24.992.168,43	3.515.795,30	28.507.963,73	17.083.191,66	2.339.416,80	19.422.608,46	18.444.134,99	2.102.257,37	20.543.392,36	60.516.495,08	7.957.469,47	68.473.964,55
2021	30.664.202,72	4.357.438,36	35.021.641,08	18.632.739,69	2.479.907,81	21.112.647,50	20.291.119,00	2.164.440,45	22.455.559,45	69.588.061,41	9.001.786,62	78.589.848,03

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores nominais.

Tabela 26 – Percentual de Execução de Unidades Executoras no PDDE, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021.

	RS			SC			PR			REGIAO SUL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2018	63,0%	76,8%	64,9%	66,3%	74,6%	67,3%	74,9%	82,8%	75,6%	68,5%	78,0%	69,6%
2019	64,2%	66,4%	64,5%	69,3%	64,5%	68,8%	75,4%	70,5%	75,0%	69,8%	67,1%	69,5%
2020	54,8%	60,6%	55,6%	57,2%	55,7%	57,0%	68,8%	64,3%	68,4%	60,8%	60,4%	60,7%
2021	48,3%	54,2%	49,1%	58,8%	57,9%	58,7%	68,0%	66,4%	67,8%	58,5%	58,8%	58,6%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

A Tabela 26 nos permite analisar detalhadamente a execução dos recursos do PDDE por localização (urbana e rural): quando observada a Região Sul, percebemos que, entre 2018 e 2021, as escolas, principalmente as do meio rural, vêm enfrentando dificuldades em cumprir os valores repassados no mesmo exercício fiscal. Em 2018, as escolas rurais executavam 78,0% dos recursos transferidos e, em 2021, esse percentual aponta queda de cerca de 19 pontos percentuais. No RS esse quadro é ainda mais agudo; se, em 2018, 76,8% das escolas rurais executavam seus repasses, em 2021 apenas 54,2% conseguiram cumprir sua meta anual. Essa queda também é observada em SC e no PR. Quanto às escolas urbanas, novamente o RS registra a maior diminuição no percentual de execução na série histórica analisada – 14,7 pontos percentuais.

Na próxima seção analisaremos escolas que optaram aderir ao PDDE por Consórcios.

Consórcios - Escolas, Repasses e Saldos

Ao realizar a combinação dos microdados (INEP, 2018b; 2019b; 2020b; 2021b) com os repasses realizados pelo FNDE para a consecução do PDDE (FNDE, 2022c), chegamos também aos consórcios do PDDE. Entre 2018 e 2021, a Região Sul contou de 30 a 32 consórcios de escolas públicas, municipais ou estaduais, com repasses. Nesses consórcios, havia de 73 a 81 escolas, conforme exposto na Tabela 27.

Tabela 27 – Número de escolas públicas de consórcios para fins de recebimento do PDDE, com repasse, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

RS	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO
2018	3	5	22.134,62	1	2	5.431,51	4	7	27.566,13
2019	3	5	21.037,12	1	2	5.259,28	4	7	26.296,40
2020	3	5	19.810,73	1	2	5.019,61	4	7	24.830,34
2021	3	6	20.040,00	1	2	4.880,00	4	8	24.920,00
TOTAL 4 ANOS			83.022,47			20.590,40			103.612,87
SC	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	SALDO
2018	0	0	0,00	12	25	91.037,94	12	25	91.037,94
2019	0	0	0,00	11	23	75.770,88	11	23	75.770,88
2020	0	0	0,00	11	23	74.223,29	11	23	74.223,29
2021	0	0	0,00	12	28	80.280,00	12	28	80.280,00
TOTAL 4 ANOS			0,00			321.312,11			321.312,11

Tabela 27 – Número de escolas públicas de consórcios para fins de recebimento do PDDE, com repasse, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00) (Final).

PR	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL				
	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	REPASSE	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	REPASSE	CONSORCIOS	Nº ESCOLAS	REPASSE	SALDO	
2018	0	0	0,00	16	49	171.669,48	159.953,42	16	49	171.669,48	159.953,42
2019	0	0	0,00	16	48	160.896,76	194.757,58	16	48	160.896,76	194.757,58
2020	0	0	0,00	15	43	107.955,07	193.653,19	15	43	107.955,07	193.653,19
2021	0	0	0,00	14	41	109.580,00	204.412,39	14	41	109.580,00	204.412,39
TOTAL 4 ANOS			0,00			550.101,31				550.101,31	
REGIÃO SUL	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL				
2018	3	5	22.134,62	29	76	268.138,93	200.291,91	32	81	290.279,55	201.994,72
2019	3	5	21.037,12	28	73	241.926,92	211.396,12	31	78	262.964,04	218.222,45
2020	3	5	19.810,73	27	68	187.197,97	215.941,62	30	73	207.008,70	217.296,40
2021	3	6	20.040,00	27	71	194.740,00	252.765,08	30	77	214.780,00	267.896,47
TOTAL 4 ANOS			83.022,47			892.003,82				975.026,29	

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Foram identificadas de 73 a 81 escolas pertencentes a consórcios, com repasse. Em 2021, seis são estaduais e 71 municipais. Entre os anos de 2018 e 2021, por meio do PDDE foram transferidos R\$ 975 mil aos consórcios da Região Sul.

Como se pode averiguar, o Estado do Paraná lidera os repasses realizados a consórcios, com R\$ 550,1 mil, todos municipais, enquanto o Rio Grande do Sul fica em terceiro, com R\$ 103,6 mil, três quartos deles para a rede estadual de ensino. Outro ponto que merece destaque é que os estados de Santa Catarina e do Paraná não registram consórcios estaduais.

Também chama atenção o valor relativamente mais elevado dos saldos dos consórcios municipais no recorte da Região Sul, em muito decorrente dos saldos registrados nos consórcios do Estado do Paraná nos últimos quatro anos.

Na próxima seção faremos uma breve análise das escolas que aderiram ao PDDE por meio de suas secretarias municipais e estaduais de educação – suas Entidades Executoras.

Entidades Executoras (EEx) – Escolas, Repasses e Saldos

Elaboramos um retrato resumido da modalidade de adesão ao Programa por intermédio da transferência de recursos às entidades executoras, as quais devem efetuar a execução dos recursos de modo a beneficiar as escolas envolvidas. Inicialmente, observaremos as Entidades Executoras em números absolutos, entre 2018 e 2021, que tenham registrado alguma adesão, com ou sem repasse ou saldo, a partir da Tabela 28.

Tabela 28 – Entidades Executoras (EEx) da Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – 2018-2021.

	MUNICÍPIOS	EEx		
		ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
PR	399	1	399	400
SC	295	1	295	296
RS	497	1	497	498
REGIÃO SUL	1.191	3	1.191	1.194

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c).

De acordo com a Tabela 28, observamos que, na série histórica em tela, todos os municípios e os três estados da Região Sul aderiram ao PDDE em algum ano, solicitando ou não repasses, com ou sem saldos. A Tabela 29 explora quem solicitou repasses nessa trajetória.

Tabela 29 – Percentual de Entidades Executoras (EEx) com e sem repasse da Região Sul – 2018-2021

	COM REPASSE		SEM REPASSE	TOTAL
2018	384	32,2%	810	1.194
2019	290	24,3%	904	1.194
2020	280	23,5%	914	1.194
2021	296	24,8%	898	1.194

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c).

A Tabela 29 exibe números relativos às EEx com repasse, por ano: é possível observar que houve diminuição no número de EEx com repasse em 2019 e 2020 e que, em 2021, mesmo que tenha havido aumento em relação aos anos anteriores, não chegou ao patamar de 2018. Embora as adesões, já descritas, tenham aumentado, as escolas têm optado por aderir por meio de CNPJ próprio, constituindo suas Unidades Executoras. Vejamos, na Tabela 30, essa evolução em detalhes.

Tabela 30 – Número de escolas públicas vinculadas ao PDDE por meio de Entidades Executoras para fins de recebimento, com repasse, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

2018	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE
RS	1	71	96.517,52	157	382	531.002,55	158	453	627.520,07
SC	1	96	121.584,19	114	344	497.620,38	115	440	619.204,57
PR	1	17	29.584,93	110	281	421.831,53	111	298	451.416,46
	3	184	247.686,63	381	1.007	1.450.454,46	384	1.191	1.698.141,10
2019	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE	Nº EEX	Nº ESCOLAS	REPA SSE
RS	1	66	83.520,17	123	279	369.080,50	124	345	452.600,67
SC	1	103	123.383,66	87	245	353.023,41	88	348	476.407,06
PR	1	14	25.295,74	77	219	332.184,09	78	233	357.479,83
	3	183	232.199,57	287	743	1.054.288,00	290	926	1.286.487,57

Tabela 30 – Número de escolas públicas vinculadas ao PDDE por meio de Entidades Executoras para fins de recebimento, com repasse, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00) (Final).

2020	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ
RS	1	66	89.817,55	115	244	303.697,54	116	310	393.515,08
SC	1	99	110.453,72	88	253	350.011,80	89	352	460.465,52
PR	1	15	23.893,34	74	191	254.683,84	75	206	278.577,18
	3	180	224.164,61	277	688	908.393,17	280	868	1.132.557,78
2021	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EX.	Nº ESCOLAS	REPASSÉ
RS	1	68	78.900,00	117	258	287.490,00	118	326	366.390,00
SC	1	104	115.260,00	94	263	316.040,00	95	367	431.300,00
PR	1	15	23.040,00	82	201	238.680,00	83	216	261.720,00
	3	187	217.200,00	293	722	842.210,00	296	909	1.059.410,00

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

De acordo com a Tabela 30, observamos que, entre 2018 e 2021, houve um repasse de R\$ 5,2 milhões a escolas que aderiram ao PDDE por meio de suas secretarias municipais e estaduais, com maior número de escolas em 2018 (1.191) e menor número absoluto em 2020 (868). Inicialmente, observamos que o RS registra o maior número de prefeituras com adesão e repasse, mas isso não se confirma quando verificados o número de escolas por UF.

De um modo geral, SC é, proporcionalmente, o Estado que registra o maior número de escolas que optaram por aderir ao PDDE por meio de EEx – em 2021, por exemplo, este estado representa 40,4% das 909 escolas identificadas nessa situação. Por outro lado, o PR vinha diminuindo esse tipo de adesão entre 2018 e 2020, e registrou pequeno aumento em 2021. No que se refere à esfera administrativa (estadual e municipal), observamos que o número de escolas estaduais que optam por esse tipo de adesão segue estável no intervalo analisado, contudo as escolas municipais registram diminuição.

Cientes de que os repasses para escolas que aderem por meio de EEx é menor que para aquelas que optam por criar e aderir ao Programa por UEx própria, essa diferença entre os três estados parece também guardar respaldo no maior valor de repasse absoluto ao Estado do PR. A seguir, observamos o percentual de prefeituras e estados com e sem saldo a executar, na Tabela 31.

Tabela 31 – Percentual de Entidades Executoras (EFx) com e sem saldo da Região Sul – 2017-2021.

	COM SALDO		SEM SALDO		TOTAL
2017	432	36,2%	762	63,8%	1.194
2018	460	38,5%	734	61,5%	1.194
2019	437	36,6%	757	63,4%	1.194
2020	424	35,5%	770	64,5%	1.194
2021	433	36,3%	761	63,7%	1.194

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c).

A Tabela 31 permite observar que, ao longo do intervalo analisado, as EEx têm conseguido executar seus repasses de modo relativamente estável. Enquanto em 2017 o sistema apontava 432 (36,2%) secretarias municipais e estaduais com saldos de anos anteriores a executar, em 2021 esse percentual ficou em 36,3%. Na Tabela 32 constam os saldos a executar, por ano.

Tabela 32 – Repasses e saldos de Entidades Executoras (EFEx) da Região Sul – 2017-2021 (em R\$ 1,00)

	COM REPASSE	REPASSE	SALDO	SEM REPASSE	REPASSE	SALDO	TOTAL	SALDO TOTAL
2017	-	-	-	-	-	-	1.194	3.077.146,66
2018	384	1.698.141,10	3.520.023,02	810	0	243.696,45	1.194	3.763.719,47
2019	290	1.286.487,57	3.253.948,16	904	0	391.507,44	1.194	3.645.455,60
2020	280	1.132.557,78	3.185.137,06	914	0	387.521,95	1.194	3.572.659,01
2021	296	1.059.410,00	2.405.515,58	898	0	430.179,22	1.194	2.835.694,80

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Tabela 33 – Número de escolas públicas vinculadas ao PDDE por meio de Entidades Executoras para fins de recebimento, com saldo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017-2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

2017	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO
RS	1	839.635,46	123	722.809,30	124	1.562.444,76
SC	1	332.966,85	128	461.650,22	129	794.617,07
PR	1	161.890,59	178	558.194,24	179	720.084,84
	3	1.334.492,90	429	1.742.653,76	432	3.077.146,66
2018	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO
RS	1	926.674,16	189	882.894,19	190	1.809.568,36
SC	1	451.888,21	125	620.334,89	126	1.072.223,09
PR	1	159.729,18	143	722.198,84	144	881.928,02
	3	1.538.291,55	457	2.225.427,92	460	3.763.719,47

Tabela 33 – Número de escolas públicas vinculadas ao PDDE por meio de Entidades Executoras para fins de recebimento, com saldo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017-2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

2019	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEX	SALDO	Nº EEX	SALDO	Nº EEX	SALDO
RS	1	998.615,18	180	788.754,40	181	1.787.369,58
SC	1	398.366,21	117	569.680,79	118	968.047,01
PR	1	160.024,63	137	730.014,38	138	890.039,00
	3	1.557.006,02	434	2.088.449,57	437	3.645.455,60
2020	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEX	SALDO	Nº EEX	SALDO	Nº EEX	SALDO
RS	1	930.992,39	178	773.217,08	179	1.704.209,47
SC	1	498.526,05	115	592.751,03	116	1.091.277,08
PR	1	174.142,29	128	603.030,16	129	777.172,46
	3	1.603.660,74	421	1.968.998,27	424	3.572.659,01

Tabela 33 – Número de escolas públicas vinculadas ao PDDE por meio de Entidades Executoras para fins de recebimento, com saldo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017-2021 (em R\$ 1,00) (Final).

2021	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO	Nº EEEx	SALDO
RS	1	221.589,11	178	742.246,63	179	963.835,74
SC	1	524.581,31	123	533.593,25	124	1.058.174,56
PR	1	184.007,65	129	629.676,85	130	813.684,50
	3	930.178,07	430	1.905.516,73	433	2.835.694,80

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022b; 2022c); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). **Nota:** valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

A Tabela 32 permite observar que os saldos a executar das 296 EEx com repasse em 2021 ainda constitui mais que o dobro do repasse no mesmo ano, situação também presente nos três anos anteriores. Quanto às EEx sem repasse, ainda constam saldos a cumprir, mas em valores bem menores, de R\$ 430,2 mil. Vejamos, a partir da Tabela 33, os contrastes dos saldos remanescentes por ano, por UF e por esfera administrativa, entre os anos de 2017 e 2021.

De acordo com a Tabela 33, verificamos que, na Região Sul, o ano com maior saldo registrado é o de 2018, com R\$ 3,7 milhões, remanescentes em 457 entidades executoras municipais e três estaduais. Importante assinalar o saldo relativamente alto registrado na rede estadual do RS nos três primeiros anos da série, com queda em 2021. Contudo, novamente as informações de saldo dizem pouco, se não analisados os percentuais de execução dos recursos de um ano para o outro. Nesse sentido, elaboramos o percentual de execução das EEx, da mesma forma que para as UEx, obtendo, a partir da combinação da Tabela 34 (Repases) e Tabela 35 (Saldos), a Tabela 36, de consolidação do percentual de execução para cada UF e Região Sul.

Tabela 34 – Repasses do PDDE às EEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018 a 2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

2018	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE
RS	1	71	80.320,00	157	382	441.890,00	158	453	522.210,00
SC	1	96	101.180,00	114	344	414.110,00	115	440	515.290,00
PR	1	17	24.620,00	110	281	351.040,00	111	298	375.660,00
	3	184	206.120,00	381	1.007	1.207.040,00	384	1.191	1.413.160,00
2019	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSE	
RS	1	66	71.790,00	123	279	317.200,00	124	345	388.980,00
SC	1	103	106.040,00	87	245	303.400,00	88	348	409.440,00
PR	1	14	21.740,00	77	219	285.490,00	78	233	307.230,00
	3	183	199.560,00	287	743	906.090,00	290	926	1.105.650,00

Tabela 34 – Repasses do PDDE às EEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018 a 2021 (em R\$ 1,00) (Final).

2020	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ
RS	1	66	80.520,00	115	244	272.280,00	116	310	352.780,00
SC	1	99	99.020,00	88	253	313.780,00	89	352	412.800,00
PR	1	15	21.420,00	74	191	228.320,00	75	206	249.740,00
	3	180	200.960,00	277	688	814.380,00	280	868	1.015.320,00
2021	ESTADUAL			MUNICIPAL			TOTAL		
Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	Nº EEx	Nº ESCOLAS	REPASSÉ	
RS	1	68	78.900,00	117	258	287.490,00	118	326	366.390,00
SC	1	104	115.280,00	94	263	316.040,00	95	367	431.300,00
PR	1	15	23.040,00	82	201	238.680,00	83	216	261.720,00
	3	187	217.200,00	293	722	842.210,00	296	909	1.059.410,00

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a); INEP (2018b; 2019b; 2020b; 2021b). Nota: valores nominais.

Tabela 35 – Saldos do PDDE às EEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00) (Continua).

2017	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO
RS	1	671.557,78	178	578.117,80	179	1.249.675,58
SC	1	266.313,76	128	369.237,38	129	635.551,14
PR	1	129.483,44	123	446.455,28	124	575.938,72
	3	1.067.354,98	429	1.393.810,46	432	2.461.165,44
2018	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO
RS	1	771.160,22	189	734.727,38	190	1.505.887,60
SC	1	376.052,58	125	516.230,63	126	892.283,21
PR	1	132.923,52	143	600.999,83	144	733.923,35
	3	1.280.136,32	457	1.851.957,84	460	3.132.094,16
2019	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO
RS	1	858.242,94	180	677.881,64	181	1.536.124,58
SC	1	342.369,11	117	489.602,53	118	831.971,64
PR	1	137.530,46	137	627.398,52	138	764.928,98
	3	1.338.142,51	434	1.794.882,69	437	3.133.025,20

Tabela 35 – Saldos do PDDE às EEx – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2017 a 2021 (em R\$ 1,00) (Final).

2020	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO
RS	1	834.619,84	178	693.176,79	179	1.527.796,63
SC	1	446.920,66	115	531.391,85	116	978.312,51
PR	1	156.115,79	128	540.606,93	129	696.722,72
	3	1.437.656,29	421	1.765.175,57	424	3.202.831,86
2021	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO	Nº EEx	SALDO
RS	1	221.589,11	178	742.246,63	179	963.835,74
SC	1	524.581,31	123	533.593,25	124	1.058.174,56
PR	1	184.007,65	129	629.676,85	130	813.684,50
	3	930.178,07	430	1.905.516,73	433	2.835.694,80

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

Nota: valores nominais.

Tabela 36 – Percentual de Execução de Entidades Executoras no PDDE – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021.

	RS	SC	PR	REGIÃO SUL
2018	15,0%	22,5%	22,9%	19,2%
2019	18,9%	36,1%	26,5%	26,1%
2020	19,1%	21,4%	31,3%	22,8%
2021	49,1%	24,9%	15,1%	33,5%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

A Tabela 36 nos permite constatar que as entidades executoras da Região Sul como um todo vêm executando seus recursos de forma crescente de um ano para o outro, com aumento entre 2018 e 2019, pequena redução em 2020, e importante retomada em 2021. Contudo, analisado estado a estado, o RS dispara na execução de repasses entre 2020 e 2021, de 15,0% em 2018 para 49,1% em 2021, e o PR registra importante redução no mesmo período, caindo de 31,3% em 2020 para 15,1% em 2021. Procurando entender um pouco melhor esse fenômeno, realizamos o cálculo do percentual de execução por esfera administrativa, por UF e Região Sul, conforme a Tabela 37.

Tabela 37 – Percentual de Execução de Entidades Executoras no PDDE, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021.

	RS		SC		PR		REGIÃO SUL		TOTAL
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2018	0,0%	28,0%	0,0%	34,1%	13,7%	24,6%	0,0%	28,8%	19,2%
2019	0,0%	35,6%	29,0%	40,3%	11,1%	29,2%	9,6%	34,9%	26,1%
2020	11,1%	27,0%	0,0%	33,9%	1,8%	36,8%	6,6%	32,3%	22,8%
2021	75,7%	24,3%	6,7%	37,0%	0,0%	19,2%	43,8%	26,9%	33,5%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a; 2022c); INEP (2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b).

Ao abrir a realidade dos percentuais de execução por rede de ensino (estadual e municipal) e por UF, as informações ficam bem mais claras. Importante destacar que o FNDE normatiza que indicadores de execução de recursos negativos são arbitrados em zero, ou seja, todos os resultados em vermelho são deliberados pela Norma (FNDE, 2021a). Enquanto a Região Sul registra percentual na rede estadual de 0,0% em 2018, a execução dispara para 43,8% em 2021, especialmente em função dos percentuais do RS, que saem de 0,0% para 75,7% no período. De modo oscilante, observamos o Estado de SC, que, na rede estadual, em 2018, registra percentual de execução de 0,0%, ou seja, acumulou saldo e repasse, sem qualquer execução do Programa neste ano, passando a executar 29,0% no ano seguinte, 0,0% em 2020 e 6,7% em 2021. Esse fenômeno merece especial análise da equipe de monitoramento do FNDE. No PR, outro fenômeno ocorre na rede estadual: observamos um decréscimo ano a ano, culminando em 0,0% de execução em 2021. Com relação à rede de ensino municipal, embora apresente percentuais relativamente estáveis, eles são baixos no período, quando comparados às UEx.

Na próxima seção analisaremos sucintamente a etapa de Prestação de Contas do PDDE na Região Sul.

Prestação de Contas do PDDE na Região Sul

Outro ângulo que este Panorama do PDDE na Região Sul procurou mapear refere-se à etapa de Prestação de Contas (PC) do PDDE. Essa condição é primária para o fluxo regular de transferências a UEx ou EEx. Limitamo-nos a analisar a PC de unidades executoras, pois, nos dados disponibilizados pelo FNDE até a realização da pesquisa que originou este texto, todos os campos relativos à prestação de contas de entidades executoras da Região Sul estavam zerados. Na Tabela 38, segue o extrato de prestações de contas das UEx, entre 2018 e 2021, por UF e da Região Sul.

Tabela 38 – Número de prestações de contas realizadas por Unidades Executoras (UEEx), por situação, Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – 2018-2021 (Continua).

REGIÃO SUL	APROVADA SEM RESSALVAS		APROVADA COM RESSALVAS OU INCOMPLETA	NÃO APROVADA OU NÃO APRESENTADA		NÃO ENCONTRADA FNDE		TOTAL PC UEEx	
2018	14.993	82,10%	2.477	13,60%	568	3,10%	221	1,20%	18.259
2019	13.326	75,10%	2.848	15,60%	1.930	10,60%	132	0,70%	18.236
2020	15.294	84,00%	2.109	11,60%	744	4,10%	59	0,30%	18.206
2021	13.809	75,60%	3.243	17,80%	1.184	6,50%	21	0,10%	18.257
RS	APROVADA SEM RESSALVAS		APROVADA COM RESSALVAS OU INCOMPLETA	NÃO APROVADA OU NÃO APRESENTADA		NÃO ENCONTRADA FNDE		TOTAL PC UEEx	
2018	5.824	86,60%	525	7,80%	276	4,10%	100	1,50%	6.725
2019	4.857	72,70%	785	11,70%	992	14,80%	49	0,70%	6.683
2020	5.645	84,90%	540	8,10%	445	6,70%	20	0,30%	6.650
2021	5.418	81,20%	644	9,70%	597	9,00%	11	0,20%	6.670

Tabela 38 – Número de prestações de contas realizadas por Unidades Executoras (UEX), por situação, Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – 2018-2021 (Final).

SC	APROVADA SEM RESSALVAS		APROVADA COM RESSALVAS OU INCOMPLETA		NÃO APROVADA OU NÃO APRESENTADA		NÃO ENCONTRADA FINDE		TOTAL PC UEX
2018	4.029	86,80%	401	8,60%	160	3,40%	52	1,10%	4.642
2019	3.571	77,10%	452	9,80%	576	12,40%	31	0,70%	4.630
2020	3.979	86,10%	463	10,00%	158	3,40%	19	0,40%	4.619
2021	3.566	77,00%	716	15,50%	343	7,40%	5	0,10%	4.630
PR	APROVADA SEM RESSALVAS		APROVADA COM RESSALVAS OU INCOMPLETA		NÃO APROVADA OU NÃO APRESENTADA		NÃO ENCONTRADA FINDE		TOTAL PC UEX
2018	5.140	74,60%	1.551	22,50%	132	1,90%	69	1,00%	6.892
2019	4.898	70,70%	1.611	23,30%	362	5,20%	52	0,80%	6.923
2020	5.670	81,70%	1.106	15,90%	141	2,00%	20	0,30%	6.937
2021	4.825	69,40%	1.883	27,10%	244	3,50%	5	0,10%	6.957

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2022d).

De acordo com a Tabela 38, é possível verificar que a Região Sul vem registrando uma leve diminuição nas prestações de contas aprovadas sem ressalvas ao longo do intervalo analisado: em 2018, 82,1% das UEx tiveram suas contas aprovadas, e em 2021 esse total caiu para 75,6%. Por outro lado, houve um aumento de quatro pontos percentuais no mesmo intervalo para prestações de contas aprovadas com ressalvas ou incompletas. Isso reforça a importância de capacitar as UEx para a realização de uma PC de acordo com o esperado pelo Programa.

Explorando melhor as informações por UF, é possível observar que os três estados registram queda nos percentuais de PC sem ressalva e aumento nos cumprimentos com alguma diligência. Santa Catarina é o Estado que registra maior queda no cumprimento dos registros sem ressalvas, com praticamente 10 pontos percentuais a menos em quatro anos. O RS é o Estado mais estável no cumprimento de suas obrigações, embora também tenha registrado pequena queda. No PR, por outro lado, observa-se a menor prestação de contas sem ressalvas desde 2018, com especial atenção em 2021, com apenas 69,4% de PCs sem ressalvas e 27,1% de PC aprovadas com ressalvas ou incompletas.

Quando analisados os números de prestações de contas não aprovadas ou não apresentadas, 2018 foi o ano com o menor número de registros nessa condição, e, 2019, o pior ano. O mesmo fenômeno ocorre nos três estados, embora o RS aponte 9% de registros e, o PR, apenas 3,5%.

Na próxima seção abordaremos uma estimativa de cálculo do Valor Aluno Ano do PDDE na Região Sul.

Valor Aluno Ano (VAA)

Em 27 de junho de 2022, o FNDE instituiu novos valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE (FNDE, 2022e). Contudo, respeitando o período de recorte deste Panorama (2018-2021), registramos aqui uma análise do Valor Aluno Ano do PDDE na Região Sul a partir da Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021 (FNDE, 2021c, Anexo I, p. 28-29), que dispõe sobre os repasses do Programa, por tipo, a saber:

1 - Valor Fixo/ano (VF/a) = R\$ 1.000,00

- a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a
- b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a
- c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a
- d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a

2 - Valor Per Capita/ano (VPC/a) = R\$ 20,00

- a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
- b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
- c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
- d. Alunos público-alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
- e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a
- f. Alunos de polos presenciais da UAB: 1 x VPC/a

Procuramos estimar o Valor Aluno Ano (VAA) para a Região Sul, entre 2018 e 2021. A Tabela 39 apresenta

essa divisão, por esfera, por localização urbana e rural e por localização diferenciada. Consoante com os valores de repasse e saldo, os valores por aluno por ano também foram corrigidos monetariamente.

Tabela 39 – Valor médio por aluno, por ano, por esfera, por localização e por localização diferenciada – Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

	VAA por TIPO DE DEPENDÊNCIA		VAA por LOCALIZAÇÃO		VAA por LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA									
	ESTADUAL	MUNICIPAL	URBANA	RURAL	Terra Indígena	Área remanescente de quilombos	Área de assentamento							
	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA						
2018	5.527	29,25	12.905	32,83	14.207	29,62	4.225	50,55	158	45,17	58	43,70	180	50,01
2019	5.499	26,05	12.607	29,44	14.200	26,52	3.906	45,55	168	42,02	67	36,59	177	44,30
2020	5.412	25,40	12.754	28,32	14.313	25,71	3.853	44,18	160	41,70	71	38,93	179	43,82
2021	5.362	22,67	13.016	25,49	14.537	23,08	3.841	39,67	161	37,58	71	33,98	175	40,32

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. 2021.

Podemos verificar que os valores médios por aluno por ano, especialmente no estrato urbano/rural, espelham o fixado pela Resolução nº 15/2021 (FNDE, 2021b). Em 2021, o VAA médio de escolas urbanas girou em torno de R\$ 23,00 e, os de escolas rurais, R\$ 40,00. Registro parecido pode ser encontrado em escolas de localização diferenciada, ainda que as matrículas de áreas remanescentes de quilombos registrem nesse ano valor ligeiramente menor que as demais – R\$ 34,00. A grande maioria das escolas situadas em localização diferenciada está no meio rural, ou seja, possuem valor de repasse, tanto fixo como *per capita*, maior que o das escolas urbanas, e por isso seus VAA/PDDE são relativamente maiores que o das escolas urbanas. Da mesma forma, as escolas municipais apresentam VAA um pouco superior ao das escolas estaduais, uma vez que oferecem proporcionalmente mais atendimento no meio rural e em escolas com menor número de alunos. Com exceção do recorte das escolas em áreas remanescentes de quilombos, em todos os demais houve queda no VAA de um ano para outro, uma vez que são valores deflacionados e não houve reajuste nos valores fixo e *per capita* no período.

A Tabela 40 exhibe um estrato por esfera administrativa, por UF e Região Sul.

Tabela 40 – Valor médio por aluno, por ano, por esfera administrativa – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00).

	RS						SC						PR						REGIÃO SUL						
	ESTADUAL			MUNICIPAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			
	ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		ESCOLAS	VAA		
ESFERA																									
2018	2.251	30,35		4.404	33,77		1.203	28,67		3.636	32,41		2.073	28,65		4.865	32,28		5.527	29,25		12.905	32,83		
2019	2.200	26,60		4.277	29,32		1.218	25,96		3.507	29,32		2.081	25,68		4.823	29,64		5.499	26,05		12.607	29,44		
2020	2.122	26,34		4.348	28,33		1.217	25,06		3.547	28,05		2.073	24,91		4.859	28,51		5.412	25,40		12.754	28,32		
2021	2.052	23,14		4.449	25,47		1.228	22,54		3.600	25,24		2.082	22,43		4.967	25,68		5.362	22,67		13.016	25,49		

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

A partir da Tabela 40, observamos plena homogeneidade entre os estados e Região Sul, com pequeno valor a maior entre escolas municipais, frente às escolas estaduais, com uma diferença média de R\$ 2,50. Em outro recorte, a Tabela 41 exibe um estrato de VAA por localização (urbana e rural).

Tabela 41 – Valor médio por aluno, por ano, por localização – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00)

LOCALIZAÇÃO	RS				SC				PR				REGIÃO SUL			
	URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL	
	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA
2018	4.746	30,11	1.909	52,38	3.767	29,40	1.072	49,26	5.694	29,34	1.244	49,04	14.207	29,62	4.225	50,55
2019	4.720	26,26	1.757	46,07	3.758	26,63	967	45,04	5.722	26,65	1.182	45,25	14.200	26,52	3.906	45,55
2020	4.752	25,69	1.718	45,22	3.783	25,61	981	42,88	5.778	25,78	1.154	43,86	14.313	25,71	3.853	44,18
2021	4.807	22,93	1.694	40,55	3.848	23,07	980	38,50	5.882	23,21	1.167	39,46	14.537	23,08	3.841	39,67

Fonte: Elaborada por CEGCAMPE-Sul, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. de 2021.

Também observamos o reflexo do VAA por localização; os VAA das escolas rurais ficam em torno de 70% a mais do que aqueles das escolas urbanas. Há pequena diferença no VAA médio entre os estados, seja entre escolas urbanas, seja entre escolas do campo. Na Tabela 42, verificaremos possíveis combinações em escolas de localização diferenciada.

Tabela 42 – Valor médio por aluno, por ano, por localização diferenciada – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Região Sul – 2018-2021 (em R\$ 1,00)

LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA	RS				SC				PR				REGIÃO SUL											
	Terra Indígena		Área remanescente de quilombos		Área de assentamento		Terra Indígena		Área remanescente de quilombos		Área de assentamento		Terra Indígena		Área remanescente de quilombos		Área de assentamento							
	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA	ESCOLAS	VAA						
2018	82	46,16	46	44,86	64	55,11	37	48,86	5	43,42	26	51,59	39	41,19	7	36,71	90	47,27	138	45,17	58	43,70	180	50,01
2019	93	44,58	61	37,51	63	45,44	37	44,49	3	97,26	27	47,22	38	36,76	3	14,11	87	42,89	188	42,02	67	36,59	177	44,30
2020	84	44,52	61	38,48	66	44,55	37	43,93	6	136,77	26	44,67	39	36,72	4	54,11	87	43,12	160	41,70	71	38,93	179	43,82
2021	86	40,00	61	33,96	65	43,40	39	39,82	6	64,36	25	40,32	36	32,75	4	27,36	85	38,60	161	37,58	71	33,98	175	40,32

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em FNDE (2018b; 2019; 2020c; 2021a). Nota: valores atualizados pelo IPCA de dez. 2021.

A partir da Tabela 42, podemos observar certa diferença de valores: quando verificada apenas a Região Sul, os valores médios de escolas em áreas remanescentes de quilombos, conforme já apontado, têm valores menores, enquanto áreas de assentamento e terras indígenas seguem praticamente homogêneas, com diferença média de R\$ 3,00. Contudo, quando analisados os estados, é possível perceber que, em 2019 e 2021, em escolas de área remanescente de quilombos do PR, o VAA ficou bem abaixo dos valores de 2018 e 2020, enquanto, em SC, foram registrados valores bem maiores em 2019 e 2020, comparados a 2018 e 2021.

A análise das diferenças entre um ano e outro, entre os estados e entre as três categorias de escolas exige o detalhamento de diferentes contextos. A título de exemplo, expomos a seguir algumas situações.

Em SC, em 2019, houve repasse para três escolas em áreas remanescentes de quilombos, com média de VAA de R\$ 97,00. Verificados os dados do FNDE, essa flutuação é explicada porque uma escola com 27 alunos aderiu por sua UEx (repasse de R\$ 2.540,00), e outras duas por EEx, com 12 alunos, com repasse de R\$ 720,00. Somados os repasses e as matrículas, resulta um VAA médio de R\$ 97,00. Em 2020, contudo, das seis escolas em áreas remanescentes de quilombos localizadas em SC, uma aderiu pela sua UEx, com repasse de R\$ 2.280,00, e 14 alunos, outra pela EEx, com repasse de R\$ 540,00 e nove alunos, e outras quatro escolas não estavam cadastradas no FNDE neste ano. Assim, temos um total de repasse de R\$ 2.820,00 (valores nominais) para 23 alunos, o que explica o valor por aluno de aproximadamente R\$ 137,00. Quanto à média de R\$ 14,11 no PR em 2019, em área remanescente de quilombos, esse fenômeno pode ser explicado porque a escola em

tela é urbana, e o repasse médio deveria ser R\$ 20,00, mas a flutuação foi de cerca de R\$ 6,00, indicando algum problema de cadastro ou no valor do repasse.

No último segmento deste Panorama, sublinharemos os achados considerados mais relevantes para o monitoramento do PDDE, com base nos indicadores trabalhados; ademais, pontuaremos recomendações para o aperfeiçoamento dessa política de repasse de recursos federais.

Síntese dos Indicadores e Sugestões Advindas do seu Monitoramento

Nesta síntese dos achados referentes aos indicadores, priorizamos aqueles que têm caráter mais abrangente no que concerne à sua influência na cobertura do PDDE na Região Sul e nas responsabilidades das esferas administrativas (estados e municípios) para com a implementação do Programa.

Números de matrículas e de escolas estaduais e municipais da Região Sul

Proporções de matrículas entre dependências administrativas e localização

Os três estados da Região Sul tenderam para a oferta mais municipalizada e as proporções do atendimento das prefeituras ao meio rural são ainda mais elevadas. No meio rural há quantidade considerável de estabelecimentos com menor número de estudantes e, do ponto de vista da garantia do acesso e da permanência na escola, é imprescindível a manutenção desse tipo de atendimento, sendo pertinente,

portanto, a manutenção da prioridade às instituições escolares do campo no âmbito do PDDE.

Número de escolas, de matrículas e alunos por escola.

Na Região Sul, seguindo a tendência nacional, o número de escolas e de matrículas decresceu, se comparados os anos de 2018 e 2021; a cobertura do PDDE (proporção de escolas e de estudantes atendidos), contudo, aumentou. Na Região Sul, entre diversas faixas de número de alunos por escola, aquela com maior frequência é entre 50 e 100 matrículas, com média de 256 e mediana 164; mais de 30% das escolas têm até 100 matrículas. Esses indicadores devem ser monitorados, pois oferecem subsídios para avaliar os critérios de distribuição dos recursos, principalmente a existência de apenas um valor fixo. Não somos *a priori* contrários a isso, apenas apontamos a importância do indicador no monitoramento.

PDDE: cobertura, adesão, execução, prestação de contas e Valores Por Aluno

Número de Escolas beneficiárias do PDDE

Em 2021, das escolas estaduais e municipais em atividade, 93,2% foram contemplados com o PDDE, frente a 91,9% em 2020 e 91,5% em 2019. Embora a cobertura tenha aumentado, em 2021, 1.402 estabelecimentos não foram atendidos, o que remete à necessidade de ampliar-se a cobertura.

Modalidades de adesão ao PDDE

Em 2021, 88,5% das escolas receberam repasses do PDDE por meio das respectivas unidades executoras. No mesmo ano, 895 escolas obtiveram o benefício por meio de transferência de recursos a suas entidades executoras. Uma proporção de 7% (1.402 escolas) das instituições não foi atendida. No Rio Grande do Sul ocorreu o maior número de secretarias de educação beneficiárias do PDDE, 118 (117 municipais e a secretaria estadual), enquanto o estado do Paraná registrou 82, ou seja, uma maior adesão ao Programa via UEx nesse Estado. Em relação à localização, urbana ou rural, 90,9% das escolas urbanas aderiram por meio de suas UEx, enquanto apenas 79,0% das escolas rurais tiveram o benefício recebido desse modo. Foram identificadas escolas pertencentes a consórcios, com repasse, número que variou de 73 a 80, a depender do ano dentro do intervalo analisado. Reiteramos, assim, a necessidade de se aumentar a cobertura do PDDE e de se incentivar a criação de unidades executoras nas escolas, principalmente naquelas localizadas no meio rural. Em termos de prioridades na assistência técnica, é importante verificar as diferenças nos modos de adesão entre os estados e dependências administrativas.

Evolução no volume de recursos

Os montantes de repasse do período foram corrigidos pelo IPCA, a fim de se apurar os valores reais. Foi verificada queda no valor dos repasses, ano após ano. Essa queda ocorreu, principalmente, pela diminuição do número de matrículas e de escolas e pelo congelamento dos valores fixo e *per capita*

do Programa no período, ou seja, os valores vão sendo depreciados pela inflação. Com menos recursos, em valores reais, o atingimento dos objetivos do PDDE fica mais distante.

Execução do PDDE

Foi constatado que o percentual de execução global do PDDE diminuiu a cada ano, despontando o RS, que registrou 16 pontos percentuais a menos de 2018 para 2021. A elevada queda em 2020 e 2021, em todos os cenários estudados, evidencia a dificuldade das escolas em executar os repasses realizados frente ao contexto da Pandemia de Covid-19. Para o monitoramento, é pertinente levantar diferenças na execução conforme dependência administrativa, pois, por exemplo, o percentual de execução das escolas estaduais gaúchas, em 2021, foi de 38,0%, ante 57,9% das escolas municipais; já no Paraná as escolas estaduais executaram em média 73,9% dos seus recursos e as municipais chegaram a apenas 63,3%. Outro recorte importante é o da localização das escolas: na Região Sul, entre 2018 e 2021, as escolas do meio rural vêm enfrentando mais dificuldades em executar recursos recebidos. Os mais baixos percentuais de execução foram detectados nas entidades executoras; no ano de 2021, os saldos a executar das 296 EEx com repasse foi mais do que o dobro do repasse no mesmo ano, situação também presente nos três anos anteriores.

Situação das prestações de contas

A Região Sul vem registrando pequena diminuição nas prestações de contas aprovadas sem ressalvas ao longo do intervalo analisado: em 2018, 82,1% das UEx tiveram suas contas aprovadas, e em 2021 esse total caiu para 75,6%.

Valores por Aluno do PDDE das escolas municipais e estaduais da Região Sul

Para o cálculo do valor anual por aluno (VAA) do PDDE, foram consideradas as especificações da Resolução nº 15/2021. Em 2021, o VAA médio de escolas urbanas ficou em torno de R\$ 23,00 e, os de escolas rurais, R\$ 40,00. As escolas municipais apresentaram VAA superior ao das escolas estaduais, uma vez que oferecem proporcionalmente mais atendimento no meio rural e em escolas com menor número de alunos. De modo geral, houve queda no VAA de um ano para outro, uma vez que os valores foram deflacionados e não houve reajuste nos valores fixo e *per capita* no período.

Recomendações

Na intenção de propor melhorias no Programa e possibilidades de monitoramento do Programa, recomendamos, a partir do que foi trabalhado neste Panorama:

- a) Realizar-se busca ativa das escolas identificadas em funcionamento nos microdados que estejam alijadas do Programa PDDE (sem repasse e sem saldo), seja por meio de sua EEx, ou, ainda melhor, propondo a criação e adesão por meio de UEx, constituindo 201 registros em 2021.
- b) Realizar-se busca ativa das escolas identificadas em funcionamento nos microdados, porém sem UEx ou adesão por EEx, sem repasse e sem saldo, mas encontradas de alguma forma através de adesão em anos anteriores. Aqui, encontramos 513 registros em 2021.

- c) Prestar-se assistência técnica em caráter prioritário a escolas que ainda estejam aderindo por meio de sua EEx para que criem suas Unidades Executoras, por ser mais vantajoso para o Programa como um todo e, sobretudo, para a própria escola.
- d) Propor-se busca ativa das escolas com UEx que não tenham feito adesão ou não tiveram repasse nos últimos anos. Na Região Sul esse fenômeno ocorreu em 688 escolas ativas em 2021.
- e) Incentivar-se a adesão de escolas com UEx para que o façam por meio do seu CNPJ, e não através da sua EEx, justamente pelos valores auferidos por aluno e global.
- f) Proporem-se programas de formação que qualifiquem as executoras e executores dos repasses do Programa para aumentar o percentual de execução anual por UF, especialmente no Estado do RS.
- d) Analisarem-se possibilidades de ação para a busca ativa de saldos em UEx de escolas em situação paralisada ou extinta, pelas suas Entidades Executoras, bem como saldos remanescentes em CNPJ não correlacionados com nenhuma UEx nos últimos cinco anos. Identificamos 28 casos em 2021.
- e) Analisarem-se possibilidades de ação para a busca ativa de saldos encontrados na base FNDE em 2021 cujos CNPJs não foram localizados entre os anos de 2017 a 2021, com 834 casos, e cerca de R\$ 3,6 milhões em 2021 na Região Sul.
- g) Identificarem-se possibilidades de melhoria da etapa de prestação de contas, com programas de formação, e ações mais efetivas das EEx para o cumprimento dessa etapa sem dificuldades, au-

mentando, assim, o percentual de PCs sem ressalvas ou correções.

h) Realizar-se análise mais aprofundada do conjunto das escolas em localização diferenciada, bem como escolas que aderem por meio de consórcios.

i) Publicizarem-se informações sobre o decréscimo nos valores reais das transferências, bem como dos valores por aluno, a fim de sensibilizar os responsáveis pela elaboração do orçamento federal para a necessidade de alocar mais recursos para o PDDE, sem o qual a política fica impossibilitada de cumprir seus objetivos.

Referências

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório de Gestão do FNDE 2017**. Brasília: FNDE, 2018a.

FNDE. **Repasses realizados às escolas, pelo FNDE – Ano Base 2018**. Brasília: FNDE, 2018b.

FNDE. **Repasses realizados às escolas, pelo FNDE – Ano Base 2019**. Brasília: FNDE, 2019.

FNDE. **Repasses realizados às escolas, pelo FNDE – Ano Base 2020**. Brasília: FNDE, 2020.

FNDE. **Repasses realizados às escolas, pelo FNDE – Ano Base 2021**. Brasília: FNDE, 2021a.

FNDE. **Nota Técnica – Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE)**. Brasília: FNDE, 2021b.

FNDE. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Brasília: FNDE, 2021c.

FNDE. **Relatório de Execução – PDDE, 2019, 2020, 2021 e 2022**. Brasília: FNDE, 2022a.

FNDE. **Escolas que aderiram ao PDDE**. Brasília: FNDE, 2021b.

FNDE. **Saldos de todos os Programas do FNDE**. Brasília: FNDE, 2021c.

FNDE. **Prestação de contas dos Programas do FNDE**. Brasília: FNDE, 2021d.

FNDE. **Resolução nº 6, de 27 de junho de 2022**. Brasília: FNDE, 2022e.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2016**. Brasília: INEP, 2016a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2016**. Brasília: INEP, 2016b.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2017**. Brasília: INEP, 2017a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2017**. Brasília: INEP, 2017b.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2018**. Brasília: INEP, 2018a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2018**. Brasília: INEP, 2018b.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2019**. Brasília: INEP, 2019a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2019**. Brasília: INEP, 2019b.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2020**. Brasília: INEP, 2020a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2020**. Brasília: INEP, 2020b.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Ano 2021**. Brasília: INEP, 2021a.

INEP. **Microdados da Educação Básica – Ano 2021**. Brasília: INEP, 2021b.

ESTRATÉGIAS PARA O MONITORAMENTO DO PDDE NA REGIÃO SUL: PAINEL DE INDICADORES E MODELO EXPLICATIVO DE EXECUÇÃO

Lisiane Priscila Roldão Selau
Mariana Peleje Viana
Nalú Farenzena

Introdução

O presente capítulo apresenta uma síntese de dois produtos do trabalho desenvolvido pelo Centro Colaborar de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sul (CECAMPE-Sul) quanto ao Eixo de Monitoramento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): a) Painel de dados e indicadores do PDDE; e, b) Modelo Explicativo de Execução do PDDE. Estes produtos contemplam um dos desígnios de atuação do CECAMPE-Sul, que está voltado ao desenvolvimento de ações de monitoramento do PDDE, visando qualificar a gestão e a avaliação da referida política.

O Painel “PDDE e a gestão escolar - Região Sul”

O “Painel PDDE e a gestão escolar - Região Sul”¹ foi criado como uma estratégia para monitorar o PDDE. Um painel desta natureza age como uma ferramenta capaz

¹ Painel disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/painel-pdde/>.

de mostrar de maneira clara e didática uma série de dados e informações que ajudam a visualizar melhor a política. Esta ferramenta possibilitará acompanhar e monitorar o PDDE, trazendo subsídios que podem indicar tendências, análises e possibilidades de melhorias.

O Painel traz indicadores que ajudam a medir e refletir sobre os dados apresentados de forma agregada, permitindo compreendê-los e acompanhá-los de maneira mais visual e prática, orientando e conduzindo as ações que envolvem o PDDE, viabilizando, assim, a identificação de medidas de intervenções para o aprimoramento dessa política.

Esta ferramenta foi elaborada para que possa ser utilizada de forma interativa, voltada a diferentes contextos e sujeitos, abrindo diversas possibilidades de seleção de dados e visualização das informações, de forma acessível e transparente, de fácil interpretação, tanto com foco nos usuários da política no “chão da escola”, ou seja, de todas as pessoas da comunidade escolar, quanto com foco nos órgãos administrativos da educação pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Os painéis de indicadores são formas de resumir informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação de um programa ou de uma política pública (JANNUZZI, 2014, p. 32), como sistemas de indicadores de monitoramento e avaliação que, quando “organizados segundo painéis com a devida estrutura, configuram um recurso metodológico para ‘filmar’ as atividades, ações e programas promovidos pelo setor público, assim como a mudança social impactada por esses” (JANNUZZI, 2014, p. 33).

Jannuzzi lembra que, para desenvolver um painel de monitoramento, é necessário conhecer profundamente o funcionamento e os objetivos do programa que se busca

avaliar (JANNUZZI, 2014, p. 34), para que se possa pensar em indicadores que de fato reflitam os resultados e a trajetória da política educacional.

Os referenciais teóricos e legais que tratam da política educacional no Brasil são permeados por princípios de gestão democrática e autonomia escolar, por isso, o painel proposto se volta para a produção de ferramentas que tenham como referência o acesso e a transparência dos dados e indicadores elaborados, tendo em mente os benefícios que tais instrumentos podem trazer, tanto para as pessoas envolvidas nas decisões sobre o PDDE – e programas similares – quanto para cidadãos e cidadãs que convivem com os resultados de tais decisões no cotidiano da escola pública.

A existência de um painel composto por indicadores simples e de fácil acesso sobre o PDDE pode permitir sua utilização para a identificação de estratégias efetivas para a construção de instrumentos de gestão, em parceria com pesquisadores, instituições acadêmicas, escolas e gestores de secretarias municipais e estaduais de educação, assim como a equipe técnica do FNDE.

O Painel foi elaborado pelo CECAMPE-Sul a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP (2020) e dados do PDDE (2016-2020) disponibilizados pelo FNDE. Ele está em processo de construção, sendo que está prevista sua atualização em 2024. Faz-se importante salientar que a perspectiva da construção do painel é apontar para questões e obstáculos a serem repensados pela (re)formulação do PDDE, sem a pretensão de que os indicadores utilizados serão capazes de explicar tais questões. Ou seja, o painel norteará a busca de esclarecimentos para se aproximar de explicações que embasam as tomadas de decisão e aprimoramento da política, sem perder de vista a diver-

cidade de interpretações possíveis e a temporalidade dos dados apresentados.

Nessa compreensão, faz-se necessária a realização de ajustes sucessivos ao Painel, visando torná-lo mais atualizado, completo e operacional, com a progressiva escolha de novos dados e indicadores de maior utilidade e significado para as pessoas envolvidas em sua utilização. Entendemos que a construção do Painel é um processo que requer constante revisão crítica, participativa e interativa entre usuá-rias/os e pesquisadoras/es, com vistas a clarear conceitos e identificar parâmetros de melhor interpretação – processos necessários ao monitoramento e avaliação, em constante revisão de seus limites e alcances, mantendo-se em permanente construção.

O esforço de conceitualização do Painel e a metodologia utilizada também visam contribuir com o campo da avaliação de políticas públicas de educação e, mais especificamente, com o aprimoramento dos processos e práticas de monitoramento e avaliação de políticas educacionais que transferem recursos financeiros diretamente às escolas públicas.

A fim de apresentar e orientar o uso do Painel de dados e indicadores do PDDE – Região Sul, buscando incentivar e orientar comunidades escolares e os gestores públicos da área da educação à prática de monitoramento do PDDE, além de incentivar o debate sobre os gastos educacionais, a gestão financeira escolar e os recursos recebidos pelas escolas, foi criado um Manual de Monitoramento do PDDE (MA-FASSIOLI et Al., 2022)², dirigido às comunidades escola-

² Manual de Monitoramento do PDDE disponível em: https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/wp-content/uploads/2022/10/MANUAL_MONITORAMENTO_COMPLETO.pdf.

res beneficiadas pelo Programa, contendo as especificações técnicas de indicadores para o monitoramento e avaliação do PDDE, com o objetivo de subsidiar as/os gestoras/es da política na execução e prestação de contas dos recursos.

Tal Manual apresenta as concepções fundantes para compreender o funcionamento do PDDE, sua dinâmica e sua essência como política pública educacional, discutindo sobre gestão democrática, participação, controle social, dentre outros aspectos fundamentais em que o PDDE está ancorado. Além disso, traz sugestões de atividades, planos de aula e proposições de maneiras diversas sobre como as crianças, estudantes e a comunidade escolar podem fazer para monitorar o PDDE na prática do cotidiano na escola.

O público-alvo do Manual de Monitoramento do PDDE se constitui, portanto, na própria comunidade escolar (mães, pais ou responsáveis por estudantes, estudantes, docentes, funcionárias/os etc.), além de gestoras/es da área da Educação (como diretoras/es de escola, vice-diretoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os, orientadoras/es educacionais, supervisoras/es escolares, secretárias/os municipais/estaduais de educação e conselheiras/os municipais/estaduais de educação).

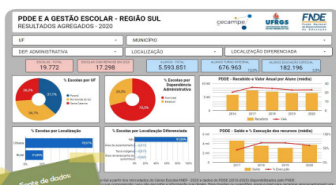
Neste sentido, o Manual conversa com o Painel, trazendo um capítulo especialmente construído para explicar sobre o uso do Painel e auxiliar o público-alvo a compreender melhor sobre como interagir com esta ferramenta de monitoramento do PDDE, incluindo um vídeo tutorial³, em que poderemos ver o Painel em tela, observar o cursor do mouse e exemplificar passo a passo, na prática, como ele funciona, onde clicar, visualizando os botões do menu, as

3 Vídeo tutorial do Painel disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FGy7Pk6LE1SyWHtvPB0zGvEiDHL-1dqp/view>.

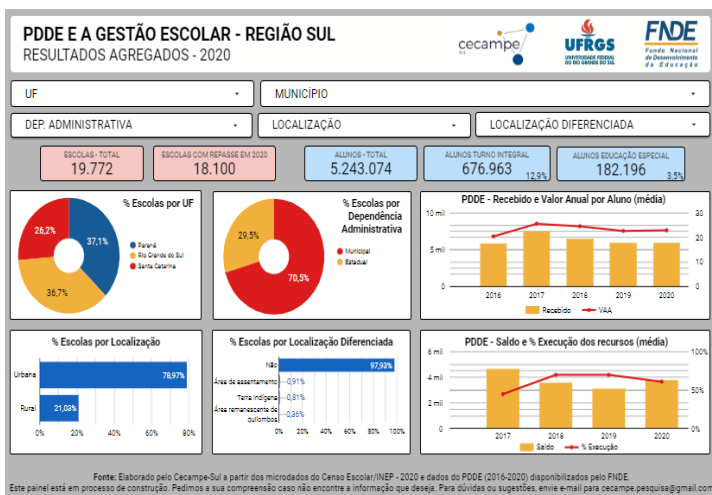
abas de opções etc., para percebermos suas funcionalidades e as possibilidades de ações e cruzamentos de dados que essa ferramenta pode gerar.

Figura 1 - Apresentação do Painel no Manual de Monitoramento do PDDE.

2.3 - Acessando o "Painel PDDE e a Gestão Escolar - Região Sul"



Fonte de dados: [illegible]



Fonte: MAFASSIOLI et Al (2022, p. 31).

No Apêndice do Manual é apresentada a Ficha Técnica do Painel, com informações específicas quanto ao seu recorte histórico (2016-2020⁴), recorte local (estados e municípios da Região Sul), as fórmulas utilizadas para cálculo dos indicadores, o nível de agregação de tais indicadores, a fonte dos dados e sua periodicidade, além das possibilidades de filtros e resultados que o Painel pode gerar.

O Manual finaliza com um Glossário Conceitual sobre os principais verbetes e termos que envolvem o monitoramento do PDDE, a fim de garantir que os termos usados no Painel e no próprio Manual possam ser de pleno acesso e compreensão de todos, ampliando cada vez mais o conhecimento teórico sobre esse tema tão necessário ao cotidiano escolar.

Modelo Explicativo da Execução do PDDE 2020 – Região Sul

O objetivo desta seção é apresentar resultados sobre a Execução do PDDE em 2020, o que foi realizado para dar conta de uma ação prevista no Plano de Trabalho Anual do CECAMPE-Sul, quer seja, a elaboração de um Modelo Explicativo para o Índice de Execução. O foco do estudo é a identificação de fatores explicativos da execução dos recursos do PDDE, buscando que os objetivos legais do Programa sejam cumpridos, o que fornece dados relevantes para o monitoramento e para o planejamento de assistência técnica.

⁴ Quanto aos microdados do Censo Escolar/INEP, o recorte é de 2020 (banco de dados atualizados em 06/04/2022), já quanto aos dados do PDDE, o recorte é do período de 2016 a 2020 (dados disponibilizados pelo FNDE).

Ao avaliar características das escolas, o intuito é traçar um perfil daquelas que têm os maiores e os menores índices de execução. No livro “Introdução aos modelos de regressão linear” (CHEIN, 2019), a autora propõe um passo inicial para compreensão das ferramentas estatísticas como ferramenta de avaliação de políticas públicas. Nos modelos de regressão o foco é avaliar o relacionamento entre variáveis para a realização de inferências, na maior parte das vezes, causais.

Os primeiros dados considerados para a análise foram as informações demográficas do Censo Escolar de 2021, do Inep. Na sequência foram utilizados também dados de uma enquête sobre o PDDE e a gestão escolar, realizada pelo CECAMPE-Sul com escolas públicas estaduais e municipais da Região Sul com Unidade Executora (UEx) do PDDE.

Antes de chegar no modelo final, foram avaliadas as variáveis de forma individual e foram feitos alguns cruzamentos. Para isso, foi desenvolvido um *Dashboard*⁵ que apresenta dados demográficos do Censo Escolar de 2021, o percentual de execução do PDDE no ano de 2020 e as 3.699 respostas da enquête enviada às 18.105 escolas estaduais e municipais da Região Sul. São apresentadas as seguintes abas: dados demográficos de todas as escolas; dados demográficos das escolas respondentes; e três abas adicionais com as 69 questões aplicadas na enquête, cruzadas com o percentual de execução do PDDE em 2020. A aba final traz o resultado do Modelo Explicativo de Execução.

A Tabela 1 traz os dados demográficos do Censo Escolar 2021, com informações de execução das escolas estaduais e municipais da Região Sul, com UEx, cru-

5 <https://lookerstudio.google.com/reporting/ab0ec72c-e1a9-4279-9295-6a6e448572ea>

zando-as com dependência administrativa e localização. Quanto aos estados, Santa Catarina tem o menor índice de execução (58%) e, o Paraná, o maior (69%). O menor índice de execução aparece no conjunto de escolas estaduais e rurais do Rio Grande do Sul (50%), enquanto o maior índice é do conjunto de escolas estaduais e urbanas do Paraná (77,6%).

Tabela 1 - Percentuais de execução do PDDE, por estado, dependência administrativa e localização – Região Sul – 2020.

UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	LOCALIZAÇÃO	ESCOLAS	% EXECUÇÃO 2020
Paraná	ESTADUAL	URBANA	1.709	77,60%
Paraná	ESTADUAL	RURAL	397	72,44%
Rio Grande do Sul	MUNICIPAL	RURAL	1.063	70,72%
Paraná	MUNICIPAL	URBANA	4.174	65,83%
Paraná	MUNICIPAL	RURAL	629	65,46%
Rio Grande do Sul	MUNICIPAL	URBANA	3.243	64,45%
Santa Catarina	ESTADUAL	URBANA	969	62,30%
Santa Catarina	ESTADUAL	RURAL	169	60,26%
Santa Catarina	MUNICIPAL	URBANA	2.797	57,63%
Santa Catarina	MUNICIPAL	RURAL	661	55,66%
Rio Grande do Sul	ESTADUAL	URBANA	1.786	54,97%
Rio Grande do Sul	ESTADUAL	RURAL	508	49,97%
TOTAL			18.105	63,72%

Fontes: Censo Escolar e Banco de Dados do CECAMPE-Sul.

Tendo em conta os dados de escolas por localização diferenciada, verifica-se que os menores índices de execução acontecem em escolas em terra indígena, nos três estados, e em escolas em área de assentamento, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Percentuais de execução do PDDE em escolas de localização diferenciada, por estado e de-
pendência administrativa – Região Sul – 2020**

Tipo de Estabelecimento (localização diferenciada)	Percentual de Execução do PDDE				
	PR	RS	SC	Municipal	Estadual
Área de assentamento	70%	44%	55%	55%	63%
Terra indígena	52%	45%	46%	67%	46%
Área de remanescentes de quilombos	-	67%	-	69%	12%
Outras escolas	69%	62%	59%	64%	65%

Fonte: Banco de Dados do CECAMPE-Sul.

Observando-se os índices de execução por tipo de estabelecimento, e de acordo com a dependência administrativa, não é possível afirmar alguma tendência de ordem mais geral, mas apenas pontuar o que consta nos dados: percentual bem maior de execução em escolas municipais de áreas remanescentes de quilombos, frente às estaduais; 21 pontos percentuais a mais de execução nas escolas municipais localizadas em terra indígena; já em áreas de assentamento, o percentual de execução das escolas estaduais foi relativamente maior (63%) frente às municipais (55%).

São abordadas agora questões do questionário sobre a gestão escolar do PDDE enviado às escolas, para verificar os relacionamentos com o Índice de Execução do PDDE em 2020. Uma curiosidade observada, ao analisar os dados do PDDE, é que, tanto os valores recebidos quanto o índice de execução, são ligeiramente maiores entre as escolas que responderam ao questionário. Serão apresentados somente alguns resultados, principalmente nas questões em que foi verificado um importante relacionamento com o percentual de execução, porém todos os cruzamentos podem ser consultados diretamente no *dashboard*.

Figura 2 - Órgãos participativos da escola que estavam ativos no último ano.

10. Assinale todos os órgãos participativos da escola que estão ATIVOS neste último ano.		EXEC.2020	Escolas
M10			
	Associação/Círculo de Pais, Professores e Funcionários (ou equivalente).	66,9%	94,9%
	Conselho de Escola.	66,7%	82,6%
	Grêmios Estudantil.	75,2%	14,5%
	Total geral	67,4%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 3 - Se a escola possui um projeto político pedagógico atualizado.

12. A escola possui um Projeto Político-Pedagógico atualizado?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Sim	67,7%	92,7%
Não	53,6%	7,3%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Nas escolas onde há Grêmios estudantis ativos no último ano (14,5%), verifica-se um maior índice de execução. No mesmo sentido, as escolas que têm Projeto Político-Pedagógico (PPP) atualizado são as que têm os maiores índices de execução.

Figura 4 - Nível de formação da principal responsável pela gestão do PDDE.

16. Nível de formação da principal responsável pela gestão do PDDE.		EXEC.2020 ▾	Escolas
Doutorado.	73,2%	0,5%	
Mestrado.	67,8%	6,0%	
Ensino Superior.	66,6%	92,2%	
Ensino Médio.	62,1%	1,2%	
Total geral	66,6%	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 - Impressões sobre o quanto a equipe diretiva da escola é preparada para coordenar os processos participativos e decisórios que envolvem o Plano de Aplicação de Recursos do PDDE.

	EXEC. 2020 ▾	Escolas
21. Na sua avaliação, a equipe diretiva da escola é preparada para coordenar os processos participativos e decisórios que envolvem o Plano de Aplicação de Recursos do PDDE?		
Muito Preparada.	72,3%	19,5%
Preparada.	66,5%	69,0%
Pouco Preparada.	57,6%	11,1%
Nada Preparada.	56,3%	0,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

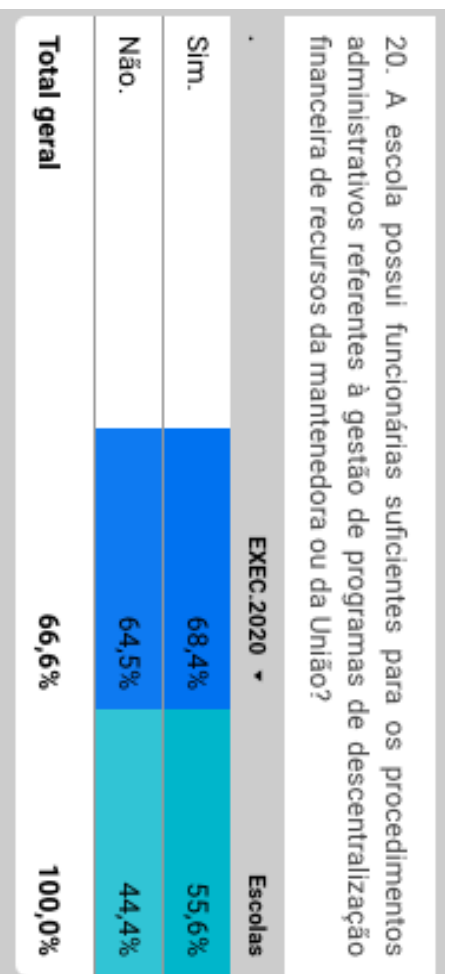
Quanto maior é o nível de formação da principal responsável pela gestão do PDDE, maiores são os índices de execução. Tal resultado vai ao encontro de outra questão: quanto mais preparada a equipe diretiva da escola se sente para coordenar os processos participativos e decisórios que envolvem o Plano de Aplicação de Recursos do PDDE, maior é o índice de execução.

Figura 6 - Impressões sobre a disponibilidade de tempo das gestoras escolares para executar com eficácia os recursos financeiros descentralizados da escola.

EXEC.2020 ▾		Escolas
Sim	68,2%	70,8%
Não	62,9%	29,2%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 7 - Se a escola possui funcionárias suficientes para os procedimentos administrativos referentes à gestão dos recursos financeiros descentralizados.



Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas em que existe disponibilidade de tempo suficiente das gestoras escolares, a fim de executar com eficácia os recursos oriundos de programas de descentralização financeira dos entes federados, são as que têm maiores índices de execução. O mesmo acontece com as escolas que possuem funcionárias suficientes para os procedimentos administrativos referentes à gestão de programas de descentralização financeira de recursos da mantenedora ou da União.

Figura 8 - Práticas escolares que contemplam as exigências do PDDE.

22. Assinale todas as alternativas que contemplam práticas da escola com a gestão do PDDE.		
M22	% EXEC.2020	Escolas
São realizadas reuniões com segmentos da comunidade escolar para o planejamento do uso dos recursos.	67,0%	87,7%
A comunidade escolar é informada sobre os gastos (seus valores e em que itens foram realizados) através de diversos veículos, como publicação em mural, comunicados em reuniões, envio de mensagens ou documentos.	66,8%	78,5%
A comunidade escolar é informada sobre os gastos (seus valores e em que itens foram realizados) somente por meio da publicação em mural da escola.	62,7%	20,0%
O planejamento do uso dos recursos é realizado somente pelos membros da Unidade Executora (UEX) e equipe diretiva da escola.	62,8%	15,5%
O planejamento do uso dos recursos é realizado somente pela equipe diretiva da escola e/ou a pessoa responsável pela gestão do PDDE.	61,5%	7,9%
O planejamento do uso dos recursos é realizado somente pelos membros da Unidade Executora (UEX).	70,6%	3,0%
A comunidade escolar não é informada sobre os gastos (seus valores e em que itens foram realizados)	64,7%	1,8%
Total geral	66,0%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Com mais de 65% de execução do PDDE, destacam-se escolas que pontuaram as seguintes práticas: realização de reuniões com segmentos da comunidade escolar para o planejamento do uso dos recursos (87,7% das escolas, com 67,0% de execução); informe à comunidade escolar sobre os gastos através de diversos veículos, como publicação em mural, comunicados em reuniões, envio de mensagens ou documentos (78,5% das escolas, com 66,8% de execução); planejamento do uso dos recursos somente pelos membros da UEx (3,0% das escolas, com 70,6% de execução). Associar índices de execução com essas práticas exigiria mais estudos, pois aparenta ser contraditório que o maior índice de execução seja o das escolas em que o planejamento é mais restrito.

Figura 9 - Se os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola.

28. Os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola.

	EXEC.2020 ▾	Escolas
Discordo totalmente.	71,4%	5,4%
Discordo.	69,6%	42,0%
Concordo.	63,8%	49,3%
Concordo totalmente.	63,7%	3,3%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 10 - Se os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear pequenas reformas e manutenção escolar.

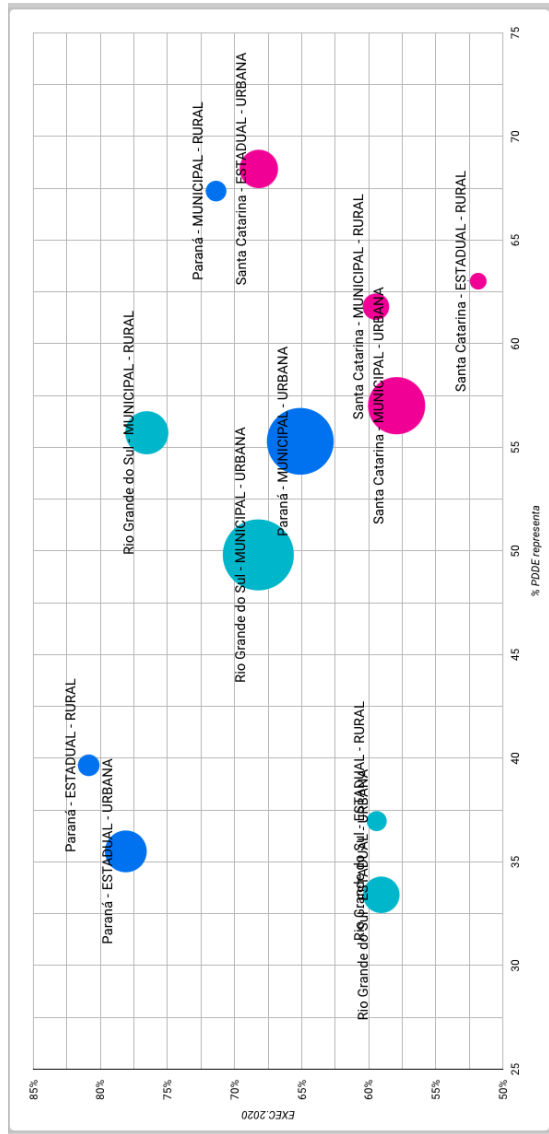
	EXEC.2020 ▾	Escolas
29. Os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear pequenas reformas e manutenção escolar.		
Discordo totalmente.	70,3%	9,5%
Discordo.	69,0%	48,2%
Concordo.	63,4%	39,8%
Concordo totalmente.	58,5%	2,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola concorda que os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola, menor é o índice de execução. Os maiores índices de execução dos recursos são das escolas que discordam totalmente (71,4%) ou discordam (69,6%) que o PDDE é suficiente para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola. O mesmo acontece quanto ao custeio de pequenas reformas e manutenção escolar; os maiores índices de execução dos recursos são das escolas que discordam totalmente (70,3%) ou discordam (69,0%) que o PDDE é suficiente para custear pequenas reformas e manutenção escolar. Ou seja, as escolas que mais executam os recursos percebem que o PDDE é insuficiente para dar conta desses objetivos e, mesmo assim, ou talvez tendo isso presente, têm índice maior de execução.

Quanto ao percentual que o PDDE representa diante do total de recursos da escola, não se verifica correlação direta com o índice de execução. Porém, observando o gráfico abaixo, verifica-se que isso só ocorre de forma geral, pois ao analisar separadamente os três estados, dependência administrativa e localização, verifica-se que as escolas estaduais do Paraná têm altos índices de execução, mesmo sendo baixo o percentual que o PDDE representa; assim como grande parte das escolas de Santa Catarina, que tem menores índices de execução, mas consideram alto o percentual que o PDDE representa, como pode ser observado na Figura 11. O tamanho das bolhas representam a quantidade de escolas em cada estado, dependência administrativa e localização.

Figura 11 - Comparação entre o percentual de execução e a percepção do quanto o PDDE representa percentualmente nas escolas.



Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Por outro lado, as escolas de Rio Grande do Sul podem ser divididas em dois grupos: as estaduais que menos executam, e que consideram baixo o percentual que o PDDE representa, e as municipais que mais executam e que consideram maior o percentual que o PDDE representa. Cabe salientar que os tamanhos das bolhas são proporcionais ao número de escolas naquele estado, dependência administrativa e localização.

Figura 12 - Impressões sobre o cumprimento de procedimentos e prazos indicados pelo FNDE.

	EXEC.2020 ▾	Escolas
32. a) Cumprimento de procedimentos e prazos indicados pelo FNDE.		
Muito satisfatório	71,5%	17,5%
Satisfatório	65,9%	76,5%
Pouco satisfatório	64,1%	5,1%
Insatisfatório	50,3%	0,5%
Não se aplica	42,8%	0,3%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 13 - Impressões sobre a observância de procedimentos contábeis para aquisição de itens e/ou prestação de contas.

32. b) Observância de procedimentos contábeis para aquisição de itens e/ou prestação de contas (ex. comprovação de gastos; manutenção de recurso sem contas bancárias apropriadas).

	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	70,5%	18,2%
Satisfatório	66,2%	71,1%
Pouco satisfatório	64,4%	8,4%
Insatisfatório	57,5%	1,8%
Não se aplica	47,8%	0,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola está satisfeita quanto ao cumprimento de procedimentos e prazos indicados pelo FNDE, maior é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita quanto à observância de procedimentos contábeis para aquisição de itens e/ou prestação de contas (ex. comprovação de gastos; manutenção de recurso sem contas bancárias apropriadas), maior é o índice de execução.

Figura 14 - Impressões sobre a publicização de deliberações sobre o uso de recursos.

33. h) Publicização de deliberações sobre o uso de recursos.

	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	68,1%	18,2%
Satisfatório	66,9%	76,0%
Pouco satisfatório	62,6%	4,7%
Insatisfatório	44,1%	0,4%
Não se aplica	38,6%	0,7%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 15 - Impressões sobre as rotinas de estímulo à participação dos membros da comunidade.

EXEC.2020 ▾		Escolas
Muito satisfatório	69,9%	14,4%
Satisfatório	66,9%	75,1%
Pouco satisfatório	61,5%	9,5%
Não se aplica	50,3%	0,5%
Insatisfatório	45,5%	0,5%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola está satisfeita quanto à publicação de deliberações sobre o uso de recursos, maior é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita quanto às rotinas de estímulo à participação dos membros da comunidade, maior é o índice de execução.

Figura 16 - Impressões sobre a disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do Programa

34. j) Disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do Programa, tomando o conjunto de atividades desempenhadas na escola (e/ou fora dela) pela pessoa incumbida de tal atividade.

	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	69,2%	10,0%
Satisfatório	68,4%	66,3%
Insatisfatório	62,8%	4,0%
Pouco satisfatório	60,3%	19,3%
Não se aplica	42,8%	0,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 17 - Impressões sobre a afinidade entre a área de formação profissional de quem está incumbido da gestão do Programa e saberes demandados para a administração do mesmo.

34. k) Afinidade entre área de formação profissional de quem está incumbido da gestão do Programa e saberes demandados para a administração do mesmo.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	70,9%	14,6%
Satisfatório	67,1%	72,1%
Pouco satisfatório	59,8%	11,1%
Não se aplica	58,3%	0,6%
Insatisfatório	54,4%	1,5%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto menor a disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do Programa, tomando o conjunto de atividades desempenhadas na escola (e/ou fora dela) pela pessoa incumbida de tal atividade, menor é o índice de execução. Da mesma forma, quanto menor a afinidade entre área de formação profissional de quem está incumbido da gestão do Programa e os saberes demandados para a administração do mesmo, menor é o índice de execução.

Figura 18 - Impressões sobre o interesse dos integrantes da comunidade escolar em acompanhar a gestão do Programa.

34. l) Interesse dos integrantes da comunidade escolar em acompanhar a gestão do Programa.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	70,5%	8,7%
Satisfatório	68,4%	60,1%
Pouco satisfatório	63,0%	27,3%
Insatisfatório	57,1%	3,4%
Não se aplica	50,0%	0,5%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 19 - Impressões sobre a experiência em gestão anterior na administração do PDDE.

35. m) Experiência em gestão anterior à ocupação na administração do PDDE		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	70,7%	12,6%
Satisfatório	67,3%	69,6%
Pouco satisfatório	62,5%	11,6%
Não se aplica	58,1%	4,2%
Insatisfatório	57,2%	1,9%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto menor o interesse dos integrantes da comunidade escolar em acompanhar a gestão do Programa, menor é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita com a experiência em gestão anterior à ocupação na administração do PDDE, maior é o índice de execução.

Figura 20 - Impressões sobre a experiência de colegas da escola, que contribuíram para a administração do PDDE.

35. n) Experiência em gestão de colegas na escola que contribuem para administração do PDDE.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	69,7%	10,6%
Satisfatório	67,9%	66,1%
Pouco satisfatório	62,9%	17,1%
Não se aplica	59,5%	3,7%
Insatisfatório	55,5%	2,6%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecamse-Sul.

Figura 21 - Impressões sobre a distribuição equitativa de atividades entre colegas na gestão do PDDE.

35. o) Distribuição equitativa de atividades entre colegas na gestão do PDDE.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	72,0%	8,2%
Satisfatório	67,8%	67,3%
Não se aplica	62,3%	3,9%
Pouco satisfatório	61,7%	18,0%
Insatisfatório	59,8%	2,6%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola está satisfeita com a experiência em gestão de colegas na escola que contribuem para administração do PDDE, maior é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita com a distribuição equitativa de atividades entre colegas na gestão do PDDE, maior é o índice de execução.

Figura 22 - Impressões sobre a infraestrutura física e tecnológica disponibilizada ao trabalho na escola.

35. q) Atual situação da infraestrutura física e tecnológica disponibilizada ao trabalho na escola.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	68,1%	6,9%
Satisfatório	67,8%	63,8%
Pouco satisfatório	64,4%	23,5%
Insatisfatório	62,0%	5,5%
Não se aplica	43,8%	0,2%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 23 - Impressões sobre o acompanhamento de parte da mantenedora.

35. s) Acompanhamento e apoio de parte da mantenedora (prefeitura ou governo estadual).		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	68,9%	20,8%
Satisfatório	66,9%	70,2%
Pouco satisfatório	60,1%	7,7%
Insatisfatório	56,5%	1,1%
Não se aplica	52,7%	0,2%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola está satisfeita com a atual situação da infraestrutura física e tecnológica disponibilizada ao trabalho na escola, maior é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita com o acompanhamento e apoio de parte da mantenedora (prefeitura ou governo estadual), maior é o índice de execução.

Figura 24 - Impressões sobre a administração e gestão de outras fontes de recursos existentes.

35. r) Concomitância na administração de outros programas, fontes ou iniciativas de geração de recursos.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	74,4%	6,6%
Satisfatório	67,5%	73,2%
Pouco satisfatório	63,2%	15,2%
Não se aplica	56,4%	3,6%
Insatisfatório	49,6%	1,5%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 25 - Impressões sobre as orientações e capacitações recebidas para execução e prestação de contas.

35. t) Orientações/capacitações recebidas para execução e prestação de contas.		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Muito satisfatório	68,9%	17,5%
Satisfatório	66,7%	65,8%
Pouco satisfatório	64,8%	13,3%
Insatisfatório	60,8%	3,0%
Não se aplica	52,0%	0,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Quanto mais a escola está satisfeita com a concomitância na administração de outros programas, fontes ou iniciativas de geração de recursos, maior é o índice de execução. Quanto mais a escola está satisfeita com orientações/capacitações recebidas para execução e prestação de contas, maior é o índice de execução.

Figura 26 - Quantidade de contas correntes que a escola dispõe para receber recursos do PDDE.

37. Quantas contas correntes (Banco do Brasil) a escola dispõe para receber recursos do PDDE?		EXEC.2020 ▾	Escolas
Duas contas correntes (PDDE Básico + 1 Ação Integrada).	70,1%	49,0%	
Somente uma conta – PDDE Básico.	66,2%	8,9%	
Três contas correntes (PDDE Básico + 2 Ações Integradas).	64,1%	26,6%	
Quatro contas correntes (PDDE Básico + 3 Ações Integradas).	61,4%	9,1%	
Mais de quatro contas correntes (PDDE Básico + 4 ou mais Ações Integradas).	59,0%	6,4%	
Total geral	66,6%	100,0%	

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas com duas ou mais contas correntes além do PDDE, referentes a ações integradas, tendem a ter menor índice de execução.

Figura 27 - Se o cartão do PDDE foi recebido em que ano.

39. O cartão PDDE foi recebido em que ano?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
2019	70,7%	26,3%
2018	70,0%	18,0%
2020	65,5%	19,9%
2021	64,3%	26,0%
Não se aplica.	57,5%	9,8%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 28 - Sobre a qualidade do atendimento na agência do Banco do Brasil.

41. Como é a qualidade do atendimento na sua agência do Banco do Brasil?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Excelente.	71,8%	17,8%
Muito bom.	66,8%	26,3%
Regular.	65,9%	17,5%
Bom.	64,8%	31,0%
Ruim.	62,9%	7,4%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas que receberam o cartão PDDE nos dois últimos anos tendem a ter menor índice de execução. As escolas que melhor avaliam a qualidade do atendimento da sua agência do Banco do Brasil tendem a ter maior índice de execução.

Figura 29 - Sobre os principais desafios no uso do cartão PDDE.

43. Assinale todas as alternativas que expressam os principais desafios no uso do Cartão PDDE? Caso existam outras, favor especificar no campo "Outros".	EXEC.2020	Escolas
M43		
Dificuldade em pagar serviços.	66,2%	50,8%
Poucos estabelecimentos trabalham com cartão.	64,2%	27,7%
Baixo limite de transferência.	69,8%	18,5%
Baixo limite de saque.	66,1%	16,3%
Total geral	66,0%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Dentre os principais desafios no uso do cartão PDDE, a questão de que poucos estabelecimentos trabalham com cartão está relacionado com o menor índice de execução das escolas.

Figura 30 - Sobre a pessoa responsável por organizar a prestação de contas dos recursos recebidos pelo PDDE.

M44	EXEC. 2020		Escolas
	EXEC. 2020	Escolas	
44. Na escola/UEX, quem é a pessoa responsável por organizar a prestação de contas dos recursos recebidos no PDDE?			
Diretor/a ou vice-diretor/a	65,7%	75,5%	
Presidente da UEx	68,4%	19,5%	
Profissional responsável pela gestão financeira da escola (agente administrativo, assessor/a administrativo-financeiro, secretário/a com atribuições de gestão financeira etc.)	73,8%	17,0%	
Equipe diretiva	68,5%	13,0%	
Professor/a ou professores/as voluntários/as	59,1%	1,9%	
Total geral	67,3%	100,0%	

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas em que o responsável por organizar a prestação de contas dos recursos recebidos no PDDE é um profissional responsável pela gestão financeira da escola (agente administrativo, assessor/a administrativo-financeiro, secretário/a com atribuições de gestão financeira etc.) tendem a ter maiores índices de execução.

Figura 31 - Se a pessoa responsável pela prestação de contas conhece as orientações relativas à Receita Federal.

50. A pessoa responsável pela prestação de contas conhece as orientações quanto às declarações e documentos que a UEx deve providenciar anualmente para regularizar sua situação junto à Receita Federal?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Sim	67,0%	95,8%
Não	58,5%	4,2%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 32 - Se a pessoa responsável pela prestação de contas conhece as orientações relativas ao preenchimento das notas fiscais e/ou os comprovantes de pagamento.

53. A pessoa responsável pela prestação de contas conhece as orientações sobre os dados e informações a serem preenchidos nas notas fiscais e/ou comprovantes de pagamentos quando do uso dos recursos do PDDE?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Sim	66,8%	98,8%
Não	50,1%	1,2%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas em que a pessoa responsável pela prestação de contas **NÃO** conhece as orientações quanto às declarações e documentos que a UEx deve providenciar anualmente para regularizar sua situação junto à Receita Federal tendem a ter menor índice de execução. As escolas em que a pessoa responsável pela prestação de contas **NÃO** conhece as orientações sobre os dados e informações a serem preenchidos nas notas fiscais e/ou comprovantes de pagamentos quando do uso dos recursos do PDDE tendem a ter menor índice de execução.

Figura 33 - Se a pessoa responsável pela prestação de contas conhece as etapas de todo o processo de execução e prestação de contas.

54. Quanto ao conhecimento das etapas que envolvem o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE, a pessoa responsável pela prestação de contas:

	EXEC. 2020	Escolas ▼
tem conhecimento suficiente para realizar todo o processo.	69,4%	64,7%
precisa de ajuda, pois tem dúvidas em parte das etapas.	61,7%	34,1%
não tem conhecimento suficiente, pois nunca recebeu orientações a respeito.	47,2%	0,5%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas que declaram não ter conhecimento suficiente ou que precisam de ajuda por terem dúvidas quanto ao conhecimento das etapas que envolvem o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE tendem a ter menor índice de execução.

Figura 34 – Quais as necessidades de ajuda da pessoa responsável pela prestação de contas.

54. a) Caso tenha respondido na pergunta anterior que PRECISA DE AJUDA, ela seria quanto:		EXEC.2020	Escolas
M54			
	à organização dos documentos para entrega da prestação de contas para a EEX;	61,1%	59,8%
	ao preenchimento dos formulários;	59,3%	52,9%
	ao uso dos recursos;	58,1%	41,6%
	Total geral	60,0%	100,0%

Fonte: Enquete PDDF e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Acima são listados os principais pontos em que as escolas declararam precisar de ajuda.

Figura 35 - Se algum representante da escola ou da UEx recebeu orientação ou formação por parte da mantenedora.

56. Algum representante da escola/UEx recebeu orientações ou formação organizada pela EEx (Prefeitura; Secretaria da Educação)?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Não	69,4%	20,0%
Sim	65,9%	80,0%
Total geral	66,6%	100,0%

Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

Figura 36 - Se algum representante da escola ou da UEx já participou de alguma formação oferecida pelo FNDE.

57. Algum representante da escola/UEx já participou de alguma formação promovida pelo FNDE sobre o uso dos recursos do PDDE?		
	EXEC.2020 ▾	Escolas
Sim	67,4%	65,9%
Não	65,1%	34,1%
Total geral	66,6%	100,0%

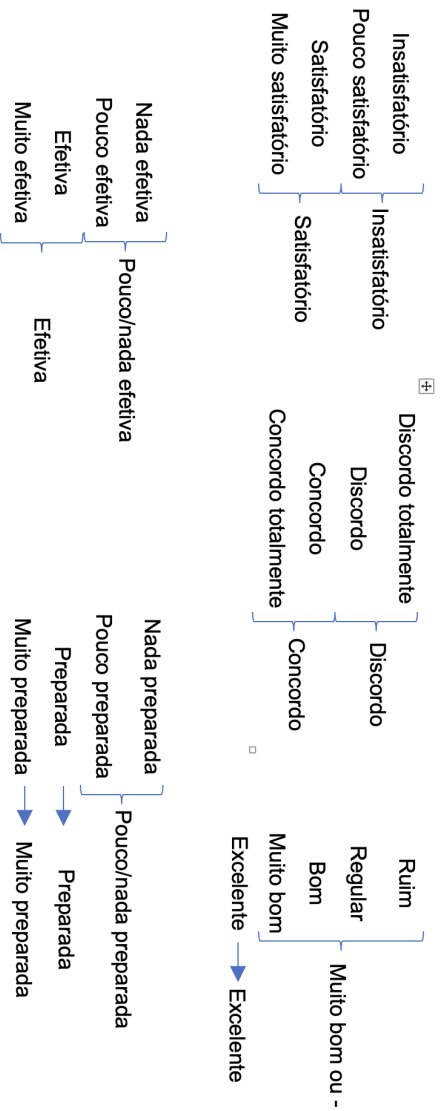
Fonte: Enquete PDDE e a Gestão Escolar, do Cecampe-Sul.

As escolas em que algum representante da escola/UEx recebeu orientações ou formação organizada pela EEx (Prefeitura; Secretaria da Educação) são as que têm menor índice de execução. Tal resultado pode mostrar que as capacitações não têm se mostrado eficazes, indicando a importância de se repensar o formato e o conteúdo das orientações, porque 80,0% das escolas receberam orientações, mas o índice de execução deste grupo foi de 65,9%, um pouco menor que aquele das escolas que não receberam orientação alguma. As escolas em que NENHUM representante da escola/UEx participou de alguma formação promovida pelo FNDE sobre o uso dos recursos do PDDE tendem a ter menor índice de execução.

Utilizando as características apresentadas anteriormente, testou-se inicialmente um modelo de regressão

linear, mas que não teve bom comportamento do ponto de vista dos pressupostos estatísticos exigidos para sua utilização. Tentando contornar o problema, partiu-se para um modelo de regressão logística, em que para isso o resultado percentual da execução foi transformado em uma variável binária, sendo 1 quando a escola teve índice de execução acima de 80% e 0, caso contrário. Além disso, foi necessário agregar respostas semelhantes para que se conseguissem mais resultados significativos, como é apresentado na Figura 37.

Figura 37 - Agrupamento de categorias para utilização das respostas no modelo de regressão logística.



Fonte: Elaboração Própria.

No resultado do modelo de regressão logística, apresentado na Tabela 3, constam apenas as características que foram estatisticamente significativas a 10%, incluindo uma que ficou bem perto desse limiar ($p=0,106776$), assim como outra significância de 0,44 que será explicada mais adiante.

Tabela 3 – Resultado dos coeficientes do modelo de regressão logística.

Coefficientes	B	Exp(B)	Erro padrão	z	Signif.	
V10 grêmio	0,51625	1,676	0,10777	4,790	1,67e-06	***
V12 Sim	0,35354	1,424	0,14138	2,501	0,012394	*
V21 Pouco/nada preparada	-0,40044	0,67	0,14688	-2,726	0,006406	**
V21 Preparada	-0,19640	0,8217	0,09385	-2,093	0,036387	*
V28 Discordo	0,25996	1,297	0,08113	3,204	0,001354	**
V29 Discordo	0,24839	1,282	0,08168	3,041	0,002357	**
V34,j Satisfatório	0,18925	1,208	0,09799	1,931	0,053446	.
V34,k Satisfatório	0,20151	1,223	0,12494	1,613	0,106776	
V35,q Satisfatório	0,16849	1,184	0,08506	1,981	0,047598	*
V35,s Satisfatório	0,41722	1,518	0,13744	3,036	0,002401	**
V37 3 ou + contas	-0,28212	0,7542	0,07427	-3,798	0,000146	***
V39 2020/2021	-0,16049	0,8517	0,07242	-2,216	0,026678	*
V41 Muito bom ou-	-0,24835	0,7801	0,09683	-2,565	0,010323	*
V54 Conhecimento	0,15210	1,164	0,07772	1,957	0,050342	.
UF Rio Grande do Sul	-0,06688	0,9353	0,08737	-0,765	0,443981	
UF Santa Catarina	-0,62676	0,5343	0,09373	-6,687	2,28e-11	***

Signif.: 0 '***', 0,001 '**', 0,01 '*', 0,05 '.', 0,1 ' ', 1

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da enquête PDDE e a Gestão Escolar.

Interpretando de forma geral, na coluna B é apresentado o coeficiente do modelo correspondente a cada característica e, na coluna Exp(B), a exponencial deste coeficiente, quando o coeficiente B é negativo, aquela característica está relacionada às escolas com baixos índices de execução e, quando o coeficiente B é positivo, aquela característica está relacionada a escolas com altos índices de execução. O valor de Exp(B) traz o risco relativo daquela característica, ou seja, o quanto aquela característica aumenta ou diminui a chance de a escola ter maiores índices de execução. As interpretações estão resumidas na Figura 38.

Figura 38 - Interpretação dos coeficientes do modelo de regressão logística.

Coeficientes	Exp(B)	Interpretação
V10 grêmio	1,676	A escola ter um Grêmio estudantil como órgão participativo da escola aumenta em 67,6% (1-1,676) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que não têm.
V12 Sim	1,424	A escola possuir o PPP – Projeto Político Pedagógico aumenta em 42,4% (1-1,424) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que não têm PPP.
V21 Pouco/nada preparada	0,67	A escola avaliar a equipe diretiva da escola como pouco ou nada preparada para coordenar os processos participativos e decisórios que envolvem o Plano de Aplicação de Recursos do PDDE diminui em 33% (1-0,67) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que as avaliaram como muito preparadas.

V21 Preparada.	0,8217	A escola avaliar a equipe diretiva da escola como preparada para coordenar os processos participativos e decisórios que envolvem o Plano de Aplicação de Recursos do PDDE diminui em 17,8% (1-0,8217) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que as avaliaram como muito preparadas.
V28 Discordo	1,297	A escola discordar que os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola aumenta em 29,7% (1-1,297) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que concordam.
V29 Discordo	1,282	A escola discordar que os recursos financeiros do PDDE foram suficientes para custear pequenas reformas e manutenção escolar aumenta em 28,2% (1-1,282) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que concordam.
V34.j Satisfatório	1,208	A escola considerar satisfatória a disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do Programa, tomando o conjunto de atividades desempenhadas na escola (e/ou fora dela) pela pessoa incumbida de tal atividade aumenta em 20,8% (1-1,208) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que consideram insatisfatória.

V34.k Satisfatório	1,223	A escola considerar satisfatória a afinidade entre área de formação profissional incumbida pela gestão do Programa e saberes demandados para a administração do mesmo aumenta em 22,3% (1-1,223) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação a escolas que consideram insatisfatória.
V35.q Satisfatório	1,184	A escola considerar satisfatória a atual situação da infraestrutura física e tecnológica disponibilizada ao trabalho na escola aumenta em 18,4% (1-1,184) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que consideram insatisfatória.
V35.s Satisfatório	1,518	A escola considerar satisfatório o acompanhamento e apoio de parte da mantenedora (prefeitura ou governo estadual) aumenta em 51,8% (1-1,5118) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que consideram insatisfatório.

* continua

* continuação

Coeficientes	Exp(B)	Interpretação
V37 3 ou + contas	0,7542	A escola ter três ou mais contas para recursos do PDDE diminui em 24,58% (1-0.7542) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que têm no máximo duas contas.
V39 2020/2021	0,8517	A escola ter recebido o cartão PDDE entre 2020 e 2021 diminui em 17,4% (1-0,8517) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que receberam entre 2018 e 2019.
V41 Muito bom ou-	0,7801	A escola não avaliar a qualidade do atendimento na sua agência do Banco do Brasil como muito bom ou menor diminui em 21,99% (1-0,7801) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que consideram o atendimento excelente.
V54 Conhecimento	1,164	A escola ter pessoas com conhecimento das etapas que envolvem o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE aumenta em 16,4% (1-1,164) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas que não têm.
UF Rio Grande do Sul	0,9353	A escola ser do Rio Grande do Sul diminui em 6,47% (1-0,9353) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas do Paraná. Porém, esse resultado não foi significativo (p-valor = 0,44398).
UF Santa Catarina	0,5343	A escola ser de Santa Catarina diminui em 46,57% (1-0,5343) a chance de ter índice de execução acima de 80%, em relação às escolas do Paraná.

Fonte: Elaboração Própria.

Conclusão

Em resumo, as seguintes situações estão relacionadas com as escolas terem índices de execução do PDDE mais altos, considerando as respostas das escolas da amostra:

- Existência de Grêmios estudantis como órgão participativo;
- Avaliação positiva do acompanhamento e apoio de parte da mantenedora;
- Existência de Projeto Político-Pedagógico atualizado;
- Discordância de que os recursos financeiros do PDDE sejam suficientes para custear as necessidades didático-pedagógicas da escola;
- Discordância de que os recursos financeiros sejam suficientes para custear pequenas reformas e manutenção escolar;
- Avaliação positiva quanto à disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do PDDE pela pessoa incumbida de tal atividade;
- Avaliação positiva da afinidade entre área de formação profissional de quem está incumbido da gestão do PDDE e saberes demandados para a sua administração;
- Avaliação positiva da atual situação da infraestrutura física e tecnológica disponibilizada ao trabalho na escola;
- Existência de pessoas com conhecimento das etapas que envolvem o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE.

Referências

CHEIN, F. **Introdução aos modelos de regressão linear. Um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas.** Brasília, ENAP, 2019.

JANUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos Em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 58, pp. 22-42, 2014.

MAFASSIOLI, A.; PERGHER, C. J.; LIMA, I. G.; MÜLLER, K. S.; VIANA, M. P.; FARENZENA, N. **Manual de Monitoramento do PDDE.** Porto Alegre: UFRGS, 2022.

MODELO LÓGICO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Valéria Viana Labrea
Cristiane Regina Dourado Compagnoni
Mariana Peleje Viana

Introdução

O presente texto integra e aprofunda a pesquisa realizada no âmbito do CECAMPE-Sul, na fase em que foram realizados mapeamento e análises de relatórios de monitoramento da Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação¹ (CGAME/FNDE), que abrangeu uma análise do Modelo Lógico (ML) do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Partimos da descrição e análise do **Relatório da Oficina - Construção do ML para monitoramento da política pública e construção de indicadores do PDDE** (BRASIL, 2020), elaborado pela coordenação do Programa, no âmbito do FNDE, a fim de refletir sobre o desenho e a teoria do Programa, na perspectiva de seus gestores. Para isso, seguimos a metodologia proposta por Cassiolato e Guerresi (2010), sobre os principais pontos do ML do PDDE, apresentado pelo FNDE, no formato de oficina.

1 O FNDE é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, que possui como objetivo a execução de políticas educacionais desse ministério.

Na primeira seção, apresentamos uma breve contextualização sobre a importância do PDDE para o desenvolvimento da Educação Básica (EB). Na segunda seção, descrevemos a metodologia do ML e a teoria do Programa, como propostas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (CASSIOLATO e GUERESI, 2010; CASSIOLATO, 2008). Na terceira seção, apresentamos a descrição das matrizes resultantes da oficina do ML do FNDE, conforme seus itens principais, e a forma como foi projetada por seus idealizadores, no âmbito do FNDE, intercalada com nossa análise. Finalmente, na conclusão, reafirmamos os principais aspectos analisados do ML do PDDE.

O PDDE

O PDDE é um programa existente desde 1995, idealizado para promover a descentralização ou transferência de recursos financeiros a escolas², de maneira a fomentar sua autonomia na gestão financeira. As principais modificações nesse programa, ao longo dos anos, foram a extensão de sua cobertura, o reconhecimento legal da obrigatoriedade de repasse de recursos para o PDDE Básico, a criação de Ações Integradas³, consideradas despesa discricionária/voluntária, além de outras modificações voltadas a seu aperfeiçoamen-

2 Esse item foi elaborado tendo como referências as principais normas do PDDE (ver BRASIL, 2009; FNDE/CD, 2008, 2013, 2016, 2018).

3 As Ações Integradas, chamadas Agregadas até 2020, fazem parte da assistência voluntária da União na EB e foram assim categorizadas, em 2020: PDDE Integral – Novo Mais Educação; PDDE Estrutura – Água na Escola; Escola do Campo e Escola Acessível; PDDE Qualidade – Novo Ensino Médio, Inovação Educação Conectada e Mais Alfabetização.

to no que tange ao cálculo de repasses e procedimentos de utilização dos recursos e prestação de contas.

O PDDE representa a terceira maior ação, em volume de recursos, de assistência financeira da União na Educação Básica (EB) (VIANA, 2020), atrás somente da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Até 2008, ele era restrito à transferência de recursos para escolas de Ensino Fundamental. Em 2009, quando obteve o status de ação obrigatória de assistência financeira da União, passou a atender escolas públicas de EB (cf. Lei nº 11.947/2009). O PDDE Básico integra, então, a assistência financeira legal e automática da União e prevê o repasse de recursos a todas as escolas públicas de EB habilitadas.

O Modelo Lógico e a Teoria do Programa

A metodologia do ML fundamenta-se em Joseph Wholey et Al (2004) e McLaughlin e Jordan (2004) e foi adotada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a partir de 2007, para explicitar a teoria do Programa⁴. Essa metodologia permite verificar se uma política pública está bem desenhada, se apresenta um plano plausível para o alcance dos resultados esperados (CASSIOLATO, 2008) e, também, organizar uma pré-avaliação

⁴ Na metodologia do ML, a *teoria do programa* se refere a um programa, projeto, atividade ou ação estatal (Cf. CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 4).

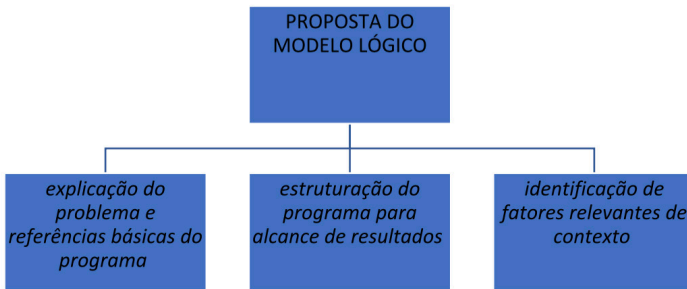
dos programas constantes no Plano Plurianual⁵ (PPA) do governo. O ML é um instrumento para a avaliação *ex-ante*⁶ de um programa e, idealmente, deve envolver todos os atores comprometidos com a formulação e a implementação da política: gestores, beneficiários primários e secundários, interlocutores da sociedade civil, do legislativo, outros ministérios, órgãos de controle etc. (IPEA, 2018).

O ML permite esclarecer as apostas de cada ministério, organizando as ações do governo em programas voltados à obtenção de resultados. A proposta de ML é composta de três partes, conforme apresentamos na Figura 1. Cada componente produzirá matrizes distintas, embora inter-relacionadas, que iremos descrever abaixo a fim de explicitar como funciona a metodologia do ML.

5 O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o PPA. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos. Durante sua vigência, o PPA norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>.

6 A análise de políticas públicas *ex-ante*, ou seja, antes da etapa de implementação, busca verificar se o desenho da política, a definição do problema, programas, projetos, ações ou atividades, produtos, resultados e impactos esperados estão bem delimitados e se são pertinentes (FNDE, 2020).

Figura 1 - Proposta do ML.



Fonte: Elaboração própria, baseada em Cassiolato e Guerresi (2010).

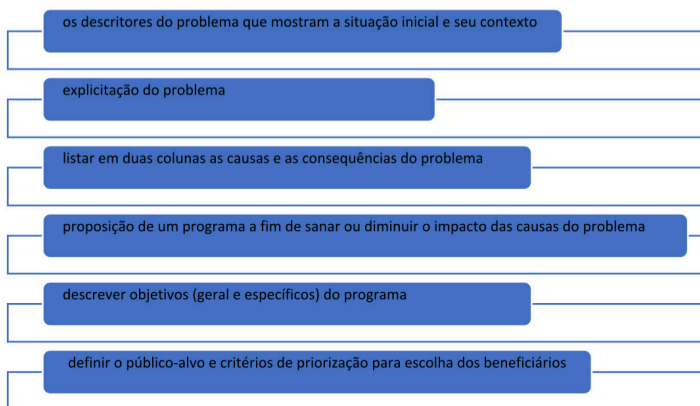
Segundo Cassiolato e Guerresi (2010, p. 7), o primeiro componente, *explicação do problema e referências básicas do programa*, combina aspectos metodológicos do ZOPP⁷ (árvore de problemas), do Planejamento Estratégico Situacional (PES)⁸ (*descritores do problema na situação inicial e identificação de causas críticas*) e a explicitação de critérios de priorização de beneficiários sugerida pelo Ipea. A árvore de problemas evidencia um problema central e possui a seguinte lógica: os participantes da oficina devem participar

7 O método ZOPP é utilizado para o planejamento participativo de projetos nas mais diversas áreas. O nome é uma sigla em alemão que significa Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos. Disponível em: <https://pmkb.com.br/sig/padros-frameworks/zopp-gtz>.

8 O PES é uma Teoria, é um Método de Governo, proposto por Carlos Matus, que desenvolveu toda uma metodologia para criar viabilidade política a ação de governo, característica que o diferencia de todas as demais metodologias e ferramentas de modernização, tanto as políticas quanto às oriundas do setor privado. Fonte: <https://www.institutocarlosmatus.com/blank-3>.

da elaboração, em enunciados curtos ou palavras-chaves, dos seguintes pontos, descritos na Figura 2. Quando a árvore está finalizada, são geradas duas matrizes que serão a base para se pensar a segunda etapa do ML.

Figura 2 – Lógica da árvore de problemas.



Fonte: Elaboração própria, baseada em Cassiolato e Guerresi (2010).

Com referência ao segundo e terceiro componentes, Cassiolato e Guerresi (2010) afirmam que estes têm origem em propostas de autores de modelo lógico, a exemplo de Mclaughlin e Jordan (2004). O segundo componente, *estruturação do programa para alcance de resultados*, parte dos recursos, que podem ser orçamentários ou não orçamentários, necessários para a implementação das ações que irão compor o orçamento do PPA e resolver ou atenuar as causas consideradas mais críticas⁹ do problema enunciado

⁹ Para Matus, algumas das causas que compõem a explicação do problema são críticas para concentrar e tornar prática a ação destinada a

na etapa anterior, aquelas sobre as quais o programa deve intervir para ter maior impacto na mudança esperada. As ações geram produtos, que são bens ou serviços ofertados aos beneficiários do programa. Os produtos impactam os resultados intermediários que evidenciam mudanças nas causas do problema e levam ao resultado final esperado, que está diretamente relacionado ao objetivo do programa, refletindo a mudança no problema. Os impactos são os “efeitos diretamente associados ao alcance do resultado final e, muitas vezes, refletem mudanças nas consequências do problema”. Há os “efeitos indiretos, mais gerais e, muitas vezes, conectados a outras ações não ligadas ao programa” (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 10).

Na fase da *identificação de fatores relevantes de contexto*, devem ser visualizadas as “possíveis influências do contexto sobre a implementação do programa” que “podem favorecer e os que podem comprometer o desenvolvimento das ações” (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 13). As autoras destacam a relevância de se apreciar os fatores de contexto de forma contínua e atualizada, haja vista a possibilidade de ocorrer mudanças em forma de fatos que podem se desdobrar em oportunidades ou em entraves que podem ser superados. O produto desse componente é uma matriz com duas colunas: fatores favoráveis e fatores desfavoráveis.

Tal conjunto de matrizes constitui o ML e, através desses diagramas, nos mostra o desenho e a teoria do programa. A relação intrínseca entre *problema – programa – público-alvo – beneficiários prioritários – recursos – ações – resultados intermediários e resultado final-impactos* possi-

mudar os descritores da situação inicial do problema (CASSIOLATO e GUERESI, 2010).

bilita organizar uma série de indicadores, focados em cada etapa, para monitoramento e avaliação do programa desenvolvido. Também permite avaliar a eficiência de indicadores de políticas públicas já em curso. Na análise que apresentamos, partimos dessa proposta de ML, buscando cotejá-la com os procedimentos descritos no relatório da oficina mencionada, de forma a verificar sua adequação e compatibilidade para aferir a teoria do Programa, com relação ao PDDE Básico.

O Modelo Lógico do PDDE Básico

As oficinas oferecidas pelo FNDE tinham como objetivo “elaborar indicadores para o PDDE com base no mapeamento do Programa e do sistema de monitoramento, de forma interativa com toda a equipe” (FNDE, 2020, p. 3). Foram realizados três encontros, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, nos quais participaram as equipes da Coordenação de Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas e da Coordenação da Execução do Dinheiro Direto na Escola (Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar/ Diretoria de Ações Educacionais) do FNDE.

O **Guia de Elaboração de ML** (MEC, 2018), elaborado pela Assessoria Estratégica de Evidências (AEVI) do Ministério da Educação (MEC) foi a base que orientou as oficinas. A AEVI “adaptou diversos aspectos de diferentes referências¹⁰ para desenvolver uma metodologia aderente ao MEC e seus

10 As referências são Cassiolato; Guerresi, 2010; Ipea, 2018 e Gugerty; Karlan, 2018. As duas primeiras referências foram produzidas pelo governo para orientar a construção e avaliação de ML e a terceira referência é um livro voltado para o terceiro setor promover melhorias em programas sociais.

programas” (MEC, 2018, p. 7). A proposta elaborada pelo MEC, como veremos mais adiante, vai gerar matrizes bem diversas daquelas propostas pelo Ipea e MPOG. Segundo a metodologia da oficina, a construção do ML do PDDE Básico teve nove etapas, partindo do problema e chegando às suposições, conforme sequência apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Etapas da construção do ML.



Fonte: Elaboração própria, baseada em FNDE (2020).

Na oficina, essas etapas foram organizadas a partir de diferentes instrumentos:

1. uma árvore de problemas para a definição e explicitação do problema central que o FNDE compreende que o PDDE representa;
2. uma *matriz SIPOC* para definir as ofertas de produtos desta política à sociedade; e, finalmente,
3. uma *linha do tempo* para definição dos resultados pretendidos (BRASIL, 2020, p. 7).

Apenas a árvore do problema segue a metodologia sugerida pelo Ipea e MPOG para desenho do ML, embora apresente certas lacunas discutidas mais adiante. A seguir, apresentamos brevemente as etapas do ML do PDDE e seus principais resultados a fim de poder contextualizar nossa análise.

Oficina 1 - Compreensão do Contexto do Problema

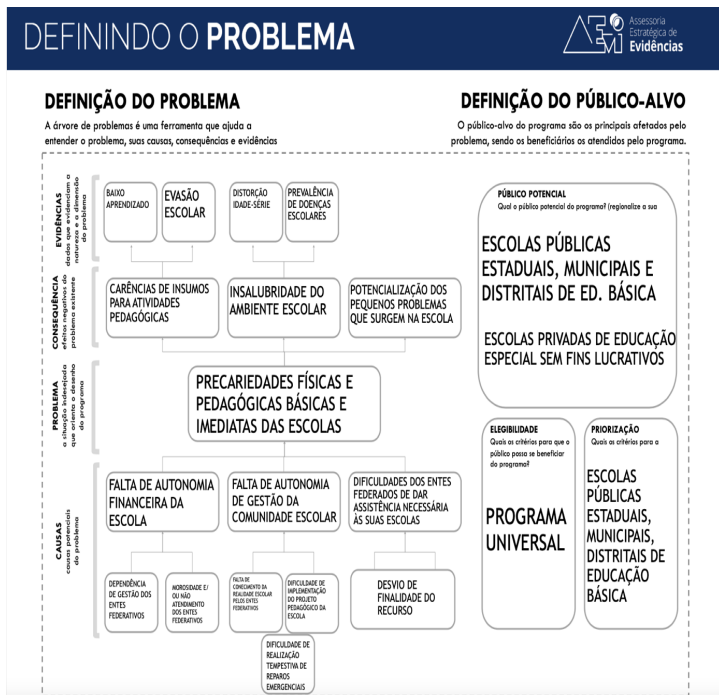
Segundo Cassiolato e Guerresi (2010), a construção da árvore de problemas é a forma usualmente utilizada para elaborar a explicação do problema central no ML. Essa foi a ferramenta proposta no Guia (MEC, 2018) para entender o problema, suas causas, consequências e equívocos, bem como para definir o público afetado pelo problema. A Figura 4 apresenta a árvore de problemas elaborada pelo FNDE.

Segundo o Relatório do ML (FNDE, 2020), como se pode constatar na Figura 4, a árvore do problema produzida pelos gestores do FNDE se distingue daquela proposta pelo Ipea, que descrevemos na seção anterior, pois ela apresenta várias mudanças fundamentais para a definição das matrizes seguintes:

1. ausência de descritores do problema;
2. ausência da proposta de programa para resolver ou amenizar as causas do problema;
3. ausência do objetivo geral e dos objetivos específicos do programa;
4. as causas foram divididas em causas explícitas e causas implícitas; e
5. incluiu a categoria evidências, que busca “validar o problema e suas consequências [...] acerca de sua existência, escala e gravidade” (MEC, 2018, p. 27).

Trataremos dessas questões a seguir.

Figura 4 - Árvore de problemas do ML do PDDE.



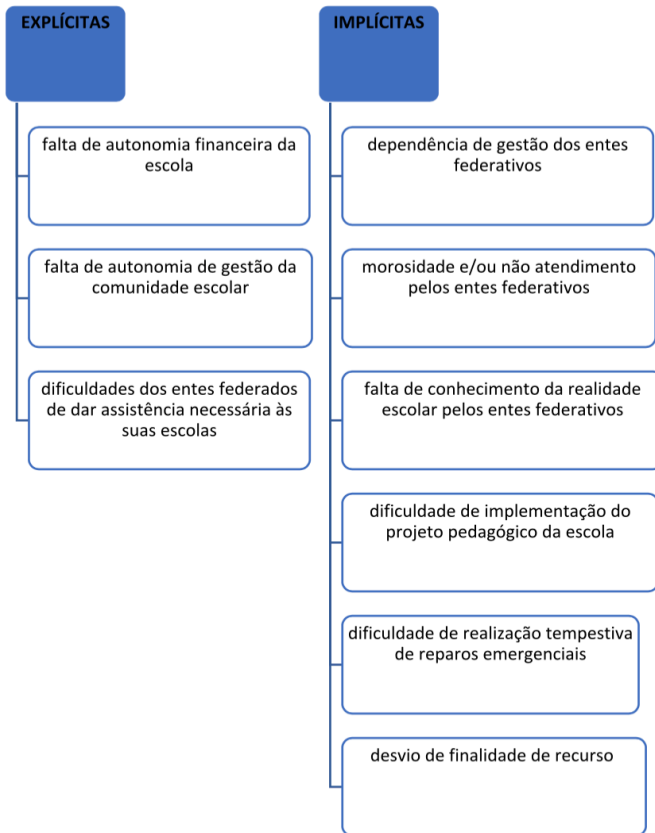
Fonte: Relatório Modelo Lógico PDDE. (FNDE, 2020).

Nessa oficina, coletivamente, o grupo chegou à formulação do que seria o problema central que o PDDE busca enfrentar ou a situação indesejada que orientou o desenho do Programa: **precariedades físicas e pedagógicas básicas e imediatas das escolas**. Dessa formulação, podemos supor que as *precariedades físicas* se refiram às condições estruturais e de infraestrutura da escola, como manutenção e reparos dos prédios, pátios, salas, ginásios, quadras de esportes etc.; *precariedades pedagógicas* aludem à falta de material e formação que

possam agregar qualidade à oferta de ensino da instituição; e *básicas e imediatas* remetem para aquilo que é essencial, fundamental, primordial e urgente, direto, sem intermediários.

Dessa constatação, foram buscadas as **causas** potenciais do problema em questão, categorizadas em **explícitas** e **implícitas**, as quais apresentamos na Figura 5.

Figura 5 – Causas potenciais do problema central do PDDE.



Fonte: Elaboração própria, baseada em BRASIL (2020).

Como consequência ou efeitos negativos do problema, “faltariam recursos [às escolas] para resolver os pequenos problemas, questões relativas à insalubridade na escola e para custear insumos para as atividades pedagógicas”. Como evidências ou dados que revelam a natureza e dimensão do problema, foram destacadas “o baixo aprendizado, evasão escolar, distorção idade-série e prevalência de doenças escolares” (BRASIL, 2020, p. 9).

Em nossa análise preliminar, como mencionamos acima, observamos que a árvore do problema não apresenta os descritores do problema que mostrariam a situação inicial da política, indicando a gravidade do problema que induz a ação estatal. Tampouco está descrito o Programa, no caso o PDDE Básico, que irá resolver ou amenizar o problema detectado.

A árvore do problema também não apresenta os objetivos gerais ou específicos do Programa. Essa ausência compromete e até mesmo inviabiliza a definição das ações, porque, no ML, cada ação deveria estar necessariamente vinculada a um objetivo específico, os quais possibilitaram definir o público-alvo, os beneficiários, as ações, os produtos, resultados e impactos do Programa, dado que todos devem estar orientados para alterar as causas do problema.

Na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, nos artigos 22 e 23, estão descritos os objetivos do PDDE e seu público-alvo:

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de **prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica** das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gra-

tuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

Art. 23. Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2009, grifos nossos).

Os objetivos específicos do PDDE também envolvem outras questões primordiais para sua teoria, as quais foram ignoradas pelo ML em questão, e abrangem a promoção da gestão democrática, autonomia, participação e controle social, que são destacadas pela legislação do PDDE - em especial: pela Resolução MEC/ FNDE/CD nº 19, de 15 de maio de 2008: “Considerando a política de fomento ao **fortalecimento da participação social e da autogestão** dos estabelecimentos de ensino públicos e privados sem fins lucrativos que ministram educação especial, como meio de consolidação da **escola democrática**” (BRASIL, 2008, grifo nosso); pela Resolução MEC/ FNDE/CD nº 10, de 18 de abril de 2013, “Considerando a relevância do **fortalecimento da autonomia e da autogestão das escolas [...]**, com vistas à consecução de seus fins sociais”, também em seu “Art. 2º [...] incentivar a autogestão escolar e o **exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social**” (BRASIL, 2013, grifo nosso); pela Resolução nº 8, de 16 de dezembro de 2016:

CONSIDERANDO o imperativo propósito de promover a **autonomia escolar** nas suas vertentes **administrativa, financeira e pedagógica**, mediante a disponibilização de mecanismos que ampliem as possibilidades de participação das comunidades escolares no planejamento de medidas voltadas ao fortalecimento do **uso racional e transparente** dos recursos do PDDE e suas ações agregadas (BRASIL, 2016, grifos nossos).

Os beneficiários do PDDE também não são mencionados no Relatório do FNDE. Em nossa leitura, seguindo os passos de Cassiolato e Gueresi (2010, p. 8), as escolas descritas na Lei nº 11.947/2009, cadastradas no Programa, seriam as beneficiárias. Como o PDDE é uma política que tem mais de 25 anos de implementação, os objetivos e o público-alvo são descritos nos marcos normativos da política e são, portanto, fixados pela legislação. A mobilidade no ML do PDDE se dá na escolha dos beneficiários e nos critérios de priorização do uso dos recursos.

A prioridade para o acesso aos recursos do Programa, na figura 4, um pouco acima, é para “as escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal” (BRASIL, 2020). Em nossa análise, esses critérios são muito amplos, pois sugerem a totalidade dessas escolas. Nesse quesito, em geral, a seleção ocorre com base em estudos preliminares e do recurso disponível ao Programa. Entre as escolas beneficiárias, observa-se, também, quais teriam necessidades mais urgentes – por exemplo, escolas localizadas em áreas com maior vulnerabilidade social e econômica, locais mais isolados no interior ou na zona rural, regiões ou estados com menores resultados no IDH, Ideb, maiores taxas de evasão, reprovação, entre outros fatores. O PDDE Básico atende à quase totalidade das

escolas públicas no país; muitas vezes, entre aquelas poucas não atendidas, estão as que têm o maior nível de precariedade, inclusive para dialogar com a política. Os critérios para adesão ao PDDE seriam o cadastro da escola, secretaria ou entidade mantenedora no PDDEWeb e tais instituições não possuem pendências junto ao FNDE, dentro do prazo para o cumprimento dessas condições (BRASIL, 2021, art. 14, §3º).

Na árvore do problema, há a inclusão da categoria evidências - nesse caso, baixo aprendizado, evasão escolar, distorção idade-série, prevalência de doenças escolares (BRASIL, 2020). Na explicação do problema contido na metodologia do ML, propõe-se que haja umnexo lógico de *causa-consequência*. Mas, nas evidências apresentadas no ML do PDDE, parece-nos que esse nexo lógico se rompe, ao menos parcialmente: não dá para afirmar que as evidências elencadas têm como principal razão o problema enunciado anteriormente: “precariedades físicas e pedagógicas básicas e imediatas das escolas”. Em nossa leitura, essas questões apontadas como evidências, se mantidas, poderiam ser relacionadas como efeitos indiretos, também previstos no ML.

Assim, as questões de aprendizagem, evasão e distorção idade-série, apontadas como *evidências* do problema central do PDDE, não podem ser dissociadas de outros dados e informações que estão mais fortemente vinculados a condições de vulnerabilidade social, econômica e emocional dos estudantes da rede pública; ao desenho curricular; à existência ou não de processos de formação continuada de professores; à disponibilidade ou não de tempo para planejamento das atividades pedagógicas; ao método de avaliação; à organização escolar e à política curricular adotadas

pela rede de ensino em questão; e recebimento de outros recursos oriundos de outros programas governamentais que as escolas têm acesso. Além disso, há outros fatores fundamentais que influenciam o baixo aprendizado, evasão escolar, distorção idade-série e prevalência de doenças escolares - como as questões que estão diretamente ligadas às desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, as quais são (re)produzidas nas comunidades escolares.

Os recursos do PDDE, historicamente, são destinados, principalmente, para pequenos reparos nas dependências físicas das escolas. No que se refere ao aspecto pedagógico, em geral, eles são usados para compra de insumos didáticos e, em alguns casos, formação de professores.

Se as **precariedades físicas e pedagógicas básicas e imediatas das escolas** constituem o problema central da política do PDDE, suas evidências, em nossa leitura, se manifestam na infraestrutura precária da escola, na necessidade de manutenção, reformas ou criação de espaços, aquisição de equipamentos, materiais, insumos ou serviços, além de investimentos em formação continuada e atividades, que, sem tais recursos, não seriam realizadas, comprometendo a qualidade geral da educação ofertada..

Oficina 2 - Desenhando a Intervenção (definição da oferta)

A matriz de *estruturação do programa para alcance de resultados*, segunda fase para o desenho do ML, tem o seguinte formato: *recursos - ações - produtos - resultados intermediários - resultado final*. Esse formato, como já mencionamos, dialoga com o PPA do Governo Federal, origem dos recursos para a implementação do PDDE Básico. O orçamento da União é assim definido: cada ação corres-

ponde a um recurso orçamentário ou não orçamentário no PPA (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 11).

Figura 6 - Matriz SIPOC do PDDE.



Fonte: Relatório Modelo Lógico PDDE. (FNDE, 2020).

O Guia (MEC, 2018), no entanto, optou pela matriz SIPOC - uma metodologia voltada para modelagem de processos de negócios, muito utilizada no mercado para organização de equipes. No SIPOC, constam cinco níveis da intervenção: *provedores - insumos - atividades - produtos - usuários*. Essas categorias, em nosso entendimento, não dialogam com o objetivo do ML, que é explicitar a teoria do programa. A matriz SIPOC do PDDE Básico é bem diferente da matriz de *estruturação do programa para alcance*

de resultados proposta pelo ML desenvolvido pelo IPEA e MPOG, porque elas têm objetivos diferentes. A primeira é voltada para explicitar a teoria do programa; a outra, a matriz para documentar processos de negócios. A partir dessa matriz, em nossa análise, a *Oficina de ML do PDDE* volta-se para seus processos internos, identificação de ações, marcos normativos, parceiros etc.

Na Figura 6, acima, na coluna que descreve o provedor, entendido como a fonte do insumo (recursos), há a descrição das instâncias internas e instituições externas que dialogam com o programa. Provedor e insumos são pressupostos estabelecidos por lei, pois a fonte dos recursos de todas as ações do Governo Federal descritas no PPA é a União. O recurso do PDDE, mais especificamente, provém da arrecadação da contribuição social chamada “salário-educação”¹¹. Os recursos financeiros do PDDE dependem do planejamento orçamentário da União, ou melhor, da disponibilidade de recursos da União, sendo que ignorar tal origem no próprio ML do PDDE afeta a compreensão da teoria do programa e pode comprometer não somente as análises de indicadores já existentes, mas também o controle social previsto em seus objetivos e as proposições para seu aperfeiçoamento.

Na coluna ‘atividades’, ainda observando a Figura 6, são descritas as atividades que cabem ao FNDE e às res-

11 A contribuição do salário-educação é recolhida ao FNDE pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Os recursos são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, da seguinte forma: 10% da arrecadação líquida fica com o próprio FNDE, que a aplica no financiamento de projetos, programas e ações da educação básica, como o PDDE, por exemplo; 90% da arrecadação líquida é desdobrada e automaticamente disponibilizada aos respectivos destinatários, sob a forma de quotas (Art. 212, § 6º da CRFB/88).

pectivas coordenações do PDDE implementadas internamente. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a principal ação do Programa diz respeito a “assistência financeira [...] mediante crédito do valor devido em conta bancária específica” (BRASIL, 2009, § 2º) aos respectivos beneficiários, ou seja, às escolas e às secretarias de educação, em nível municipal, distrital e estadual, devidamente cadastradas no Programa. O repasse anual de recursos financeiros descentralizados é a principal ação do PDDE e dela decorrem as demais, que podem ser recorrentes ou não, como, por exemplo, ações de capacitação e formação de gestores escolares em nível municipal, distrital e estadual das escolas e secretarias de educação cadastradas no Programa; organização dos Cecampes; promoção de eventos; ações de publicidade; publicações etc.

Como as colunas provedor, insumos e atividades referem-se às parcerias e atividades inerentes ao FNDE, as colunas produtos e usuários seguem esses processos internos e, com isso, fogem, na nossa leitura, da teoria do Programa e dialogam mais com um esforço de planejamento ou organização interna ao FNDE e suas respectivas coordenações ligadas ao PDDE, em consonância com o uso da matriz SIPOC. A matriz SIPOC, por não trabalhar com as mesmas categorias da matriz do ML, não nos permite inferir as ações, produtos, resultados intermediários, resultado final e impactos, o que torna ainda mais atual a constatação das autoras de que é muito importante “se elaborar uma representação adequada dos vínculos causais, de forma que seja possível contemplar claramente a relação entre aquilo que o programa deve produzir e o resultado a que se propõe” (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 12).

Oficina 3 - Visualizando os efeitos (definição dos resultados)

Na matriz *linha do tempo*, figuras 7 e 8 abaixo, os produtos e resultados não provêm das ações registradas no PPA, que, por sua vez, estão vinculadas aos objetivos específicos do PDDE. Novamente, o desenho adotado parece se ajustar mais às responsabilidades do FNDE para com sua agenda organizacional do que para explicitar a teoria do programa, como propõe a metodologia de ML.

Figura 7 - Matriz linha do tempo.

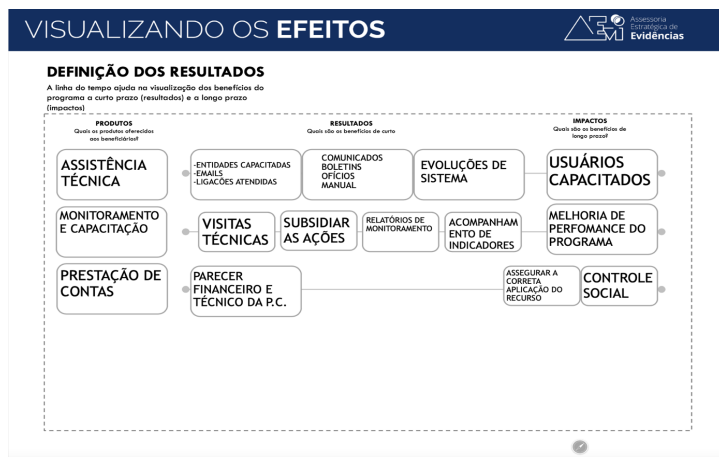


Fonte: Relatório Modelo Lógico PDDE. (FNDE, 2020).

Na coluna de resultados, na Figura 7 acima, são pontuadas as finalidades dos produtos, descritos na coluna anterior e, tanto os produtos quanto os resultados, em nossa leitura, remetem a atividades desenvolvidas no âmbito do

FNDE, inerentes ao trabalho desenvolvido pelos gestores públicos. Na leitura dos resultados, se entende que *os instrumentos da política são os produtos do Programa* e isso, em nossa leitura, é um equívoco. Os instrumentos da política falam da estrutura e da capacidade interna do FNDE (e que são comuns a todos os órgãos de governo) e não dos produtos resultantes das ações que respondem aos objetivos do Programa. Os produtos são bens ou serviços ofertados aos beneficiários do programa (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 10). Na coluna de impactos, a maior parte do conteúdo se refere a resultados das atividades internas do FNDE. Parece que há um pressuposto: a execução das atividades do FNDE levará à solução do problema definido pelo grupo, que é o de existência de precariedades físicas e pedagógicas básicas e imediatas das escolas.

Figura 8 - Matriz linha do tempo.



Fonte: Relatório Modelo Lógico PDDE 2020.

A *matriz linha do tempo* relaciona produtos - resultados e impactos. Os produtos, na perspectiva do FNDE, “afetam imediatamente o público-alvo, levando a pequenas e importantes mudanças” (BRASIL, 2020, p. 10), e se materializam nas resoluções; público definido; entidades cadastradas; dotação orçamentária disponível; escolas passíveis de atendimento; repasses financeiros realizados; prestação de contas; parecer financeiro e técnico das prestações de contas; monitoramento do programa; relatórios de monitoramento dos programas. Os resultados “implicam, ao longo do tempo, grandes mudanças em relação ao público-alvo. Preferencialmente, os resultados solucionam as causas do problema, enquanto os impactos são mais amplos e atuam de forma sistêmica na sociedade” (BRASIL, 2020, p. 10).

A principal ação do Programa, como já mencionado, “consiste na destinação anual, de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas estaduais, municipais e distritais de EB e às escolas de educação especial” (BRASIL, 2021, Art. 2º). Assim, o produto do Programa é o repasse efetivamente concedido às escolas. Os resultados intermediários, indo na direção apontada pelos produtos, poderiam ser: escolas abastecidas com material de insumo pedagógico ou didático; ampliação ou melhoria dos/nos ambientes escolares; gestão democrática; controle social e, como resultado final, escolas com infraestrutura e equipamentos com mais e melhor qualidade e segurança, escolhidos de modo participativo e democrático pela comunidade escolar.

Os impactos, diretos ou indiretos, estariam relacionados ao desenvolvimento de valores, pertencimento à comunidade escolar, melhoria da qualidade de vida, das capacidades e habilidades de cuidado, manutenção, conscientização da importância do espaço escolar, implemen-

tação da gestão democrática na tomada de decisões, entre outros. Os impactos, nessa perspectiva, são os efeitos diretamente associados ao alcance do resultado final e que, muitas vezes, refletem mudanças nas consequências do problema (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 12).

Oficina 4 - O modelo lógico do PDDE

O ML do PDDE sintetiza as matrizes apresentadas nos itens anteriores. Podemos observar que os objetivos gerais e específicos do PDDE continuam ausentes, bem como os descritores do problema, os beneficiários e os critérios de priorização. O público-alvo foi modificado em relação à árvore do problema (Figura 4): anteriormente, foram citadas as escolas e, na matriz do ML, agora constam que são os alunos da rede pública de EB. No relatório, não há uma justificativa para essa mudança.

Na matriz do Modelo Lógico do PDDE (FNDE, 2020, p. 12), os resultados seguem centrados nas ações internas do FNDE e os impactos, diferentemente do que foi colocado nas matrizes da *linha do tempo* (Figuras 7 e 8), agora remetem a atividades realizadas no âmbito escolar: “execução técnico-financeira, correta aplicação do recurso, planejamento pedagógico, melhoria na infraestrutura física e pedagógica”. Destacamos que a palavra *escola* não foi mencionada em nenhuma matriz que componha o relatório. Deduzimos que a coluna *impacto* se refira a atividades que são próprias da escola, e não do FNDE.

Ao descrever a metodologia do ML desenvolvida pelo Ipea e MPOG, são propostos três passos para a análise do modelo lógico: “a verificação da consistência do encadeamento lógico dos componentes do modelo; a identificação

de eventuais fragilidades nas relações estabelecidas para se alcançar os resultados esperados e a análise da motivação dos atores, para construir a viabilidade política para a implementação do programa” (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 14).

O teste de consistência do ML verifica a consistência do desenho do programa e não pôde ser realizado porque depende das “percepções sobre os fatores-chave do contexto” (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p. 14), que aparecem nos descritores do problema e esse elemento não consta no ML do PDDE, invalidando a aferição da lógica da intervenção.

Figura 9 - Matriz do Modelo Lógico do PDDE.



Fonte: Relatório Modelo Lógico PDDE 2020.

A *análise de vulnerabilidade do ML* tampouco pode ser realizada, pois as apostas contidas na estruturação do ML do PDDE, decorrentes do teste de consistência, não puderam ser verificadas, pelos motivos acima expostos. No entanto, podemos destacar como elementos de vulnerabilidade do ML do PDDE a ausência dos objetivos gerais e específicos, não obstante o Programa explicitar, em cada edital ou resolução, quais são. As evidências, na fase de delimitação do problema, não se relacionarem diretamente ao problema aferido, não haver uma priorização mais detalhada dos beneficiários do Programa e, por parte dos gestores do FNDE, tomar os *instrumentos da política* como *produtos do programa* e, como consequência, haver uma certa opacidade na descrição dos produtos, nos resultados e impactos das ações do programa também fragilizam o ML.

A *análise da motivação dos atores*, último passo de análise do ML, está vinculada a cada ação do programa e deveria ter sido feita ao final do exercício de estruturação do ML, a fim de mensurar a motivação de cada ator presente na oficina às ações propostas. Também permite refletir sobre os outros atores importantes para o Programa, atribuindo a eles valores (alto, médio ou baixo) e interesse (mais ou menos) a determinada ação.

Embora a *Oficina de ML do PDDE*, naquilo que ela apresenta (FNDE, 2020), contenha muitas fragilidades que não nos permitiram aferir e validar a teoria do Programa, como apontamos acima, esse exercício permitiu visualizar e elencar as atividades desenvolvidas no âmbito do FNDE pelos gestores vinculados ao PDDE, seus produtos ou resultados, seus principais parceiros ou interlocutores. Podemos observar que as matrizes produzidas na oficina permitiram um mapeamento dos fluxos e proce-

dimentos internos inerentes ao PDDE. Esse mapeamento pode ser utilizado pelo FNDE para colaborar no esforço já empreendido pelos gestores do Programa em estabelecer fluxos de informação, comunidades de práticas, rotinas, modelos e protocolos comuns, constituição de acervos dos documentos institucionais, agregação e cruzamento de informações, a sistematização das ações do PDDE em uma única rede de dados.

Entendemos que esse esforço, por parte da coordenação do PDDE, em entender o funcionamento da estrutura estatal possa ser entendido como um *processo de gestão do conhecimento* organizacional que “incentive comportamentos voltados para a aprendizagem – incentivos, *feedbacks* que permitam autorregulação, intercâmbios, redundância da informação, disponibilização de canais de comunicação, armazenamento e rotinas etc.” (SILVA e LABREA, 2014, p. 14), a fim de aperfeiçoar a administração pública federal, a partir da introdução de uma memória institucional, da modelagem de processos, instituição melhores práticas e estímulo à colaboração e cooperação.

Conclusões

O trabalho partiu da descrição e análise do Relatório da Oficina - Construção do ML para monitoramento da política pública e construção de indicadores do PDDE (BRASIL, 2020), buscando refletir sobre o desenho e a teoria deste programa, na perspectiva de seus gestores, no âmbito do FNDE e da coordenação do PDDE naquela autarquia. Ao longo do trabalho, são pontuados aspectos específicos em que o desenho de ML proposto pelo FNDE demonstra possuir fortes traços mercadológicos, alheios aos

próprios objetivos do PDDE, como a política pública educacional que se constitui, que dificultam o monitoramento desta política ou a construção de indicadores para tanto.

Inicialmente, discutindo sobre a concepção de ML utilizada no referencial do Ipea e do MPOG, segundo Casiolato e Guerresi (2010), compreende-se que o ML deveria permitir verificar se uma política pública está bem desenhada, se apresenta um plano plausível para o alcance dos resultados esperados, além de possibilitar uma pré-avaliação dos programas constantes no Plano Plurianual (PPA) do governo. Contudo, a proposta elaborada pelo MEC gerou matrizes bem diversas daquelas propostas pela metodologia do Ipea e MPOG.

Verificou-se que apenas a “árvore do problema” segue tal metodologia, ainda com algumas lacunas, como a ausência de descritores do problema e da proposta para resolvê-los ou amenizá-los, ausência dos objetivos geral e específico do PDDE, nova divisão das causas dos problemas (em implícitas ou explícitas) e, finalmente, a inclusão de uma categoria para validar o problema apresentado pela oficina. Tais questões comprometem e até inviabilizam o monitoramento e a definição de ações de melhoria do PDDE, já que, segundo a metodologia de ML, cada ação deveria estar necessariamente vinculada a um objetivo específico, o que possibilitaria a definição de um público-alvo, beneficiários, ações, produtos, resultados e impactos do PDDE, aspectos ausentes e que deveriam estar todos orientados para alterar as causas do problema, se partissem de fato dos objetivos legais do Programa.

Assim, destaca-se que o primeiro componente do ML do PDDE, referente à explicação do problema e referências básicas do programa, já não correspondeu ao eluci-

dados pela teoria do programa, pois omitiu fatores cruciais para a estruturação do PDDE e para o alcance de resultados, que são os objetivos do PDDE (que deveriam constar conforme a legislação que rege este programa), seu público-alvo e beneficiários (que deveriam ser as próprias escolas descritas em seu marco legal), desconfigurando o desenho e propósito do ML.

Apesar de utilizar aspectos metodológicos do ZOPP (árvore do problema), o desenho adota os cinco níveis de intervenção da matriz SIPOC (provedores - insumos - atividades - produtos - usuários), cuja concepção e perspectiva possuem um caráter mercadológico que difere das premissas legais do PDDE e do ML concebido pelo IPEA. Este viés fica mais nítido principalmente ao trazerem as “evidências implícitas e explícitas”, que ignoram fatores fundamentais para o atendimento das escolas, como aqueles ligados às desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, vulnerabilidade social, econômica e emocional dos estudantes, currículo, métodos de avaliação e organização escolar da rede de ensino, dentre outras questões que estão ignoradas.

Outra questão é a generalidade do item provedor e insumos (Oficina 2) que, ao omitir a principal fonte de recursos do PDDE (salário-educação), sem apresentar os valores dos montantes anuais e repasses do Programa, pode não apenas afetar a compreensão da teoria do PDDE, mas também comprometer as análises de seus indicadores, as proposições para seu aperfeiçoamento e o próprio controle social previsto nos objetivos do Programa.

A partir da matriz apresentada, verificou-se que a Oficina de ML do PDDE possui uma ótica de mercado, voltada mais para processos, resultados e aspectos organi-

zacionais internos ao FNDE, do que para a política educacional que o PDDE constitui em si.

Os instrumentos do ML falam da estrutura e da capacidade interna do FNDE (que são comuns a todos os órgãos de governo) e não dos produtos resultantes das ações que respondem aos objetivos do PDDE, identificando ações, marcos normativos, parcerias etc., como questões que norteiam o trabalho e a agenda do FNDE, mas que estão alheias aos objetivos específicos e público-alvo do Programa. Isto evidencia-se especialmente nos itens “provedor, insumos e atividades”, que referem-se às parcerias e atividades inerentes ao FNDE, assim como as colunas “produtos e usuários”, que também seguem esses processos internos e, com isso, fogem, em nossa leitura, da teoria do Programa e dialogam mais com um esforço de ajuste, planejamento ou organização interna ao FNDE e suas respectivas coordenações ligadas ao PDDE, em consonância com o uso da matriz SIPOC – a qual não nos permite inferir as ações, produtos, resultados intermediários, resultado final e impactos. Destaca-se que isto torna ainda mais relevante a elaboração dos vínculos causais, para que seja possível visualizar de forma clara a relação entre os objetivos da política e seus resultados.

Quanto à matriz “linha do tempo”, que relaciona resultados e impactos, nossa compreensão difere da do FNDE, pois a oficina aponta que o produto do PDDE se materializa nas resoluções do Programa quanto ao público-alvo, procedimentos legais etc., enquanto em nossa leitura, o produto do PDDE é o repasse efetivamente concedido às escolas. Tal diferença de concepção sobre o produto do Programa decorre em outras contradições quanto ao desenho do ML, em que os resultados intermediários

desta política implicariam não em “grandes mudanças com relação a seu público-alvo”, mas sim em escolas abastecidas com material de insumo pedagógico ou didático, ampliação ou melhoria dos/nos ambientes escolares, gestão democrática, controle social e, como resultado final, escolas com infraestrutura e equipamentos com mais e melhor qualidade e segurança, escolhidos de modo participativo e democrático pela comunidade escolar.

A fragilidade maior no ML do PDDE consiste essencialmente na escolha dos beneficiários e na flexibilização dos critérios de priorização do uso dos recursos do programa, que ao desconsiderar aspectos primordiais da estrutura do PDDE, que já estão fixados em lei, ignora a abrangência do Programa e inviabiliza seu real monitoramento.

Ao tomarem os instrumentos da política como produtos do Programa, a consequência é uma opacidade na descrição dos produtos, resultados e impactos das ações do PDDE. A própria palavra “escola” não foi mencionada pelo desenho proposto. Também não foi realizado um “teste de consistência” do ML e sua decorrente “análise de vulnerabilidade” – que deveria aparecer nos “descritores do problema”, com percepções sobre fatores-chave do contexto do Programa.

Quanto a “análise da motivação dos atores”, vale mencionar também que não houve participação de parceiros externos ou membros de organizações civis, como, por exemplo, representantes dos conselhos estaduais e municipais de educação, órgãos de controle ou representantes de associações escolares, o que talvez pudesse ter enriquecido e acrescentado aos encontros da Oficina, com suas visões e impressões acerca de problemas, causas e concretização dos objetivos dessa política. Ressalta-se que, idealmente, o

ML deve envolver todos os atores comprometidos com a formulação e a implementação da política, incluindo interlocutores da sociedade civil.

Em suma, ao tratar de atividades, produtos, resultados e impactos no ML do PDDE, o FNDE parece traçar um desenho mais voltado para a agenda organizacional da própria autarquia do que para o monitoramento do PDDE. As escolhas metodológicas das oficinas viabilizaram um exercício de gestão do conhecimento interno ao FNDE, um esforço que pode ser entendido como um “processo de gestão do conhecimento organizacional” da autarquia, servindo mais para sua autorregulação e incentivo a comportamentos voltados à aprendizagem, remodelamento de processos e aperfeiçoamento da administração pública, do que para uma descrição da teoria do PDDE de fato.

Finalmente, os aspectos apontados por este trabalho recomendam traçar um novo ML para o PDDE, que se constitui como atividade futura do presente grupo de pesquisa, se propondo a dimensionar a teoria deste Programa com um desenho que enfoque especialmente seus objetivos legais, ancorado nas normativas oficiais acerca de seu público-alvo, processos participativos e operacionalização, delineando as matrizes deste desenho com vistas ao monitoramento, avaliação e aprimoramento do PDDE como política pública educacional.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Brasília, Congresso Nacional, 2009.

BRASIL. MEC/FNDE. **Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008.** Brasília, FNDE, 2008.

BRASIL. MEC/FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013.** Brasília, FNDE, 2013.

BRASIL. MEC/FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 8, de 16 de dezembro de 2016.** Brasília, FNDE, 2016.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021.** Brasília, FNDE, 2021.

BRASIL. MEC/FNDE. **Relatório da Oficina - Construção de modelo lógico para monitoramento da política pública e construção de indicadores do PDDE.** Brasília: FNDE, 2020.

BRASIL. MEC/FNDE. **Censo Escolar 2021.** Brasília, 2022.

BRASIL. MEC/FNDE. **Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação.** Brasília, Ministério da Educação, 2018. 35 p.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação.** Brasília: Ipea, 2010 (Nota Técnica nº 6).

CASSIOLATO, M. **Modelo Lógico e Teoria do Programa: uma proposta para elaborar programa e organizar avaliação.** Brasília, Ipea, 2008.

MCLAUGHLIN, J. A.; JORDAN, G. B. Using logic models. In: WHOLEY, J. S.; HATRY, H. P.; NEWCOMER, K. E. (Eds.), **Handbook of practical program evaluation.** San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2004.

SILVA, F. B.; LABREA, V. C. V. (org.) **Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva.** Brasília, Ipea, 2014.

VIANA, M. P. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.** [Tese de Doutorado]. Curitiba: UFPR, 2020.

WHOLEY, Joseph S.; HATRY, Harry P.; NEWCOMER, Kathryn E. (Eds.). *Handbook of practical program evaluation.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 2004.

O ÍNDICE DE DESEMPENHO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DA POLÍTICA PDDE (IDEGES): UMA ANÁLISE LONGITUDINAL E TRANSVERSAL

Neusa Chaves Batista
Denise Lindstrom Bandeira
Iana Gomes de Lima
Rodrigo Meleu das Neves

Introdução

Este capítulo resulta de cumprimento de uma demanda prevista no Plano de Trabalho (PTA), fruto de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através do Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação (NEPGE) da Faculdade de Educação. O Convênio prevê a gestão e monitoramento do PDDE na Região Sul do país. Para tal, se constituiu o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE-Sul), que reúne uma equipe de pesquisadoras e pesquisadores do campo das políticas e gestão da educação, a fim de atuarem na formação de atores educacionais diretamente relacionados com a política PDDE, bem como realizar análises de monitoramento da política. O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES) é uma medida criada pelos formuladores da Política, nomeadamente o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem por finalidade aferir nota (0 a 10) para o processo

de implementação de ações no âmbito das escolas públicas (e escolas privadas na modalidade educação especial e sem fins lucrativos), com base em indicadores (adesão ao programa, execução dos recursos, prestação de contas dos recursos), tendo em vista o aprimoramento de sua gestão (FNDE, 2021).

É importante destacar que a partir das notas do IdeGES aferidas às escolas, com unidades executoras (UEX), os recursos do PDDE que não são utilizados pelas escolas retornam ao FNDE e são mobilizados no sentido de aportar, para as unidades de ensino que aderiram ao Programa, maior ou menor recurso financeiro com o objetivo de premiar as escolas com o IdeGES mais alto; nesse sentido, este índice merece análises substanciais sobre as suas reais condições para se constituir em uma medida da capacidade da escola pública para gerir o PDDE.

No estudo trazemos a análise de dados das médias do IdeGES da Região Sul numa perspectiva longitudinal, abarcando o período de 2018 a 2021, e transversal, abarcando o ano de 2021. Adotamos, para as análises, categorias e subcategorias alocadas em estudos anteriores do IdeGES, bem como outras que se tornaram necessárias. Todas as escolas públicas que compõem essa análise possuem UEX (Unidade Executora). Além disso, é preciso ressaltar que as médias do IdeGES da Região Sul, de 2018 a 2021, foram recalculadas pela equipe de análise de dados do CECAM-PE-Sul. Para o cálculo do IdeGES da Região Sul foram utilizados dados das seguintes fontes de informação sobre as escolas públicas com UEX: microdados da educação básica do INEP dos anos 2018, 2019, 2020, 2021; dados do Portal Olinda do FNDE sobre adesão ao PDDE; Portal Sharepoint do FNDE – Serviço IdeGES – sobre Prestação

de Contas; Portal Sharepoint do FNDE com os valores de repasses às escolas; Portal Sharepoint do FNDE – Serviço de Saldos todos os programas – saldos 2017-2021.

A seguir, expomos as análises do IdeGES a partir de três dimensões, a saber: análise longitudinal 2018-2021; análise longitudinal por faixas de classificação das médias; e análise transversal do IdeGES em 2021. Trazemos, ainda, elementos da análise de monitoramento relacionados aos vigores e fragilidades do IdeGES como índice que mede o nível de desempenho da descentralização da política PDDE junto às escolas públicas; bem como apontamos algumas recomendações para o seu aprimoramento frente à análise dos dados do IdeGES.

Análise Longitudinal das Médias do IdeGES das Escolas da Região Sul com UEx – 2018-2021

Utilizamos para a abordagem proposta a perspectiva de estudos longitudinais, os quais nos permitem analisar a mudança ou desenvolvimento de um fenômeno ao longo de um período estabelecido. Com esta perspectiva metodológica é possível compreender e avaliar determinado fenômeno a partir da observação de como uma variável constante se modifica ou se comporta ao ser relacionada a outras variáveis permanentes ao longo do tempo. Observam-se as mesmas variáveis num período, traçando possíveis relações de causa e efeito entre essas, a partir da elaboração de painéis longitudinais (BONAMINO e OLIVEIRA, 2013; SINGER, NOBRE e ROCHA, 2018; GAYA e BRUEL, 2019).

Com esta base analítica, o IdeGES é observado como uma variável constante ao longo do tempo (2018-2021) considerando o universo de escolas públicas da Região Sul

com UEx para cada ano; sendo observada a sua oscilação em termos de notas (médias) frente a outras variáveis relacionadas, como: esfera administrativa (estadual, municipal), localização (urbano, rural), localização diferenciada (áreas de assentamento, áreas indígenas, remanescentes de quilombo).

A fim de proceder a análise em tela, identificamos, primeiramente, as escolas com UEx da Região Sul por situação de funcionamento, conforme demonstra a Tabela 1, para, após, analisar o Painel Longitudinal elaborado com base no período de 2018-2021.

Tabela 1 – Escolas da Região Sul por situação de funcionamento – 2018-2021.

	TOTAL ESCOLAS			EM ATIVIDADE			PARALISADAS			EXTINTAS		
	COM UEx	%		COM UEx	%		COM UEx	%		COM UEx	%	
2018	22.415	18.259	81,5%	19.872	18.102	91,1%	2.100	133	6,3%	443	24	5,4%
2019	22.112	18.236	82,5%	19.791	18.105	91,5%	1.962	111	5,7%	359	20	5,6%
2020	21.899	18.206	83,1%	19.772	18.105	91,6%	1.848	76	4,1%	279	25	9,0%
2021	21.728	18.257	84,0%	19.721	18.154	92,1%	1.702	87	5,1%	305	16	5,2%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Conforme se pode perceber, ainda que o número de escolas em atividade tenha diminuído ao longo dos anos, isto não se reflete na diminuição da proporção de escolas em atividade com UEx, que, ao contrário, aumentou de 2018 a 2021, passando de 91,1% em 2018 a 92,1% em 2021.

Na sequência, expomos um Painel Longitudinal cruzando as médias do IdeGES (variável constante) de escolas com UEx da Região Sul, com variáveis relacionadas: esfera administrativa, localização e localização diferenciada. Esta associação é feita com base nas médias do IdeGES em uma escala longitudinal de quatro anos, de 2018 a 2021, referente às escolas com UEx, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Médias do IdeGES das escolas da Região Sul por esfera administrativa, localização e localização diferenciada – 2018 a 2021 (Continua).

		MÉDIA IDEGES 2018					
ANO_BASE		REGIÃO SUL					
2018		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTALS - ESCOLAS COM UEx		5.673	8,76	12.586	8,59	18.259	8,65
URBANA		4.532	8,72	10.095	8,57	14.627	8,62
RURAL		1.141	8,93	2.491	8,69	3.632	8,77
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		91	8,83	6	6,59	97	8,69
Área remanescente de quilombos		3	7,83	42	8,85	45	8,78
Área de assentamento		52	8,50	88	8,65	140	8,59
		MÉDIA IDEGES 2019					
ANO_BASE		REGIÃO SUL					
2019		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTALS - ESCOLAS COM UEx		5.645	8,69	12.591	8,34	18.236	8,45
URBANA		4.521	8,70	10.175	8,38	14.696	8,48
RURAL		1.124	8,66	2.416	8,16	3.540	8,32
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		96	8,36	6	5,00	102	8,16
Área remanescente de quilombos		5	6,23	52	9,02	57	8,78
Área de assentamento		58	8,59	84	7,82	142	8,13

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 2 – Médias do IdeGES das escolas da Região Sul por esfera administrativa, localização e localização diferenciada – 2018 a 2021 (Final).

		MÉDIA IDEGES 2020					
ANO_BASE		REGIÃO SUL					
2020		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTALS - ESCOLAS COM UEx		5.583	8,54	12.623	8,50	18.206	8,51
URBANA		4.493	8,56	10.244	8,51	14.737	8,52
RURAL		1.090	8,47	2.379	8,46	3.469	8,47
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		97	8,02	6	6,48	103	7,93
Área remanescente de quilombos		5	6,35	51	8,91	56	8,68
Área de assentamento		58	8,56	84	8,11	142	8,29
		MÉDIA IDEGES 2021					
ANO_BASE		REGIÃO SUL					
2021		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTALS - ESCOLAS COM UEx		5.534	8,28	12.723	8,45	18.257	8,40
URBANA		4.465	8,26	10.347	8,49	14.812	8,42
RURAL		1.069	8,34	2.376	8,27	3.445	8,29
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		95	7,86	6	8,12	101	7,87
Área remanescente de quilombos		5	4,87	53	8,94	58	8,59
Área de assentamento		57	8,42	87	7,94	144	8,13

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

A partir do painel longitudinal exposto na Tabela 2, podemos observar que, de um modo geral, a média do IdeGES segue relativamente estável, com pequena queda entre 2018 e 2019 (8,65 e 8,45), e entre 2020 e 2021 (8,51 e

8,40), respectivamente. Observando as variações por esfera administrativa, é possível perceber que, nos quatro anos analisados, em três deles a rede estadual tem IdeGES ligeiramente superior, embora em 2021 a rede municipal tenha registrado Índice maior, 8,45, frente aos 8,28 da esfera estadual. Quando observada a localização dos estabelecimentos (urbana e rural), as médias seguem estáveis, e próximas ao recorte por esfera, embora as escolas rurais tenham pontuado índices mais altos em 2018; nos outros três anos, as escolas urbanas atingiram índices ligeiramente maiores. Na associação esfera administrativa (estadual e municipal) e localização (urbana e rural), não podemos inferir a melhor performance pelos índices encontrados até aqui, pois nota-se alternância entre os achados de um ano para o outro.

As diferenças que merecem registro referem-se às escolas situadas em áreas de localização diferenciada, pela variação encontrada durante o período em tela, com especial atenção às escolas em terra indígena, que sempre apresentam menor média, com exceção de 2018, e escolas em áreas remanescentes de quilombos, sempre com a maior média. Com relação às escolas pertencentes a terras indígenas municipais, em 2019 registrou-se IdeGES igual a 5,00, enquanto, em 2021, o Índice havia disparado para 8,12; merecendo observação mais aprofundada a fim de que se compreenda o que ocorreu. O mesmo não pode ser dito da mesma localização quando observada a esfera estadual, que vem registrando pequena queda ano a ano (8,83 em 2018, e 7,86 em 2021).

Frente às escolas localizadas em área remanescente de quilombos, o fenômeno encontrado é o contrário: escolas estaduais pontuam IdeGES mais baixos ao longo da série, com especial atenção ao ano de 2021 (4,87), enquanto as

escolas municipais do mesmo grupo seguem com média, inclusive, mais alta que a Região Sul como um todo. Com relação às escolas pertencentes às áreas de assentamento, não foram encontradas diferenças significativas em relação às médias da Região Sul, com destaque aos estabelecimentos estaduais, que pontuam sempre acima das escolas municipais, de 2019 a 2021.

A seguir o painel longitudinal é analisado com as médias do IdeGES por faixas de classificação.

Análise Longitudinal por Faixas de Notas do IdeGES das Escolas da Região Sul – 2018-2021

Conforme vimos nos dados do IdeGES, no período de 2018 a 2021, de escolas públicas (estaduais e municipais) com UEx, as oscilações entre as notas do Índice são maiores nas escolas com localização diferenciada. Segundo determinado por norma do FNDE (FNDE, 2021b), o IdeGES é classificado em cinco faixas: muito baixo (0,0 a 4,0); baixo (4,0 a 6,0); médio (6,0 a 8,0); alto (8,0 a 9,0) e muito alto (9,0 a 10,0). Essas medidas são aplicadas e cruzadas com as mesmas variáveis aplicadas anteriormente ao largo dos quatro anos: esferas administrativas, localização e localização diferenciada, salientando, principalmente, as faixas extremas (muito baixa e muito alta), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Classificação do IdeGES por faixas de notas das escolas da Região Sul, RS, SC e PR – 2018-2021 (Continua).

		IdeGES - Região Sul						
ESCOLAS COM UEx		MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)	MÉDIO (6-8)	ALTO (8-9)	MUITO ALTO (9-10)		
2018	18.259	745 4,10%	117 0,60%	4.078 22,30%	3.164 17,30%	10.155 55,60%		
2019	18.236	1.051 5,80%	507 2,80%	3.719 20,40%	2.679 14,70%	10.280 56,40%		
2020	18.206	710 3,90%	122 0,70%	5.076 27,90%	2.362 13,00%	9.936 54,60%		
2021	18.257	786 4,30%	318 1,70%	5.000 27,40%	2.913 16,00%	9.240 50,60%		
ESCOLAS COM UEx		MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)	MÉDIO (6-8)	ALTO (8-9)	MUITO ALTO (9-10)		

		IdeGES - RS						
ESCOLAS COM UEx		MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)	MÉDIO (6-8)	ALTO (8-9)	MUITO ALTO (9-10)		
2018	6.725	395 5,90%	195 2,90%	1.565 23,30%	1.026 15,30%	3.544 52,70%		
2019	6.683	412 6,20%	139 2,10%	1.467 22,00%	892 13,30%	3.773 56,50%		
2020	6.650	311 4,70%	92 1,40%	1.940 29,20%	891 13,40%	3.416 51,40%		
2021	6.670	364 5,50%	123 1,80%	2.185 32,80%	1.008 15,10%	2.990 44,80%		

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 3 – Classificação do IdeGES por faixas de notas das escolas da Região Sul, RS, SC e PR – 2018-2021 (Final).

		IdeGES - SC									
ESCOLAS COM UER	MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)	MÉDIO (6-8)	ALTO (8-9)	MUITO ALTO (9-10)	IdeGES - PR					
						MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)				
2018	4.642	165	3,60%	78	1,70%	1.300	28,00%	849	18,30%	2.250	48,50%
2019	4.630	200	4,30%	46	1,00%	977	21,10%	784	16,90%	2.623	56,70%
2020	4.619	176	3,80%	28	0,60%	1.527	33,10%	685	14,80%	2.203	47,70%
2021	4.630	193	4,20%	40	0,90%	1.289	27,80%	885	19,10%	2.223	48,00%
ESCOLAS COM UER	MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)	MÉDIO (6-8)	ALTO (8-9)	MUITO ALTO (9-10)	IdeGES - PR					
						MUITO BAIXO (0-4)	BAIXO (4-6)				
2018	6.892	165	2,40%	62	0,90%	1.387	20,10%	1.154	16,70%	4.124	59,80%
2019	6.923	183	2,60%	53	0,80%	1.114	16,10%	1.072	15,50%	4.501	65,00%
2020	6.937	151	2,20%	31	0,40%	1.739	25,10%	772	11,10%	4.244	61,20%
2021	6.957	186	2,70%	37	0,50%	1.459	21,00%	1.030	14,80%	4.245	61,00%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

De acordo com a Tabela 3, é possível identificar que o percentual de escolas da Região Sul com IdeGES muito alto entre 2018 e 2021 vem diminuindo, enquanto escolas com Índice muito baixo e alto seguem estáveis e o percentual de escolas com Índice baixo e médio tenha aumentado. Quando comparada essa flutuação, é possível perceber que escolas com Índice muito alto decresceram em cinco pontos percentuais, assim como escolas de Índice médio cresceram 5,1 pontos percentuais na Região Sul. Nas demais faixas os percentuais registraram pequena variação no período. Cabe destacar que, somadas as escolas com IdeGES alto e muito alto, temos 66,6% dos estabelecimentos em 2021, ou seja, para cada três escolas, duas estão em boas condições de adesão, execução e prestação de contas com o PDDE, de um modo geral, confirmando os Índices anteriormente analisados.

Quando observada a série longitudinal dos estados da Região Sul, o RS registra a maior queda de estabelecimentos com IdeGES muito alto (7,9 pontos percentuais), e maior crescimento de escolas com Índice médio (9,5 pontos percentuais), enquanto SC teve importante aumento no Índice muito alto entre 2018 e 2019, queda em 2020 e estabilidade em 2021. É importante destacar que estes dois estados registraram Índices muito altos menores que o percentual da Região Sul, enquanto o PR, por sua vez, sempre pontuou maior percentual de escolas nessa condição, especialmente em 2021, quando 61,0% dos estabelecimentos tiveram nota entre 9,0 e 10,0. Quanto ao Índice muito baixo, RS e SC seguiram a tendência da Região a que pertencem (4,2 a 5,5%), enquanto o PR registrou a metade do percentual da Região Sul nesta condição (2,7%).

A fim de encontrarmos outras associações possíveis, observaremos a variação das faixas de notas do IdeGES longitudinalmente: por esfera administrativa na Tabela 4; por Localização, na Tabela 5; por Localização Diferenciada, na Tabela 6.

Tabela 4 – Classificação do IdeGES por faixas de notas das escolas da Região Sul por esfera administrativa – 2018-2021.

		IdeGES - Região Sul																						
		ESCOLAS COM UEK				MUITO BAIXO (0-4)				BAIXO (4-6)		MÉDIO (6-8)		ALTO (8-9)		MUITO ALTO (9-10)								
		TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL							
2018	18.259	5.673	12.586		185	3,30%	560	4,40%	62	1,10%	55	0,40%	1.074	18,90%	3.004	23,90%	1.000	17,60%	2.164	17,20%	3.352	39,10%	6.803	54,10%
2019	18.236	5.645	12.591		235	4,20%	816	6,50%	58	1,00%	449	3,60%	1.052	18,60%	2.667	21,20%	954	16,90%	1.725	13,70%	3.346	39,30%	6.934	55,10%
2020	18.206	5.583	12.623		212	3,80%	498	3,90%	31	0,60%	91	0,70%	1.483	26,60%	3.593	28,50%	766	13,70%	1.596	12,60%	3.091	35,40%	6.845	54,20%
2021	18.257	5.534	12.723		272	4,90%	514	4,00%	101	1,80%	217	1,70%	1.600	28,90%	3.400	26,70%	879	15,90%	2.034	16,00%	2.682	48,50%	6.558	51,50%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

A partir da associação das faixas de notas do IdeGES e esfera administrativa, na Tabela 4, podemos constatar que o ano que registrou as notas maiores para o IdeGES, na faixa muito alto, por esfera administrativa, foi 2019, e a menor nota, na faixa muito baixo, 2021, seguindo a análise anterior. Observada a esfera estadual, constatamos uma queda de 10,6 pontos percentuais entre 2018 e 2021 no estrato muito alto, enquanto a esfera municipal ficou mais estável entre 2018 e 2020, com queda em 2021. Contudo, as flutuações importantes são registradas no estrato de escolas estaduais com Índice médio (6,0-8,0), com um aumento de 10,0 pontos percentuais entre as escolas dessa esfera. No que se refere às escolas municipais, esse percentual seguiu estável se observada a série como um todo, com variações ano a ano, mas média de 25,1% dos registros no intervalo analisado. Outra combinação que merece destaque refere-se ao aumento de escolas estaduais da Região Sul com Índice muito baixo, de 3,3% em 2018 para 4,9% em 2021. Na Tabela 5, analisamos a oscilação do IdeGES por localização (urbana e rural).

Tabela 5 – Classificação do IdeGES por faixas de notas das escolas da Região Sul por localização – 2018-2021.

		IdeGES - Região Sul																					
ESCOLAS COM UEX		MUITO BAIXO (0-4)				BAIXO (4-6)				MÉDIO (6-8)				ALTO (8-9)				MUITO ALTO (9-10)					
		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL			
TOTAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL			
2018	18.259	14.627	3.632	537	3,70%	208	5,70%	98	0,70%	19	0,50%	3.543	24,20%	535	14,70%	2.703	18,50%	461	12,70%	7.746	53,00%	2.409	66,30%
2019	18.236	14.696	3.540	811	5,50%	240	6,80%	426	2,90%	81	2,30%	2.858	19,40%	861	24,30%	2.242	15,30%	437	12,30%	8.359	56,90%	1.921	54,30%
2020	18.206	14.737	3.469	548	3,70%	162	4,70%	102	0,70%	20	0,60%	4.094	27,80%	982	28,30%	1.965	13,30%	397	11,40%	8.028	54,50%	1.908	55,00%
2021	18.257	14.812	3.445	591	4,00%	195	5,70%	254	1,70%	64	1,90%	4.044	27,30%	956	27,80%	2.390	16,10%	523	15,20%	7.533	50,90%	1.707	49,60%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

A associação dos dados referentes a faixas de notas do IdeGES e Localização, permite-nos observar que escolas rurais têm um percentual de faixa de nota do IdeGES muito alto que é 13,3 pontos percentuais maior que as escolas urbanas em 2018, e, em 2021, ambas praticamente se igualam, o que aponta para o comprometimento da maioria das escolas, tanto rurais quanto urbanas, com os indicadores do IdeGES (adesão, execução, prestação de contas), embora o decréscimo na proporção de escolas do campo neste estrato. Observamos, também, que o número de escolas urbanas é significativamente maior que o das escolas rurais em todos os anos, chegando em 2021 a 14.812 urbanas frente a 3.445 rurais, proporção que deve ser considerada nas análises. Na faixa de notas do IdeGES correspondente a muito alta, escolas urbanas mantêm uma média, considerando os quatro anos, de 53,8%; isto é, acima de 50% das escolas urbanas situam-se em faixas altas do IdeGES (9-10). Outro achado que essa associação permite destacar refere-se às escolas rurais com IdeGES na faixa de notas médio (6-8), que subiram em relação à faixa de notas do IdeGES baixo (4-6), em média 13,1 pontos percentuais, considerando os quatro anos. Quanto à faixa de notas do IdeGES muito baixo, as escolas rurais têm percentual de concentração maior que as escolas urbanas, na série longitudinal.

Na Tabela 6, observamos as variações das faixas de notas do IdeGES em escolas com localização diferenciada.

Tabela 6 – Classificação do IdeGES por faixas de notas das escolas da Região Sul por localização diferenciada – 2018-2021.

		IdeGES - Região Sul																																	
		ESCOLAS COM URB				MUITO BAIXO (0-4)				BAIXO (4-6)				MÉDIO (6-8)				ALTO (8-9)				MUITO ALTO (9-10)													
		Terra Indígena		Rem. quilombos		Assentamento		Terra Indígena		Rem. quilombos		Assentamento		Terra Indígena		Rem. quilombos		Assentamento		Terra Indígena		Rem. quilombos		Assentamento											
		Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos	Terra Indígena	Rem. quilombos										
ANO	TOTAL	97	45	90	40	5	5,00%	3	6,70%	10	7,70%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,70%	17	17,50%	5	11,00%	21	15,00%	10	10,30%	8	7,80%	21	15,00%	65	67,00%	29	64,00%	87	62,00%
2018	18.259	97	45	90	40	5	5,00%	3	6,70%	10	7,70%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,70%	17	17,50%	5	11,00%	21	15,00%	10	10,30%	8	7,80%	21	15,00%	65	67,00%	29	64,00%	87	62,00%
2019	18.236	102	57	92	42	7	6,90%	1	1,80%	10	7,00%	3	2,90%	4	7,00%	4	2,80%	27	26,50%	9	15,80%	37	26,00%	15	14,70%	7	6,20%	24	16,90%	50	49,00%	36	63,20%	67	47,20%
2020	18.206	103	56	92	42	5	4,90%	1	1,80%	7	4,90%	0	0,00%	1	1,80%	1	0,70%	47	45,60%	15	26,80%	49	34,50%	10	9,70%	4	7,00%	8	9,20%	41	39,80%	35	62,30%	72	50,70%
2021	18.257	101	58	94	44	5	5,00%	5	8,60%	9	6,30%	5	5,00%	4	2,80%	4	2,80%	37	36,60%	10	17,20%	46	31,90%	18	17,80%	6	6,20%	22	15,30%	36	35,60%	37	63,80%	63	43,80%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

A Tabela 6, confirma o que a análise referente à série longitudinal da Região Sul já havia trazido, inicialmente, entre 2018 e 2021: escolas localizadas em terra indígena registraram uma queda de 31,4% de estabelecimentos com faixas de IdeGES muito alto, e aumento de 19,1% na faixa de notas de IdeGES médio. Na mesma direção, observando a escala longitudinal, as escolas de assentamento nas faixas de IdeGES muito alto também tiveram queda de 18,3 pontos percentuais no período, e aumento de 16,9 na faixa de notas de IdeGES médio. Com relação às escolas indígenas, no que tange à faixa de notas de IdeGES muito alto, elas seguem o mesmo caminho das outras, caindo de 67% das escolas nessa faixa em 2018 para 36,6% em 2021, com aumento maior na faixa de IdeGES médio em todos os anos da escala longitudinal. No que se refere às faixas baixo e muito baixo, os percentuais seguiram relativamente estáveis. As escolas em áreas remanescentes de quilombos são as que apresentam maior oscilação por ano na faixa de notas muito baixo, com aproximações entre 2018 e 2021 (6,7% e 8,6%) e distanciamento destes percentuais em 2019 e 2020, respectivamente com, 1,8%. Isso indica que houve aumento de escolas quilombolas na faixa de IdeGES muito baixo no ano de 2021. Na próxima seção abordamos a análise transversal do IdeGES para o ano de 2021.

Análise Transversal do IdeGES em 2021

A análise transversal é aqui utilizada com a finalidade de compreender o IdeGES em um momento particular da escala longitudinal, o ano de 2021. Estudos transversais não permitem inferir causalidades sobre um fenômeno, mas analisar dados coletados em um ponto do tempo com

a finalidade de identificar oscilações da variável estudada nesse determinado momento, frente a outras variáveis associadas. Assim, estudos transversais nos permitem falar de “fatores associados” a determinadas variáveis (RICHARDSON et AL., 1999; SINGER, NOBRE e ROCHA, 2018; GAYA e BRUEL, 2019).

Nesta seção, realizamos a análise transversal do IdeGES da Região Sul no ano de 2021, dando foco à UEx (Unidade Executora do PDDE nas escolas públicas) como fator diretamente associado ao IdeGES. As UEx se constituem em ação importante para o processo de implementação do PDDE nas escolas públicas após a adesão ao Programa; sendo composta por membros da comunidade escolar. A escola institui a Unidade Executora como entidade privada sem fins lucrativos, a fim de obter um CNPJ para gerir os recursos financeiros e decidir sobre sua aplicação nas melhorias da unidade escolar. Assim, o desempenho da UEx na gestão do PDDE está diretamente relacionado com a média do IdeGES na escola, calculada com base nos indicadores de adesão, prestação de contas e execução dos recursos financeiros.

Primeiramente, procuramos entender a relação entre o IdeGES e a UEx a partir de classificações como: situação de funcionamento das escolas por UF, escolas estaduais e municipais por UF, escolas por localização e UF, escolas por localização diferenciada e UF; para depois, retomarmos a média do IdeGES nas escolas por esfera administrativa, por localização e localização diferenciada. No que segue expomos as análises propostas, a iniciar com a especificação de quantitativos de instituições ativas, paralisadas e extintas e sua relação com a UEx.

Tabela 7 – Escolas e situação de funcionamento – por UF – 2021.

	TOTAL	ATIVAS	Com UEX	% UEX	PARALISADAS	Com UEX	% UEX	EXTINTAS	Com UEX	% UEX
RS	8.416	7.224	6.628	91,7%	1.016	39	3,8%	176	3	1,7%
SC	5.661	5.159	4.604	89,2%	432	19	4,4%	70	7	10,0%
PR	7.651	7.338	6.922	94,3%	254	30	11,8%	59	5	8,5%
	21.728	19.721	18.154		1.702	88		305	15	

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Na Tabela 7 é importante destacar que entre as 18.257 escolas com UEx, alvo de nossa análise nesse Relatório havia, em 2021, 103 em situação de paralisadas e extintas e que, segundo a escala longitudinal utilizada, possuem média no IdeGES, condição que necessita verificação do fato *in loco*, a fim de entender como escolas que estão extintas e paralisadas receberam recursos do PDDE. Ainda, de acordo com a Tabela 7, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta o maior número de escolas paralisadas e extintas em 2021, respectivamente 1016 paralisadas sendo que, destas, 39 possuem UEx e 173 escolas extintas sendo que, destas, 03 possuem UEx. Mesmo este Estado sendo o que apresenta o maior número de escolas (8.416), chama a atenção o montante de estabelecimentos extintos e paralisados, por exemplo em comparação com o estado do Paraná, que possui, na sua totalidade, 7.651 escolas, mas apenas 254 paralisadas e 59 extintas. Já Santa Catarina, considerando que possui o menor número de escolas entre os Estados da Região Sul (5.661), apresenta o número de escolas tanto na situação ativa como paralisada maior que aquelas nestas situações pertencentes ao Estado do Paraná com um universo bem maior de escolas. A Tabela 8, explora detalhadamente as escolas em atividade, com UEx, por esfera administrativa e respectivo percentual.

Tabela 8 – Escolas estaduais e municipais – por UF, e respectivas UEx – 2021.

	TOTAL	COM UEx			ESTADUAL COM UEx			MUNICIPAL COM UEx		
		ATIVAS	% UEx	% UEx ESTADUAL	ESTADUAL	% UEx ESTADUAL	MUNICIPAL	% UEx MUNICIPAL		
RS	8.416	7.224	6,628	91,7%	2.386	2.263	94,8%	4.838	4.365	90,2%
SC	5.661	5.159	4.604	89,2%	1.273	1.135	89,2%	3.886	3.469	89,3%
PR	7.651	7.338	6.922	94,3%	2.117	2.093	98,9%	5.221	4.829	92,5%
	21.728	19.721	18.154	92,1%	5.776	5.491	95,1%	13.945	12.663	90,8%

Fonte: CECAMPE-SUL (2022).

Na Tabela 8, podemos verificar que os três estados da Região Sul possuem mais escolas municipais do que estaduais, sendo que, em todos os Estados, mais de 89% das instituições dos dois tipos de dependência possuem unidade executora (UEX). É importante destacar que quando a escola não possui UEX, mas deseja utilizar os recursos do PDDE, é a Secretaria de Educação (chamada de Entidade Executora /EEEx) dos estados ou municípios que recebe e executa o recurso o que, de certa forma, foge aos objetivos do próprio Programa, o qual foi formulado intentando a participação direta das escolas públicas na gestão de recursos financeiros oriundos da União. A Tabela 8, demonstra, considerando a devida proporção, que as escolas estaduais registram maior percentual de UEX do que as municipais. Dadas as proporções do universo de escolas em cada Estado da Região Sul, destaca-se que as escolas estaduais do Paraná são aquelas com maior percentual de UEX (98,9%) e as escolas estaduais de SC aquelas com o menor número de UEX (89,2%). Seguindo a nossa análise, na Tabela 9 observamos especificamente o número de escolas em atividade com UEX, por localização urbana e rural.

Tabela 9 – Escolas ativas por localização – por UF – 2021.

	TOTAL	ATIVAS	COM UEX	% UEX	URBANA	COM UEX	% UEX URBANA	RURAL	COM UEX	% UEX RURAL
RS	8.416	7.224	6.628	91,7%	5.397	5.072	94,0%	1.827	1.556	85,2%
SC	5.661	5.159	4.604	89,2%	4.107	3.782	92,1%	1.052	822	78,1%
PR	7.651	7.338	6.922	94,3%	6.126	5.905	96,4%	1.212	1.017	83,9%
	21.728	19.721	18.154	92,1%	15.630	14.759	94,4%	4.091	3.395	83,0%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Dentre as escolas por localização urbana e rural, há que se destacar, primeiramente, que existem escolas ativas sem UEx: No RS, do total de 7.224 escolas ativas, 596 não possuem UEx; em SC de um total de 5.159 escolas ativas, 555 não possuem UEx; no PR de um total de 7.338 escolas ativas, 416 não possuem UEx. Isto demonstra que ou estas escolas não aderiram ao PDDE, ou é a EEx que recebe o recurso e repassa para as escolas. Considerando a localização das escolas ativas, dadas as devidas proporções, conforme asseveramos antes, observamos que, dentre os percentuais mais baixos para a presença de UEx, sobressai o das escolas rurais; com especial atenção ao Estado de SC, com 1.052 escolas rurais ativas e, destas, 230 escolas sem UEx. O maior percentual de unidades executoras, quando analisadas as escolas por localização, encontra-se no Paraná, com 96,4% dos estabelecimentos urbanos nessa condição. Na sequência analítica, a Tabela 10, apresenta observações sobre as escolas em atividade em localização diferenciada, com UEx, no ano de 2021.

Tabela 10 – Escolas ativas por localização diferenciada – por UF – 2021.

	TERRA INDÍGENA	COM UEx	% UEx TERRA INDÍGENA	REMANESCENTE QUILOMBOS	COM UEx	% UEx REMANESCENTE QUILOMBOS	ASSENTAMENTO	COM UEx	% UEx ASSENTAMENTO
RS	86	47	54,7%	61	56	91,8%	65	53	81,5%
SC	39	27	69,2%	6	1	16,7%	25	19	76,0%
PR	36	27	75,0%	4	1	25,0%	85	72	84,7%
	161	101	62,7%	71	58	81,7%	175	144	82,3%

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

De acordo com a Tabela 10, no que tange às escolas por localização diferenciada, há números bastante distintos entre os três estados da Região Sul. Em relação às escolas em terra indígena, o Rio Grande do Sul tem o maior número de escolas e o menor percentual de instituições com UEx (54,7%). Em Santa Catarina e no Paraná, com menor número de escolas indígenas, respectivamente 39 e 36, o percentual de unidades escolares com UEx é um pouco mais elevado, de 69,2% e 75,0%, respectivamente. Assim, entre os Estados da Região Sul, é o RS aquele que possui o maior número de escolas indígenas, perfazendo 86 unidades escolares, mas apenas 47 delas com UEx. Já em relação às escolas em áreas remanescentes de quilombos, o RS segue com o maior número de escolas em relação aos outros Estados, com 61 unidades escolares e, destas, 56 (91,8%) com UEx e 05 sem UEx. Já SC, com apenas 06 escolas quilombolas, possui 01 apenas com UEx (16,7%) e o PR, com apenas 04 escolas quilombolas, possui também apenas 01 com UEx (25,0%). Nas escolas em áreas de assentamento é o PR que possui o maior número entre os Estados do Sul, com 85 unidades escolares e, destas, 13 não possuem UEx. O RS é o segundo Estado com maior número de escolas em assentamentos, com 65 unidades escolares e destas, 12 sem UEx. Santa Catarina apresenta o menor número de escolas em assentamentos, com 25 unidades escolares e, destas, 06 não possuem UEx.

É importante ressaltar que as escolas com localização diferenciada (indígenas, quilombolas e de assentamento) são as que apresentam, conforme a escala longitudinal, maior oscilação nas médias do IdeGES, bem como as menores médias na Região Sul; isso indica a necessidade de implementação de ações mais efetivas tendo em vista a melhorar o desempenho das UEx e apoiar a criação desta instância nos estabelecimentos escolares que não a possuem. Conforme

consta na Tabela 10, das 407 unidades escolares de localização diferenciada da Região Sul, 104 não possuíam UEx em 2021, situação mais concentrada nas escolas indígenas (60 escolas sem UEx); estas escolas não aderiram ao PDDE ou têm os recursos repassados para as respectivas EEx. Em qualquer uma das situações, um número considerável de escolas não está tendo autonomia para gerir recursos financeiros, destoando de um dos objetivos do PDDE.

Tabela 11 – Média do IdeGES das escolas com UEx da Região Sul por esfera administrativa, localização e localização diferenciada – 2021 (Continua).

		MÉDIA IDEGES 2021					
ANO_BASE		REGIÃO SUL					
2021		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTAIS - ESCOLAS COM UEx		5.534	8,28	12.723	8,45	18.257	8,40
URBANA		4.465	8,26	10.347	8,49	14.812	8,42
RURAL		1.069	8,34	2.376	8,27	3.445	8,29
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		95	7,86	6	8,12	101	7,87
Área remanescente de quilombos		5	4,87	53	8,94	58	8,59
Área de assentamento		57	8,42	87	7,94	144	8,13
		MÉDIA IDEGES 2021					
ANO_BASE		RS					
2021		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTAIS - ESCOLAS COM UEx		2.282	7,47	4.388	8,38	6.670	8,07
URBANA		1.779	7,39	3.307	8,41	5.086	8,05
RURAL		503	7,78	1.081	8,29	1.584	8,13
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA							
Terra Indígena		42	7,40	5	7,74	47	7,44
Área remanescente de quilombos		4	4,47	52	8,93	56	8,61
Área de assentamento		24	7,66	29	6,77	53	7,17

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Tabela 11 – Média do IdeGES das escolas com UEx da Região Sul por esfera administrativa, localização e localização diferenciada – 2021 (Final).

	MÉDIA IDEGES 2021					
ANO_BASE	REGIÃO SUL					
2021	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTAIS - ESCOLAS COM UEx	5.534	8,28	12.723	8,45	18.257	8,40
URBANA	4.465	8,26	10.347	8,49	14.812	8,42
RURAL	1.069	8,34	2.376	8,27	3.445	8,29
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA						
Terra Indígena	95	7,86	6	8,12	101	7,87
Área remanescente de quilombos	5	4,87	53	8,94	58	8,59
Área de assentamento	57	8,42	87	7,94	144	8,13
	MÉDIA IDEGES 2021					
ANO_BASE	RS					
2021	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
TOTAIS - ESCOLAS COM UEx	2.282	7,47	4.388	8,38	6.670	8,07
URBANA	1.779	7,39	3.307	8,41	5.086	8,05
RURAL	503	7,78	1.081	8,29	1.584	8,13
LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA						
Terra Indígena	42	7,40	5	7,74	47	7,44
Área remanescente de quilombos	4	4,47	52	8,93	56	8,61
Área de assentamento	24	7,66	29	6,77	53	7,17

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

Analisamos, na Tabela 11, as médias do IdeGES de escolas com UEx na Região Sul, por esfera administrativa, localização e localização diferenciada no ano de 2021. É possível observar que, na Região Sul, o maior número de escolas pertence à esfera administrativa municipal em relação à esfera administrativa estadual; respectivamente 12.723 e 5.534. Contudo, ainda que a esfera administrativa municipal detenha o maior número de escolas, o que, suposta-

mente, poderia implicar em maiores dificuldades a fim de garantir que as escolas obtenham médias do IdeGES em faixas alta ou muito alta, ela possui média mais alta (8,45) que a esfera administrativa estadual, a qual, com menos escolas, ficou com média, de 8,28. Em termos de média, o Estado que performou melhor no IdeGES em 2021 foi o PR, e a média global mais baixa foi encontrada no RS. Essa diferença se destaca em quase todas as combinações ou destaques que se possam fazer aqui, seja por esfera administrativa, por localização ou por localização diferenciada. Frente à média global da Região Sul em 2021, 8,40, SC é o Estado mais próximo, com 8,31, acompanhando a Região em praticamente todos os cenários, com especial destaque a duas escolas municipais, uma em área remanescente de quilombos, com média 9,29 (faixa muito alta) e outra em terra indígena com média 10,0 (faixa muito alta). No RS, o destaque é encontrado em escolas municipais urbanas, enquanto o menor Índice foi registrado nas escolas estaduais urbanas. No PR, o Índice mais alto foi registrado no binômio estadual e urbana e, em SC, o melhor desempenho foi observado na combinação estadual e rural.

Com relação às escolas em localização diferenciada na Região Sul, destacamos que as escolas indígenas pertencem majoritariamente à esfera administrativa estadual, com 96 escolas estaduais e 06 escolas municipais; já as escolas quilombolas pertencem majoritariamente à esfera administrativa municipal, com 53 escolas municipais e 05 estaduais; as escolas de assentamentos possuem uma relativa aproximação numérica em relação às suas esferas administrativas, a municipal, maior, com 87 escolas e a estadual menor, com 57 escolas. Ademais, nossas análises demonstram que de todos os arranjos realizados por Estado da Região Sul no

ano em tela, o único recorte em que o RS se destaca frente às médias do IdeGES de escolas do PR refere-se às escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, em que o RS possui 96,55% das unidades escolares (56 de um total de 58 para a Região Sul) e registra média 8,61, enquanto o PR, com apenas uma escola, pontua 6,47, o que não caracteriza uma distinção de fato, se considerado o total de escolas, apenas 1. Ainda assim, se observado por esfera administrativa, esse mesmo recorte (escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos no RS), é possível perceber, entre as quatro escolas estaduais nesse estrato, a média é 4,47; o que atenua essa média é justamente o maior número de estabelecimentos (52) e com maior média de escolas quilombolas municipais (8,93).

Síntese dos dados analisados

Nesta seção, apresenta-se uma síntese dos achados até aqui, chamando a atenção para alguns aspectos que ficaram mais evidentes nas três dimensões nas quais o IdeGES foi analisado: longitudinal por Índices médios e por faixas de notas e transversal para 2021. O primeiro ponto que merece destaque é que, na Região Sul, nos quatro anos analisados (de 2018 a 2021), pode-se perceber que é a faixa de notas do IdeGES muito alta a que possui o maior percentual de escolas da Região: entre 50,6% das escolas com UEx em 2021 e 56,4% das mesmas em 2019. Contudo, há um percentual de escolas bastante significativo na faixa de IdeGES médio, oscilando entre 20,4 e 27,9% das escolas da Região Sul.

Como segundo ponto, verifica-se que os três Estados da Região Sul possuem mais escolas municipais do

que estaduais, sendo que, em todos os Estados, mais de 89% das instituições dos dois tipos de dependência possuem unidade executora (UEx). Dessas, considerando a proporção, escolas estaduais têm um percentual maior de UEx que as municipais. No que se refere ao recorte por localização, escolas urbanas registram 11,4 pontos percentuais a mais que rurais.

O terceiro ponto refere-se ao cruzamento das faixas de notas do IdeGES longitudinal com a esfera administrativa das escolas públicas da Região Sul – estadual e municipal, em que é possível identificar que o percentual de escolas com IdeGES muito alto, entre 2018 e 2021, vem diminuindo, enquanto o percentual de escolas com Índice baixo e médio têm aumentado.

O quarto ponto refere-se ao fato de que, dentre os três estados da Região Sul, é o Paraná que eleva as médias do IdeGES, apresentando, em 2021, o menor percentual de escolas na faixa de notas muito baixo (2,7%) e o maior percentual de escolas na faixa de notas muito alto (61,0%).

O quinto ponto refere-se às escolas em localização diferenciada. Essas instituições ainda representam desafios no que tange ao IdeGES. Conforme vimos nos dados do IdeGES longitudinal, no período de 2018 a 2021, de escolas públicas com UEx, as oscilações entre as notas do Índice são maiores nas escolas com localização diferenciada.

O número de escolas é um desses desafios: há, em toda a Região Sul, apenas cinco escolas na esfera estadual em áreas remanescentes de quilombos. Esse número difere daquele de escolas na esfera municipal: passou de 42 escolas no ano de 2018 para 53 no ano de 2021. Ainda, em relação às escolas estaduais em áreas remanescentes de quilombos, o Estado do RS é o que abarca majoritariamente

as escolas quilombolas, 56 (96,55%) de um total de 58 escolas na Região Sul, e com 91,8% das unidades escolares com UEX. Em relação os outros estados cada um com 1 escola quilombola, é no PR e no RS que estão as médias de IdeGES mais baixas. Neste sentido, cabe entender e intervir principalmente sobre as médias mais baixas em especial nas escolas estaduais do RS, pois, possui a maioria delas.

As escolas em terras indígenas possuem médias mais baixas que as escolas em áreas remanescentes de quilombo e de assentamentos, o que merece uma análise no sentido de compreender os elementos que fizeram com que houvesse um decréscimo desta média.

No que tange à esfera administrativa, as escolas indígenas são predominantemente estaduais, as escolas quilombolas municipais e nas de assentamentos há certo equilíbrio entre estaduais e municipais com relativa predominância de municipais.

O último ponto que se destaca, nesta síntese, refere-se ao percentual de UEX nas escolas por Estado da Região Sul (89,2% SC; 91,7% RS, 94,3% PR) os quais consideramos satisfatório, ainda que em nosso entendimento seja pertinente investigar as razões pelas quais algumas escolas não possuem UEX.

Com base na análise do IdeGES, tendo em vista as três dimensões destacadas, apontamos a seguir alguns vigos e fragilidades deste Índice.

Vigos e Fragilidades do IdeGES

Conforme indica o FNDE, o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) é um instrumento para mensurar o desempenho da

gestão descentralizada do PDDE em todo território nacional, com o objetivo de “a) viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação; b) orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa; c) favorecer o exercício do controle social e d) reconhecer iniciativas exitosas de gestão” (FNDE, 2021b, p. 3).

Nas análises expostas até aqui se pode perceber, frente às classificações e categorizações engendradas para analisar a evolução do IdeGES, que utilizar este índice como indicador para tomar decisões sobre os recursos a serem encaminhados para as escolas públicas é temerário. Contudo, é possível, com o IdeGES, termos um panorama geral de como as escolas estão gerindo os recursos do PDDE, quando olhamos as suas médias em situações específicas. Desse modo, destacamos a seguir alguns vigos e fragilidades do IdeGES como instrumento para mensurar a gestão descentralizada do PDDE, frente às análises do Índice pelo CECAMPE-Sul, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Vigores e Fragilidade do IdeGES – Região Sul.

IdeGES e a Política PDDE	
VIGORES	FRAGILIDADES
Promove uma visão ampla sobre o número de escolas que aderem ao Programa, executam os recursos e prestam contas, favorecendo as iniciativas tanto do FNDE quanto dos Cecampes ao monitoramento e avaliação quantitativa das escolas públicas.	O Índice é deficitário qualitativamente para orientar a ação do FNDE e dos Cecampes a fim de melhorar o desempenho do Programa em termos de garantia de equidade social na redistribuição de recursos (abrange todas as escolas públicas independentemente da nota que recebe no IdeGES).
Possibilita a visualização de existência de problemas na adesão, na execução de repasses, e na prestação de contas do Programa.	Os indicadores que constituem o IdeGES (adesão, execução, prestação de contas) não são suficientes para identificar problemas relativos às comunidades escolares em seus contextos locais.
Visibiliza as escolas públicas que aderem ao Programa em áreas diferenciadas (em terra indígena, em área de assentamento e em área remanescente de quilombos).	O Índice apresenta limitações para a compreensão das especificidades de escolas em localizações diferenciadas, que exercem influência na gestão do PDDE e, portanto, na nota do IdeGES.

Fonte: CECAMPE-Sul (2022).

As análises do IdeGES em perspectivas longitudinal e transversal, na Região Sul do Brasil, permitiu-nos identificar algumas tendências do Índice que apontam o desempenho da gestão descentralizada do PDDE como um marcador para a redistribuição de recursos financeiros às escolas pública; em especial problematizamos os recursos que retornam ao FNDE oriundos dos saldos das escolas que no ano vigente não utilizaram o total que receberam, e são redistribuídos, como prêmio, para as unidades escolares que obtiveram a nota mais alta no IdeGES. O CECAM-

PE-Sul considera preocupante utilizar essa nota como única medida para a redistribuição dos recursos oriundos dos saldos, uma vez que as análises demonstram múltiplos problemas enfrentados pelas escolas públicas que não podem ser captados por monitoramento e avaliações somente com base em um indicador quantitativo. Ademais, o controle social da comunidade escolar (outro objetivo do Programa) sobre o uso dos recursos do PDDE nas unidades escolares ainda é bastante frágil em função da baixa participação dos atores escolares que não fazem parte do quadro de funções institucionalizadas (como a direção escolar e professoras e professores) nas escolas públicas.

Considerações finais: recomendações para o aprimoramento do IdeGES

Com base no que foi exposto, reolocamos a questão sobre o Índice ora categorizado e analisado e sua possibilidade real de medir as condições de gestão do PDDE pelas UEx das escolas públicas, a partir dos indicadores propostos – adesão (cadastro anual), execução e prestação de contas. Em termos dos problemas estruturais que as escolas públicas brasileiras enfrentam para garantir educação com qualidade social, isto é, garantir o direito à educação escolarizada para todas as pessoas com equidade (garantia de acesso e permanência), tais indicadores podem ser considerados ineficazes, caso não tenhamos indicadores mais potentes para retratar a realidade efetiva de tais escolas.

Nesse sentido, propomos algumas reflexões sobre o IdeGES, a fim de contribuir com o seu aprimoramento como índice que representa o desempenho das UEx das escolas públicas na gestão descentralizada do PDDE. Em

estudo sobre a política PDDE, Viana (2020) ressalta que o IdeGES é uma medida importante para identificar as escolas com pendências burocráticas e buscar orientá-las no uso dos recursos do PDDE, contudo, não é uma ação capaz de levantar as impressões das escolas sobre as maiores dificuldades em gerir os recursos, não traz dados sobre os motivos que justificariam esta situação, tratando mais de questões operacionais do que de questões ligadas à complexidade que envolve a dinâmica da gestão escolar de fato. Com base nas fragilidades do IdeGES apontadas no Quadro 1 destacamos os achados de Viana (2020), que em muito as caracterizam, para indicar aprimoramentos:

a) A proposta do IdeGES parte do pressuposto de que o “bom desempenho” do PDDE é alcançado apenas quando as entidades recebem os recursos e prestam contas sobre eles, o que é um pressuposto básico fundamental, contudo, compreende-se que a escolha destes indicadores representa ainda uma iniciativa superficial de avaliação da gestão do Programa, pautada somente na concepção do “desempenho” por parte das UEx, e de desempenho ligado apenas à capacidade de aderir, cadastrar, executar e prestar contas do PDDE, enquanto os objetivos oficiais do Programa tratam de questões mais abrangentes, que, se fossem avaliadas, poderiam, inclusive, facilitar a adesão, o cadastramento, a execução e a prestação de contas do Programa. Assim, o IdeGES foca no “desempenho” das UEx sob o ponto de vista burocrático, e não sob o ponto de vista do cumprimento dos objetivos do Programa.

Neste caso, propõe-se que o IdeGES foque menos no desempenho e mais no cumprimento dos ob-

jetivos do PDDE, que contemplam quadros mais amplos da realidade das comunidades escolares.

b) A autarquia que elaborou o IdeGES, o FNDE, outorga a responsabilidade pela ‘performance’ na gestão do Programa apenas para o seu público-alvo, numa perspectiva gerencialista (mercadológica) de avaliação de uma política pública, sem considerar a necessidade de avaliar a atuação dos órgãos centrais perante seu próprio ‘desempenho’ e ‘performance’ na disponibilização e orientação quanto ao uso dos recursos do PDDE. A avaliação é direcionada ao usuário da política e não ao seu formulador. **Neste caso, recomenda-se que a política PDDE seja avaliada como processo, e que a sua formulação seja considerada instância que exerce influência no desempenho e performance na gestão dos recursos do Programa pelas UEx das escolas públicas.**

c) Ações de bonificação para as escolas com IdeGES mais alto, especialmente às de carácter financeiro, podem agravar as desigualdades socioeconômicas entre as unidades escolares, abrindo sérios precedentes para uma competição entre as escolas, sem que os problemas e as dificuldades enfrentados por elas na gestão do Programa sejam de fato a essência da ação, transferindo o foco da avaliação e da premiação para o mero cumprimento de normas burocráticas, as quais dependem, na verdade, de profundas ações voltadas a auxiliar as escolas em gerir os recursos do Programa, e não de um *ranking* que exponha suas fragilidades e não evidencia focos de atuação para

superá-las, premiando outras unidades com mais recursos e mantendo as escolas que carecem de auxílio com cada vez menos recursos.

Neste caso, recomenda-se que a redistribuição dos saldos de recursos financeiros que retornam das escolas públicas que não o utilizaram, devem ser redistribuídos para as escolas com as menores notas de IdeGES.

d) O IdeGES deveria ser capaz de conduzir a outras questões para uma avaliação do ‘desempenho de gestão do PDDE’, especialmente àquelas ligadas ao cumprimento de seus objetivos no que se refere a capacidade dos recursos melhorarem a infraestrutura física e pedagógica da escola, promoverem de fato a sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira, além de colaborarem realmente para o desenvolvimento da participação da comunidade escolar, da gestão democrática e do controle social na escola pública [...].

Neste caso, recomenda-se a elaboração de novos indicadores para compor o IdeGES, os quais possam contemplar o “desempenho” na gestão do PDDE pelas UEx em contextos escolares de diversidade social, cultural e econômica.

Referências

BONAMINO, A. M. C.; OLIVEIRA, L. H. G. Estudos longitudinais e pesquisa na Educação Básica. **Linhas Críticas**, v. 19, n. 38, pp. 33-50, 2013.

CECAMPE-Sul. Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Políticas Educacionais da Região Sul. **Relatório Anual de 2022**. Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faculdade de Educação), 2022.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Nota Técnica**. Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE). Brasília: MEC, FNDE, 2021.

GAYA, T. F. M.; BRUEL, A. L. Estudos longitudinais em Educação no Brasil: revisão de literatura da abordagem metodológica e utilização de dados educacionais para pesquisas em Educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Políticas Educativas**, v. 4, pp. 1-18, 2019.

RICHARDSON, R. J.; Et AL. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SINGER, J. M.; NOBRE, J. S.; ROCHA, F. M. M. **Análises de dados longitudinais – Versão Parcial Preliminar**. Universidade de São Paulo. Departamento de Estatística. São Paulo: USP, 2018.

VIANA, M. P. **Relatório-Síntese de Avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola**: propostas para estudos futuros e ações de aperfeiçoamento (Recursos Eletrônico), Curitiba: NuPE/UFPR, 2020.

CECAMPE-SUL: MAPEAMENTO SOBRE A FORMAÇÃO DE GESTORES NO EIXO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PDDE BÁSICO E AÇÕES INTEGRADAS

Mariângela Bairros
Patrícia Souza Marchand
Talita Cristina Vieira
Alana dos Reis Lima
Cláudia Severo

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE's) foram criados em 2018 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela execução de programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas. Eles se constituem em unidades de referência e apoio para desenvolver ações e projetos no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas. Atualmente estão em funcionamento cinco CECAMPE's, um em cada região do país.

Na Região Sul temos o CECAMPE-Sul que iniciou suas atividades em 2020 e tem como sede o Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Os CECAMPE's são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos no âmbito dos programas e ações de apoio à

manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas de interesse prioritário e nas formas de atuação previstas. As áreas de atuação prioritárias são: formação de gestores da educação básica, gestão do conhecimento, monitoramento e avaliação de políticas educacionais, métodos, técnicas e instrumentos aplicados à gestão e controle social de políticas públicas e políticas de manutenção e melhoria das escolas (Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE Região Sul: 4º relatório de andamento, 2022, p. 21).

Um dos eixos de atuação do Cecampe-Sul é o de assistência técnica (AT). Este eixo foi responsável, no período de 2021-2022, pela oferta de cursos de formação na modalidade à distância (EAD), cursos presenciais de formação para as redes públicas de ensino da região sul e webinários. Neste eixo trabalhamos com dois produtos:

1. Realizar formação técnica aos estados, municípios e escolas; e,
2. Propor estratégia de monitoramento da qualidade da assistência técnica aos estados, municípios e escolas.

Nestas formações foi possível realizar o contato direto com os gestores, professores e representantes das unidades executoras de instituições públicas, secretarias municipais e estaduais de educação que atuam na gestão dos recursos do PDDE Básico e suas Ações Integradas.

O objetivo dos cursos e webinários era oportunizar formação para gestores, conselheiros e demais agentes

envolvidos com a gestão descentralizada dos programas PDDE Básico, PDDE ações integradas e Política Pública do Transporte Escolar (caminho da Escola e Programa Nacional do Transporte escolar -PNATE).

Estas formações tiveram como foco o processo de operacionalização e prestação de contas dos programas já mencionados.

Os cursos à distância foram ofertados na plataforma Moodle da UFRGS com carga horária total de 30h, distribuídas em 03 módulos:

- Unidade 01: Programa Dinheiro Direto na Escola Básico - 15h
- Unidade 02: Programa Dinheiro Direto na Escola Ações integradas - 11h
- Unidade 03: Conceitos Básicos - Políticas Públicas e Gestão da Educação - 04h

Os cursos presenciais foram realizados em 09 polos previamente definidos em cada um dos estados da Região Sul do país. O objetivo destas formações era oportunizar formação para os agentes envolvidos com a gestão descentralizada do PDDE Básico e as Ações Integradas quanto aos aspectos legais, regulamentares e aos procedimentos operacionais, a fim de que estejam aptos para efetivar os processos de execução descentralizada, favorecendo o alcance dos objetivos e metas da política. Nos 09 polos foram realizados um total de 10 encontros de formação, conforme podemos verificar no quadro 01.

Quadro 1 – Oferta dos cursos presenciais por estado e polos.

ESTADO	POLOS		
RS	Porto Alegre (2)	Passo Fundo	Uruguaiana
PR	Curitiba	Maringá	Cascavel
SC	Florianópolis	Chapeco	

Fonte: (CECAMPE-SUL - 2022).

Neste artigo iremos apresentar alguns dados referentes as formações em EAD e presenciais realizadas, que tiveram como tema o PDDE Básico e as Ações Integradas.

Sobre o PDDE na Região Sul

A Região Sul possui 1.191 municípios, distribuídos em três Unidades Federativas (Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS)), sendo 399 municípios no PR, 295 em SC e 497 no RS.

Conforme podemos ver na Tabela 1, na Região Sul o total de escolas públicas é de 19.558 escolas, sendo que 70,7% são escolas municipais, com destaque para SC onde se concentra a maior rede de escolas municipais da Região Sul do país.

Tabela 1 – Número de municípios, redes de ensino e escolas por Estado da Região Sul – 2022.

Estado	Número de municípios	Redes de ensino	Escolas municipais	Escolas estaduais	Escolas particulares
Paraná	399	400	5.209	2.108	2.106
Rio Grande do Sul	497	498	4.794	2.347	2.657
Santa Catarina	295	296	3.832	1.268	1.201
Total	1191	1194	13.835	5.723	5.964
Total de escolas públicas			19.558		

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica, do Inep (2022), IBGE (2020)

De acordo com os dados disponibilizados pelo FNDE no Relatório Dinâmico de Execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022 (RDE), o RS no ano de 2021, 6.501 escolas foram atendidas com recursos do PDDE Básico, contabilizando todas as parcelas, e, no ano de 2022, este número caiu para 6.169, apresentando uma redução, no atendimento de 332 escolas no RS, sendo que 496 municípios e 6.168 escolas receberam em 2022 os recursos referentes no PDDE Básico – 01 parcela, 495 municípios e 5.753 escolas referentes ao PDDE Básico – 02 parcela e 447 municípios e 3691 escolas receberam recursos referentes ao PDDE Básico parcela complementar.

Em relação aos recursos repassados, em 2021 foram repassados para as escolas do RS o montante de R\$ 44.616.125,00 e no ano de 2022, em decorrência da diminuição de escolas atendidas o valor repassado também diminuiu, passando para R\$38.580.965,00.

Em Santa Catarina no ano de 2021, 4.828 escolas foram atendidas com recursos do PDDE Básico, contabilizando todas as parcelas, e, no ano de 2022, este número aumentou para 4.864, apresentando um pequeno aumento no atendimento de escolas. Sendo que 295 municípios e 4.860 escolas receberam em 2022 os recursos referentes no PDDE Básico – 01 parcela, 292 municípios e 4.360 escolas referentes ao PDDE Básico – 02º parcela e 289 municípios e 3.317 escolas receberam recursos referentes ao PDDE Básico parcela complementar.

Em relação aos recursos repassados, em 2021 foram repassados para as escolas de SC o montante de R\$ 32.693.340,00 e no ano de 2022 o valor repassado diminuiu, passando para R\$31.680.270,00.

No Paraná no ano de 2021, 7.049 escolas foram atendidas com recursos do PDDE Básico, contabilizando todas as parcelas, e, no ano de 2022, este número aumentou para 7.073, apresentando um pequeno aumento no atendimento de escolas. Sendo que 400 municípios e 7.073 escolas receberam em 2022 os recursos referentes no PDDE Básico – 01 parcela, 399 municípios e 6.694 escolas referentes ao PDDE Básico – 02º parcela e 396 municípios e 5.032 escolas receberam recursos referentes ao PDDE Básico parcela complementar.

Em relação aos recursos repassados, em 2021 foram repassados para as escolas do PR o montante de R\$ 50.524.440,00 e no ano de 2022 o valor repassado diminuiu, passando para R\$47.781.320,00.

O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES), que é o índice que mede o desempenho da gestão do PDDE nos entes federados, com notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez)¹, na Região Sul, em 2021, de acordo com o Painel IdeGES 2018 a 2021, foi de 8,87, sendo a média nacional de 8,56, portanto a Região Sul está acima da média nacional. No RS a média do IdeGES de 8,83 em 2021, em SC a média do IdeGES foi de 8,70 e no PR a média do IdeGES foi de 9,0. Portanto dos três Estados o PR é o que possui a maior média do IdeGES.

Na Região Sul 17.413 escolas receberam recursos pela Unidade Executora (UEX) em 2021, como 6.181 UEX recebendo recursos do PDDE Básico no RS, 4.465 UEX receberam recursos do PDDE Básico em SC e no PR 6.767 UEX receberam recursos do PDDE Básico.

1 O cálculo do IDEGES é realizado com base em três indicadores: atualização cadastral, execução dos recursos e regularidade com a prestação de contas.

Além do PDDE Básico, temos os repasses realizados nos programas que integram as ações integradas que são ofertadas pelo Ministério da Educação (MEC), responsáveis pela definição dos critérios para adesão e do público a ser atendido em cada um dos programas. O FNDE é responsável pela execução destes programas.

As Ações Integradas utilizam duas contas para repasse dos recursos financeiros denominadas PDDE Estrutura e PDDE Qualidade. Os Programas seguem os moldes operacionais do PDDE Básico para transferências e gestão dos recursos.

As ações integradas foram se modificando no período de 2020-2022. Ao final de 2022 as ações integradas vigentes eram as representadas na Figura 1, porém nem todas com repasse de recursos no ano de 2022, como veremos na Tabela 2.

Figura 1 – Ações integradas



Fonte: Ilustração elaborada pelas autoras

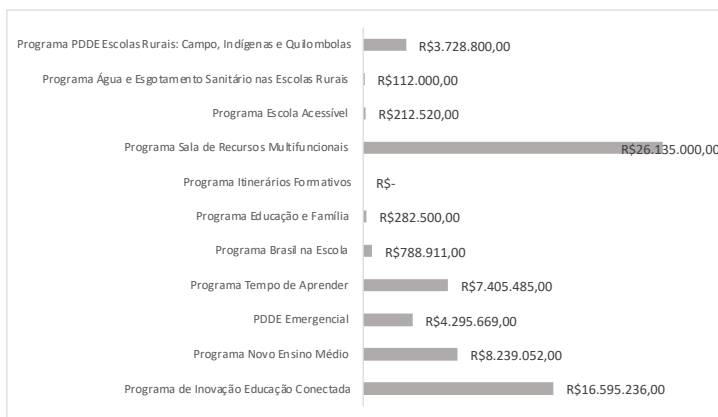
É importante ressaltar que embora as transferências e a gestão dos recursos repassados a essas contas sigam os

mesmos moldes operacionais do PDDE Básico, cada Programa Educacional possui finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias Resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos, visando a efetividade da execução dos programas no alcance da melhoria e da garantia de uma educação de qualidade a todos.

No ano de 2021, como podemos verificar no Gráfico 1, o Estado do RS recebeu recursos de 10 ações integradas, sendo o Programa Sala de Recursos Multifuncionais aquele repassou o maior montante de recursos, totalizando R\$ 26.135.000,00 e o Programa Água e Esgotamento Sanitário nas Escolas do Rurais, o que teve o menor repasse de recursos, totalizando R\$ 112.000,00.

O programa que atendeu o maior número de escolas em 2021 no RS foi o PDDE Emergencial com repasse para 5.978 escolas, o que representa 83,7% das escolas públicas do RS, seguido pelo programa Inovação educação Conectada com repasse para 5.495 escolas, o que representa 76,9% das escolas públicas do Estado. O programa com o menor número de escolas atendida foi água e esgotamento sanitário com repasse para apenas 04 escolas.

Gráfico 1 - Valores repassados das Ações integradas – RS – 2021.

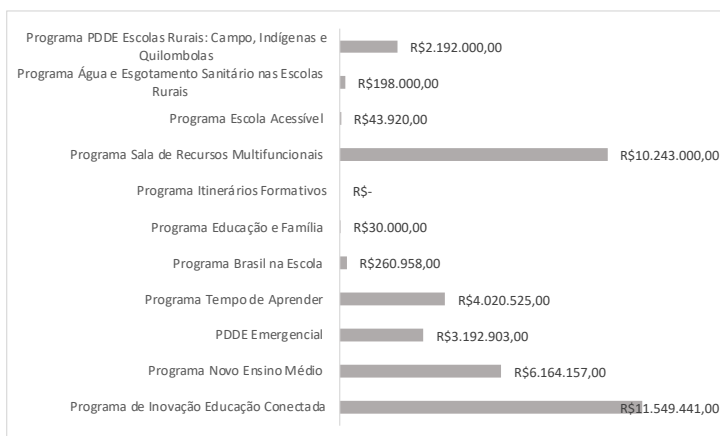


Fonte: Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022.

No Estado de SC, no ano de 2021, foram repassados pelo FNDE recursos de 10 ações integradas, sendo o Programa Educação Conectada aquele repassou o maior montante de recursos, totalizando R\$ 11.549.441,00 e o Programa Educação e Família o que teve o menor repasse de recursos, totalizando R\$ 30.000,00, conforme podemos ver no Gráfico 2.

O programa que atendeu o maior número de escolas em 2021 em SC foi o PDDE Emergencial com repasse para 4.276 escolas, o que representa 83,8% das escolas públicas de SC, seguido pelo programa Inovação Educação Conectada com repasse para 3.682 escolas, o que representa 72,1% das escolas públicas do Estado. O programa com o menor número de escolas atendida foi o Escola Acessível com repasse para apenas 04 escolas.

Gráfico 2 - Valores repassados das Ações integradas – SC – 2021.



Fonte: Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022.

No ano de 2021, como podemos verificar no Gráfico 3, o Estado do PR também recebeu recursos de 10 ações integradas, sendo o Programa Inovação Educação Conectada aquele que repassou o maior montante de recursos, totalizando R\$ 20.547.308,00 e o Programa Educação e Família, o que teve o menor repasse de recursos, totalizando R\$ 14.000,00.

O programa que atendeu o maior número de escolas em 2021 no PR foi o PDDE Emergencial com repasse para 6.666 escolas, o que representa 92,23% das escolas públicas do RS, seguido pelo programa Inovação Educação Conectada com repasse para 6.485 escolas, o que representa 89,7% das escolas públicas do Estado. O programa com o menor número de escolas atendida foi Escola Acessível com repasse para apenas 04 escolas.

Gráfico 3 - Valores repassados das Ações Integradas – PR – 2021.



Fonte: Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022.

Na Tabela 2 podemos identificar o valor repassado por programa e Estado no ano de 2022 na Região Sul. Devido ao período eleitoral para cargos federais que impossibilita o repasse de recurso por parte do Governo Federal, o valor repassado e o número de programas com repasse diminuíram em relação 2021.

De acordo com o Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022, o programa com maior valor de repasse para o RS foi o Programa Sala de Recursos Multifuncionais como repasse de R\$7.925.000,00 e o de menor repasse foi o Programa Tempo de Aprender com repasse de R\$147.870,00. No Estado de SC o programa com maior valor repassado foi Sala de Recursos Multifuncionais como repasse R\$ 4.117.000,00 e o de menor repasse o Tempo de Aprender com repasse de R\$ 50.670,00. O mesmo ocorreu no PR, onde o Pro-

grama Sala de Recursos Multifuncionais como repassou R\$5.832.000,00 e o Programa Tempo de Aprender com repasse de R\$60.060,00.

Tabela 02 - Valores repassados das Ações Integradas – Região Sul – 2021.

Ações Integradas	2022		
	RS	SC	PR
Programa Tempo de Aprender	R\$147.870,00	R\$ 50.670,00	R\$60.060,00
Programa Brasil na Escola	R\$532.400,00	R\$204.190,00	R\$145.710,00
Programa Itinerários Formativos	R\$758.736,00	R\$189.684,00	R\$173.425,00
Programa Sala de Recursos Multifuncionais	R\$7.925.000,00	R\$ 4.117.000,00	R\$5.832.000,00
Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas	R\$427.600,00	R\$146.200,00	R\$369.000,00

Fonte: Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022.

O programa que atendeu o maior nº de escolas em 2022, de acordo com os dados disponibilizados no Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022 pelo FNDE, na região Sul foi o Programa Sala de Recursos Multifuncionais com repasse para 354 escolas no RS, 195 em SC e 276 no PR, seguido pelo Programa Itinerários Formativos com repasse para 64 escolas no RS e 16 em SC. No PR o segundo programa que mais atendeu escolas foi Programa PDDE Escolas Rurais:

Campo, Indígenas e Quilombolas, com 29 escolas atendidas. O programa com o menor nº de escolas atendidas no RS e SC foi Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas com repasse para 32 escolas no RS e 13 em SC. No PR o programa com menor nº de escolas atendidas foram Programa Tempo de Aprender e Programa Brasil na Escola, com 09 escolas atendidas cada.

Desta forma apresentamos um panorama dos recursos repassados para a Região Sul do país e do nº de escolas atendidas para que possamos ter uma melhor compreensão da importância da atuação do CECAMPE-Sul nas formações continuadas. No próximo tópico iremos apresentar alguns dados das formações realizadas nos três Estados da Região Sul tendo como objetivo trabalhar com o PDDE Básico e as Ações Integradas já mencionadas.

Monitoramento da qualidade da assistência técnica aos Estados, Municípios e Escolas – alguns dados

Ao término das formações presenciais e a distância foram aplicados questionários com o objetivo de realizarmos uma avaliação sobre o processo de formação realizado. Estabelecemos como objetivo das formações a superação de obstáculos na execução dos programas trabalhados nos cursos no que diz respeito a compreensão dos programas, a operacionalização e a prestação de contas. Foram estabelecidos como indicadores da qualidade das formações:

- Adesão
- Desistência
- Reação dos cursistas
- Avaliação dos cursos

Apresentaremos agora os dados da avaliação imediata realizada após os cursos de formação e que dizem respeito ao eixo 1 da assistência técnica. Abaixo, explicitaremos três quadros que contemplam as regiões dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; seu número de escolas, capacitados e se representam a rede estadual ou municipal de educação.

Figura 2 - Escolas e capacitados no Paraná.

REGIÃO	ESCOLAS	CAPACITADOS	ESCOLAS MUNICIPAIS	ESCOLAS ESTADUAIS
Noroeste	534	7	3	2
Centro Ocid.	300	6	6	-
Norte Cent.	1212	21	17	3
Norte Pion.	500	10	1	9
Centro Orient.	524	15	5	9
Oeste	922	27	23	2
Sudoeste	486	9	3	6
Centro Sul	540	1	-	1
Sudeste	438	11	4	5
Metropolitana	1869	36	17	17
	7325	143	79	54

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

Figura 3 - Escolas e capacitados em Santa Catarina.

REGIÃO	ESCOLAS	CAPACITADOS	ESCOLAS MUNICIPAIS	ESCOLAS ESTADUAIS
Sul	839	8	5	3
Grand. Florianópolis	575	7	3	3
Norte	838	12	8	4
Oeste	1181	23	8	10
Serra	484	10	4	3
Vale do Itajaí	1204	16	11	3
	5121	76	39	26

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

Figura 4 - Escolas e capacitados no Rio Grande do Sul

Região	Escolas	Capacitados	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Noroeste	1901	51	22	26
Nordeste	663	18	13	4
Centro Oc.	389	4	4	-
Centro Or.	740	11	8	2
Metropolitana	2365	90	65	18
Sudoeste	526	27	8	13
Sudeste	602	8	3	4
	7226	209	123	67

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

A análise dos quadros acima possibilita identificar o quanto o “braço do CECAMPE-Sul” se estendeu e alcançou nos três Estados sulistas.

Neste momento, cabe destacar que, a partir da organização deste quadro, torna-se evidente que a rede

municipal de ensino na Região Sul foi aquela com maior número de escolas capacitadas, 241 instituições. O maior número de concluintes encontra-se na Região Metropolitana de Curitiba (PR) e de Porto Alegre (RS), mas para o Estado de Santa Catarina esse cenário é diferente e o maior número de atores capacitados encontra-se na Região Oeste do Estado. Percebe-se que o Estado com o maior número de concluintes foi o Rio Grande do Sul, sede do CECAMPE-Sul, mas também o maior em extensão territorial e número de municípios.

Importante ressaltar que a difusão dos conhecimentos presentes nos cursos ofertados pelo CECAMPE-Sul não são mensuráveis apenas por esses números, afinal, os conhecimentos adquiridos pelos presentes, na grande maioria, são multiplicados para os agentes envolvidos no processo de gestão do PDDE Básico e de suas Ações Integradas.

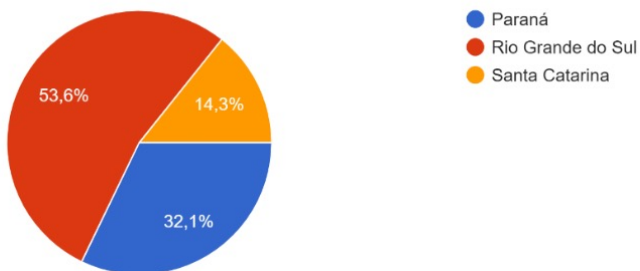
Os agentes podem, a partir de seus conhecimentos derivados das formações, compartilhar seus saberes com seus pares nas instituições de ensino e, desse modo, formar uma rede de saberes sobre o PDDE e sua operacionalização e execução que fogem dos “olhares” do CECAMPE-Sul.

A seguir alguns trazemos aqui, alguns dados sobre as formações realizadas à distância pelo Moodle da UFRGS.

Cursos à distância PDDE Básico e Ações Integradas

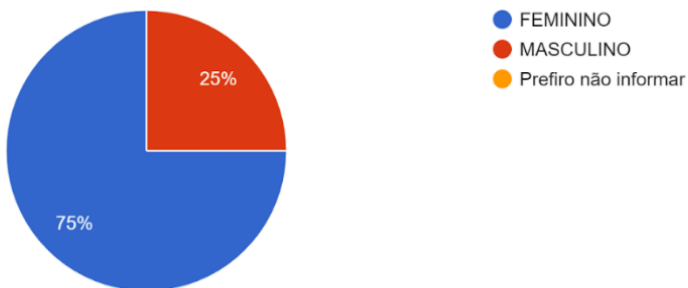
Nos cursos à distância foram aplicados 230 questionários, com 26 perguntas e obtivemos 28 respostas. Conforme podemos identificar no gráfico 01, 53,6% dos cursistas eram do Estado do RS, 32,1% do Paraná e 14,3% de SC.

Gráfico 4 - Sobre o Estado dos cursistas.



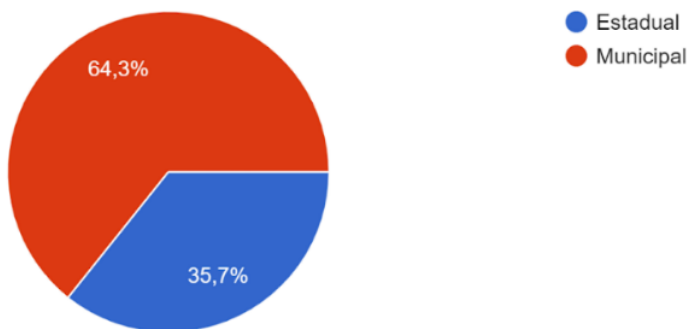
No Gráfico 5 podemos identificar que o percentual feminino de cursistas é significativamente maior que o masculino, representando 75%.

Gráfico 5 – N° de cursistas por sexo.



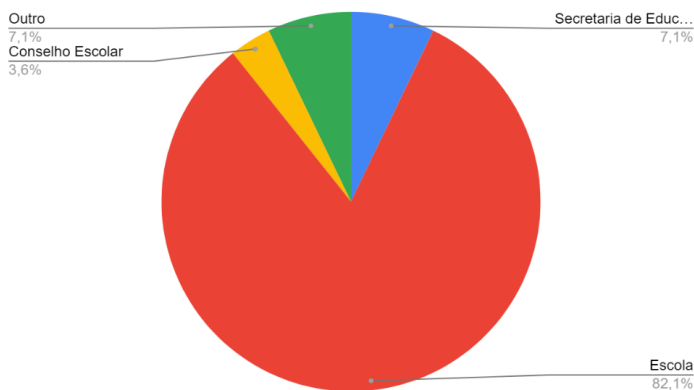
Sobre a rede de atuação, 64,3% eram da rede municipal e 35,7% da rede estadual.

Gráfico 6 – Rede de atuação dos inscritos.



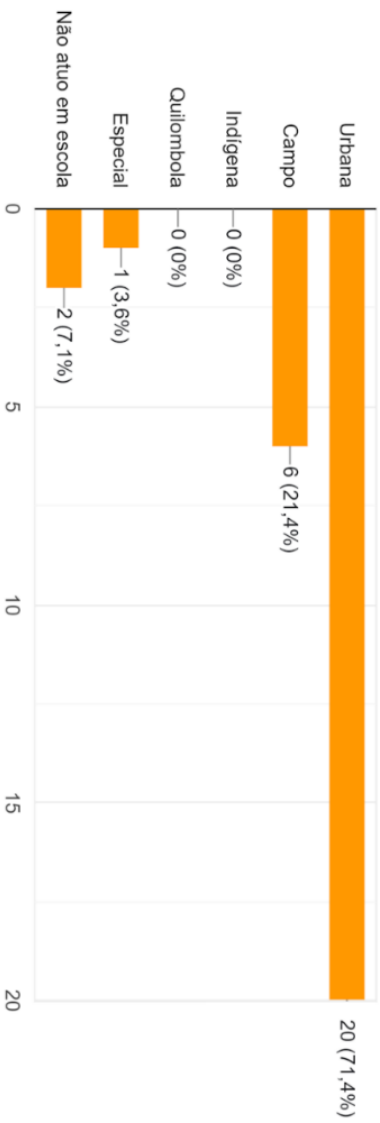
No Gráfico 7, é possível identificar que 82,1% dos cursistas representavam uma escola, 7,1% secretarias de educação e 3,6% conselho escolar.

Gráfico 7 – Cursistas por instituições públicas que representam.



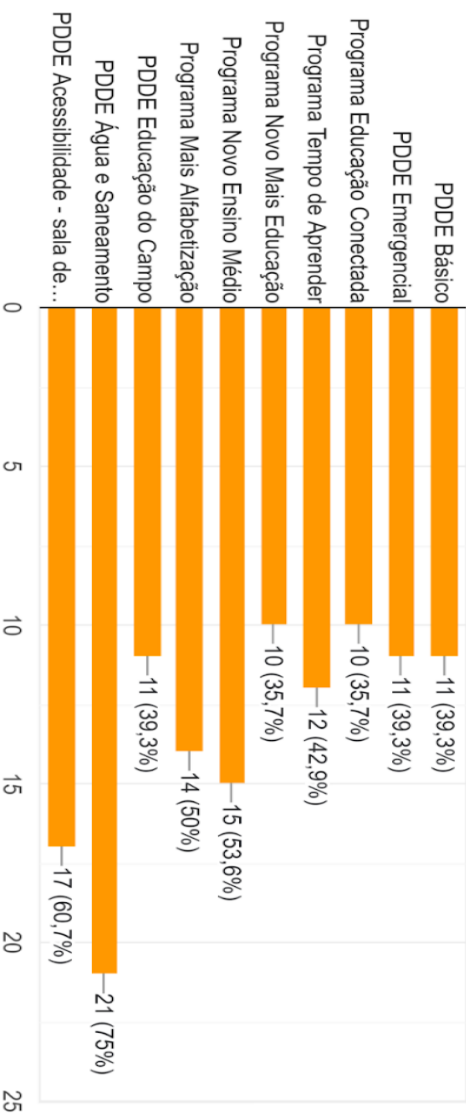
Sobre a tipologia das escolas que os cursistas trabalham, 71,4% informaram ser urbana e 21,4% escolas do campo e 3,6% escolas de educação especial.

Gráfico 8 – Cursistas por tipologia da escola.



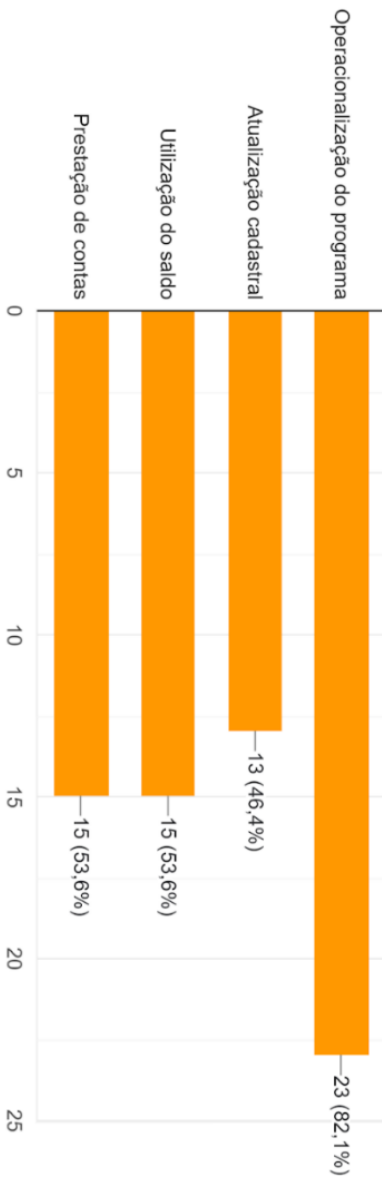
Para identificar a relevância do curso no que diz respeito ao conhecimento adquirido pelos cursistas, perguntamos sobre quais os programas trabalhados no curso os cursistas passaram a conhecer após a realização do mesmo. Das 28 respostas obtidas, 75% respondeu que foi o programa PDDE Água e esgotamento sanitário, 60,7% PDDE Acessibilidade- sala de recursos, 53,6% responderam que foi o programa Novo Ensino Médio, 50% o programa mais Alfabetização, 42,9% o programa Tempo de Aprender, 39,3% responderam o PDDE Básico e o PDDE Emergencial e 35,7% o programa Educação Conectada o Novo Mais Educação, conforme podemos identificar no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Programas que os cursistas passaram a conhecer após a realização do curso.



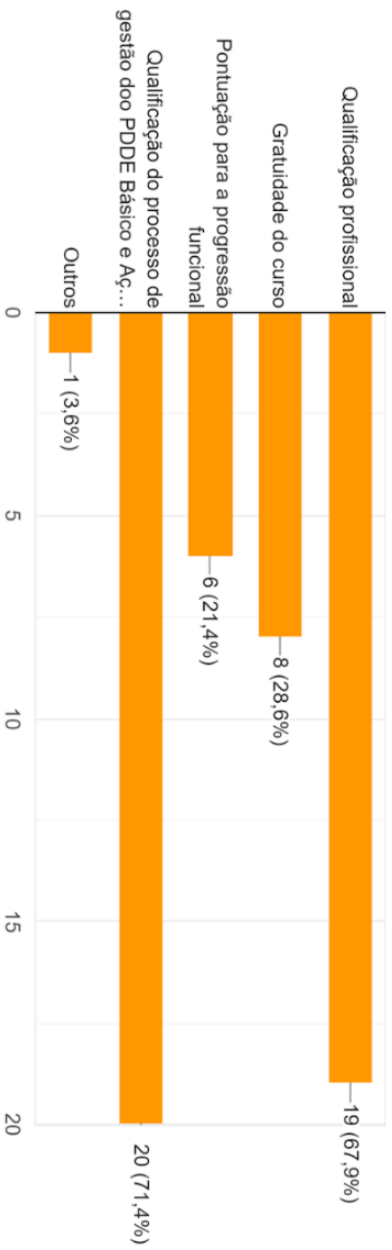
No gráfico 10 identificamos os aspectos que o Curso contribuiu para a gestão do PDDE. Dos respondentes, 82,1% informaram que foi na operacionalização do programa, 53,6% na utilização do saldo e na prestação de contas e 46,4% na atualização cadastral.

Gráfico 10 – Aspectos o Curso contribuiu para a melhoria na gestão do PDDE.



Referente a motivação para a realização do curso, conforme Gráfico 11, podemos ver que 71,45 identificaram qualificação do processo de gestão do PDDE, 67,9% a qualificação profissional e 28,6% a gratuidade do curso.

Gráfico 11 - Motivo(s) para realização do Curso



Curso presencial PDDE Básico e Ações Integradas

Para os cursos presenciais tivemos um total de 999 inscritos e 785 presentes. A participação maior se deu no PR, onde tivemos 392 presentes e a menor em SC com 72 presentes.

Foram aplicados 785 questionários nos cursos presenciais que foram ofertados em 09 polos como já mencionado. Destes questionários aplicados obtivemos 407 respostas, como podemos verificar na Tabela 02. Dos 407 que responderam 20,20% tinham vínculo com as redes estaduais e 79,80% com as redes municipais. Os polos com maior participação em relação ao nº de inscritos e o nº de presentes foram; Cascavel, Maringá e Passo Fundo. O estado com maior participação em relação ao nº de inscritos e os presentes foi o estado do PR com 83,58% de participação e a menor participação foi no estado de SC com 72,92% de participação.

Tabela 3 – N° de inscritos e presentes por polo.

ESTADO	POLOS	PDDE BÁSICO E AÇÕES INTEGRADAS		
		Inscritos	Presentes	Percentual de participação
RS	Porto Alegre (1)	111	80	72,07
	Porto Alegre (2)	65	43	66,15
	Passo Fundo	109	84	77,06
PR	Uruguaiana	138	114	82,61
	Curitiba	123	88	71,54
	Cascavel	220	195	88,64
	Maringá	126	109	86,51
SC	Florianópolis	59	37	62,71
	Chapecó	48	35	72,92

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-SUL - 2022).

Em relação a unidade executora responsável pelo recebimento dos recursos do PDDE, 69,90% dos respondentes informaram que os recursos são recebidos pelo Conselho de Pais e Mestres (CPM), 9,70% não recebem recursos e apenas 3,20% pelo Conselho Escolar. Esta informação é relevante, pois evidencia que o Conselho Escolar, que deveria ser um espaço de gestão democrática atuante nas escolas, representa uma pequena parcela das UEX que recebem estes recursos. No próximo tópico neste artigo iremos aprofundar esta questão.

Tabela 4 – Entidade responsável pelo recebimento dos recursos.

ENTIDADES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	%
CONSELHO DE PAIS DE MESTRES	151	69,90%
CONSELHO ESCOLAR	7	3,23%
CONSÓRCIO	2	0,92%
PREFEITURA	5	2,31%
NÃO RECEBO OS RECURSOS DO PDDE	21	9,70%
OUTROS	30	13,86%

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-SUL - 2022).

Sobre a adesão e recebimento de recursos dos programas PDDE Básico e Ações Integradas, 55,28% informa que receberam recursos do PDDE Básico, 50,61% receberam recursos do programa Educação Conectada, 50,12% do programa PDDE Emergencial e 33,90% do programa PDDE Tempo de Aprender.

Tabela 5 – Programas que escola ou a entidade executora já aderiram e receberam recursos.

RECURSOS	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	%
PDDE Básico	225	55,28%
Programa Educação Conectada	206	50,61%
PDDE Emergencial	204	50,12%
Programa Tempo de Aprender	138	33,90%
PDDE Acessibilidade - Sala de Recursos	97	23,83%
PDDE Educação do Campo	22	5,40%
Programa Novo Ensino Médio	14	3,43%
PDDE Água e Saneamento	13	3,19%
Programa Mais Alfabetização	6	1,47%
Programa Novo Mais Educação	5	1,22%

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

Sobre quais os aspectos que o curso ofertado mais contribuiu para a melhoria da gestão do PDDE Básico e de suas Ações Integradas, 47,67% informaram que foi para operacionalização dos programas, 37,59% na prestação de contas e 28,01% na utilização do saldo remanescente nas contas bancárias. Nas formações realizadas isto ficou muito evidenciado, o grande nó no processo de gestão do PDDE Básico e das Ações Integradas se encontra na operacionalização dos programas e na prestação de contas. Muitos dos presentes relataram dificuldades na relação com o Banco do Brasil, responsável pelas contas destes programas, na apresentação de notas fiscais para comprovação dos gastos e no conhecimento de onde os recursos de cada um dos programas poderiam ser utilizados.

Tabela 6 – Aspectos que o curso contribuiu para a melhora na gestão do PDDE.

FORMAÇÃO PARA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	%
Operacionalização dos programas	194	47,67
Prestação de contas	153	37,59
Utilização do saldo	114	28,01
Atualização cadastral	100	24,57

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

Ao perguntarmos sobre qual os programas os agentes envolvidos no processo de gestão dos programas trabalhados passaram a ter conhecimento após as formações, 25,06% responderam que foi o PDDE Água e Saneamento, 20,63% PDDE Educação do campo, 20,39% PDDE Acessibilidade Salas de Recursos e 15,47% o programa Tempo de Aprender. Isto evidencia importância destas formações para que os responsáveis pela gestão destes programas passem a ter conhecimento de todas as ações integradas, dos procedimentos necessários para adesão, operacionalização e prestação de contas dos mesmos.

Tabela 7 – Programas conhecidos a partir do Curso de Formação.

RECURSO	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	%
PDDE Água e Saneamento	102	25,06%
PDDE Educação do Campo	84	20,63%
PDDE Acessibilidade - Sala de Recursos	83	20,39%
Programa Tempo de Aprender	63	15,47%
Programa Novo Ensino Médio	62	15,23%
PDDE Básico	61	14,98%
Programa Educação Conectada	54	13,26%
PDDE Emergencial	46	11,30%
Programa Mais Alfabetização	14	3,47%
Programa Novo Mais Educação	10	2,45%

Fonte: (Avaliação do Curso de Formação Presencial PDDE Básico e Ações Integradas - CECAMPE-Sul - 2022).

Algumas constatações

Outro fator importante que destacamos diz respeito a gestão democrática. Ao longo das formações presenciais e dos webinários, em debate com os cursistas, tomamos conhecimento que a maioria dos municípios tem CE – Conselhos Escolares e CPM – Conselhos de Pais e Mestres, conselhos de pais e professores, e a administração das verbas, as decisões, não passam pelos conselhos escolares, que acabam por ter um papel subalterno e sem a importância devida de sua função. Ao longo das formações fomos questionando sobre o papel dos conselhos escolares, órgão importante da gestão democrática e que congrega os quatro segmentos da escola, pais, professores, alunos e demais funcionários da escola.

Todavia, durante as formações, fomos realizando um levantamento da razão pela qual os conselhos não participavam da vida ativa das escolas, fomos surpreendidos que alguns gestores ficavam incrédulos com a pergunta, ou seja, os Conselhos Escolares que deveriam ter um papel central, acabavam por nada realizar, tampouco participar das decisões sobre verbas, encaminhamentos, projeto político pedagógico, dentre outras das suas funções.

Em uma gestão educacional democrática o Conselho Escolar deve ser um dos pilares da gestão participativa. A Gestão Democrática é aquela que envolve todos os segmentos no planejamento e na vida escolar. Transita da avaliação ao repensar sobre os rumos da escola. Deveria ser uma gestão em que todos opinam, todas as partes envolvidas falem, deem seu ponto de vista, participem e todos constroem, com voz ativa da comunidade escolar. A Gestão educacional democrática é aquela em que os pais, alunos, professores e fun-

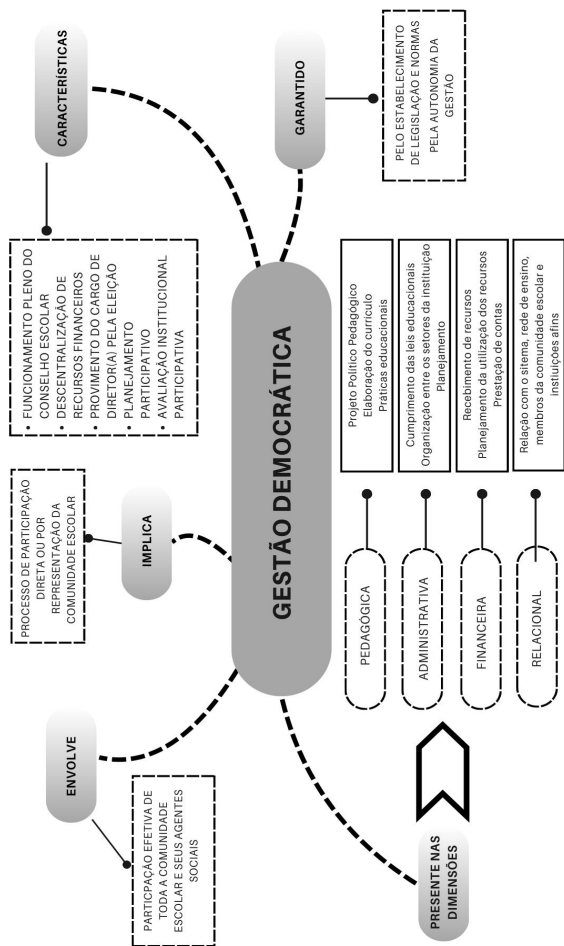
cionários de uma escola participam das decisões importantes que norteiam o andamento da instituição.

Reiteramos nesta escrita, que ao longo das formações realizadas fomos nos dando conta que as bases da gestão educacional democrática estão ruindo, necessitam de investimentos, e estes, passam por incluir o debate na agenda educacional. A Gestão Democrática não pode ser apenas retórica de narrativa. O diálogo permanente com todos os segmentos envolvidos no processo para planejar os rumos da escola, as questões de Infraestrutura, de trabalho, visando o enriquecimento pedagógico, objetivando encaminhamentos e ações compartilhadas.

A gestão democrática escolar tem sido uma incógnita que nos inquieta e que nos desafia a pensá-la e discuti-la permanentemente. A partir do que ARENDT (2009) nos convida e instiga a refletir, podemos nos questionar: a escola é um espaço público? A educação é um direito que todos devem ter? O político deve ter um sentido básico para a existência da escola? Participação e democracia são noções que fazem algum sentido para o espaço público da escola? E por último, o poder petrifica a escola impedindo que esta articule diferentes formas de organização? A escola é um lugar de reprodução cultural e por onde passam diferentes pontos de vista e, este, é o nosso desafio, pensar uma escola plural, participativa, para isso convidativa, aberta a novas possibilidades (BAIRROS e BATISTA, 2016, p. 2).

Retomar os conceitos de uma gestão democrática é incluir na agenda educacional o exercício cotidiano e necessário para uma gestão plural, inclusiva, participativa e com ampliação dos processos decisórios.

Figura 2 – Gestão Democrática.



Fonte: Ilustração elaborada pelas Autoras.

A Constituição Federal de 1988, incluiu a gestão democrática em seu Art. 206, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 no Art. 3º, inciso VIII: gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Esta lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional define que os sistemas terão leis específicas no âmbito de cada sistema.

Durante as formações evidenciou-se que alguns municípios ainda não têm leis específicas que normatizem seus instrumentos e mecanismos de gestão democrática: lei de conselhos escolares, projeto político pedagógico, eleição de diretores, grêmios estudantis. Chamou-nos a atenção que estes princípios inscritos na carta magna do país encontram-se esquecidos.

A gestão educacional democrática não é fácil, mas é no exercício cotidiano que se aprende democracia, que se faz um país democrático. Romper com as amarras autoritárias e ditatoriais segue sendo o desafio de todos os gestores municipais, estaduais e escolares.

Considerações finais

Foi possível identificar a necessidade permanente de formações referentes aos programas PDDE Básico e as Ações Integradas, pois a rotatividade dos gestores e alterações constantes nas normas, resoluções e critérios de participação nos programas é recorrente. Destacamos a seguir os principais fatores trabalhados nas formações que foram destacados pelos participantes:

- Necessidade de formação constante na área de prestação de contas e operacionalização do PDDE Básico
- Utilização do saldo remanescente principalmente nas Entidades Executoras (EEX)
- Importância da Constituição da Unidade executora (UEX) e como constituí-la
- Conhecimento das Ações Integradas
- Compreensão dos critérios para receber recursos das Ações Integradas
- Formação de gestores de escolas indígenas, do campo e quilombolas

Porém também tivemos algumas dificuldades neste processo. Após a realização dos cursos identificamos que a ausência de auxílio por grande parte dos Municípios e Estados para o deslocamento dos gestores e professores para a realização dos cursos de formação *in loco* foi uma das grandes dificuldades que encontramos, pois, muitos não se inscreveram por não possuírem recursos para o deslocamento e permanência no local. E não receberam auxílio da secretária de educação municipal ou estadual. Destacamos que os polos foram estabelecidos respeitando a recomendação do FNDE de estabelecer polos no qual os inscritos pudessem ir e retornar ao seu município de origem no mesmo dia.

Outra dificuldade enfrentada foi a comunicação com as escolas e secretarias de educação, com grande número de e-mails retornando e contatos telefônicos sem sucesso. O CECAMPE-Sul realizou divulgação pelas redes sociais, e-mails, contato telefônico e WhatsApp. Além disto, a divulgação ocorreu por meio de parcerias com as UNDIMES,

secretarias de educação sediadas nos polos de realização dos cursos e universidades parceiras que disponibilizaram espaço e equipamentos para a realização dos encontros.

Portanto, a lista de contatos desatualizados, recorrentes de problemas nos cadastros que Estados, Municípios e Escolas realizam nos sistemas do FNDE, e a distância dos polos presenciais; pois muitas escolas que gostariam de participar e não participaram pela dificuldade de locomoção devido à distância do polo e ausência de ajuda de custo da mantenedora.

Para finalizar gostaríamos de reforçar a importância da formação continuada para professores e gestores principalmente em políticas públicas educacionais que necessitam de constante atualização por parte dos envolvidos no processo de gestão destes programas. A rotativa de gestores responsáveis pelos programas também reforça a importância da atuação dos CECAMPE's, em especial na região Sul onde atuamos.

Entendemos que as formações realizadas atingiram seu objetivo de possibilitar maior compreensão destes programas no que diz respeito a sua operacionalização, prestação de contas e oportunizar que muitos passem a conhecer programas que não tinham acesso e que suas escolas podem aderir.

Foram momentos importantes de trocas entre os professores, gestores e formadores, onde foi possível realizar um debate importante para a qualificação da gestão de programas que destinam recursos públicos para as escolas públicas e de reforçar a importância da gestão democrática neste processo.

Referências

BAIROS, M.; BATISTA, N. C. **Artigo produzido para o Curso de Extensão Gestão Democrática: da avaliação ao planejamento nas escolas estaduais do RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

FNDE. **Relatório dinâmico de execução do PDDE Básico e das Ações Integradas - 2019 a 2022**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmY5MzIwZmI-tOWE2Yy00OTI1LTliNGQtNmQ4NTNkZDkyZjRkIi-widCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05N-WIzLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9&pageName=ReportSectioncaea4fa26c0e4c908aa7>.

FNDE. **Painel IdeGEs 2018 a 2021**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDNmNTg-2NzItNDdmNy00MjBkLTkwOGQtM2JjOTRkM-TBkYzBmIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWl3LTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9&pageName=ReportSection69c8bfd662be29d9600d>.

MACHADO, M. G. F. (Coord.); BATISTA, N. C.; FARENZENA, N.; MARCHAND, P.; LUCE, M. B. (Orgs.). **4º relatório de andamento CECAMPE-SUL**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/wp-content/uploads/2023/01/4-Relatorio-Cecampe-Sul.pdf>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PDDE NA REGIÃO SUL

Nalú Farenzena
Neusa Chaves Batista

Nestas considerações finais gostaríamos de ressaltar que o objetivo central deste livro foi o de publicizar o trabalho realizado por pesquisadoras e pesquisadores do CECAMPE-Sul, frente ao desafio de monitorar ações do PDDE na Região Sul, bem como refletir sobre as formações realizadas junto aos atores da política.

Entendemos, nessa obra, que uma das primeiras dificuldades com a qual se defronta a análise das políticas públicas é o caráter polissêmico do termo “política”. É preciso salientar que este termo cobre, simultaneamente, três dimensões da política: a esfera da política (polity) que faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entres os dois variar segundo os lugares e as épocas; a atividade política (politics) que designa a ação política em geral, a competição pela obtenção de cargos públicos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização social e, finalmente, a esfera da ação pública (policies), que designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos (MULLER e SUREL, 2002).

As análises realizadas neste livro estão situadas na dimensão da ação pública (policy). Contudo, entendendo que as três dimensões não são estanques, pelo contrário, é mister ter conta que a ação pública que deu origem ao PDDE guarda relação estreita com a esfera política (polity) e a atividade política (politics). Um exemplo da dimensão da polity é que o PDDE é um programa de assistência financeira da União à Educação Básica e as atribuições da União, dos Governos Subnacionais e das Escolas no seu âmbito estão circunscritas ao marco político-administrativo do federalismo na Educação, no qual autonomia e interdependência das esferas de governo são conjugadas. Na dimensão da politics, o PDDE envolve relações políticas entre esferas de governo, entre setores do Ministério da Educação, entre instâncias administrativas da Educação e as Escolas e entre atores das Comunidades Escolares. De diversos modos, as diferentes dimensões da política são mobilizadas nos capítulos que compõem este livro, o que evidencia que o PDDE é descrito e analisado como política pública.

As análises das ações do Programa Dinheiro Direto na Escola possibilitaram às pesquisadoras e pesquisadores incluir recomendações para o aprimoramento da política, as quais sintetizamos neste espaço de considerações finais. Elas envolvem ações de assistência técnica (formação ou outras intervenções) e de monitoramento.

RECOMENDAÇÕES:

Assistência Técnica do CECAMPE-Sul

Realizar busca ativa das Escolas identificadas em funcionamento nos microdados que estejam alijadas do Programa PDDE (sem repasse e sem saldo), seja por

meio de sua EEx, ou, ainda melhor, propondo a criação e adesão por meio de UEx; realizar busca ativa das Escolas identificadas em funcionamento nos microdados, porém sem UEx ou adesão por EEx, sem repasse e sem saldo, mas encontradas de alguma forma através de adesão em anos anteriores; prestar assistência técnica em caráter prioritário a Escolas que ainda estejam aderindo por meio de sua EEx para que criem suas Unidades Executoras, por ser mais eficaz para o Programa como um todo e, sobretudo, para a própria Escola; realizar busca ativa das Escolas com UEx que não tenham feito adesão ou não tiveram repasse nos últimos anos; incentivar a adesão de Escolas com UEx para que o façam por meio do seu CNPJ, e não através da sua EEx, justamente pelos valores auferidos por aluno e global; realizar busca ativa de saldos em UEx de escolas em situação paralisada ou extinta, pelas suas Entidades Executoras, bem como saldos remanescentes em CNPJ não correlacionados com nenhuma UEx nos últimos cinco anos; realizar busca ativa de saldos encontrados na base FNDE em 2021 cujos CNPJ não foram localizados entre os anos de 2017 e 2021; acessar especificamente as unidades cujos escores no IdeGES são baixos e que, em articulação, indicam níveis inferiores de eficácia para os itens relacionados aos “problemas de execução do PDDE”; implementar ações específicas de pesquisa e formação, de modo a ampliar as possibilidades de compreensão das práticas in loco e de variáveis que incidem sobre elas, visando ações educativas para professoras/professores e diretoras/diretores que acumulam a administração do Programa entre suas atribuições; dar ênfase, nas formações, às possibilidades do uso do Cartão, para incentivar as gestores e gestores a usar o Cartão

PDDE como principal forma de pagamento, visto que isso aumenta a rastreabilidade dos gastos e dá segurança na movimentação dos recursos.

RECOMENDAÇÕES:

Monitoramento do CECAMPE-Sul

Realizar análise mais aprofundada do conjunto das Escolas em localização diferenciada bem como Escolas que aderem por meio de consórcios; levar em conta quatro eixos na análise dos problemas na execução do PDDE: questões de ordem administrativa relativas às normas do PDDE, a saber: a) dispositivos de divulgação de informações relativas à gestão dos recursos; b) participação de membros das comunidades escolares em dinâmicas de controle social; c) procedimentos associados à rotina escolar; d) limitações sócio-administrativas locais. Estes eixos podem ser ponderados segundo diferenciações de porte escolar, instância administrativa, localização diferenciada e unidade federativa, pois são marcadores influentes na configuração do trabalho nas Escolas e, por conseguinte, da gestão e da relação com os procedimentos e princípios previstos pelo Programa; realizar estudo dos casos das UEx em que se mantém o registro de situação OPC “Não Aprovada”, tanto das que voltaram a receber recursos do PDDE Básico, como daquelas que estão há mais de 4 anos sem acesso aos mesmos. Esta questão se refere especialmente àquelas cujas pendências estejam registradas há mais de 5 anos; produzir novo Guia de Prestação de Contas do PDDE, ou aperfeiçoar o já existente tendo em vista colaborar para a superação de dificuldades encontradas em orientações do FNDE, uma vez que 91,4% dos respondentes à enquete realizada no âmbito do CECAMPE-Sul

informaram que a Escola/UEX realiza consultas na página do FNDE para acessar informações e orientações sobre a prestação de contas dos recursos recebidos do PDDE.

Ampliar o monitoramento do uso do cartão e, além dos dois indicadores já existentes – sobre a retirada ou não dos cartões pelas Escolas –, sejam incluídos os seguintes: nº ou porcentagem da retirada do cartão; nº ou porcentagem das motivações das escolas que não retiraram o cartão; nº ou porcentagem dos motivos pelos quais as escolas não usam o Cartão PDDE, embora o tenham retirado da agência; nº ou porcentagem das maiores dificuldades no uso do cartão PDDE; nº ou porcentagem dos usos mais frequentes do Cartão PDDE (cartão, transferência ou pix, cheque, saque etc.); nº ou porcentagem com avaliação do uso do gerenciador financeiro; nº ou porcentagem sobre a qualidade do atendimento na agência bancária; nº ou porcentagem do download do material de informação disponibilizado no site do FNDE sobre o uso do cartão; avaliação sobre a qualidade e clareza do material de informação disponibilizado no site do FNDE sobre o uso do cartão; nº ou porcentagem da participação dos gestores escolares nas formações presenciais ou remotas, oferecidas pelo CECAMPE-Sul e FNDE; avaliação sobre a qualidade e clareza do material disponibilizado nas formações oferecidas pelo CECAMPE-Sul e FNDE; nº ou porcentagem de reuniões ou encontros realizados pelos integrantes da UEx.

Definir novos indicadores qualitativos que monitorem a densidade das seguintes relações ligadas ao uso do Cartão PDDE: UEx e fornecedores; UEx e comunidade escolar; participação dos integrantes da UEx nos processos de gestão e planejamento.

RECOMENDAÇÕES:

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Assistência Técnica, Intervenção e Formação)

Publicizar informações sobre o decréscimo nos valores reais das transferências, bem como dos valores por aluno, a fim de sensibilizar os responsáveis pela elaboração do Orçamento Federal para a necessidade de alocar mais recursos para o PDDE, sem o qual a política fica impossibilitada de cumprir seus objetivos.

Propõe-se, ainda que: o IdeGES foque menos no desempenho e mais no cumprimento dos objetivos do PDDE, que contemplem quadros mais amplos da realidade das comunidades escolares; a política PDDE seja avaliada como processo, e que a sua formulação seja considerada instância que exerce influência no desempenho e performance na gestão dos recursos do Programa pelas UEx das Escolas Públicas; a redistribuição dos saldos de recursos financeiros que retornam das escolas públicas que não o utilizaram sejam redistribuídos para as escolas com as menores notas de IdeGES; a elaboração de novos indicadores para compor o IdeGES, os quais possam contemplar o “desempenho” na gestão do PDDE pelas UEx em contextos escolares diversos; ampliar as informações disponíveis no PDDE Info, com a inclusão daquelas relativas à localização, se em Zona Urbana ou Rural, assim como se a Escola fica em território diferenciado. O PDDE Info também poderia registrar se houve interrupção de funcionamento ou extinção; avaliar a instituição de uma data de corte para a emissão de relatórios da situação da prestação de contas das UEx, permitindo assim uma avaliação anual da situação; disponibilizar materiais que apresentem elementos pré-textuais, evidenciando,

pelo menos, a sua autoria, data de elaboração e vigência; dar acesso a materiais referentes a orientações, guias e manuais centralizados em uma única aba, botão, link ou qualquer dispositivo, não estando dispersos em diferentes ambientes; organizar os materiais publicizados em categorias que permitam identificar os que estejam vigentes, que sejam atuais, e aqueles que estejam total ou parcialmente superados, mas que venham a se manter disponíveis; disponibilizar o Cartão PDDE para as contas das Ações Integradas, conforme previsto na Resolução FNDE/CD nº 15/2021; viabilizar que todas as contas possam utilizar os recursos de transferências bancárias e pix; dar continuidade a ações que promovam esclarecimentos sobre o uso do Cartão PDDE para além do PDDE Básico, ampliando seu uso para as demais ações do Programa (Ações Integradas) com a promoção de capacitações, uso de manuais e guias e comunicados que sejam de conhecimento de um maior número de usuários do PDDE, a fim de instituir novas práticas em relação ao bom uso do Cartão PDDE para o pagamento dos fornecedores e serviços; planejar webinários que, em seu conteúdo, contemplem as especificidades regionais; disponibilizar formulários de inscrição para os webinários que ofereçam mais informações dos participantes no que diz respeito ao perfil e às suas dúvidas; realizar capacitação continuada dos agentes que prestam atendimento ao 0800; repensar o “caminho” traçado no atendimento eletrônico, a fim de maior simplificação; disponibilizar, aos CECAMPE’s, documentação para análise referente ao canal de atendimento via e-mail.

Para concluir, frente ao exposto, entendemos que a implementação do PDDE na Região Sul, ainda que se destaque por suas notas no IdeGES entre médio, alto e muito alto, necessita análises com maior ênfase nas escolas deno-

minadas, pelo grupo de pesquisadoras(es) do CECAMPE-Sul, de Escolas em localização diferenciada, as quais obtiveram as notas mais baixas no IdeGES: Escolas em Terras Indígenas, Escolas em Áreas de Assentamentos, Escolas em Áreas Remanescentes de Quilombos. Tais análises repercutirão na Assistência Técnica/formação para essas Escolas considerando as suas especificidades e necessidades reais.

Ademais, o grupo de pesquisadoras(es) do CECAMPE-Sul desvelou, nesta obra, outras variáveis que podem ter influência nos resultados da implementação do PDDE nas Escolas Públicas e que necessitam de uma análise mais apurada que se utilize de coleta de dados que possa esclarecer a real situação de funcionamento de tais escolas, a exemplo: Escolas paralisadas com UEx e Escolas extintas com UEx e recebendo repasses do FNDE.

Resta ainda, salientar a aprendizagem do grupo de pesquisadoras e pesquisadores do CECAMPE-Sul ao atuar nas análises e formações sobre o PDDE. Foram dois anos de trabalho em equipe e parte do resultado deste trabalho foi contemplado nas descrições e análises dos capítulos deste livro.

Referências

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise das políticas públicas**. Pelotas, EDUCAT, 2002.

FNDE/CD. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – DDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-15-de-16-de-setembro-de-2021/view>.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alana dos Reis Lima

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Educadora Assistente na Educação Infantil na rede privada de Porto Alegre. Realizou o Estágio curricular em Gestão Educacional no CECAMPE-Sul no semestre 2022/2.

Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/9459154249217677>

E-mail: alanadosreis.lima99@gmail.com

Andréa Barbosa Gouveia

Doutora e Mestre em Educação pela USP. Professora da Universidade Federal do Paraná, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi presidente da Anped entre 2015 e 2019. Na segunda edição do CECAMPE-Sul (2023-2027), coordena as atividades de assistência técnica no Paraná.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5282311026967237>

E-mail: andreabg@ufpr.br

Cláudia Severo

Mestra em Educação pela UFRGS, Bacharela em História pela Fundação Universidade de Rio Grande, pesquisadora e atuou no eixo Assistência Técnica do CECAMPE-Sul.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5286059197993155>

E-mail: claudiasevero@live.com

Cristiane Regina Dourado Compagnoni

Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação. Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvador/BA. Atuou nos eixos de Assistência Técnica e Monitoramento do CECAMPE-Sul 2021-2022.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1865596660614108>

E-mail: dourado.cris@gmail.com

Denise Lindstrom Bandeira

Mestre e Doutora em Administração pela UFRGS. Professora aposentada da UFRGS, onde atuou na Escola de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Administração. Pesquisadora do CECAMPE-Sul, tendo coordenado o grupo de Banco de Dados na edição 2021-2022.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1688540976803513>

E-mail: deniselbandeira@gmail.com

Iana Gomes de Lima

Professora Adjunta da FACED/UFRGS e professora colaboradora do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Univille, atuando na linha de pesquisa Políticas e Práticas Educativas. Doutora em Educação pelo PPPGEDU/UFRGS. Coordenadora da Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente no Brasil (Rede Estrado Brasil). Atua no monitoramento do CECAMPE-Sul.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0766604333051457>

E-mail: ianagomesdelima@gmail.com

Lisiane Priscila Roldão Selau

Professora Associada no Departamento de Estatística da UFRGS, Doutora em Administração - Sistema de Informação e Apoio à Decisão, Pesquisadora do CECAMPE-Sul no Monitoramento do PDDE.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7204514402989977>

E-mail: lisianeselau@gmail.com

Mariana Peleje Viana

Graduada em Pedagogia pela USP, possui Mestrado em Educação pela USP, na área "Estado, Sociedade e Educação", Doutora em Educação pela UFPR, na linha de políticas educacionais. Foi docente substituta na UFSC e atualmente é orientadora educacional efetiva na rede municipal de ensino de Florianópolis, atuando no Eixo de Monitoramento do CECAMPE-Sul.

Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/6475123523669454>

E-mail: marianapviana@gmail.com

Mariângela Bairros

Professora da FACED/UFRGS. Coordenadora do GEPPEM - Grupo de Estudos e Políticas Públicas para o Ensino Médio. Pós-Doutorado na UNIRIO (2021). Integrante do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação. Doutora em Educação pela UFRGS. Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Assessora do CECAMPE Assistência Técnica.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4524167011577525>

E-mail: mmbairros@gmail.com

Nalú Farenzena

Doutora em Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Atuou nos eixos de Assistência Técnica e Monitoramento do CECAMPE-Sul 2021-2022.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2007735139217872>

E-mail: nalufarenzena@ufrgs.br

Neusa Chaves Batista

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED/UFRGS). Vice-Coordenadora do CECAMPE-Sul. Atuou nos eixos de Assistência Técnica e Monitoramento do Cecampe-Sul 2021-2022.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6140717980817182>

E-mail: neuchaves@gmail.com

Patricia Souza Marchand

Doutora em Educação pela UFRGS. Professora da Faculdade de Educação da UFRGS. Coordenadora do eixo de assistência técnica do Cecampe-Sul. Coordenadora do Grupo de Estudos de Políticas Públicas para o ensino Médio (Geppem) da UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da UFRGS.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6875360532932322>

E-mail: patymarchand@gmail.com

Rodrigo Meleu das Neves

Doutor em Educação - Área de Concentração em Políticas Públicas. Mestre em Administração - Área de Concentração em Sistemas de Informação e de Apoio à Decisão. Analista de Tecnologia da Informação do Centro de Processamento de Dados da UFRGS. Membro da Equipe de Análise de Dados do Projeto CECAMPE-Sul - FACED-UFRGS.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0524356450285548>

E-mail: rodrigomeleu@gmail.com

Talita Cristina Vieira

Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estagiária na coordenação pedagógica do SENAI-Porto Alegre, bolsista de extensão desde 2021 na Assistência Técnica do CECAMPE-Sul. Interessa-se em estudos sobre Gestão Escolar, Gestão Democrática e Educação Profissional.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4921354247799756>

E-mail: talitavieira250@gmail.com

Valéria Viana Labrea

Professora Adjunta na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de Política e Gestão da Educação no Departamento de Estudos Especializados. Pós-Doc no CPDA/UFRRJ e no PGDR/UFRGS. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (Educação do Campo e Ecologia Humana) (2014), Mestre em Educação e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2009). Graduada em Letras pela UFRGS (2000).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6887050565542692>

E-mail: valerialabrea@gmail.com





Aviso importante: Ao comprar um livro você não somente está a adquirir um produto qualquer. Você também remunera e reconhece o trabalho do autor e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras, tais como editores, diagramadores, ilustradores, gráficos, distribuidores e livreiros, entre outros. Se quiser saber um pouco mais sobre isso, acesse:

<https://www.youtube.com/watch?v=XQkpZA6qFhc>

Este livro, dividido em dois volumes, é um registro do trabalho do CECAMPE-Sul e traz reflexões para tentar compreender, de maneira fundamentada, os desafios e conquistas da gestão de políticas educacionais no Brasil. A partir da experiência desse Centro Colaborador, os autores oferecem uma visão sobre a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e as dinâmicas da formação e do monitoramento como estratégias essenciais para fortalecer a autonomia das escolas públicas.

Nos capítulos que compõe os dois volumes desta obra, encontram-se desde análises estruturais, baseadas em dados quantitativos, até reflexões que emergem do contato direto com aqueles que vivenciam a realidade da educação pública. Os desafios burocráticos, a necessidade de ampliação de recursos e as estratégias para uma gestão escolar mais democrática são debatidos e conectados ao compromisso com uma educação pública de qualidade.

Ao lançar luz sobre os avanços e limitações do PDDE, a obra reafirma a urgência de um financiamento educacional que não apenas viabilize o funcionamento das escolas, mas que garanta condições reais para um ensino de qualidade e para a permanência dos estudantes.



**Núcleo de
Estudos
de Políticas
e Gestão
da Educação
N E P G E**

